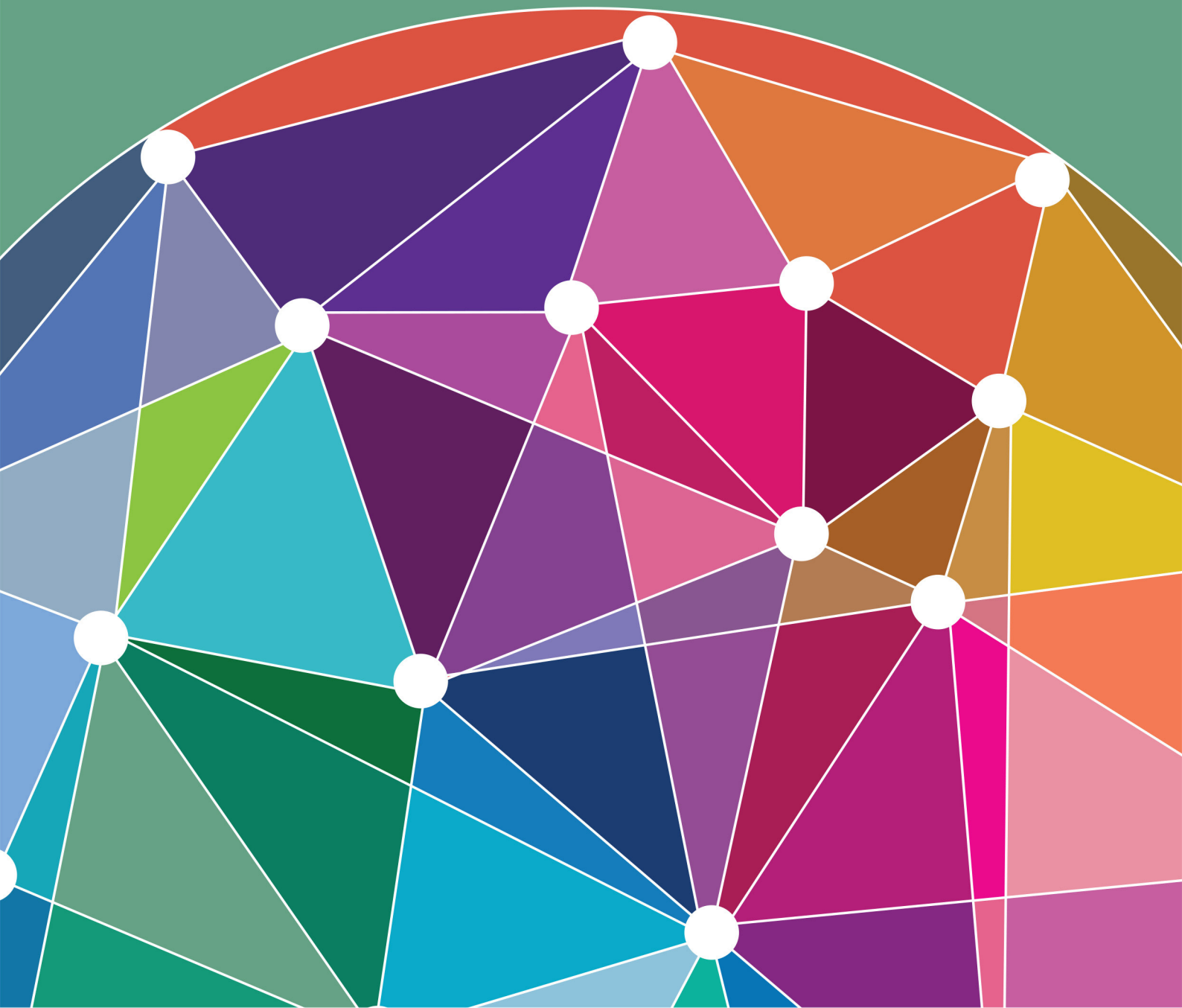
REPÚBLICA PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE

ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2018



ACM

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público
ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ATA – Associação de Turismo do Algarve
CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CONCIG – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar
DGE – Direção-Geral da Educação
DGE/ME – Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação
DGES – Direção-Geral do Ensino Superior
DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DRE – Diário da República Eletrónico
EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
ENICC – Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
FAPE – Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
GACI – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas
GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
GAIPESQ – Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação
GAIR – Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados
GAJ – Gabinete de Apoio Jurídico
GAPLIM – Gabinete de Apoio às Politicas Locais de Integração de Migrantes
GARE – Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante
GASI – Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão
GAT – Gabinete de Acolhimento e Triagem
GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
GECI – Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação
GT DIR – Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMAD – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISS – Instituto da Segurança Social
NACI – Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
NAIM – Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
NAIR – Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
NDI – Núcleo para o Diálogo Intercultural
NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos
NPM – Núcleo de Política Migratória
NRI – Núcleo de Relações Internacionais
ObCig – Observatório das Comunidades Ciganas
OE – Objetivos Estratégicos
OM – Observatório das Migrações
OO – Objetivos Operacionais
OPRE – Programa Operacional de Promoção da Educação
PAAC – Programa de Apoio ao Associativismo Cigano
PAAI – Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante
PE – Programa Escolhas
PEM – Plano Estratégico para as Migrações
PMII – Planos Municipais para a Integração de Imigrantes
PMIM – Planos Municipais para a Integração de Migrantes
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PPT – Programa Português para Todos
QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização
RMAD – Rede de Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade
RNAIM – Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNDC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
STT – Serviço de Tradução Telefónica

ÍNDICE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO 6

1. Nota do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. 7
2. Síntese dos principais resultados 9
   - 2.1. Objetivos para 2018 9
   - 2.2. Avaliação final em 2018 10
   - 2.3. Atividades para 2019 11
   - 2.4. Matriz de Coerência e Implicação 13

II. INICIATIVAS DO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES 14

1. Plano Estratégico para as Migrações 15
2. Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes 16
   - 2.1. Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes 16
     - 2.1.1. Atendimentos 17
     - 2.1.2. Gabinetes de apoio de iniciativa do ACM, I.P. 20
     - 2.1.3. Visitas internacionais 23
   - 2.2. Linha de Apoio a Migrantes 25
   - 2.3. Serviço de Tradução Telefónica 25
   - 2.4. CLAIM, GIP Imigrante e Gabinetes de Apoio Especializado 27
     - 2.4.1. Atendimentos 28
     - 2.4.2. Outras iniciativas 29
3. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante 30
4. Apoio ao Empreendedorismo Migrante 31
5. Programa Mentores para Migrantes 36
6. Aprendizagem da Língua Portuguesa 38
7. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes 40
8. Conselho para as Migrações 43
9. Planos e Conselhos com os quais o ACM, I.P., colaborou 45
10. Lei n.º 27/2017, de 30 de maio 45
11. *Mainstreaming* de Género 46

III. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO 49

1. Educação Intercultural 50
2. Bolsa de Formadores 51
3. Carta Portuguesa para a Diversidade 52
4. Mediação Intercultural 53
5. Diálogo Inter-Religioso 53

IV. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS 56
1. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 57
2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas 58
3. Bolsas OPRE 58
4. Fundo de Apoio à ENICC 59
5. Observatório das Comunidades Ciganas 60
6. Outras iniciativas 62

V. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS REFUGIADAS 66
1. Enquadramento 67
2. Indicadores de Integração 69

VI. PROGRAMA ESCOLHAS 73

VII. PREVENÇÃO, PROIBIÇÃO E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO 83
1. Nova Lei de Combate à Discriminação 84
2. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial 84
3. Outras iniciativas 88

VIII. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR 91
1. Materiais produzidos 92
2. Portais do ACM, I.P. 94
3. Promoção de eventos de sensibilização e publicitação 95
4. Observatório das Migrações 96

IX. RELAÇÕES INTERNACIONAIS 108
1. Redes e Projetos Internacionais 109
2. Comunicações em Conferências e Encontros Internacionais 111
3. Distinções 111

X. GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA 112
1. Orçamento do ACM, I.P. 113
2. Fundos Comunitários 114
3. Plano de Formação Interna e Externa 117
4. Recursos Humanos 117

I.
SUMÁRIO EXECUTIVO

1. NOTA DO CONSELHO DIRETIVO DO ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

O tema das migrações revelou-se em 2018, e em seguimento dos últimos anos, como um dos assuntos com maior relevância social, política e mediática global. No ano em que, em Portugal, se assinalaram os 70 anos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 40 da adesão do país à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, assistimos a tempos desafiantes nos quais Portugal tem desempenhado um papel relevante.

Dados do Eurobarómetro especial sobre a Integração de Migrantes (abril de 2018) vieram mostrar como os portugueses e as portuguesas (e os cidadãos e cidadãs da Europa, em geral) encaram as migrações. De acordo com o estudo, a perceção portuguesa sobre a integração de pessoas migrantes na sociedade suplanta largamente a média europeia, fixada nos 54%, sendo que 77% dos/as portugueses/as consideram que a integração de pessoas migrantes é bem-sucedida, um número só superado pela Irlanda (80%).

Também recentemente, os dados do Eurobarómetro Standard revelaram que alguns dos temas que mais inquietam os povos europeus, como "imigração", "crime e terrorismo", são quase ignorados pelos portugueses e pelas portuguesas. O caso das "pessoas imigrantes" é o mais paradigmático: em Portugal é citado por 3% de inquiridos, enquanto no restante do Velho Continente chega aos 21%, sendo apenas superado pelo "desemprego".

Se a evidência destes resultados nos mostra que Portugal encara este desafio muito mais como uma oportunidade do que enquanto um problema, importa contudo sinalizar que a integração de pessoas migrantes é um trabalho sempre inacabado, no qual, permanentemente, novos desafios emergem. Também assim foi em 2018, onde ao pragmatismo das respostas ao desafio das migrações, tão bem plasmado nos resultados que este Relatório demonstra, se somaram novas problemáticas que convocam à ação.

Em 2018 registámos 624.862 sessões de trabalho com o nosso grupo-alvo nas mais variadas respostas do ACM, I.P., destacando-se os três CNAIM, os 98 CLAIM e os mais de 100 projetos do Programa Escolhas. Também em 2018 atingimos, pelo quinto ano consecutivo, 100% da avaliação QUAR do Instituto.

O ano de 2018 fica, igualmente, marcado por um momento importante no domínio da política migratória. O relatório anual *Imigração em Números*, publicado pelo Observatório das Migrações do ACM, I.P., sinalizava o retorno a saldos migratórios positivos, algo que não se registava desde 2011 em Portugal. Esta inversão, ainda que continue longe dos números necessários para assegurar o crescimento demográfico sustentável do país, inverte um ciclo que, tendo atingido o seu pico mínimo durante a crise financeira global, apenas era comparado com os anos 60 de século passado.

Esta inversão fez-se sentir, claramente, em 2018, nos serviços prestados pelo ACM, I.P., seja nos CNAIM, CLAIM ou em muitos dos seus programas e iniciativas. Por exemplo, nos CLAIM alcançámos 102.264 sessões de trabalho, mais 37% face a 2017, atingindo o máximo de atendimentos anuais que a rede CLAIM alguma vez registou.

As últimas alterações à Lei da Imigração, a quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, a publicação, e entrada em vigor, da Lei Orgânica n.º 2/2018, de 5 de julho, que procedeu à 8.ª alteração à Lei da Nacionalidade levaram ao aumento da procura dos Centros em 2018. Estes avanços legislativos, que vieram facilitar as condições de permanência e acesso à nacionalidade de cidadãos estrangeiros em Portugal refletem muito bem a visão de Portugal sobre estes temas.

O ano de 2018 trouxe-nos novos desafios que farão de 2019 um ano ainda mais desafiante. Seja a aprovação de uma nova *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, agora até 2022, seja o renovado compromisso de Portugal com o programa de reinstalação de pessoas refugiadas, seja ainda a renovação do Programa Escolhas para uma nova Geração, todos estes compromissos continuarão a ser abraçados com a firme e comprometida determinação de uma equipa, sem a qual nada seria possível.

É pois para essa equipa, consolidada em 2018 através do PREVPAP, que vai o nosso agradecimento. Num tempo de novos e renovados desafios nos temas das migrações, comunidades ciganas ou combate às discriminações continuaremos a procurar fazer de Portugal uma boa exceção. Num tempo de novos e renovados desafios nos temas das migrações, comunidades ciganas ou combate às discriminações, continuaremos a contribuir para fazer de Portugal um país que se destaca por responder de forma positiva, proativa e eficaz. Uma liderança pelo exemplo em tempos em que, noutras geografias, nem sempre prevalece a abordagem humanista e inclusiva.

Alto-Comissário para as Migrações,

Pedro Calado

Vogal do Conselho Diretivo,

Romualda Fernandes

2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

2.1. Objetivos para 2018

Considerando 2018 como um ano de consolidação do ACM, I.P., no seu todo, foram tidos em linha de conta os seguintes objetivos estratégicos:

- **OE 1 – Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.**
- **OE 2 – Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.**
- **OE 3 – Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.**

Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.

Parâmetro: Eficácia				
001 – Aproximar o ACM, I.P. dos/as seus/suas destinatários/as				
Indicador 1	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM, I.P.	Somatório das visitas efetuadas onde são contabilizadas, as deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou trabalhador do ACM, I.P., ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito.	640	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal.	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
002 – Promover a diversidade cultural				
Indicador 2	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Volume de horas de formação/ sensibilização ministradas a terceiros.	Ponderação entre o n.º de horas de formação/ sensibilização e o n.º de formandos/as presentes em cada ação de formação/ sensibilização.	40.000	Documentos de registo.	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
Indicador 3	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Taxa de execução das medidas/ prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas.	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PEM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, I.P., com as ações concretizadas.	100%	Protocolos	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
Parâmetro: Eficiência				
003 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos				
Indicador 4	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos).	Média simples.	14	GERFIP.	Coordenação EFAF/ NGARH.
Indicador 5	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIM, face ao ano anterior.	Média simples calculada com base na variação percentual registada por gabinete de atendimento.	105%	GESMED e registo de atendimentos.	Coordenação dos CNAIM/NGARH.
Parâmetro: Qualidade				
004 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado				
Indicador 6	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIM apresentadas no livro amarelo.	Somatório das reclamações com fundamento, da responsabilidade do ACM, I.P., apresentadas no livro amarelo	8	Livro de Reclamações.	Coordenação dos CNAIM/NGARH.
Indicador 7	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Tempo médio de espera nos CNAIM (em minutos).	Calculado através de uma média simples.	0:25:00	SIGA	Coordenação dos CNAIM/NGARH.

Figura 1 – Objetivos, indicadores e metas QUAR 2018

No âmbito da construção do QUAR 2018 foram destacados como objetivos operacionais (OO) de maior relevância, o OO2 – Promover a Diversidade Cultural, com um peso de 65% no parâmetro eficácia, e o OO4 – Melhorar o Funcionamento da Organização e a Qualidade do Serviço Prestado, com um peso de 100% no parâmetro qualidade.

No OO2, que engloba os indicadores 2 e 3, teve maior representatividade o indicador 3 uma vez que para a sua concretização concorreram o *Plano Estratégico para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, que representaram, não apenas pilares centrais da missão do ACM, I.P., mas também as principais referências, do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas, contribuindo para a execução do Programa Orçamental, trimestralmente monitorizado através do REPO 02.

	Peso do Obj. Operacional	Peso do Parâmetro	Peso Final
EFICÁCIA			
OO1	35%	50%	18%
OO2	65%	50%	33%
EFICIÊNCIA			
OO3	100%	20%	20%
QUALIDADE			
OO4	100%	30%	30%

Figura 2 – Matriz do cálculo da relevância dos Objetivos Operacionais QUAR 2018

2.2. Avaliação final em 2018

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., tem vindo, em sede de QUAR, ao longo dos últimos cinco anos, a encerrar ciclos avaliativos com um grau de concretização pleno, expressando dessa forma a importância atribuída a este quadro de avaliação. Em suma, a execução global dos indicadores foi positiva, mantendo o serviço num excelente posicionamento no domínio dos resultados para cada objetivo a que se propôs, com uma taxa de realização final de 100%.

Avaliação Final		
Eficácia	50.5	Superou
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.	35.0	Atingiu
Promover a Diversidade Cultural.	66.0	Atingiu
Eficiência	20.0	Atingiu
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.	100.0	Atingiu
Qualidade	30.0	Atingiu
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.	100.0	Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
100.000	

Figura 3 – Avaliação QUAR 2018 do ACM, I.P.

Procedendo a uma análise dos índices de concretização, por parâmetro, e de acordo com a imagem *supra*, quanto ao parâmetro Eficácia, cujo peso representa 50% da ponderação no total, e onde se insere, conforme referido anteriormente, o OO2, um dos dois objetivos operacionais de maior relevância por integrar na sua composição o indicador 3 cujos resultados contribuem para a execução do Programa Orçamental, verifica-se uma taxa de realização fixada nos 100% onde a totalidade dos indicadores contribuiu com o mesmo nível de concretização (100%)

Eficácia **Peso: 50.0**

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.									Peso: 35.0
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	630.0	860.0	640.00	92.00	917.00	100	698.0	100.0	Atingiu
OO2 Promover a Diversidade Cultural.									**Peso: 65.0**
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	40000.0	35000.0	40000.00	6506.00	65086.00	50	39128.0	100.0	Atingiu
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50	91.2	100.0	Atingiu

Figura 4 – Execução dos Indicadores de Eficácia em 2018

O parâmetro Eficiência foi atingido em pleno, apresentando uma concretização a 100%, contribuindo dessa forma com 20% no peso efetivo do parâmetro na ponderação, para a taxa de realização final. Relativamente ao terceiro e último parâmetro, o da Qualidade, com um peso de 30% na ponderação total, e que integra o segundo objetivo operacional de maior relevância (OO4), averigua-se, de igual modo, uma plena execução das metas às quais o serviço se propôs.

Eficiência **Peso: 20.0**

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos.									Peso: 100.0
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.0	14.0	14.00	1.00	11.00	50	14.0	100.0	Atingiu
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	100.0	100.0	105.00	12.50	125.00	50	101.6	100.0	Atingiu

Figura 5 – Execução dos Indicadores de Eficiência em 2018

Qualidade **Peso: 30.0**

OO4 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.									Peso: 100.0
INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	7.0	7.0	8.00	1.00	6.00	50	7.0	100.0	Atingiu
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	19.0	19.0	25.00	2.00	17.50	50	24.5	100.0	Atingiu

Figura 6 – Execução dos Indicadores de Qualidade em 2018

2.3. Atividades para 2019

Com o enfoque na adequação à Lei Orgânica do ACM, I.P., procedeu-se à estabilização da respetiva estrutura, que tem vindo a ser consolidada e aprimorada nos últimos anos, dando origem ao atual Organograma.

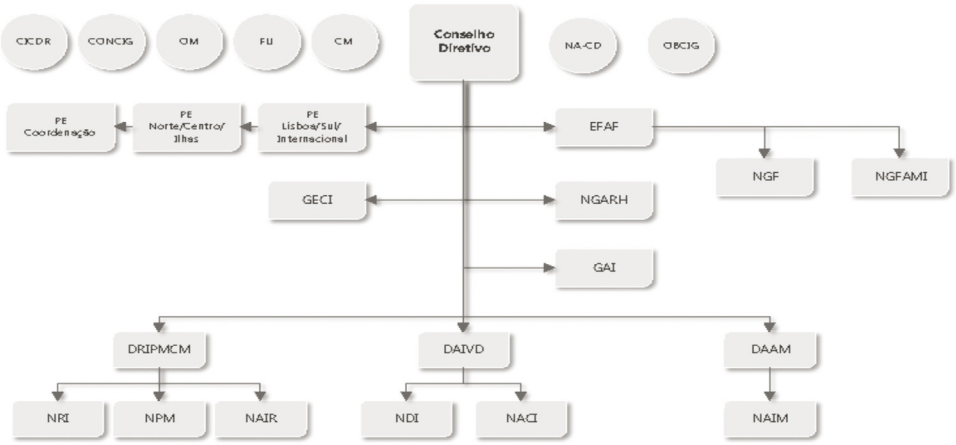


Figura 7 – Organograma do ACM, I.P., em 31 de dezembro de 2018

Este organograma reflete a Lei Orgânica do ACM, I.P., com cinco equipas multidisciplinares, três departamentos e 10 núcleos, com competências muito precisas nas matérias que lhe estão adstritas, permitindo o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos. Qualquer uma destas áreas organizacionais é de extrema importância para o Instituto, todavia e face às constantes alterações das conjunturas legal, social, económica, nacional e internacional, todos os anos existe a necessidade de aferir quais as áreas de atuação primordial. Entre as atribuições do ACM, I.P., destacamos as seguintes:

• A concretização do **Plano Estratégico para as Migrações**, enquanto um dos principais desafios para 2019, incidindo nos eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como no elenco de medidas organizadas por eixos prioritários.

• A implementação da **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)**, recentemente revista para o período de 2019 a 2022, representa o principal referencial para a integração das comunidades ciganas no contexto nacional e surge como um projeto relevante para a concretização dos objetivos do ACM, I.P., através do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), que desempenham um papel fundamental de apoio à execução do plano, no domínio da mobilização de atores-chave e de organizações da sociedade civil.

• Com a publicação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, que aprovou medidas para aplicação uniforme e execução prática do **direito de livre circulação dos trabalhadores**, novas competências foram atribuídas ao ACM, I.P. Este normativo aplica-se aos/às cidadãos/ãs da União Europeia e membros das suas famílias, no exercício da liberdade de circulação de trabalhadores, relativamente a aspetos como o emprego, condições de trabalho, benefícios sociais e fiscais, educação, saúde, entre outras. Com efeito, cabe ao ACM, I.P., coordenar as entidades envolvidas na sua implementação:

i. ACM, I.P.; IEFP, I.P.; ANQEP; ACT; ISS, I.P. ATA; DGES; IHRU, I.P.; DGE; DGAE;
ii. Assegurar o contacto com a Comissão Europeia;
iii. Assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados Membros;
iv. Promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade;
v. Assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações sobre as matérias em causa e proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.

• Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, publicada em 23 de agosto, que permitiu que passasse a estar estabelecido num único diploma, o regime da prevenção, da proibição e do combate a qualquer tipo de discriminação, ajustando as orientações mais recentes de política pública nacional, europeia e internacional, de forma a permitir um combate mais eficiente e efetivo ao fenómeno da discriminação. Nesse sentido, é proposta uma primeira abordagem transversal, por via da consolidação de regras e articulação expressa entre diplomas, pelo alargamento do âmbito de aplicação à ascendência e território de origem, pela atualização de conceitos e inclusão de referência explícita à discriminação múltipla e à discriminação por associação. É neste quadro, que o ACM, I.P., passa a ser entidade pública a quem cabe garantir o funcionamento, a coordenação e os meios adequados, de modo a regular a atividade da

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). Este é um órgão especializado no combate à discriminação racial, criado pela Lei n.º 134/99 de 28 de agosto, com o objetivo de prevenir e proibir a discriminação, sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais, tais como a recusa ou o condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, a qualquer pessoa, em razão da sua pertença a determinada origem, cor da pele, nacionalidade ou etnia.

- Também em 2019 assistiremos ao lançamento da 7.ª Geração do Programa Escolhas para o biénio 2019-2020, o que reforça a capacidade de atuação deste programa, daqui para frente plenamente integrado no ACM, I.P.

2.4. Matriz de Coerência e Implicação

A matriz representada no quadro *infra* pretende explicitar a forma como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos, permitindo-nos distinguir prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é, pois, um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

	Objetivos Estratégicos				
Parâmetros	OE1	OE2	OE3		
Eficácia	X	X		OO1	OBJ.OPERACIONAIS
		X		OO2	
Eficiência			X	OO3	
Qualidade	X		X	OO4	

Figura 8 – Matriz de coerência e implicação

II.
INICIATIVAS DO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES

1. PLANO ESTRATÉGICO PARA AS MIGRAÇÕES

O *Plano Estratégico para as Migrações* (PEM) – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março – é um instrumento de política pública de âmbito nacional que visa adaptar as políticas migratórias e de integração multinível às mais recentes necessidades e realidades migratórias.

Constituído por um enquadramento político com o elenco dos principais desafios, eixos prioritários e mecanismos de monitorização e avaliação, nele está previsto um importante e considerável número de medidas organizadas em cinco eixos prioritários: políticas de integração de imigrantes; políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; políticas de coordenação dos fluxos migratórios; políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; e políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais.

No seu terceiro ano, o PEM contou com o envolvimento de 12 ministérios, diversos serviços da administração pública, autarquias locais e sociedade civil na concretização das diferentes medidas e indicadores previstos. Para o acompanhamento e monitorização da execução do PEM, o Núcleo de Política Migratória do ACM, I.P., coordena e dinamiza os trabalhos em estreita articulação com as entidades envolvidas. Desde o início da vigência do PEM, a monitorização é realizada mensalmente junto das equipas do ACM, I.P., e, periodicamente, com as entidades externas envolvidas na execução do Plano. Para o efeito, as entidades podem, em qualquer momento, submeter informação relativa à execução das suas medidas e indicadores na Plataforma PEM[1].

Para organizar e sistematizar a informação, bem como dinamizar a concretização de medidas a executar em 2018, a equipa de coordenação do PEM reuniu com o Grupo Técnico de Acompanhamento do PEM, no CNAIM de Lisboa, no dia 21 de fevereiro, para a realização de balanço das medidas concretizadas em 2017 e planeamento das medidas a implementar em 2018.

De acordo com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12 – B/2015, de 20 de março, foi realizada, em 2017, uma avaliação intercalar externa e independente à execução das medidas previstas no PEM centrada em três grandes domínios: estrutura e organização; gestão e acompanhamento; e resultados e mudanças. O resultado da avaliação foi apresentado pela entidade responsável (Hub 2050) ao Conselho para as Migrações, em reunião plenária de 13 julho de 2018.

No ano 2018, à semelhança dos anos anteriores, foi ultimado um relatório de execução do PEM relativo a 2017, tendo em vista a monitorização interna de cumprimento de objetivos anuais. E foi iniciado o processo de recolha e tratamento de informação relativo a 2018, tendo em vista a elaboração do próximo relatório bienal de execução do PEM (2017-2018), a concluir nos primeiros meses de 2019.

No domínio internacional, a pedido de entidades estrangeiras e delegações internacionais, que visitaram o Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, o PEM, enquanto boa prática, foi apresentado a diferentes especialistas, delegações e grupos de trabalho:

- Cáritas Europa, no CNAIM, dia 7 de junho;
- Delegação da Estónia, no CNAIM, dia 15 de maio;

[1] Cf. http://pem.acm.gov.pt/

- Uma Segal (*Fulbright Specialist*), investigadora da Universidade do Missouri, nas áreas "migrações" e "pessoas refugiadas", dia 22 de maio;
- *European Integration Network*, no dia 4 de junho de 2018.

O PEM foi também apresentado nos seguintes eventos:

- Apresentação Pública do II Plano Municipal para a Integração de Migrantes, na Câmara Municipal da Amadora, dia 21 de maio;
- Projeto SOLIDUS – *Solidarity in European Societies*: *Empowerment, Social Justice and Citizenship*, na Assembleia da República, dia 30 de maio;
- Conferência "*Equidade no Acesso à Saúde: o certo e o seu contrário – reflexões sobre (des)igualdades no acesso à saúde*", Almada, dia 7 de junho;
- I Congresso Internacional de Enfermagem de Saúde Familiar "*Inclusão de Famílias Migrantes: Desafios para os Cuidados de Saúde*", Arcos de Valdevez, dias 12 e 13 de outubro;
- Congresso Nacional de Estudantes de Medicina, Porto, dia 28 de outubro.

2. REDE NACIONAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

2.1. Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) dão resposta a diferentes dificuldades sentidas pelas pessoas migrantes e baseiam-se num modelo de funcionamento integrado, de articulação e estreita colaboração entre diversas entidades, ministérios e gabinetes de apoio, que prestam respostas de âmbito especializado, em áreas fulcrais inerentes ao processo de integração de pessoas migrantes em Portugal.

Ao longo dos 14 anos de funcionamento em Lisboa e Porto, e nove em Faro, tem-se assistido a uma constante adaptação dos procedimentos, métodos de trabalho e de funcionamento dos CNAIM às necessidades sentidas pelos/as cidadãos/ãs que os procuram. Exemplo disso é a consolidação, em 2018, das novas valências dos gabinetes especializados coordenados pelo ACM, I.P., em quatro grandes dimensões – Gabinete de Acolhimento e Triagem, Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação, Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão e Gabinete de Apoio Jurídico –, na sequência da criação pela Portaria n.º 203/2016, de 25 de julho, de uma Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM).

Os CNAIM continuam a destacar-se enquanto estruturas de apoio aos/às cidadãos/ãs migrantes no seu processo de integração em território nacional. As últimas alterações à Lei da Imigração, a quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, a publicação, e entrada em vigor, da Lei Orgânica n.º 2/2018, de 5 de julho, que procedeu à 8.ª alteração à Lei da Nacionalidade levaram ao aumento da procura dos Centros em 2018.

O ano de 2018 destaca-se por uma alteração significativa nos CNAIM, relacionada com o facto dos/as colaboradores/as em atendimento, anteriores mediadores/as socioculturais, terem passado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, a integrar os quadros do ACM, I.P.

2018 ficou igualmente marcado pela implementação das normas dispostas no Regulamento Geral para a Proteção de Dados (RGPD), sobretudo pela necessidade de preparar e adaptar os serviços quanto ao enquadramento aos/às cidadãos/ãs sobre o Regulamento e introdução de declarações de consentimento para a recolha e tratamento dos seus dados pessoais.

2.1.1. Atendimentos

Desde 2004, nos Centros de Lisboa e Norte, e 2009, no Centro de Algarve, até ao final de 2018, foram realizados 4.667.983 atendimentos. Durante o ano de 2018 foram realizados 272.912 atendimentos nos três Centros, registando-se uma diminuição de 2% relativamente ao ano anterior.

O CNAIM de Lisboa perfez um total de 114.535 atendimentos, o que corresponde a uma diminuição de 17% relativamente ao ano de 2017. Esta diminuição pode estar relacionada com a complexidade das situações apresentadas pelos/as cidadãos/ãs e a adaptação a novos procedimentos dos gabinetes especializados, bem como com a redução das equipas dos Ministérios da Saúde e da Educação, do número dos atendimentos realizados no posto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, presente no CNAIM de Lisboa, ou com a limitação do horário de funcionamento do gabinete da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Pela sua função de triagem, encaminhamento, prestação de informações gerais e de apoio em agendamentos, o Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) é o que regista o maior número de atendimentos efetuados pelo CNAIM Lisboa, correspondendo a 51% do total.

O Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) apresenta a menor redução do número de atendimentos, que foi de 2%, comparativamente ao ano anterior. O Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAIPESQ) e o Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) apresentam uma diminuição de 23% e 43%, respetivamente.

No que concerne às instituições presentes no CNAIM Lisboa, o gabinete da Conservatória dos Registos Centrais registou um aumento de atendimentos, em 18%, seguindo-se o Espaço do Cidadão (+15%) e o gabinete da Segurança Social (+7%). As restantes instituições viram os seus atendimentos diminuir, sendo o Ministério da Educação a instituição com maior decréscimo de atendimentos, com menos 66% comparativamente a 2017. Registaram ainda variações negativas, o gabinete do Ministério da Saúde (-59%), a Autoridade para as Condições do Trabalho (-47%) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (-15%).

	Atendimentos 2017	Atendimentos 2018	Variação
Gabinetes			
Gab. Acolhimento e Triagem	65.708	58.453	-11%
Gabinetes Especializados			
Gab. Assuntos Sociais e Inclusão	6.276	6.135	-2%
Gab. Apoio Jurídico	15.419	8.721	-43%
Gab. Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação	4.148	3.191	-23%
Gab. Apoio ao Empreendedor Migrante	279	203	-27%
Instituições			
Espaço do Cidadão	2.236	2.564	15%
Saúde	3.288	1.353	-59%
Segurança Social	15.641	16.782	7%
Educação	10.939	3.681	-66%
Conservatória dos Registos Centrais	3.475	4.104	18%
Autoridade para as Condições do Trabalho	815	435	-47%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	10.533	8.913	-15%
Total	**138.757**	**114.535**	**-17%**

Figura 9 – Atendimentos CNAIM Lisboa, em 2017 e 2018

No CNAIM Norte foram registados 123.296 atendimentos em 2018, que representam um aumento de 12% comparativamente ao ano 2017. O Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) regista 44% do total de atendimentos efetuados pelo Centro. O Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão regista um aumento significativo de número de atendimentos (+125%), seguindo-se o Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (+33%).

Relativamente às instituições presentes no CNAIM Norte, o Ministério da Educação registou um aumento de atendimentos em 31%, seguindo-se o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (+23%), continuando o posto do SEF, ali instalado, a ser o único na zona do Grande Porto a realizar atendimentos ao público. O Espaço do Cidadão manteve a tendência de crescimento do ano anterior, com uma variação positiva de 20%, e a Conservatória dos Registos Centrais assistiu a um aumento de 7% dos atendimentos. A Autoridade para as Condições do Trabalho e a Segurança Social assistiram, em 2018, a uma diminuição dos atendimentos.

	Atendimentos 2017	Atendimentos 2018	Variação
Gabinetes			
Gab. Acolhimento e Triagem	47.069	54.573	16%
Gabinetes Especializados			
Gab. Assuntos Sociais e Inclusão	505	1.134	125%
Gab. Apoio Jurídico	7.726	8.128	5%
Gab. Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação	635	847	33%
Gab. Apoio ao Empreendedor Migrante	-	20	-
Instituições			
Espaço do Cidadão	1.961	2.350	20%
Segurança Social	19.071	17.917	-6%
Educação	572	747	31%
Conservatória dos Registos Centrais	10.442	11.164	7%
Autoridade para as Condições do Trabalho	1.268	1.101	-13%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	20.504	25.315	23%
Total	**109.753**	**123.296**	**12%**

Figura 10 – Atendimentos CNAIM Norte, em 2017 e 2018

O CNAIM Algarve manteve a tendência de crescimento registada nos últimos quatro anos, tendo sido realizados 35.081 atendimentos, correspondentes a um aumento de 14%, comparativamente a 2017. Para este aumento contribuíram o Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão, que registou mais 35% de atendimentos, bem como o Gabinete Jurídico, com mais 16%. O Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação, devido à necessidade de reestruturação da equipa, assistiu a um decréscimo dos atendimentos.

A maior afluência de pessoas migrantes ao CNAIM Algarve pode estar relacionada com a diversidade dos fluxos na região e os novos procedimentos de regularização em Portugal dado que, à semelhança do que acontece nos outros Centros, são prestadas informações e apoio às pessoas migrantes na apresentação de manifestações de interesse na concessão de autorizações de residência para exercício de atividade profissional subordinada, independente ou para imigrantes empreendedores, sendo também aferidas diferentes vias para regularizarem a sua permanência em território nacional.

	Atendimentos 2017	Atendimentos 2018	Variação
Gabinetes			
Gab. Acolhimento e Triagem	25.936	29.997	16%
Gabinetes Especializados			
Gab. Assuntos Sociais e Inclusão	1.282	1.727	35%
Gab. Apoio Jurídico	2.846	3.301	16%
Gab. Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação	740	56	-92%
Total	**30.804**	**35.081**	**14%**

Figura 11 – Atendimentos CNAIM Algarve, em 2017 e 2018

2.1.2. Gabinetes de apoio de iniciativa do ACM, I.P.

O atendimento nos gabinetes especializados dos CNAIM, da iniciativa do ACM, I.P., foi desde sempre assegurado por mediadores/as socioculturais indicados/as por Associações de Imigrantes ou Organizações Não Governamentais, ao abrigo de acordos de parceria estabelecidos com o ACM, I.P. Pretendeu-se, com esta inovação, assegurar um atendimento personalizado e de proximidade, bem como proporcionar o melhor acolhimento e integração das pessoas migrantes que recorrem aos Centros. No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, os/as anteriores mediadores/as socioculturais passaram a integrar os quadros do ACM, I.P., em outubro de 2018. A sua vasta experiência profissional na área das migrações, aliada à formação académica, domínio de diferentes línguas e as diversas ações de formação ministradas pelo ACM, I.P., ou entidades parceiras (para aquisição ou reciclagem de competências e conhecimentos relacionados com a sua prática profissional) continuarão a permitir o atendimento especializado e de proximidade ao/à cidadão/ã migrante.

O Espaço do Cidadão é um gabinete de uma instituição parceira, sendo os atendimentos garantidos por colaboradores/as do ACM, I.P., de acordo com o protocolo de parceria celebrado. Tem assistido, anualmente, a um aumento dos atendimentos, e em 2018, alcançou uma média de 18% de aumento comparativamente a 2017, dos atendimentos realizados nos CNAIM de Lisboa e do Norte. A procura do gabinete relaciona-se com o apoio assistido na prestação dos serviços públicos digitais, sendo os mais frequentes os relativos à alteração de dados junto à Segurança Social. O/A cidadão/ã é auxiliado/a no preenchimento do respetivo formulário, nos pedidos da chave de acesso à Segurança Social Direta e no agendamento para atendimento em postos da Segurança Social que exigem marcação prévia. O serviço é ainda procurado para alteração e confirmação da morada no Cartão do Cidadão e, no âmbito da Autoridade Tributária, para consulta ao portal do contribuinte e acesso aos serviços disponibilizados.

O Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) registou em 2018 um aumento bastante expressivo dos atendimentos nos CNAIM Norte e Algarve. No âmbito dos atendimentos sociais, o GASI é procurado pelas questões relacionadas com pedidos de acolhimento, apoio financeiro, alimentação, habitação social, saúde, retorno voluntário ou violência doméstica. Com o intuito de garantir uma boa capacidade de resposta aos/às cidadãos/ãs grande parte desses atendimentos originam a articulação com entidades externas, sobretudo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Instituto da Segurança Social, a Organização Internacional para as Migrações, o Serviço Jesuíta aos Refugiados, o Centro Padre Alves Correia, a Associação de Apoio à Vítima, entre outras.

Deu-se continuidade ao atendimento de pessoas refugiadas acolhidas ao abrigo dos Programas de Recolocação e Reinstalação, cabendo ao GASI a avaliação do processo de integração antes do fim do programa, de modo a aferir a necessidade de serem acionados os serviços de apoio dos CNAIM e ser realizada a eventual sinalização de situações à entidade que as apoiará, aquando do fim do programa. Assiste-se a uma elevada procura do gabinete para informação, apoio e encaminhamento das questões relativas às prestações familiares, particularmente Abono de Família para Crianças e Jovens e Abono Pré-Natal, Rendimento Social de Inserção, Prestação Social para a Inclusão, Complemento Solidário para Idosos e pensões várias.

O GASI assumiu, a partir de fevereiro de 2018, a valência da emissão de credenciais de Registo de Menores, ao abrigo do previsto no Decreto-Lei n.º 67/2004, de 25 de março, e da Portaria n.º 995/2004, de 9 de agosto, sendo o segundo assunto mais abordado nos atendimentos no CNAIM Lisboa.

O Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) passou, no âmbito da reconfiguração implementada pela RNAIM, a incorporar as temáticas anteriormente trabalhadas noutros gabinetes como o reagrupamento familiar, consumo, sobre-endividamento, recenseamento eleitoral, habitação.

Com a função de informação, aconselhamento, encaminhamento, mediação e apoio às pessoas migrantes na defesa dos seus direitos e capacitação para os seus deveres, os atendimentos do GAJ versaram sobretudo nas matérias relacionadas com o Direito de Estrangeiros e Direito do Trabalho. No seguimento da quinta alteração à Lei que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, assistiu-se a uma elevada procura para esclarecimento e acompanhamento de questões associadas à regularização de pessoas migrantes em território nacional, nomeadamente sobre o procedimento de concessão de autorização de residência para exercício de atividade profissional subordinada e independente ou para jovens empreendedores. Na área laboral os atendimentos centram-se, sobretudo, em questões relacionadas com a obtenção de informações sobre os direitos e deveres laborais em geral e, especificamente, com os decorrentes da cessação do contrato de trabalho.

Assistiu-se também a um grande número de atendimentos relacionados com outras áreas de intervenção, nomeadamente: Nacionalidade; Segurança Social; Direito de Família e Menores; Acesso ao Direito e aos Tribunais; Consumo; Arrendamento; e outras áreas do Direito, como Direito Fiscal, Direito Penal e Contraordenacional.

O GAJ colaborou com equipas do NAIM (incluindo os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes) e outras unidades orgânicas/equipas do ACM, I.P., em respostas/opiniões colocadas via telefone e/ou *e-mail*, tendo igualmente colaborado e prestado os mais variados esclarecimentos a entidades externas (*v.g.* Associações de Solidariedade Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).

O Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAIPESQ), regista atendimentos em diferentes áreas. Uma delas é a da procura ativa de emprego – com a elaboração de *Curriculum Vitae* e cartas de apresentação, pesquisa de ofertas de emprego disponíveis, candidaturas espontâneas bem como outras metodologias que visam complementar os meios de candidatura –, não obstante a tendência nacional de crescimento de vários sectores de atividade económica, com a consequente criação de postos de trabalho e a diminuição das taxas de desemprego. Assistiu-se também ao recurso ao gabinete para esclarecimentos sobre a criação do próprio emprego (em articulação com o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante), procura de vias de qualificação (escolar e profissional), processos de equivalência/reconhecimento de habilitações superiores e os processos de reconhecimento profissional. Em 2018 foram consolidadas as competências do gabinete no que respeita às matérias de Ensino Superior, designadamente as relacionadas com os Estudantes Internacionais.

No CNAIM Algarve, o GAIPESQ apresenta o maior decréscimo do número de atendimentos, justificado pela necessidade de reestruturação da equipa, de forma a dar resposta noutras áreas de intervenção.

Aos atendimentos presenciais do GAIPESQ acrescem os atendimentos não presenciais, que se relacionam com, entre outras atribuições, a resposta por *e-mail* aos pedidos de informação que são remetidos para o ACM, I.P., em geral e para o gabinete em particular, contactos com vista ao agendamento de atendimentos presenciais, de acompanhamento a clientes encaminhados/as para emprego ou para informar sobre processos de recrutamento abertos, contactos com empregadores, centros de formação, entidades reguladoras.

Os atendimentos não presenciais são extensíveis aos restantes gabinetes de apoio dos CNAIM, pelas mais variadas necessidades de articulação com pessoas migrantes e diferentes entidades.

A par do atendimento que é efetuado nos gabinetes especializados, os CNAIM contam com gabinetes e serviços de apoio, designadamente o Serviço de Pré-Triagem (no CNAIM de Lisboa) e o Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT). O Serviço de Pré-Triagem procede à atribuição de senhas para os restantes gabinetes e serviços presentes no CNAIM, após breve descrição dos pretendido por parte do/a cidadão/ã, enquanto o GAT presta informações gerais e procede à avaliação e despiste das situações apresentadas pelas pessoas migrantes, análise e triagem de documentação, agendamento para os serviços do CNAIM e para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Incorporado no GAT, o Espaço Criança do CNAIM Lisboa é outro serviço de apoio, disponibilizado a clientes que se fazem acompanhar de crianças. Em 2018 acolheu 1.987 crianças de 45 nacionalidades, assistindo-se a um acréscimo de 121 crianças relativamente ao ano anterior.

Do trabalho desenvolvido pelos CNAIM e de forma a promover a proximidade às pessoas migrantes, resultam ainda as deslocações das Equipas de Terreno. Criadas em 2006, estas equipas são constituídas por técnicos/as que exercem funções nos Centros e se deslocam a bairros e instituições para efetuar atendimentos e ações de esclarecimento sobre diferentes temáticas relacionadas com a integração e regularização de pessoas migrantes. Em 2018 foram realizadas nove saídas das Equipas de Terreno, abrangendo diferentes locais dos distritos de Lisboa e Faro.

O ACM, I.P., disponibiliza também um serviço informativo a partir do qual cidadãos/ãs e diferentes entidades poderão remeter, por *e-mail* (através do endereço eletrónico informacoes@acm.gov.pt), dúvidas e questões relacionadas com a permanência em território nacional. Este serviço respondeu a 3.453 e-mails no ano 2018, e constitui-se como uma forma alternativa de obter respostas sobre diversas matérias transversais à Lei da Imigração, Lei de cidadãos da União Europeia e seus familiares, Lei da Nacionalidade, questões sobre o acesso à educação e saúde, Segurança Social, Finanças, circulação no espaço Schengen, reagrupamento familiar, prazos de procedimentos administrativos, legalização de documentos, serviços de apoio do ACM, I.P., e à integração, entre outras.

Ainda com o objetivo de aproximação à comunidade migrante, em junho de 2018 foi lançada a *app MyCNAIM* e o *Fórum Migrante*, duas ferramentas digitais disponíveis em português, inglês e árabe. A *app MyCNAIM* contou com cerca de 1.200 downloads até ao final do ano, sendo uma aplicação móvel a partir da qual as pessoas migrantes podem aceder às informações sobre os vários serviços promovidos pelo ACM, I.P., bem como informações de vária ordem relacionadas com a sua entrada, permanência e integração no país, como alternativa ou em complementaridade ao atendimento presencial prestado nos CNAIM e nos CLAIM. Através do sistema de georreferenciação, são ainda disponibilizados a localização e os contactos de

vários serviços, podendo-se também aceder ao *website* da *Plataforma de Português Online*, ao formulário de queixa disponibilizado no *website* da Comissão para Igualdade e Contra a Discriminação Racial, ou ao *Welcome Kit* para pessoas refugiadas.

O *Fórum Migrante* é uma plataforma eletrónica de participação e interação destinada à comunidade migrante e onde a comunicação é feita de forma interativa, com o objetivo de facilitar o acesso das pessoas migrantes à informação para uma melhor integração e cidadania. Para o efeito integra um espaço de discussão e disponibiliza perguntas frequentes para consulta bem como tutoriais informativos.

2.1.3. Visitas internacionais

Portugal tem vindo a beneficiar do reconhecimento internacional como uma boa-prática nas políticas de integração de pessoas migrantes e refugiadas (pessoas com necessidade de proteção internacional recolocadas, reinstaladas e espontâneas) e na promoção dos seus Direitos Fundamentais.

Durante 2018, o ACM, I.P., recebeu a visita de mais de 30 delegações internacionais para discutir a experiência nacional e analisar as boas-práticas, visitando o Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, internacionalmente referido como modelo de referência de governação integrada: *one-stop-shop*. Estas Delegações representaram diversas entidades, incluindo a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa, Organismos Congéneres ao ACM, I.P., Embaixadas, Academia e Fundações.

Neste domínio, destacamos as visitas: do Representante Especial do **Secretário-Geral do Conselho da Europa** para os Migrantes e Refugiados Tomáš Boček, dois representantes espanhóis da **Ashoka**; da Diretora do **Escritório em Portugal da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**, Ana Paula Laborinho; do **Diretor-Geral das Pequenas e Médias Empresas** da Bélgica, Didier Kinet; ou de alguns dos membros do Secretariado da **ENAR – *European Network Against Racism*** e ainda alguns representantes das entidades que integram esta Rede.

Figura 12 – Visita Conselho da Europa

Figura 13 – Visita Ashoka

Figura 14 – Visita PME Bélgica

Figura 15 – Visita ENAR

Reforçando a estreita relação com as Representações Diplomáticas acreditadas em Lisboa, durante 2018, o ACM, I.P., recebeu a visita do **Embaixador da República Popular do Bangladesh em Lisboa**, Ruhul Siddique, e de representantes da **Embaixada do Canadá em Lisboa**.

Figura 16 – Visita Embaixador do Bangladesh

Figura 17 – Visita Embaixada do Canadá

O ACM, I.P., procurou ainda partilhar as várias dimensões do seu mandato de acordo com os interesses das delegações, incluindo apresentações sobre o trabalho desenvolvido pelas diferentes equipas do ACM, I.P. De destacar as visitas de dois dias da **Delegação da Estónia** e da **Rede Europeia de Integração** (visita de estudo) que, além de visitar o CNAIM de Lisboa e presenciar apresentações de várias equipas, teve a oportunidade de conhecer as atividades desenvolvidas a nível local com as visitas de terreno a um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) e a um projeto do Programa Escolhas, bem como discutir temas como a Educação Intercultural, o Diálogo Inter-religioso, os mitos e factos que rodeiam pessoas migrantes e refugiadas e o diálogo do ACM, I.P., com os *media*.

Figura 18 – Visita Delegação da Estónia

Figura 19 – Visita Rede Europeia de Integração

Durante o ano de 2018, haverá ainda a destacar as visitas da **Parceria para a Integração de Migrantes e Refugiados da Agenda Urbana da União Europeia** e do **Primeiro-Ministro de Cabo Verde**.

Figura 20 – Visita Agenda Urbana da União Europeia

Figura 21 – Visita Primeiro-Ministro de Cabo Verde

2.2. Linha de Apoio a Migrantes

Em 2018, a Linha de Apoio a Migrantes completou 15 anos de funcionamento, sendo o principal objetivo deste serviço a disponibilização a pessoas migrantes e cidadãos/ãs em geral, bem como a associações, empresas e outras instituições da Administração Pública, informação sobre a legislação portuguesa e procedimentos administrativos, de modo a promover a integração das pessoas migrantes em Portugal.

Integrada no Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes e na estrutura do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, a Linha de Apoio procede ainda ao encaminhamento para os serviços competentes quando os assuntos não se enquadrem no seu âmbito de atuação e à articulação entre as pessoas migrantes e os CNAIM, nomeadamente ao efetuar a triagem e o agendamento para os gabinetes de apoio destes Centros sempre que o assunto abordado requeira um atendimento especializado.

À semelhança do que acontece no atendimento presencial nos CNAIM, também o atendimento telefónico através da Linha de Apoio visa a aproximação linguística aos/às cidadãos/ãs que contactam o serviço, tendo em 2018 sido assegurado em onze idiomas diferentes: português, crioulo de Cabo Verde, espanhol, francês, inglês, romeno, russo, ucraniano, bielorusso, moldavo e árabe.

Em 2018 foram atendidas 60.187 chamadas, das quais 42.508 são atendimentos efetuados pela Linha de Apoio a Migrantes, que se traduzem num aumento de 7% relativamente ao ano anterior.

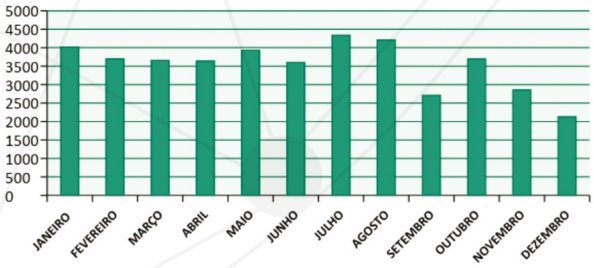


Figura 22 – Evolução mensal das chamadas atendidas pela Linha de Apoio a Migrantes, em 2018

2.3. Serviço de Tradução Telefónica

O Serviço de Tradução Telefónica (STT) tem como objetivo promover a integração da pessoa migrante através da supressão da barreira linguística. A este serviço recorrem diferentes instituições que, deparando-se com a dificuldade de comunicação com uma pessoa migrante em determinado idioma, solicitam a tradução. Por sua vez, o STT coloca em conferência telefónica, o/a técnico/a da instituição prestadora de serviços, um/a tradutor/a e a pessoa migrante, de forma a ser ultrapassada a barreira da língua.

Ao longo do ano 2018 foram efetuadas 1.379 traduções através do Serviço de Tradução Telefónica.

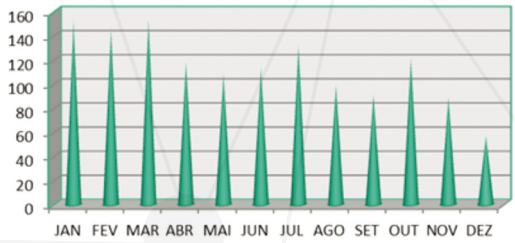


Figura 23 – Traduções realizadas pelo STT, em 2018

Os idiomas disponibilizados para tradução têm variado ao longo dos anos, consequência também das alterações dos fluxos migratórios, especialmente com o acolhimento de pessoas refugiadas. Assim, de forma a dar resposta aos cada vez mais frequentes pedidos nesse sentido, continuou-se a apostar no reforço da bolsa de tradutores com falantes de idiomas dos países ou regiões de origem das pessoas migrantes, particularmente de árabe, farsi/persa, curdo e tigrínia.

Durante o ano 2018 foram realizadas 18 entrevistas a potenciais tradutores/as, sendo que 16 novos/as tradutores/as/intérpretes passaram a integrar a Bolsa STT. A Bolsa de Tradutores/as é composta por 60 tradutores/as/intérpretes falantes de 56 idiomas diferentes:

Albanês
Alemão
Árabe
Azerbaijano
Balanta
Baluchi (Paquistão)
Bangla/Bengali
Búlgaro
Chinês Mandarim
Chinês - Quingtian
Chinês - Xangai
Crioulo (Cabo Verde)
Crioulo (Guiné-Bissau)
Curdo
Dari
Espanhol
Farsi / Persa
Filipino
Francês

Fula (Guiné Bissau)
Fula (Senegal)
Georgiano
Grego
Gujarati
Haaka (Timor Leste)
Hindi (Índia)
Holandês
Ibo (Nigéria)
Ioruba (Nigeria)
Inglês
Italiano
Japonês
Kicongo (R.Congo)
Lingala (R.Congo)
Lituano
Lori (Irão)
Marata (India)
Moldavo

Nepalês
Norueguês
Pashto (Afeganistão, Paquistão)
Pidgin English (Nigéria)
Polaco
Punjabi
Romeno
Russo
Saraiki (Paquistão)
Sindi (Paquistão)
Tailandês
Tajique (Tajiquistão)
Tetum (Timor Leste)
Tigrínia
Turco
Ucraniano
Urdu
Wolof

Figura 24 – Idiomas disponibilizados pelo STT, em 2018

Os idiomas mais solicitados nas traduções telefónicas seguem a tendência do registado no ano anterior, tendo sido efetuadas 672 traduções em árabe, 162 traduções em russo e 143 traduções telefónicas em chinês.

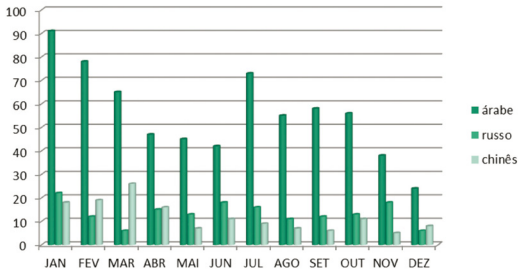


Figura 25 – Principais idiomas traduzidos pelo STT, em 2018

No que concerne às entidades que recorreram ao STT, é de destacar uma grande procura da Bolsa de Tradutores/as por parte da Segurança Social, centros de saúde e hospitais civis. Assinala-se ainda a procura do Serviço de Tradução Telefónica por parte das organizações não governamentais, especialmente as que acolhem pessoas refugiadas.

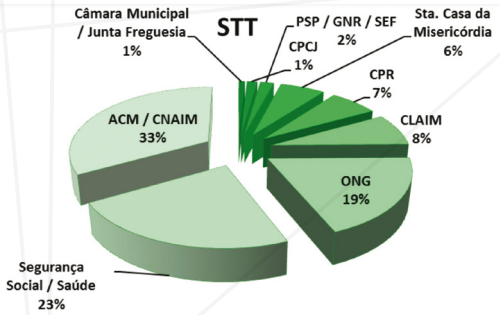


Figura 26 – Entidades que recorreram ao STT, em 2018

Além das traduções efetuadas pelo STT, realizaram-se 391 traduções presenciais por parte de colaboradores do CNAIM, nos gabinetes e núcleos do ACM, I.P., bem como no âmbito do Protocolo com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e no âmbito do acompanhamento de pessoas migrantes a consultas médicas e audiências em tribunais.

2.4. CLAIM, GIP Imigrante e Gabinetes de Apoio Especializado

O Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM) tem como objetivo promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração e da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.

Neste contexto, desenvolveram-se em 2018 as seguintes atividades, nas diferentes áreas de intervenção do gabinete:

Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)

Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes são instrumentos que incorporam estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração das pessoas migrantes na sociedade portuguesa, contribuindo assim para uma mais adequada gestão dos fluxos migratórios ao nível do desenvolvimento local. Em 2018 assinalou-se:

- 18 PMIM em fase de diagnóstico e conceção, tendo alguns passado durante o ano à fase de implementação;
- Realização de um Encontro Inicial com os novos PMIM, cujos projetos foram aprovados no âmbito do

Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI);
- Realização de 18 visitas de acompanhamento na fase de diagnóstico e conceção dos PMIM;
- Análise e aprovação de *drafts* finais dos Planos Municipais.

Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

Criada em 2003, a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) integra vários gabinetes distribuídos de norte a sul do país e ilhas, onde é prestado atendimento personalizado, realizado por técnicos/as habilitados/as para o efeito.

A Rede CLAIM é composta por 98 CLAIM e 12 CLAIM Especializados, que resultam de parcerias estabelecidas entre o ACM, I.P., e as Autarquias Locais, de parcerias estabelecidas entre o ACM, I.P., e Entidades da Sociedade Civil ou ainda CLAIM que resultaram de projetos de entidades da sociedade civil (isoladamente ou através de consórcio com Câmaras Municipais – PMIM), aprovados pelo ACM, I.P., na sua vertente de Autoridade Delegada do FAMI (Carta de adesão).

Em 2018 foram inaugurados dois novos CLAIM em parceira com Autarquias Locais, nomeadamente o CLAIM de Arganil, em julho, e o CLAIM de Tábua, em outubro.

No âmbito do acompanhamento realizado aos parceiros, foram efetuadas 13 visitas a CLAIM.

Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)

O IMAD é uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração de migrantes. É um inquérito por questionário, que cobre todas as áreas transversais ao processo multivetorial de integração das pessoas migrantes na sociedade portuguesa.

Em 2018 foram aplicados cinco inquéritos, nos seguintes territórios: Carrazeda de Anciães, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Oliveira do Hospital. No total, foram aplicados 55 inquéritos desde a criação desta ferramenta.

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

A atribuição de financiamento através do ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI), tem contribuído para a expansão e consolidação das políticas locais de integração de migrantes, financiando a conceção e implementação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM), bem como a atividade de vários CLAIM, e 2018 não foi exceção.

Neste sentido, procedeu-se à elaboração e Avaliação de candidaturas do Aviso 41/FAMI/2018 no âmbito do Objetivo Especifico OE2 – Integração e Migração Legal, ON2 – Integração do FAMI, para Entidades da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos, com a dotação disponível de 500.000,00 €.

2.4.1. Atendimentos

Em 2018, a Rede CLAIM realizou um total de 102.264 atendimentos, apresentando um crescimento

exponencial em relação aos anos anteriores, mais 39% relativamente a 2017. No que se refere à caracterização dos atendimentos, constata-se que o assunto mais comum continua a ser a regularização da situação migratória. O apoio foi prestado maioritariamente a pessoas migrantes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos. No total, os atendimentos registados abrangem cerca de 130 nacionalidades, sendo as três mais representativas a brasileira, a cabo-verdiana e a guineense.

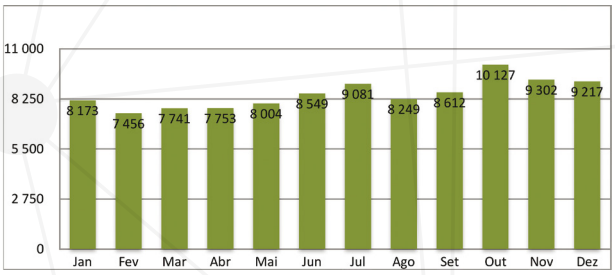


Figura 27 – Atendimentos Rede CLAIM em 2018

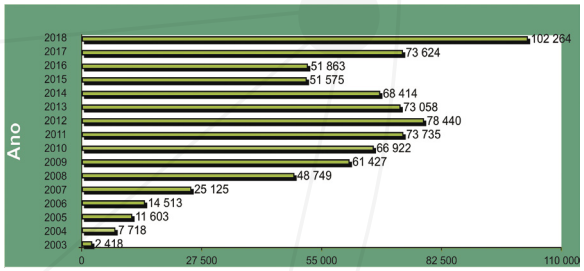


Figura 28 – Evolução dos Atendimentos da Rede CLAIM

Rede GIP Imigrante

A Rede GIP Imigrante (RGI) resulta de um Acordo de Cooperação entre o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM, I.P.), e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., (IEFP, I.P.), estando as entidades devidamente credenciadas pelo ACM, I.P., e vocacionadas para dar apoio à integração de pessoas migrantes no mercado de trabalho, nomeadamente nas áreas geográficas com maiores necessidades.

Terminaram, a 10 de setembro de 2018, os Protocolos de Cooperação entre o ACM, I.P., e o IEFP, I.P., para a dinamização de 10 Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante, celebrados em 2015, com a duração de três anos. No entanto, os mesmos foram prorrogados até se concretizar a assinatura de novos protocolos para o triénio 2019-2021, que se prevê durante o primeiro trimestre de 2019.

O número de atendimentos registados na Plataforma da RGI em 2018 foi de 4.277, dos quais 1.856 a homens e 2.421 a mulheres, sendo as nacionalidades mais representativas a portuguesa e a brasileira. A faixa etária que mais procurou estes gabinetes foi de cidadãos/as com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

Ainda durante o ano de 2018, foi dado início à construção de uma nova plataforma de registo de atendimentos da Rede CLAIM e Rede GIP Imigrante.

2.4.2. Outras Iniciativas

Formação

A importância de continuar a assegurar a área de formação fez com que, à semelhança dos anos anteriores, fossem proporcionados em 2018 módulos de ação de formação/sensibilização teórica, bem como formação prática através do modelo de observação em contexto de trabalho, num total de 2.281 horas de formação. Neste âmbito, foram ministradas as seguintes ações de formação:

- Duas formações Iniciais para novos/as técnicos/as "Lei de Estrangeiros e Nacionalidade", em Lisboa;

- Duas formações sobre alterações à "Lei de Estrangeiros e Lei da Nacionalidade", em Lisboa;
- Uma formação sobre alterações à "Lei de Estrangeiros e Lei da Nacionalidade", no Porto e em Faro;
- Uma formação sobre "Acesso à Saúde", em Lisboa, Porto e Faro;
- Uma formação sobre "Discriminação Racial", em Lisboa, Porto e Faro;
- Uma formação sobre "Direitos e Deveres Laborais (ACT)", em Lisboa, Porto e Faro;
- Nove formações observadas a novos/as técnicos/as, em Lisboa e Porto.

Família do Lado

A Família do Lado é uma iniciativa que visa promover a criação de novos mecanismos de aproximação de grupos – comunidades imigrantes/refugiadas e sociedade autóctone – enquanto estratégia para a integração das pessoas migrantes na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma imagem positiva em torno da interculturalidade e da diversidade cultural.

A 25 de novembro de 2018 teve lugar a 7.ª edição da iniciativa Família do Lado, que decorreu simultaneamente em mais dois países europeus – República Checa e Espanha. Através dela, uma família aceita acolher em sua casa uma ou mais famílias que não conhece, constituindo-se pares de famílias – migrantes ou refugiadas e autóctones –, para a realização de um almoço-convívio típico da cultura da família anfitriã, como forma de acolhimento do "*Outro*".

Nesta edição realizaram-se 94 encontros/almoços e participaram na iniciativa 377 famílias (202 famílias migrantes e 175 famílias autóctones), envolvendo 1.162 participantes (provenientes de 43 países), dos quais 588 pessoas migrantes e 574 autóctones. Tornou-se, deste modo, na edição com maior número de participantes (não de almoços). Participaram ainda cerca de 174 voluntários/as.

Inicialmente, manifestaram interesse em organizar a "*Família do Lado*" 82 entidades (sete autarquias, duas escolas, sete entidades da sociedade civil e 66 Projetos Escolhas), tendo contudo sido 72 as entidades a realizarem almoços, em 36 concelhos do país.

Figura 29 – Família do Lado 2018

3. ACOMPANHAMENTO, LIGAÇÃO E APOIO AO REGRESSO EMIGRANTE

O Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE) é uma estrutura criada para monitorizar as medidas e ações inscritas no Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020 – mais precisamente no seu Eixo V – e apoiar no acompanhamento aos/às cidadãos/ãs nacionais que pretendam regressar a Portugal.

No ano de 2018, o GARE manteve as suas principais atividades, das quais se destaca as respostas aos

pedidos de esclarecimento apresentados pelos emigrantes, através do endereço eletrónico gare@acm.gov.pt, bem como por contacto telefónico, num total de 267 solicitações ao longo do ano. A via mais utilizada de contacto foi a do correio eletrónico, seguida da via telefónica.

As solicitações recebidas foram de cidadãos nacionais residentes em 27 países, com especial destaque para Inglaterra, Suíça, Brasil, Venezuela, França, Alemanha, Espanha, EUA, Bélgica e Luxemburgo.

Os pedidos de apoio centraram-se, sobretudo, no pedido de informações gerais sobre o regresso a Portugal (direitos e deveres, incentivos ao regresso e reintegração no país), seguindo-se os pedidos de esclarecimento no âmbito do empreendedorismo, segurança social, pensões de reforma, finanças, emprego, trabalho e educação.

Para efeitos de preparação de resposta e/ou encaminhamento, o GARE articulou com os Gabinetes Especializados da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM e CLAIM) em particular, com o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, o Gabinete de Apoio à Educação, o Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão, o Gabinete de Apoio ao Emprego e com o Programa Mentores para Migrantes.

Por outro lado, em função das temáticas concretas, procedeu ao encaminhamento e facultou contactos dos serviços competentes em razão da matéria, nomeadamente, da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., o Instituto de Segurança Social, I.P., e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., entre outros.

Acompanhou a implementação do projeto "Surfng4Citizenship: Surf, Cidadania e Bem-estar", promovido pela Ericeira Surf Clube e do Projeto Empreender 2020 – "Regresso de uma Geração Preparada", quanto ao programa "Elevar o seu Negócio, 4.0", promovido pela Fundação AEP em parceria com o ACM, I.P., projeto cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do COMPETE 2020.

Por último, acompanhou a dinamização da Plataforma de Mobilidade Profissional Global (http://mobilidadeglobal.org), ferramenta *online* de apoio à contratação de cidadãos/ãs nacionais que residem no estrangeiro com o objetivo de promover e divulgar oportunidades de trabalho em Portugal e no exterior.

4. APOIO AO EMPREENDEDORISMO MIGRANTE

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., tem desenvolvido iniciativas de promoção do empreendedorismo migrante desde 2006, através dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes, nomeadamente em articulação com o Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação; assim como por intermédio de projetos implementados em parceria com diferentes instituições (Associações de Imigrantes, Organizações Não Governamentais, Municípios, entre outras). À semelhança de anos transatos, procedeu-se este ano à publicação de mais um aviso para apresentação de candidaturas (Aviso 57/FAMI/2018), precisamente, na Área da Promoção do Empreendedorismo e Empregabilidade.

O ACM, I.P., reforçou estas valências através da criação do **Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante** (já em 2015), através do qual gere e implementa as diversas iniciativas de incentivo ao

empreendedorismo. Este gabinete destina-se a empreendedores/as migrantes (pessoas imigrantes, emigrantes e refugiadas) que pretendam desenvolver uma ideia de negócio em Portugal ou que já tenham um negócio criado, independentemente da sua complexidade ou valor do investimento financeiro.

As suas principais áreas de atuação são, então, a **capacitação (PEI/Refujobs)**, o **atendimento especializado**, a **promoção da iniciativa empreendedora (Workshops/Lojas POP-UP)** e a **articulação** com organismos diversos de apoio ao empreendedorismo (**FAMI/Projetos internacionais**) por forma a complementar e reforçar o trabalho que desenvolve.

Figura 30 – Empreendedores apoiados no âmbito do PEI

No âmbito do **PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante/Refujobs** foram desenvolvidas oito edições do curso "Apoio à Criação de Negócios" – a sua atividade central – e a consequente consultoria ao/à empreendedor/a (durante e após o curso). Estas atividades permitem apoiar a pessoa migrante na definição da sua ideia de negócio, sendo utilizado como suporte o *Dossier do Empreendedor*.

PEI | *Refujobs*		Sexo	
		F	M
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAIM de Lisboa	6		
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAIM do Norte	2		
N.º de participantes	192	117	75
N.º de Certificados de Frequência	126		
N.º de Cartas de Recomendação (*)	34		

Figura 31 – Dados PEI/Refujobs em 2018

(*) O n.º total de CR emitidas não é coincidente com o n.º de pessoas identificadas uma vez que este documento é emitido aos projetos, os quais podem envolver mais do que um promotor.

Através do **Refujobs** foi desenvolvida a segunda edição da iniciativa no âmbito do **Eixo capacitação de pessoas refugiadas para o desenvolvimento de iniciativas de autoemprego**, a qual seguiu a metodologia do PEI. Esta ação que contou com nove participantes (quatro homens e cinco mulheres) dirigiu-se a falantes de árabe, ocorrendo com o apoio de uma tradutora em sala e com o recurso ao *Dossier* do Empreendedor com a devida tradução.

O **atendimento especializado** – que pode ser prestado nos CNAIM Lisboa e Norte ou, quando necessário, nas instalações do negócio – permite assegurar apoio individualizado na orientação e estruturação de uma ideia de negócio (plano de negócios), sua implementação, gestão e dissolução.

Atendimentos		Sexo	
		F	M
N.º de atendimentos	220		
N.º de clientes	194	98	96
N.º de visitas a negócios	8		

Figura 32 – Totais do atendimento especializado

O trabalho desenvolvido nas ações de capacitação já referidas foi reforçado e complementado com diversos ***workshops*** e **sessões de esclarecimento** promovidos pelo ACM, I.P., os quais são realizados por entidades ou pessoas em nome individual com *know-how* em matérias relevantes para quem pretende criar ou já tem um negócio. Podem beneficiar destas ações outras pessoas migrantes não acompanhadas pelo GAEM, mas com interesse em desenvolver o tema. No decorrer de 2018, os temas em destaque foram *Franchising*, Microcrédito, Trespasse, *Crowdfunding*, Desenvolver Atitudes Empreendedoras, Esclarecimento sobre Formas Jurídicas para a constituição de uma empresa, Esclarecimentos sobre novas regras para trabalhadores independentes, Financiamento a Projetos.

Workshops		Sexo	
		F	M
N.º de *workshops*	8		
N.º de participantes	148	102	46

Figura 33 – Workshops

Figura 34 – Lojas POP-UP

O CNAIM de Lisboa diligenciou também atividades de promoção das iniciativas empreendedoras, designadamente a **Loja *POP-UP***. Esta ação permite que os/as empreendedores/as contactem com um público alargado, divulgando o seu negócio ou fazendo vendas, mas também que testem o seu produto junto de potenciais clientes. Este ano foram realizadas duas edições com oito negócios/iniciativas participantes.

No ano de 2018 foram **formalizados 25 negócios**, num total de 28 promotores/as envolvidos/as (15 homens e 13 mulheres) promovidos por pessoas que beneficiaram do apoio do ACM, I.P., em áreas muito diversas tais como: *e-commerce* de artigos de puericultura; corretagem de dados; engomadoria; loja de acessórios de telemóveis; decoração/*design* de interiores; assistência informática; venda de cosméticos; consultoria em gestão empresarial; lojas de festas; casas modulares; espaço de *coworking, street food*; e organização ambiental de espaços.

Figura 35 – Logótipos de negócios formalizados

Em termos de **articulação com outras entidade**s, em articulação com a Secretaria Regional da Educação do **Governo Regional da Madeira**, foi organizada – em janeiro – uma ação de capacitação de técnicos/as e formadores/as para implementação do PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante. Esta ação teve a duração total de nove horas e estiveram presentes 23 técnicos/as de 15 entidades locais.

Neste âmbito de articulação, destaca-se ainda a participação do ACM, I.P., na **1.ª edição da Feira de Empreendedorismo Migrante**, decorrida em maio, no Museu da Cidade. A iniciativa foi organizada pela Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania, numa parceria com o Município de Lisboa, através do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Lisboa.

Figura 36 – 1.ª edição da Feira de Empreendedorismo Migrante

O ACM, I.P., participou, em outubro, na *4.ª Transnational Project Meeting*, que decorreu em Madrid, do *YEP – Young Entreprise Program*, um projeto cofinanciado pelo Programa Erasmus + que tem como objetivos a capacitação e o desenvolvimento de oportunidades empreendedoras para jovens em situação de vulnerabilidade em Milão, Lisboa e Madrid.

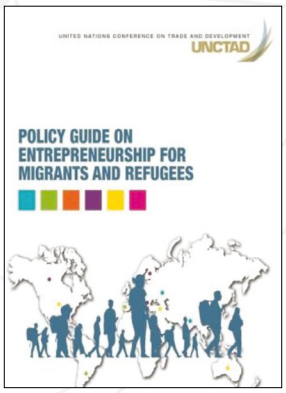


Figura 37 – Capa Policy Guide on Entrepreneurship for Migrants and Refugees

Finalmente, em 2018, o PEI – Projeto de Promoção do Empreendedorismo Migrante foi distinguido pelas Nações Unidas sendo um dos 35 projetos referenciados como boa-prática, no P*olicy Guide on Entrepreneurship for Migrants and Refugees* (ps. 143) lançado em Genebra, em outubro.

Produzido em parceria pela UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), pela UNHCH (*United Nations Refugee Agency*) e pela IOM (*International Organization for Migration | United Nations Agency for Migrations*), este guia apresenta 35 estudos de caso de projetos que, por todo o mundo, exemplificam de que modo a promoção do empreendedorismo migrante tem funcionado como uma estratégia fundamental. Esta publicação tem o objetivo de realçar a contribuição positiva das pessoas migrantes e refugiadas empreendedoras, em termos de crescimento económico, social e cultural, quer para os seus países de origem, quer para os países de acolhimento, e demonstrar o papel fulcral do empreendedorismo para a sua Integração.

5. PROGRAMA MENTORES PARA MIGRANTES

O Programa Mentores para Migrantes é uma iniciativa que, através do voluntariado, promove experiências de troca, entreajuda e apoio entre cidadãos/ãs. Trata-se simultaneamente de uma medida de acolhimento e integração de migrantes e, pela riqueza que esta experiência promove, é também uma forma de sensibilizar para o diálogo intercultural, a participação e o voluntariado na sociedade.

É promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P., e desenvolvido, por todo o país, por um conjunto de 58 parceiros locais, maioritariamente autarquias, ONG e estabelecimentos de ensino, numa rede que permitiu, em quatro anos, alcançar mais de 500 participantes, em 14 distritos nacionais.

Ao longo dos anos, o balanço tem sido positivo visto que o Programa tem crescido, de forma bastante sustentada, quer em termos de número de mentores/as, quer em número de mentorias, ou seja, em número de migrantes apoiados/as. Veja-se a tabela com os resultados quantitativos totais e de 2018:

	2018	Total
Mentores	213	1.076
Mentorias (terminadas/em curso)	67	288
Participantes	134	576

Figura 38 – Resultados quantitativos totais do Programa Mentores para Migrantes

Além disso, nos últimos anos tem vindo a destacar-se na articulação com outras respostas, nomeadamente o alargamento deste Programa a alunos/as ciganos/as beneficiários/as do OPRE – Programa Operacional de Promoção da Educação, promovido pelo Programa Escolhas, em parceria com a Associação Letras Nómadas e a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

Essa participação significou o alargamento em termos de beneficiários/as ou seja, aos/às estudantes/jovens das comunidades ciganas.

No âmbito de uma parceria com a Fundação Benfica, foram oferecidos bilhetes pela referida Fundação a 44 mentores/as e mentorados/as, os quais tiveram a oportunidade de assistir aos jogos e estreitar, desta forma, as relações de mentoria já estabelecidas.

Figura 39 – Mentores/as e mentorados/as presenteados/as com bilhetes pela Fundação Benfica

Em 2018, o Programa Mentores para Migrantes superou a fasquia de 1.000 voluntários/as, disponíveis a participar em processos de mentoria com pessoas migrantes ou refugiadas.

Nesse âmbito, foi desenhado um plano de comunicação nas redes sociais para a disseminação do programa, nomeadamente, junto de migrantes. Para além da divulgação dos vídeos produzidos em 2017, com testemunhos inspiradores dos/as participantes do Programa, foram também difundidas um conjunto de outras publicações para que potenciais interessados/as possam conhecer o Programa (cinco publicações em redes sociais).

Figura 40 – Materiais de publicitação do Programa Mentores para Migrantes nas redes sociais

Ao nível da divulgação, foram ainda reeditados folhetos de divulgação quer para mentores/as quer para mentorados/as.

Além das **visitas de acompanhamento local** (30 visitas realizadas), do sistemático trabalho de facilitação e acompanhamento, e de outras iniciativas de apresentação e representação, o alargamento progressivo de entidades exigiu que fossem sendo criados **momentos formativos** para entidades (num total de cinco participantes numa ação), mas também para mentores/as e mentorados/as, num total de 23 participantes (em duas ações).

Neste ano, foi assinado um novo protocolo de parceria para a implementação do Programa, desta vez com o Município de São Brás de Alportel.

O trabalho conjunto em rede culminou com o **Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes**, realizado em novembro, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, no qual estiveram presentes mais de 102 participantes. O Encontro, dirigido a mentores/as, mentorados/as e demais parceiros/as, contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, da Vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P., Romualda Fernandes, e do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Joaquim Seixas.

Figura 41 – Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes

O Encontro Anual – que integrou a programação das comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos – contou ainda com um debate centrado na relação da temática das migrações e a promoção dos Direitos Humanos, com intervenção a cargo da investigadora Ana Filipa Neves, do Centro de Direitos Humanos de Coimbra, de Célia Franco, Diretora da Escola Profissional de Torredeita, no concelho de Viseu, e moderação de Emília Coutinho, Professora Adjunta da Escola Superior de Saúde de Viseu.

O evento culminou com a atribuição da distinção "**Mentor/a Campeão/ã do Ano**" a 12 mentores/as do Programa, que se destacaram pelo trabalho efetuado durante o ano de 2018.

6. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Programa PPT – Português para Todos

O **Programa PPT - Português para Todos** tem por missão disponibilizar às pessoas imigrantes cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam ao nível A2 – Utilizador Elementar, B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) e cursos de português técnico.

Estes cursos, regulamentados pela Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, e pela Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho, são implementados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), através das escolas da rede pública, e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., através dos centros de formação de gestão direta ou protocolares.

O Programa PPT é gerido pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Portugal 2020.

O concurso para apresentação de candidaturas no âmbito da Tipologia 3.06 – Português para Todos (Aviso n.º POISE-33-2018-11) decorreu de 03 de setembro a 31 de outubro de 2018, tendo sido submetidas seis candidaturas, num montante global de 2.845.094,42 €.

Durante o ano de 2018, e ainda que sem financiamento comunitário, foram realizadas 465 ações de formação tendo-se verificado um total de 10.361 formandos/as abrangidos/as e 5.437 formandos/as certificados/as, de acordo com o quadro abaixo.

Região	N.º Ações	N.º formandos/as abrangidos/as			N.º formandos/as certificados/as		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Norte	87	860	859	1.719	422	429	851
Centro	64	688	670	1.358	279	313	592
Lisboa	174	2.600	1.537	4.137	1.684	854	2.538
Alentejo	55	966	422	1.388	301	149	450
Algarve	85	1.058	701	1.759	586	420	1.006
Total	465	6.172	4.189	10.361	3.272	2.165	5.437

Figura 42 – Número de formandos e ações realizadas por região

Relativamente à distribuição geográfica das ações de formação, verifica-se que 37% das ações concentram-se na região de Lisboa, seguido das regiões do Norte e Algarve, com 19% e 18%, respetivamente. As regiões do Centro e Alentejo correspondem, respetivamente, a 14% e 12%.

Quanto à distribuição por sexo, verifica-se que dos/as participantes abrangidos/as 60% são homens e 40% são mulheres. No que respeita à certificação, verifica-se uma taxa de 52%.

As ações de língua portuguesa de nível A1 e A2 – Utilizador Elementar constituem a oferta formativa maioritária, com um total de 403 ações. Das 465 ações realizadas, apenas 62 se referem à oferta de cursos de língua portuguesa de nível B1 e B2 – Utilizador Independente, não se tendo verificado a realização de curso de português técnico.

Ações de Educação Não Formal

Sendo reconhecida a importância da educação não formal em contexto nacional e comunitário como parte essencial do processo de aprendizagem ao longo da vida e considerando que a mesma é vista como complementar e não contraditória ou alternativa à educação formal, o ACM, I.P., apoia, no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração e Migração Legal e Objetivo Nacional 2 – Integração, do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), ações de aprendizagem da língua portuguesa, por via da educação não formal.

Pretende-se que estas ações constituam uma resposta adaptada às necessidades específicas de nacionais de países terceiros, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de conhecimento, proficiência linguística e ritmos de aprendizagem, enquadrando-se nas seguintes tipologias:

a) Ações de Língua Portuguesa com vista à certificação no final, em entidade competente: ações que visam dotar os/as participantes de conhecimentos que permitam a sua certificação (Nível A2 – Utilizador Elementar, do QECR);
b) Ações de Iniciação ao Português: ações que visam dotar os/as participantes de conhecimentos básicos que permitam a sua integração social e profissional;
c) Ações de Alfabetização: ações que visam dotar os/as participantes de competências de leitura e escrita que contribuam para a sua autonomia enquanto pessoas imigrantes, com vista à sua integração em outras ofertas formativas.

No âmbito do Aviso n.º 17/FAMI/2018 que decorreu no período de 05 de fevereiro a 05 de março de 2018 foram aprovadas oito candidaturas (entidades públicas e privadas sem fins lucrativos) com um total de 136 ações de educação não formal que irão decorrer entre abril de 2018 a dezembro de 2019, nas regiões Norte, Lisboa e Alentejo, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Região	Ações de Língua portuguesa com vista à certificação	Ações de Iniciação ao Português	Ações de Alfabetização	Total
Norte	4	16	14	34
Lisboa	11	45	21	77
Alentejo	9	7	9	25
Total	**24**	**68**	**44**	**136**

Figura 43 – Número de Ações de Educação não Formal Aprovadas para 2018 e 2019

A estas ações corresponde um valor global aprovado de 248.043,47 €, sendo a comparticipação comunitária de 186.032,60 €.

Plataforma de Português Online

A *Plataforma de Português Online* (https://pptonline.acm.gov.pt/) registou, até 31 de dezembro de 2018, um total de 10.036 utilizadores de 166 nacionalidades. Esta ferramenta *online* apresenta conteúdos para aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas permitindo ao/à utilizador/a praticar a língua nas atividades linguísticas de compreensão do oral, compreensão da leitura e produção escrita, bem como aprender e alargar o vocabulário e os conhecimentos de gramática, úteis para o dia a dia.

Figura 44 – Plataforma de Português Online

Os conteúdos, organizados em dois níveis – nível A e nível B –, estão descritos nos dois referenciais "O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento" e "O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento". Estes dois documentos interpretam as descrições dos níveis apresentados no QECR produzido pela Unidade de Política Linguística do Conselho da Europa.

A plataforma encontra-se organizada em 24 módulos temáticos funcionais, apresentados nos formatos texto, áudio, vídeo e imagem, e disponível em português, inglês, árabe e espanhol.

7. APOIO TÉCNICO ÀS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) desenvolve a sua ação centrada nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, I.P., assumindo as seguintes responsabilidades: (I) apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal; (II) colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P., às iniciativas das associações de imigrantes; (III) promoção de ações de capacitação das associações de imigrantes através da

formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal; (IV) Promoção do associativismo imigrante através da sensibilização de imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração de imigrantes e seus descendentes.

O apoio técnico caracteriza-se essencialmente pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACM, I.P., bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes meios que o ACM, I.P., disponibiliza para o efeito e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros. O GATAI acompanha e participa nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACM, I.P., em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, atividades festivas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença junto das organizações justifica-se sobretudo pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos líderes associativos, pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.

A aposta na capacitação das associações de imigrantes passou em 2018 pela continuidade das ações de formação regulares no âmbito das atividades do GATAI. Foram realizadas duas **Conversas sobre o Associativismo Imigrante**: Uma na Amadora Sul, na Associação do Alto da Cova da Moura, no dia 26 de novembro de 2018, com quatro participantes e a presença dos técnicos da Câmara Municipal da Amadora da área social; outra na zona da Amadora Norte, na sede da Associação AJPAS, com 10 elementos presentes, e com a presença de técnicos da ONG TESE, Geofundos, assim como da Câmara Municipal da Amadora.

Foi também realizada uma campanha de divulgação junto de dirigentes associativos para a participação na iniciativa a Terra Treme da Autoridade Nacional para a Proteção Civil.

Programa SIM – Sustentabilidade Impacto e Mudança

Na sequência do trabalho de apoio técnico e de acompanhamento que o ACM, I.P., tem efetuado junto das associações de imigrantes, o PSIM visa reforçar a capacitação das Associações por intermédio de ações de formação nas várias áreas afetas ao trabalho associativo. Tendo sido identificado pelo ACM, I.P., e pelas Associações de Imigrantes como uma das necessidades mais transversais ao trabalho no terreno, pretende-se que as entidades possam ser munidas de ferramentas técnicas que permitam uma maior sustentabilidade nas suas ações, e melhores projetos de intervenção nas suas áreas de trabalho. Estas ações são realizadas com o apoio de parceiros conceituados e experientes nas várias temáticas, como a Fundação Aga Khan Portugal, com a metodologia e abordagem participativa, o apoio técnico logístico e recursos humanos; o IES – Social Business School em formações específicas, assim como outros parceiros especializados, mediante a necessidade sentida pelas associações e parceiros atuais. O ACM, I.P., intervém com o seu apoio técnico e financeiro, e a experiência e sinergia dos seus vários gabinetes.

A oferta do PSIM em 2018 focou-se no curso de *Como Mobilizar Empresas para Projetos Sociais – CMEPS*, realizado a 28 de novembro, com 12 participantes, e a 24 de novembro, com 15 participantes.

Apoio financeiro

Ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, foi estabelecido o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) 2018, cuja estrutura assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio – Vertente Acolhimento e Integração, Vertente Valorização da Diversidade e Vertente Reconhecido Mérito. O montante financeiro disponível para estas intervenções é de 200.000,00 €.

Com o objetivo de divulgar toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas ao PAAI 2019, realizou-se a sessão de apresentações do PAAI 2019 a 19 de dezembro de 2018, no CNAIM de Lisboa, com oito participantes.

Teve lugar uma cerimónia de assinatura de protocolos a 19 de setembro de 2018, no auditório do CNAIM Lisboa, com 32 participantes.

Foram realizadas 20 visitas de acompanhamento aos projetos apoiados no âmbito do PAAI 2018.Estas visitas têm sido fundamentais para avaliar no terreno a execução dos protocolos e o impacto do apoio financeiro atribuído e para aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e principais constrangimentos.

Foram também disponibilizados e divulgados pelo ACM, I.P., informações sobre as várias linhas de apoio do FAMI que ficaram disponíveis para as associações de imigrantes.

Foi feita a construção da plataforma PAAI para os apoios financeiros para o ano de 2019, e o acompanhamento e fecho de relatórios de anos anteriores.

Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes e seus Descendentes

Foram efetuadas quatro propostas de reconhecimento no Conselho para as Migrações de 13 de julho. A 3 de dezembro, foi efetuada mais uma proposta de reconhecimento, tendo sido as cinco aprovadas. As entidades reconhecidas e visitadas no seu local de intervenção foram: a Associação dos Filhos e Amigos de FARIM; a AAGA – Associação de Apoio à comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa; a Ad-Sumus – Associação de Imigrantes de Almada; a Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos, e a PRSD – Provedores de Respostas Sociais para o Desenvolvimento.

Contabilizou-se, em 2018, um total de 141 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, I.P. Dessas, 97 são associações reconhecidas e ativas. Destas associações, 44 são lideradas por mulheres e 53 por homens. As entidades desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como: o apoio escolar para crianças e jovens; atividades de tempos livres; eventos culturais, recreativos e desportivos; gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico; aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países; iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa; ações de intervenção política no âmbito das questões da imigração e de luta contra a discriminação; e

projetos de desenvolvimento nos países de origem.

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se o concelho com maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (30), seguido do Porto (10), Sintra (nove) e Amadora (sete).

Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações, mantêm-se como as mais numerosas as associações que representam múltiplas comunidades (32). As comunidades cabo-verdiana e guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (20 e 14, respetivamente).

No âmbito de uma parceria entre o ACM, I.P., e o ISCTE, foi finalizado o estágio do estudante Eduardo Andrino, que culminou com a realização de um levantamento das associações de imigrantes não reconhecidas. Este estudo apurou a existência de 280 associações não reconhecidas pelo ACM, I.P., pertencentes a 29 comunidades. Este número está em constante atualização e alteração, consoante os fluxos migratórios.

Visitas de representação e atendimento às entidades

Foram realizados 261 atendimentos por telefone e 13 atendimentos presenciais, assim como várias visitas de representação do ACM, I.P., junto de entidades e eventos da sociedade civil como: a Academia Jonhson Semedo em conjunto com o Alto-Comissário para as Migrações; representatividade junto de associações de afrodescendentes; Associação Miorita; e Universidade do Algarve.

Sensibilização para o combate à Discriminação Racial – Mecanismos Legais no ordenamento jurídico português

Foi realizada a divulgação desta sessão junto das associações de imigrantes, tendo sido realizada uma sessão com 11 participantes, no auditório do CNAIM de Lisboa.

Tomada de posse do Conselho para as Migrações

Decorreu, no dia 19 de março, na Sala da Biblioteca do Museu Nacional do Desporto, na Praça dos Restauradores, em Lisboa, a tomada de posse dos representantes de cada um dos colégios eleitorais das comunidades imigrantes mais representativas em Portugal. Esta eleição de representantes no Conselho para as Migrações será para o triénio 2018/2020.

8. CONSELHO PARA AS MIGRAÇÕES

O Conselho para as Migrações, nos termos do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias.

Neste importante órgão de consulta do ACM, I.P., e do Alto-Comissário estão integrados representantes das principais comunidades – para o efeito eleitos – e representantes de Instituições mais diretamente

relacionados com as temáticas das migrações – para o efeito designados – que participam e colaboram na definição e execução das políticas migratórias.

Ao nível das comunidades representadas no CM (2018-2020) cabe referir a representação das comunidades angolana, brasileira, cabo-verdiana, moçambicana, santomense, guineense, ucraniana, moldava, chinesa. As associações não filiadas nas mencionadas comunidades têm, também, um representante especificamente eleito.

Têm igualmente assento no CM, no plano institucional, as seguintes entidades: Fundação Aga Khan Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (como Instituições com ação ou interesse na área das migrações); Direção-Geral das Artes; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Direção-Geral de Política Externa; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Forças de Segurança; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; Direção-Geral das Atividades Económicas; Instituto do Turismo de Portugal, I.P.; Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral do Ensino Superior; Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto de Segurança Social, I.P.; Governo Regional dos Açores; Governo Regional da Madeira; Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Confederação Comércio Serviços Portugal (CCP); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); Conselho das Comunidades Portuguesas; e dois/duas Cidadãos/ãs de Reconhecido Mérito.

Os principais objetivos do conselho são envolver os/as representantes das Comunidades Imigrantes e entidades na construção e execução de uma política migratória mais humanizada, coerente e eficaz, bem como desenvolver um processo de integração que envolva todos os atores-chave – pessoas migrantes, instituições e sociedade civil – num processo holístico de integração.

Este órgão pronuncia-se de forma ativa e participada em matérias tão relevantes como a análise de projetos de diplomas relevantes para os direitos das pessoas migrantes; questões transversais e setoriais relativas às políticas públicas migratórias; definição das medidas e ações das políticas migratórias (formulando propostas); quaisquer obstáculos detetados a uma resposta célere e eficaz por parte da Administração Pública aos problemas de integração e questões que lhe sejam colocadas pelo Alto-Comissário; entre outras. Este é um órgão do ACM, I.P., e reúne em Lisboa, tendencialmente no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes.

Em 2018, iniciou-se um novo mandato para o Conselho das Migrações (2018-2020), tendo o CM reunido em plenário seis vezes:

- I Reunião, no dia 19 de março – Tomada de Posse dos/as Conselheiros/as para as Migrações para 2018-2020; apresentação do CM e respetivas secções especializadas; apresentação do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2018 (PAAI 2018);
- II Reunião (extraordinária), no dia 14 de maio – Apreciação do Projeto de Decreto Regulamentar n.º 176/2018 que procede à quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, com as alterações posteriores, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional;
- III Reunião (extraordinária), no dia 12 de junho – Apreciação do Projeto de Lei n.º 881/XIII/3.ª (PCP),

aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados (6.ª alteração à Lei 23/2007, de 4 de julho);

- IV Reunião, no dia 3 de julho – Apreciação do Projeto de Lei n.º 928/XIII/3.ª (BE), atribui um visto de residência temporário aos cidadãos estrangeiros com um ano de descontos para a Segurança Social; apreciação do Projeto de Resolução n.º 1705/XIII/3ª (PS), recomenda a agilização dos procedimentos de legalização de imigrantes e a promoção do enquadramento excecional, por razões humanitárias, de imigrantes que demostrem a inserção no mercado de trabalho por período superior a um ano;
- V Reunião, no dia 13 de julho – Apresentação do relatório de avaliação intercalar do *Plano Estratégico para as Migrações* (PEM) e balanço de execução do PEM em 2017; deliberação sobre o reconhecimento de associações de imigrantes; debate sobre os serviços públicos envolvidos nos processos de regularização/integração de migrantes em Portugal;
- VI Reunião, no dia 3 de dezembro – Reconhecimento de associações de imigrantes; apresentação do PAAI 2019; debate sobre serviços públicos na regularização/integração de imigrantes; Declaração Conjunta do CM para assinalar o 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os/as conselheiros/as representantes das comunidades reuniram no CNAIM de Lisboa, no dia 8 de outubro, para sistematizar um documento com questões e dificuldades no acesso aos serviços públicos de regularização e integração de pessoas migrantes, a remeter aos serviços visados.

No que respeita às Secções Especializadas do CM, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Política Migratória (Secção I)
  - Reunião para apreciação do Estatuto do Estudante Internacional, no dia 27 de março;
  - Visita do CM a entidades de integração de pessoas migrantes no concelho de Sintra, no dia 3 de dezembro;
- Cidadania e Gestão da Diversidade (Secção II)
  - Realização dos trabalhos preparatórios para a abertura de um espaço de *Co-Work* para pessoas refugiadas no CNAIM de Lisboa, cuja abertura se prevê para o início de 2019;
- Educação e Formação (Secção III)
  - Realização do *workshop* "O Acesso à Educação por Crianças e Jovens Migrantes", no auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 10 de dezembro;
- Emprego e Empreendedorismo (Secção IV)
  - Publicação das ofertas de formação e emprego disponibilizadas pelo IEFP, I.P., no *website* do ACM, I.P.

9. PLANOS E CONSELHOS COM OS QUAIS O ACM, I.P., COLABOROU

Em 2018, no âmbito das suas atribuições e competências, o ACM, I.P., colaborou na execução dos seguintes Planos e Estratégias:

a) Plano Nacional de Formação Financeira (2016-2020);
b) Plano Nacional de Saúde (2015-2020);
c) Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023).

10. LEI N.º 27/2017, DE 30 DE MAIO

Com a transposição da Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, através da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, foram conferidas novas atribuições ao ACM, I.P., ao nível da implementação da Lei, em diferentes vertentes:

- Coordenar as entidades envolvidas na sua execução: ACM, I.P. ; IEFP, I.P.; ANQEP; ACT; ISS, I.P.; ATA; DGES; IHRU, I.P.; DGE; DGAE; DGERT; e CICDR;
- Assegurar o contacto com a Comissão Europeia;
- Assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados Membros;
- Promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade;
- Assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações sobre as matérias em causa;
- Proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.

Para dar execução à implementação da Lei, o ACM, I.P., constituiu o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) à implementação da Lei – constituído por um representante de cada uma das entidades acima referidas – e foi realizada em 11 de julho de 2018 a primeira reunião de trabalho. Nesta reunião foram acordados aspetos relativos a procedimentos de articulação entre as entidades; metodologias a adotar na recolha, tratamento e disponibilização de informação em matéria de livre circulação na *app* e no *website* do ACM, I.P.; preparação do processo formativo a ser desenvolvido junto dos CNAIM e CLAIM, entre outros.

Ao nível da participação em Grupo de Trabalho e campanhas de sensibilização para a livre circulação de pessoas, no mês de setembro, o ACM, I.P., esteve presente no lançamento da Campanha EURES, em Bruxelas. Esta Campanha teve por objetivo a celebração dos 50 anos de liberdade de circulação dos/as cidadãos/ãs membros da UE no espaço europeu e os 60 anos de coordenação da Segurança Social, perspetivado o passado, presente e futuro e salientando o que foi alcançado em termos de direitos sociais e oportunidades na UE.

Em novembro, o ACM, I.P., presenciou também "*The second meeting of the bodies of free movement of workers*" na Comissão Europeia, em Bruxelas, e participou, igualmente, na (1st meeting) Equinet Cluster on Fredom of Movement.

O ACM, I.P., foi ainda parceiro de uma iniciativa da responsabilidade do IEFP, I.P., "*Work in Portugal*!"(www.europeanjobdays.eu/workinportugal) um evento exclusivamente *online*, que decorreu no dia 27 de novembro e visou o recrutamento transnacional, a facilitação da mobilidade de trabalhadores e a promoção de Portugal como destino para trabalhar.

11. *MAINSTREAMING* DE GÉNERO

Estamos a testemunhar a nível global uma crescente feminização dos fluxos migratórios desde o final do Século XX, bem como de uma mudança de paradigma em relação às mulheres e às migrações. Os fluxos migratórios em Portugal confirmam esta tendência, conforme os números apresentados no *Relatório Estatístico Anual* de

2018, do Observatório das Migrações, que indicam que desde 2012 o número de mulheres estrangeiras em Portugal é superior ao número de homens estrangeiros, e tem vindo a aumentar (+2,4% em 2017).

As mulheres migrantes são muitas vezes identificadas como um grupo de particular vulnerabilidade face a muitas vezes serem vítimas de discriminação múltipla, por serem mulheres e por serem migrantes. Alguns dos particulares desafios das mulheres migrantes estão ligados à religião e/ou tradição (tanto do país de origem como do país de acolhimento), aos direitos sexuais e reprodutivos, à violência contra as mulheres, a questões ligadas ao emprego e condições de trabalho e à participação na vida pública e política.

Para responder a estes desafios, além dos compromissos do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., na atual *Estratégia para a Igualdade e Não Discriminação, Portugal + Igual (2018-2030)* e respetivos Planos, e antigos Planos Nacionais para a Igualdade, o ACM, I.P., tem vindo a desenvolver iniciativas para a promoção do *mainstreaming* de género na área das migrações.

Para assinalar o Dia Internacional da Mulher, em março 2018, o ACM, I.P., publicou a edição "Especial Mulheres" da *ACM em revista*, com informação relevante sobre as mulheres migrantes em Portugal, incluindo a apresentação da nova *Estratégia Nacional para a Igualdade e Não-Discriminação Portugal + Igual*, as representantes de Associações de Imigrantes e Ciganas, e o empreendedorismo feminino.

O ACM, I.P., na área da Mutilação Genital Feminina (MGF), tem desde outubro de 2007 acompanhado o Grupo de Trabalho para a eliminação daquela prática, promovido pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

A 7 de novembro de 2018, foi lançado um projeto-piloto "**Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina**", com o objetivo de rentabilizar e dar continuidade a todo o trabalho até agora desenvolvido na área da Mutilação Genital Feminina, juntando as temáticas da Igualdade de Género, as Migrações, e a Saúde. O projeto visa trabalhar a temática da Mutilação Genital Feminina nos territórios com maior prevalência de casos, e vai ser dinamizado pelas Unidades de Saúde Pública (USP) de cinco Agrupamentos de Centros de Saúde na região de Lisboa. O trabalho no terreno incluirá capacitação de profissionais e intervenção comunitária, além da partilha, criação ou revisão de instrumentos técnicos.

Figura 45 – Cartaz do projeto-piloto "Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina"

Também em novembro de 2018, o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., assinou um Protocolo de Cooperação juntamente com a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Direção-Geral da Saúde e a Associação para o Planeamento da Família, para o I**II Curso de Pós-Graduação em Saúde Sexual e Reprodutiva – Mutilação Genital Feminina**. Esta terceira edição do Curso teve início em dezembro de 2018 e irá decorrer até junho de 2019.

A integração da dimensão de género na área das migrações vem contribuir para o quadro dos direitos humanos europeu e internacional. Neste âmbito o ACM, I.P., tem vindo a participar em algumas atividades do foro internacional, como a Conferência promovida pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa sobre Mulheres e Raparigas Migrantes, Refugiadas e Requerentes de Asilo na região do Euro-Mediterrâneo em novembro de 2018, em Atenas, e a participação no diálogo e visita a Portugal Grupo de Peritos sobre o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica do Conselho da Europa (GREVIO), no seguimento da monitorização periódica da implementação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., teve uma participação ativa nesta avaliação, tendo em conta o capítulo VII dedicado a "Migrações e Asilo".

III.
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

1. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

A iniciativa **Selo Escola Intercultural** é uma iniciativa que reconhece as boas práticas de estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da educação intercultural. É realizada em parceria com a Direção-Geral da Educação e a Fundação Aga Khan Portugal.

O **Programa Rede de Escolas para a Interculturalidade (REEI)** é um programa piloto de três anos, que iniciou com 23 membros, entre os quais Agrupamentos de Escolas, Academias de música e Escolas Profissionais (no total de 125 estabelecimentos de educação e ensino). Destes 23 Agrupamentos de Escolas, 17 estão a receber financiamento do FAMI, no âmbito do Aviso n.º 32/FAMI/2017.

Durante o ano de 2018, foram realizados seis encontros regionais. Três encontros dirigidos a escolas das regiões Centro e Norte (dias 22 de janeiro, 25 de junho e 30 novembro) e três encontros dirigidos a escolas das regiões Sul e Lisboa (dias 26 de janeiro, 27 de Junho e 28 novembro). Foi ainda organizada uma sessão com uma oradora internacional sobre metodologias de educação intercultural, nas quais se aprofundou a reflexão sobre práticas pedagógicas interculturais em contextos educativos culturalmente diversos.

Em 2018 realizou-se a 5.ª Edição da REEI, cuja cerimónia de atribuição de distintivos decorreu a 9 de maio de 2018. Nesta edição, candidataram-se a esta iniciativa 45 estabelecimentos de educação e ensino, 15 dos quais com o objetivo de melhorarem o nível de certificação atribuído 4.ª edição. Após avaliação das candidaturas, foram atribuídos nove Selos de Escola Intercultural de Nível I – Iniciação e 19 Selos de Nível II – Intermédio.

Procedeu-se à divulgação e à disponibilização, *online* e em formato papel, dos recursos que constituem o **Kit Intercultural Escol**a. Esta ferramenta visa disponibilizar às escolas, profissionais do setor da educação, pais e encarregados de educação, e a crianças e jovens, um conjunto de materiais em torno da temática da interculturalidade. Em 2018, foram distribuídos cerca 180 exemplares de publicações do *Kit*.

No âmbito da colaboração do ACM, I.P., como membro da **Rede SIRIUS – *European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background*** – o ACM, I.P., organizou uma *Peer Learning Visit internacional* (em maio), dirigida aos membros da Rede, sobre o contributo da Educação Não Formal para o sucesso educativo de crianças e jovens, com enfoque nos projetos financiados pelo Programa Escolhas; colaborou na realização de uma *National Round Table* (em junho), com decisores políticos e entidades da sociedade civil, no Porto, sobre o papel da inclusão digital e a integração de alunos migrantes; e participou no *Policy Workshop*, em Bruxelas, (em setembro), com "*policy makers*" de Ministérios de Educação de 10 países europeus. O ACM, I.P., participou ainda na Assembleia Geral da Rede SIRIUS, no dia 14 de dezembro.

2. BOLSA DE FORMADORES

Manteve-se a atividade formativa do ACM, I.P., através da dinamização, por uma **bolsa de formadores especializados**, de ações de sensibilização de curta duração (quatro a seis horas), nas matérias "interculturalidade" e "migrações". Entre janeiro e dezembro de 2018, foram realizadas 95 ações, abrangendo 2.050 participantes envolvendo entidades diversas tais como: Agrupamentos de Escolas, Municípios, Associações de Imigrantes, Estabelecimentos Prisionais, Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes e Sindicatos.

Módulo/Áreas	N.º Ações	N.º Participantes	H	M
Acesso dos Migrantes à Saúde	11	237	71	166
Acolher e Celebrar: Serviços de Apoio e Pequenas Ideias	5	100	18	82
Aprender com Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade	4	63	2	61
Como Mobilizar Empresas para Projetos Sociais	2	27	11	16
Diálogo Intercultural	10	193	66	127
Diálogo Inter-religioso	5	195	79	116
Educação Intercultural	26	535	207	328
Lei da Imigração	5	103	16	87
Lei da Imigração e Lei Contra a Discriminação Racial	5	98	43	55
Lei da Nacionalidade	5	94	16	78
Mediação	1	102	51	51
Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade	14	262	75	187
Potencial da Diversidade Cultural no Desenvolvimento Local	2	41	6	35
TOTAL	95	2.050	661	1.389

Figura 46 – Número de ações realizadas e participantes por Módulos/Áreas no ano 2018

O ACM, I.P., e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) assinaram, no dia 19 de julho, um **Protocolo de Colaboração Interinstitucional** com o objetivo de reforçar conhecimentos e competências nas principais áreas temáticas ligadas à interculturalidade e discriminação.

Ao abrigo deste Protocolo foram realizadas no total 17 ações, cinco sobre a *Lei Contra a Discriminação Racial*, sete sobre *Portugueses Ciganos* e cinco sobre *Diálogo Intercultural*, para 342 Técnicos Superiores de Reeducação e Reinserção e Guardas Prisionais.

O ACM, I.P., é um dos parceiros do projeto **MURAL – *Fostering Tolerance and Mutual Respect in Europe***, liderado pelo British Council, juntamente com cinco outros parceiros internacionais. Os objetivos gerais da parceria são envolver criativamente as comunidades no ativismo a favor dos diálogos intercultural e inter-religioso, a partilha de boas-práticas e a criação de redes na luta contra a discriminação religiosa,

de pessoas migrantes e refugiadas, usando a metodologia "*Active Citizens*" do British Council. Em julho, três facilitadores nomeados pelo ACM, I.P., e um representante do ACM, I.P., participaram numa ação de formação, em Varsóvia. Em novembro, foi realizada a primeira ação de formação para *Agentes de Mudança*, com 29 participantes de comunidades diversas. A formação teve a duração de quatro dias seguidos e decorreu na Mesquita de Lisboa.

3. CARTA PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE

A **Carta Portuguesa para a Diversidade** constitui-se como um código de conduta de autorregulação de âmbito europeu e de subscrição voluntária, no encorajamento e capacitação das empresas para a gestão da diversidade nas suas várias dimensões (género, cultural, deficiência, geracional, etc.). É uma iniciativa da Comissão Europeia que conta já com 20 Cartas, tendo a de Portugal sido a 16.ª. Desde a sua assinatura, a 31 de março de 2016, contou, até novembro de 2018, com 232 organizações signatárias, entre as quais:

Sector/Tipo de organização	N.º de organizações
Sector Público – Administração Central	11
Sector Público – Administração Local	29
Privada Sem Fins Lucrativos – 3.º Sector	82
Privada Com Fins Lucrativos – Empresas	91
Associações Empresariais – Associações Profissionais	8
Instituições de Ensino	10
Orgãos diplomáticos	1

Figura 47 – Número de entidades signatárias da Carta Portuguesa para a Diversidade por setor/tipo de organização, em 2018

A 21 e 22 de novembro realizou-se o II Fórum para a Diversidade sob o mote "Comunicar para Mobilizar", em Póvoa do Lanhoso, no qual participaram cerca de 100 pessoas. O Fórum contou com a intervenção do ACM, I.P., através do Núcleo para o Diálogo Intercultural.

A gestão das atividades do envolvimento das entidades signatárias e a implementação dos princípios da Carta foram, até novembro de 2018, asseguradas pela sua Comissão Executiva, composta pelo ACM, I.P., a Fundação Aga Khan Portugal, o GRACE, o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, apoiados por um Conselho Consultivo constituído pela EDP, LYD, IEFP, BNP Paribas, ILGA, APHSTDC, L'OREAL, Animar e Deutsche Bank.

A 26 de novembro de 2018 foi criada a Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão – APPDI, que irá de agora em diante gerir a Carta para a Diversidade.

4. MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Ao abrigo do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), foi publicado o Aviso de Abertura do **Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais**, tipologia de operações 3.09, Aviso n.º POISE 33-2018-06, com uma dotação financeira de 3.500.000,00 €. No âmbito deste Aviso foi efetuada a análise técnica e financeira de 32 candidaturas, tendo sido aprovadas 12.

Pretende-se integrar **a qualificação de Mediador Cultural**, nível 4 do QNQ, no Catálogo Nacional de Qualificações. Nesse sentido, foi constituído um grupo de trabalho com vista à conceção do Perfil Profissional, Referencial de Formação e Referencial de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) Profissional constituído pelas seguintes entidades: ACM, I.P.; CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social; AMEC – Associação de Mediadores Ciganos de Portugal; e Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos. Ficou acordada a necessidade de criação de uma qualificação flexível mas integrada, com um Perfil Profissional transversal e um referencial de formação com uma estrutura igualmente flexível, através da criação de diferentes bolsas de UFCD opcionais, de acordo com as diferentes necessidades das comunidades/destinatários/públicos-alvo (comunidades ciganas, pessoas migrantes, PALOP, entre outras).

A RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural tem aprofundado as áreas da mediação, designadamente, através do trabalho desenvolvido pelos quatro grupos de trabalho (Educação, Saúde, Território e Monitorização), no reforço de ofertas formativas e no aumento de publicações na área da mediação intercultural. A Rede conta com 32 entidades do ensino superior de Braga, Lamego, Porto, Viseu, Guarda, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Portalegre, Leiria, Santarém, Lisboa, Beja e Faro.

Nos dias 26 e 27 de abril de 2018, decorreu na Universidade do Minho, em Braga, o Congresso da RESMI, em associação com o CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e com o Projeto *CreE-A-Creation d'un espace Européen pour la Mediation pour l'inclusion Sociale*, com o tema "**A Europa como Espaço de Diálogo Intercultural e de Mediação**". Este evento contou com a intervenção do Alto-Comissário para as Migrações.

5. DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Tendo em conta os objetivos definidos – dar visibilidade ao Diálogo Inter-religioso e ao fenómeno religioso como espaço de vivência de cidadania, tolerância e mútuo entendimento –, o **Grupo de trabalho para o Diálogo Inter-religioso** (GT DIR), promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P., dinamizou as atividades seguintes:

- A 06 de fevereiro de 2018, foi dinamizada no Porto, **uma tertúlia**, onde se refletiu acerca do papel do Diálogo Inter-religioso dentro das comunidades membros, das várias atividades já desenvolvidas dirigidas à sociedade em geral com vista a dar resposta aos objetivos gerais do GT DIR. Nesta iniciativa, estiveram presentes os membros do GT DIR de Lisboa e representantes do Porto.

• Nos dias 16 e 17 de março, o GT DIR e o ACM, I.P., participaram nas **Comemorações dos 50 anos da Comunidade Islâmica de Lisboa**. O programa incluiu seminários abertos ao público, e teve painéis vários, sendo que o Painel 1 "Sociedade Portuguesa hoje: Religiosidade, Imigrações, Religiões", no qual participou o Alto-Comissário para as Migrações. Este painel contou, ainda e entre outras, com a participação do representante do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso, Joaquim Moreira. No dia 17 de março, o programa prosseguiu com painéis vários, destacando-se a participação da representante do GT DIR, Ivone Félix, no Painel 2 "Muçulmanos-Vivência Religiosa na Sociedade Portuguesa".

• A 18 e 19 de junho de 2018, o ACM, I.P., e o GT DIR coorganizaram com a Embaixada da Argentina em Portugal o "**Seminário Inter-religioso Experiências na Argentina e em Portugal**". Esta iniciativa teve a intervenção de vários membros do GT DIR no Painel II, "Experiência Inter-religiosa Portuguesa". O encerramento foi efetuado pelo Alto-Comissário para as Migrações e pelo Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, Vera Jardim. O Seminário decorreu em Lisboa, nas instalações do ISCTE.

• Entre 17 a 20 de julho, em Castelo Novo, concelho do Fundão, realizou-se a **III edição do MEET IR** – Encontro de Jovens provenientes de diferentes comunidades religiosas membros do GT DIR. Esta edição contou com a participação de 19 jovens. O encontro teve como objetivo reconhecer a diferença e o pluralismo e refletir conjuntamente sobre o contributo de todos (os/as jovens em particular) para uma sociedade melhor. Foram desenvolvidas atividades que permitiram a partilha e reflexão, mas também lúdicas para fomentar o espírito de diálogo.

Figura 48 – Encontro de Jovens em Castelo Novo, no âmbito do MEET IR 2018

• A 03 de outubro, o ACM, I.P., e o GT DIR, realizaram o **II Congresso do Diálogo Inter-religioso, "Cuidar do Outro"**, que decorreu na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Neste, estiverem presentes conferencistas especialistas na área, em torno dos seguintes painéis temáticos: *Saúde e Assistência Hospitalar e às Prisões – O cuidado do outro; Responsabilidade Social nas ONG e Sociedade Civil/ Intervenção Social, Apoio Social à Comunidade; Educação Formal e não Formal – Cuidar do Outro*. O congresso teve a participação de 102 pessoas.

Figura 49 – II Congresso do Diálogo Inter-religioso, "Cuidar do Outro", na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa

• No dia 11 de dezembro de 2018, foi efetuado o **lançamento do Calendário "Celebração do Tempo 2019"**, em presença das diversas comunidades religiosas presentes em Portugal. Com os contributos do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso, e com edição da Paulinas Editora, o Calendário apresenta as festividades de cada uma das religiões mais representativas em Portugal – Budismo, Cristianismo (Anglicanos, Católicos, Evangélicos e Ortodoxos), Fé Bahá'i, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, bem como Tradições Chinesas e efemérides institucionais da ONU/UNESCO e da União Europeia. O Calendário Celebração do Tempo 2019 tem como temática literária "Os Vários Tempos da Morte" e assinala o "Ano Internacional da Moderação".

• De janeiro a dezembro de 2018 foram realizadas **11 reuniões** deste GT DIR. Estas reuniões têm como objetivo partilhar e discutir o panorama geral do diálogo inter-religioso, as iniciativas de cada uma das comunidades integrantes, bem como iniciativas conjuntas.

O ACM, I.P., participou em diversas atividades dinamizadas pelos membros do GT DIR, nomeadamente:

• Associação Internacional Buddha´s Light de Lisboa – Banho de Buda 2018 – celebração do aniversário de Buda –, que decorreu a 20 de maio, no Museu Oriente;
• Comunidade Islâmica de Lisboa – o *Iftaar* – nome dado à refeição da quebra do jejum durante o mês islâmico – com o Presidente da República, a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e o Alto-Comissário para as Migrações, no dia 4 de junho, na Mesquita Central de Lisboa.
• Comunidade Ismaili de Lisboa, onde participou nas cerimónias do Jubileu, evento organizado por aquela Comunidade. Ainda com esta Comunidade, no dia 18 de dezembro, o ACM, I.P., participou na comemoração do 20.º aniversário do Centro Ismaili em Lisboa.

IV. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

1. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

Em 2018, como previsto, deu-se continuidade à revisão da *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/ 2013), tendo sido publicada, a 29 de novembro, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 154/2018 que aprova a ENICC até 2022.

A revisão da ENICC alarga o período de vigência da mesma (passa de 2020 para 2022) e prevê a sua coordenação pelo ACM, I.P., coadjuvado pelo Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG). Esta revisão resultou da auscultação junto de municípios, serviços públicos locais, entidades da sociedade civil (nomeadamente associações representativas das comunidades ciganas), Conselheiros/as do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, pontos focais das diferentes entidades envolvidas na execução da ENICC e pessoas ciganas.

A ENICC passa, assim, a ter os seguintes princípios orientadores: interculturalidade; não discriminação; cooperação e participação; territorialização; e igualdade entre homens e mulheres.

Por outro lado, a revisão da ENICC define como prioridades: o reforço da escolarização, o reforço da integração profissional, as melhorias das condições de habitação, o reconhecimento e reforço da intervenção em mediação intercultural, a melhoria da informação e do conhecimento, o combate à discriminação, o reforço da temática na agenda política e pública e a concertação dos diferentes setores, destacando o papel central das políticas locais.

Globalmente prevê oito Objetivos Estratégicos, 19 Objetivos Específicos, 38 Medidas, 148 Indicadores, 385 Metas Anuais, definindo, igualmente quais as entidades responsáveis e envolvidas para a sua concretização.

Não obstante, até à entrada em vigor da revisão da Estratégia, foram desenvolvidas quer pelo ACM, I.P., quer pelos parceiros, iniciativas que concorriam para a Estratégia em vigor, destacando-se: os projetos apoiados através do Fundo de Apoio à *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, o lançamento da II edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, bem como diversas ações de formação e sensibilização.

O Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) foi criado em junho de 2013 e tem tido, nos termos da Prioridade n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 17 de abril, a missão de acompanhamento e monitorização da *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas* (ENICC). No ano de 2018 foi realizada apenas uma reunião, no dia 9 de março. Nesta, que foi a 12.ª reunião, foram apresentadas: a proposta de Revisão da ENICC, realizada pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, entidade contratualizado para o efeito, bem como as principais atividades do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.

2. GRUPO CONSULTIVO PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

Na sequência do processo de revisão da ENICC, iniciado em 2017, a 29 de novembro 2018, a RCM n.º 154/2018, veio rever a referida Estratégia e alargar a sua vigência até 2022, com o objetivo de ajustar os seus objetivos e metas. Como resultado foi desenhado o novo Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), que corresponde ao anterior Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas. A criação deste novo CONCIG deverá ocorrer em 2019.

3. BOLSAS OPRE

A 2.ª Edição do Programa Operacional de Promoção da Educação – OPRE, implementada no ano letivo 2017/2018, teve o seu término em setembro de 2018. Esta edição do OPRE disponibilizou 32 bolsas de estudo, sendo que foram 28 os/as bolseiros/as apoiados/as que concluíram todo o processo. A maior parte dos/as participantes – mais concretamente 25 – estiveram a frequentar ciclos de licenciatura e mestrado, dois frequentaram Cursos Técnicos Superiores Profissionais e um Unidades Curriculares Isoladas.

As áreas de formação foram bastante diversificadas, embora se mantivesse a prevalência das áreas das ciências sociais. O programa manteve o seu âmbito nacional apoiando bolseiros/as de 22 concelhos diferentes. Nesta 2.ª Edição, a taxa de sucesso escolar global foi de 64%, sendo que duas bolseiras terminaram, este ano letivo, as suas licenciaturas na área da Sociologia e Direito. Além destes resultados académicos importantes verificou-se, paralelamente, um outro aspeto de máxima relevância que se prende com a participação significativa de mulheres ciganas no programa (12 mulheres na 2.ª edição). Tal como a edição anterior, também esta foi dinamizada em colaboração com a Associação Letras Nómadas e a Rede Portuguesa de Jovens para Igualdade entre Mulheres e Homens.

Figura 50 – Grupo OPRE, ano letivo 2017/2018

4. FUNDO DE APOIO À ENICC

O FAPE – Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, criado em 2015, com o objetivo de apoiar financeiramente entidades da sociedade civil, a desenvolver projetos que contribuam diretamente para a execução das prioridades e metas estabelecidas na ENICC e consequentemente para a integração das comunidades ciganas, teve em 2018 o início da execução da sua III edição.

Assim, após a avaliação externa do FAPE que decorreu em 2017 e o lançamento da III edição no mesmo ano, 2018 pautou-se pelo início (e em alguns casos fim) dos 18 projetos aprovados na III edição.

Destaque-se que a III edição do FAPE já contemplou no seu regulamento as principais recomendações da avaliação externa: mais tempo para a execução dos projetos (os projetos podem ter uma duração máxima de 18 meses), mais financiamento por projeto (projetos de natureza regular e continua com um financiamento até um valor máximo de 25.000,00 € e projetos pontuais até um valor máximo de 5.000,00 €), maior dotação financeira (250.000,00 € no total, enquanto na II edição o FAPE tinha tido um orçamento de 100.000,00 € e na I edição de 50.000,00 €) e a distinção dos projetos constituídos em parceria com associações ciganas ou que nas suas equipas técnicas incluam pessoas ciganas.

Figura 51 – Assinatura Protocolos FAPE 2018-2019

Os 18 projetos aprovados no âmbito desta III edição do FAPE contemplam, ações e/ou iniciativas de valorização da importância da escolarização e/ou da continuidade dos estudos e apostam igualmente em ações para promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, formação sobre cidadania, incentivo à participação comunitária ativa das comunidades ciganas, promoção do conhecimento da história e cultura ciganas e ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou focalizadas no desenvolvimento de competências e de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

Dos projetos que se iniciaram e terminaram em 2018, destacamos a iniciativa do Festival Diálogo realizado pela Glocal Music, em Beja; o projeto TUTOROMANI (Tutoria Escolar Cigana) pela Ribaltambição, na Figueira da Foz, que acompanhou durante um ano letivo 15 jovens, dos quais 14 transitaram de ano; e o seminário "Sem Kilates" promovido pela Casa Seis – Associação para o Desenvolvimento Comunitário, na Casa da Cultura em Sintra, que apostou na divulgação da história e cultura ciganas.

Figura 52 – Atividades dos projetos FAPE 2018-0028 e FAPE 2018-0018

5. OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) foi criado em 2014 em resposta à necessidade de promover a integração recíproca das comunidades ciganas evocada na *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, sendo parte integrante da mesma para a prossecução dos seus objetivos. A atual coordenadora, Maria José Casa-Nova, iniciou funções em 02 de janeiro de 2018 e Inês Aydin em 12 de março de 2018, constituindo estes dois elementos a atual equipa do ObCig.

Em 2018, o ObCig elaborou e publicou três *Newsletters*, duas das quais associadas a datas comemorativas, nomeadamente 8 de abril de 2018, Dia Internacional das Pessoas Ciganas, e 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. As *Newsletters* estão em acesso livre no sítio do ObCig. Também no âmbito destas *Newsletters* produziram-se e editaram-se vídeos com vozes de jovens e adultos ciganos (vozes ciganas na universidade, no ensino secundário e na mediação intercultural), os quais se encontram arquivados no canal de YouTube do ACM, I.P.

Figura 53 – Capas das três Newsletters *do ObCig*

Além da elaboração das atribuições e reformulação do Regulamento do ObCig e em paralelo com a alimentação do sítio do Observatório [www.obcig.acm.gov.pt], com tradução do mesmo para a língua inglesa, a gestão da página Facebook do ObCig foi uma atividade importante durante o ano de 2018, uma vez que é a partir dela que a divulgação imediata para um público mais vasto se concretiza. Nesta página foram divulgadas essencialmente as atividades do Observatório, os eventos nos quais a Coordenadora do ObCig participou, artigos dos *media* que se mostraram científica e socialmente relevantes sobre as comunidades ciganas e informação útil para estas mesmas comunidades.

No que respeita às duas coleções ObCig, durante o ano de 2018 publicaram-se dois editais de abertura de duas *call* para publicações na "Coleção Olhares". No âmbito daquela coleção, o ObCig fez a revisão e publicou o livro que resultou da tese de doutoramento de Alexandra Castro, com o título "Na Luta pelos Bons Lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais", assumindo o número 9 da "Coleção Olhares". A iniciativa de lançamento do livro ocorreu no dia 9 de abril, no Auditório do CNAIM de Lisboa e contou com as presenças da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, do Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado, e do então Presidente da EAPN Europa, Sérgio Aires.

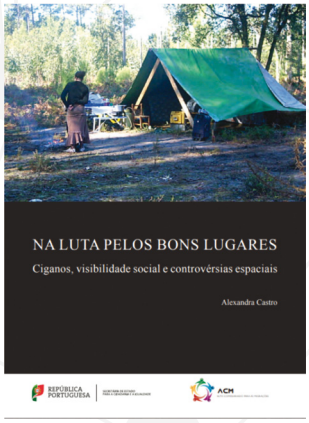


Figura 54 – Capa "Coleção Olhares" n.º 9

A equipa do ObCig organizou e fez-se representar ativamente pela sua Coordenadora em diversos eventos científicos ou de informação sobre cultura cigana, racismo, educação escolar, educação intercultural, mediação intercultural, direitos humanos, perceção hierarquizada da diferença, num total de cerca de 30 participações. Estas participações tiveram por objetivo a divulgação do Observatório, a participação com conhecimento científico sobre os temas associados às comunidades ciganas e o estabelecimento de contactos e parcerias com instituições e investigadores. Salienta-se a organização, juntamente com a Central European University, Budapeste, do Seminário Internacional: *Empowering Roma through knowledge production: the role of researchers, academics and civil society*, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2018, na Universidade do Minho, em Braga.

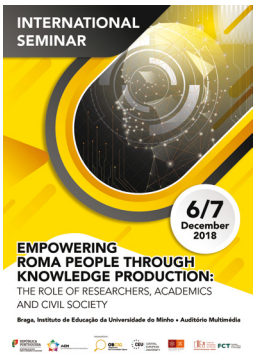


Figura 55 – Cartaz do Seminário Internacional

Durante o ano de 2018 estabeleceram-se parcerias nacionais e internacionais, tanto com instituições académicas como associações da sociedade civil. Participou-se em reuniões para delinear o interesse e as possibilidades de colaboração. Colaborou-se com jornalistas em artigos e reportagens. Criaram-se assim plataformas de diálogo e cooperação. Relevamos particularmente a participação da Coordenadora do ObCig na *Summer School da CEU – Central European University*, Budapeste, subordinada ao tema: *Romani identities and antigypsyism*; a coordenação da equipa portuguesa do projeto internacional *RISE – Roma Inclusive School experiences*, financiado pela Comissão Europeia; a supervisão de três projetos do Programa Escolhas (distrito de Braga) e a supervisão da elaboração dos vídeos DesPreConceito (Projecto Geração Tecla).

Em 2018, o ObCig elaborou uma candidatura à *call for proposals for action grants under 2018 rights, equality and citizenship work programme* da Comissão Europeia, com a seguinte designação do projeto: *PORE – The Portuguese Roma population: socio-economic characterization and social inequalities.*

Destaque, ainda, no âmbito das atividades do ObCig, para a elaboração de relatórios, pareceres e memorandos sobre documentos internacionais e portugueses. Entre outros, foi realizada uma análise crítica dos dados escolares relativos às crianças e jovens ciganos – dados recolhidos pela DGE, relativos ao ano letivo de 2016/17 e um resumo crítico do Relatório da *European Union Agency for Fundamental Rights* (FRA): "*A persisting concern: anti-Gypsyism as a barrier to Roma inclusion*". De igual importância foi a participação da Coordenadora do ObCig no GT Censos com vista à eventual incorporação de categorias e questões étnico-raciais no censo de 2021 e no GT de reformulação da ENICC, culminando na Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018. Maria José Casa-Nova foi também durante o ano de 2018 Conselheira da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) e Conselheira do CONCIG.

6. OUTRAS INICIATIVAS

Programa de Apoio ao Associativismo Cigano

Na sequência da I edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC) lançada em 2017, no ano de 2018 foi lançada a sua II edição.

O programa nasceu da consciencialização da importância crescente em envolver ativamente as associações ciganas na implementação local e nacional da ENICC, contribuindo de forma direta para a concretização das prioridades estabelecidas pela ENICC com o objetivo de:

a. Incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania;
b. Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião púbica;
c. Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil;
d. Investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através do associativismo feminino;
e. Valorizar a história e cultura ciganas;
f. Enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa;
g. Sensibilizar as instituições públicas para a mediação intercultural, enquanto estratégia promotora de serviços mais inclusivos.

Em 2018, foram apoiados oito projetos com a duração máxima de 10 meses, que decorreram entre 1 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2018, financiados pelo ACM, I.P., sendo 90% do custo total elegível de cada projeto aprovado, limitado ao valor máximo de 4.000,00 €.

Esta edição do PAAC contemplou ações que apostam na mediação intercultural, através da capacitação de pessoas ciganas para a promoção e facilitação da comunicação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento das suas competências, através da sensibilização das instituições públicas para este recurso. Contemplou, ainda, iniciativas promotoras do investimento no empoderamento das mulheres ciganas, contribuindo para a igualdade de género e/ou conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, constituem outras das grandes apostas deste PAAC II. A continuidade dos projetos foi um dos principais objetivos do PAAC 2018.

Figura 56 – Assinatura dos Protocolos PAAC 2018

Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas

O projeto "Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas" (PLICC) é financiado pelo Programa da União Europeia de Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020), na sequência de uma candidatura apresentada à Comissão Europeia pelo ACM, I.P., em 2017. Esta candidatura enquadra-se na missão do ACM, I.P., de colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, tais como a "Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013) e a sua revisão (Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018), prorrogando-a até 2022.

Os objetivos principais deste projeto-piloto são a criação de 12 Planos (10 Planos Locais e dois Planos Intermunicipais), que contribuam para a implementação da *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, e a conceção de um Guia para o Desenho de PLICC, que favoreça a replicabilidade no futuro. A execução do projeto decorre no período compreendido entre 1 de maio de 2018 e 30 de abril de 2019.

O projeto PLICC preconiza a promoção da intervenção local e da participação democrática alargada das pessoas e comunidades ciganas na vida pública local, com um enfoque especial nos jovens e mulheres; o desenvolvimento de uma metodologia assente na cooperação entre parceiros e no diálogo entre as autoridades locais e governamentais e a população cigana, ao nível da conceção de estratégias de integração; o favorecimento da coexistência intercultural a um nível local.

Os beneficiários diretos do projeto são 50 pessoas das comunidades ciganas locais e stakeholders locais, tais como decisores políticos, representantes das autoridades e organizações, e da sociedade civil, entre outros. Por sua vez, a população em geral dos municípios constitui-se como beneficiária indireta.

As atividades realizadas em 2018 consistiram em:

- Organização de uma cerimónia de lançamento do PLICC, no dia 21 de junho, no Museu de Lisboa, que contou com as presenças da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e de representantes de 24 municípios portugueses e das comunidades ciganas;
- Envio de um convite aos 308 municípios portugueses para a colaboração na execução deste projeto, do qual resultou a receção de 55 manifestações de interesse;
- Envolvimento de 16 municípios (criação de 12 PLICC ajustados às necessidades diagnosticadas em 14 municípios: Albufeira, Almada, Barcelos, Borba, Castelo Branco, Estremoz, Évora, Figueira da Foz, Matosinhos, Moura, Mourão, Oeiras, Porto e Tomar; Seixal e Torres Vedras participam enquanto peritos de experiência);
- 10 visitas de acompanhamento aos municípios envolvidos e monitorização da criação dos PLICC.

Figura 57 – Cerimónia de Lançamento do PLICC

Seminário "As Crianças Ciganas e o Direito à Educação"

A 28 de novembro de 2018, realizou-se o seminário sobre "As Crianças Ciganas e o Direito à Educação", no Auditório dos Contabilistas Certificados, em Lisboa. Esta iniciativa foi organizada conjuntamente pelo ACM, I.P., e pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ).

Do programa do seminário constaram, entre outras, as intervenções da Secretária da Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, da Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Rosário Farmhouse. No evento, onde participaram cerca de 140 pessoas, também teve lugar um debate sobre o direito à educação, com a participação da Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas, representantes do Centro de Estudos Judiciários, Direção-Geral da Educação, e das comunidades ciganas.

Figura 58 – Seminário "Crianças Ciganas e o Direito à Educação

Em 2018, o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., financiou, através de um protocolo de apoio financeiro, o projeto "Il Trovatore – Os Roma do Lis", promovido pela SAMP – Sociedade Artística Musical dos Pousos, em Leiria. O projeto, no valor de 20.000,00 €, decorreu de fevereiro a dezembro de 2018 e teve como objetivo a integração da comunidade cigana através das artes, com especial enfoque na música. Neste âmbito destacamos o evento final "Fogueira Cigana" que contou com a apresentação musical de jovens ciganos/as e não ciganos/as numa partilha de tradições e atividades conjuntas.

Figura 59 – Atuação de jovens ciganos no festival "Fogueira Cigana", em Leiria

Em 2018, o ACM, I.P., participou ainda em várias reuniões/iniciativas internacionais, nomeadamente nas reuniões da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração das Comunidades Ciganas, dinamizada pela Comissão Europeia, da plataforma *Eu Roma Network*, dinamizada pelo Fundación Secretariado Gitano, da Plataforma OPRE e do *CAHROM* – Comité de *Peritos Ad Hoc* para questões das Comunidades Ciganas do Conselho da Europa, e num *workshop* do ERIO (*European Roma Information Office*).

Ao longo do ano de 2018 foram ainda realizadas várias reuniões com organizações da sociedade civil, municípios, juntas de freguesia e escolas.

V.
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS REFUGIADAS

1. ENQUADRAMENTO

O Governo português anunciou, em 2015, a disponibilidade para o acolhimento, ao longo dos dois anos seguintes, de 4.574 pessoas refugiadas, número que seria revisto pelo XXI Governo Constitucional que veio reforçar essa disponibilidade até um máximo de 10.000 indivíduos, quer pelo mecanismo de recolocação, quer por acordos bilaterais a estabelecer.

Assim, através do despacho n.º 10041-A/2015, de 3 de setembro, o Governo criou o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações. O GTAEM, de natureza pluridisciplinar, mobilizou representantes de organismos públicos de diversas áreas, tais como a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE-MNE), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Instituto da Segurança Social, I.P., (ISS, I.P.), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., (IEFP, I.P.), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral da Educação (DGE), Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM, I.P.), bem como das autarquias locais e organizações não-governamentais, designadamente o Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), União das Mutualidades Portuguesas (UMP), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Foi desenhada uma estratégia nacional que visou a plena integração das pessoas refugiadas em Portugal, sendo as propostas de acolhimento definidas com base nos seguintes princípios:

- Institucional: ao privilegiar o acolhimento por instituições, em detrimento do acolhimento por particulares;
- Descentralizado: ao valorizar o potencial do acolhimento também em territórios de média e baixa densidade;
- Em consórcio: ao mobilizar consórcios locais de instituições que, em conjunto, assegurariam os vários requisitos necessários para a plena integração das pessoas refugiadas;
- Integrado: ao considerar todos os itens contemplados para uma plena integração (alojamento, alimentação, emprego, educação, saúde e língua portuguesa);
- Autónomo: ao apresentar soluções que permitiriam a gradual autonomia das pessoas refugiadas, designadamente as soluções de alojamento que assentassem em soluções de pequena escala.

Cabe ao ACM, I.P., no âmbito deste Grupo de Trabalho e nos compromissos efetuados no âmbito do acordo bilateral 1x1 Turquia e acolhimento de emergência dos Barcos humanitários, a sensibilização da opinião pública para a temática "Pessoas Refugiadas", a articulação com a sociedade civil e autarquias na recolha de propostas de acolhimento de pessoas refugiadas, a disponibilização dos serviços dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes, Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, bem como do Serviço de Tradução Telefónica (STT), e o apoio prestado pelo Programa Português para Todos, nomeadamente através da sua versão em *e-learning*, com vista à aprendizagem da língua portuguesa.

Em abril de 2016, é criado o Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados, passando mais tarde a designar-se Núcleo de Apoio à integração de Refugiados (NAIR), que veio permitir assegurar respostas ao nível da integração, sempre em complementaridade com a escala local e com as competências das instituições de acolhimento,

nomeadamente durante o período inicial de 18 a 24 meses após a chegada, e no período de autonomização.

São funções deste núcleo: a atualização permanente do mapeamento das disponibilidades para acolhimento de pessoas refugiadas; o registo e atualização permanente das chegadas e transferências de pessoas refugiadas; apoio e acompanhamento local das instituições que acolhem pessoas refugiadas no sentido de apoiar a integração através de visitas de acompanhamento; acompanhamento à chegada, no aeroporto, em articulação com as instituições de acolhimento; apoio às instituições no processo de integração, entre outros.

Ainda, e de acordo com as Conclusões do Conselho Europeu de julho de 2015, Portugal assumiu o compromisso de reinstalar cerca de 200 pessoas refugiadas até final de 2017. Após assinatura do Acordo UE/Turquia, esquema 1x1, Portugal decidiu utilizar parte desta quota com a reinstalação de cidadãos/ãs sírios/sírias, a partir da Turquia ao abrigo do Acordo UE/Turquia, estando o NAIR também encarregado de agilizar todas estas transferências e acompanhamento.

Também de referir que no final de 2018, Portugal assumiu compromisso igualmente com o Programa de Reinstalação, que está previsto finalizar em outubro de 2019, com pessoas refugiadas provenientes do Egipto e Turquia. O Programa Nacional de Reinstalação foi estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007, de 21 de agosto de 2007, que determinou inicialmente uma quota anual de 30 indivíduos. No entanto, prevista no n.º 2 dessa mesma Resolução está a possibilidade de revisão deste número pelo Ministro da Administração Interna, o que tem vindo a acontecer. Em novembro passado, Portugal confirmou a adesão ao programa de reinstalação de pessoas refugiadas, anunciando que o país estava disponível para acolher até 1.010 pessoas até 2019.

Com a crise migratória no mediterrâneo e com barcos humanitários à deriva nas águas europeias, aguardando ordem para atracar, o Governo português firmou um compromisso político com as autoridades maltesas e italianas para a transferência destes/as cidadãos/ãs estrangeiros/as, para território nacional.

A disponibilidade de acolhimento de cidadãos estrangeiros em situação de emergência e a sua efetiva transferência para território nacional torna-se realmente necessária pois estes/as cidadãos/ãs encontram-se em situações de extrema fragilidade social e económica, pelo que o compromisso político baseia-se na cooperação e solidariedade para com esta temática e para com os países na UE que ficam com estes/as cidadãos/ãs a seu cargo.

Até 31 de dezembro de 2018, no âmbito dos programas acompanhados pelo ACM, I.P., e conforme enquadrados *infra*, chegaram a Portugal 1.550 pessoas refugiadas das quais 963 encontram-se em território nacional. Destas, 289 são menores. Quanto à origem, destacam-se as pessoas recolocadas sírias (518), iraquianas (147) e eritreias (180).

Totais Pessoas Refugiadas Acolhidas/Efetivas (desde Dez. 2015 até ao fim de 2018)				
Programas/Acordos	**Total Pessoas Refugiadas Acolhidas**	**Total Movimentos Secundários**	**Total Retomas a Cargo**	**Total Pessoas Refugiadas em TN**
Recolocação	1.550	813	139	**737**
Reinstalação	33	0	0	**33**
Acordo UE/Turquia	142	40	8	102
Barcos humanitários	86	0	0	**86**
MENA Afegãos	5	0	0	5
Total	**1.816**	**853**	**147**	**963**

Figura 60 – Totais globais no âmbito dos vários programas

Totais por Sexo									
Programas/Acordos	Total H/M			Total Adultos			Total Menores		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Recolocação	481	256	737	374	157	531	107	99	206
Reinstalação	20	13	33	8	7	15	12	6	18
Acordo UE/Turquia	57	45	102	32	30	62	25	15	40
Barcos humanitários	72	14	86	56	10	66	16	4	20
MENA Afegãos	5	0	5	0	0	0	5	0	5
Total	**635**	**328**	**963**	**470**	**204**	**674**	**165**	**124**	**289**

Figura 61 – Totais por sexo no âmbito dos vários programas

Nacionalidade/ Programas	Recolocação	Reinstalação	Acordo UE/ Turquia	Barcos humanitários	MENA	Total
Apátrida	17	0	0	0	0	**17**
Argélia	0	0	0	1	0	**1**
Bangladesh	0	0	0	1	0	**1**
Costa do Marfim	0	0	0	3	0	**3**
Eritreia	163	0	0	17	0	**180**
Etiópia	0	0	0	3	0	**3**
Líbia	0	0	0	7	0	**7**
Iémen	5	0	0	0	0	**5**
Iraque	147	0	0	0	0	**147**
Mali	0	0	0	2	0	**2**
Nigéria	0	0	0	3	0	**3**
Paquistão	0	0	0	2	0	**2**
Rep. Centro Africana	3	0	0	0	0	**3**
República da Guiné	0	0	0	2	0	**2**
Serra Leoa	0	0	0	1	0	**1**
Síria	396	20	102	0	0	**518**
Somália	0	0	0	29	0	**29**
Sudão do Sul	1	13	0	15	0	**29**
Palestina	4	0	0	0	0	**4**
Tunísia	1	0	0	0	0	**1**
Afeganistão	0	0	0	0	5	**5**
Total	**737**	**33**	**102**	**86**	**5**	**963**

Figura 62 – Totais por nacionalidade no âmbito dos vários programas

2. INDICADORES DE INTEGRAÇÃO

Monitorização dos indicadores de integração de pessoas refugiadas

Para que os indicadores de integração sejam avaliados e monitorizados, de forma regular no âmbito do Programa de Recolocação, são avaliados bimensalmente os indicadores abaixo junto dos interlocutores/ entidades de acolhimento:

- Acesso a serviços de saúde;
- Acesso a aulas de Língua Portuguesa;
- Acesso à Educação;
- Processo de Legalização;
- Número de nascimentos em território nacional;
- Número de integrações em formação e emprego:
- Atribuição de NISS/NIF.

Com esta monitorização o ACM, I.P., obtém, e disponibiliza informação clara e precisa sobre os dados relativos acerca do processo de integração de pessoas refugiadas recolocadas em Portugal. Recentemente iniciou a monitorização dos Barcos Humanitários, agregada desde dezembro de 2018, à monitorização do programa de recolocação; e Acordo Turquia 1x1.

Infra, são apresentados os dados recolhidos a dezembro de 2018, referentes aos programas de Recolocação e Barcos Humanitários, bem como Acordo Turquia 1x1.

Importa referir que os programas iniciaram em momentos distintos, ou seja:

- Programa de recolocação teve início em dezembro de 2015;
- Acordo Turquia 1x1 iniciou a julho de 2017;
- E o acolhimento de pessoas refugiadas provindas de Barcos Humanitários, em julho de 2018.

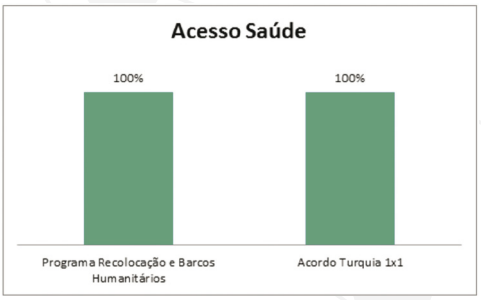


Figura 63 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – Acesso Saúde

No que respeita ao acesso ao SNS – Sistema Nacional de Saúde, verifica-se que todos/as os/as cidadãos/ãs acolhidos/as em Portugal, ao abrigo dos Programas acima mencionados, tiveram acesso ao número de utente e a acompanhamento médico.

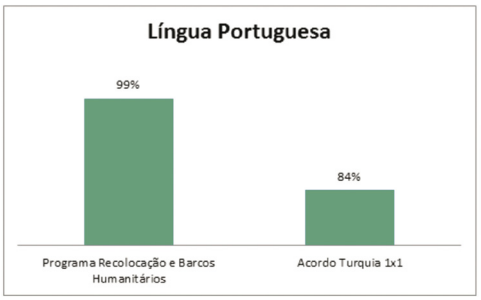


Figura 64 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – Língua Portuguesa

No que concerne ao acesso à aprendizagem da língua portuguesa quer seja, através de formadores externos, voluntários, Programa Português para Todos, *SPEAK*, IEFP, I.P., estabelecimentos escolares ou outra forma de ensino, foi aferido que as pessoas refugiadas recolocadas, na sua grande maioria, têm acesso a aulas de língua portuguesa.

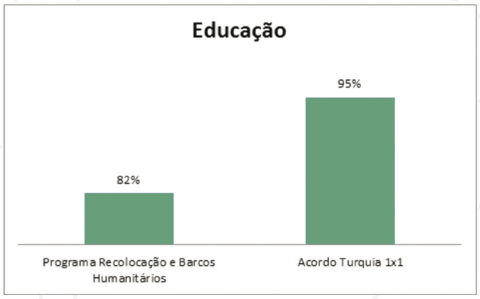


Figura 65 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – Educação

No que diz respeito ao acesso à educação, os/as menores, entre os 6 e os 17 anos, são integrados/as em equipamentos escolares, públicos e privados. O facto de não serem apresentados números de percentagem a 100% está relacionado com o facto de alguns/algumas menores terem menos de 5 anos e se encontrarem em casa com familiares.

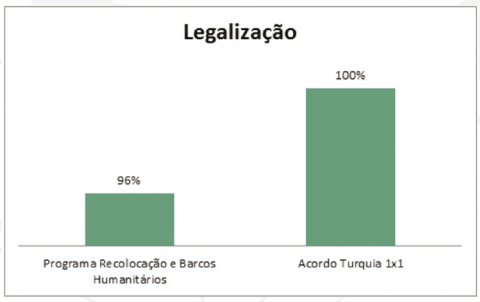


Figura 66 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – Legalização

No que concerne ao processo de legalização, da competência do SEF, o acesso à decisão final, beneficiário do estatuto de refugiado ou de proteção subsidiária, é efetivado, na sua maioria, ao final de aproximadamente um ano.

Relativamente ao programa de recolocação e barcos humanitários, e de acordo com as entidades de acolhimento, 2% são detentores de Declaração Comprovativa de Apresentação do Pedido de Proteção Internacional, e 2% de Recibo Comprovativo da Concessão da Autorização de Residência Provisória.

No que concerne ao Acordo Turquia 1x1, todas as pessoas refugiadas são detentoras de decisão final do SEF.

Figura 67 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – Nascimentos em TN

Relativamente aos nascimentos em território nacional, desde o início dos programas, nasceram 30 crianças em Portugal, 29 descendentes de pessoas recolocadas e 1 descendente de uma pessoa refugiada acolhida no âmbito do acordo Turquia 1x1.

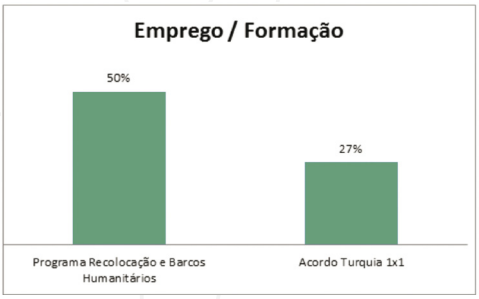


Figura 68 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – Emprego/Formação

As percentagens apresentadas no quadro *supra*, são o resultado do número de pessoas refugiadas acolhidas nos referidos programas, em idade laboral, integradas em formação profissional e em mercado de trabalho.

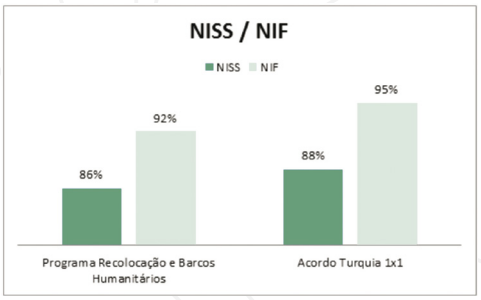


Figura 69 – Monitorização de integração de pessoas refugiadas, dezembro de 2018 – NISS/NIF

A obtenção do NISS (Número de Identificação da Segurança Social), da competência do ISS, I.P., e a obtenção do NIF (Número de Identificação Fiscal), da competência da Autoridade Tributária e Aduaneira, têm tido evoluções distintas. A obtenção do NISS por parte das pessoas refugiadas tem sido mais morosa, quando comparada com a obtenção do NIF. Com as diretrizes dadas pelos serviços centrais, em 2017, sobre os modos de atuação, para que sejam aplicados os mesmos procedimentos em todos os serviços descentralizados, durante o ano de 2018 verificou-se uma a regularização progressiva na obtenção de NISS.

Relativamente às pessoas refugiadas que terminaram o programa, que neste caso apenas reflete o programa de recolocação, 60% necessitaram de apoios complementares, perfazendo um total de 283 pessoas, e 40% autonomizaram-se, perfazendo um total de 192 pessoas integradas e sem necessidade de apoios sociais.

VI.
PROGRAMA ESCOLHAS 2018

Em 2018, no terceiro e último ano da 6.ª Geração do Programa Escolhas (PE), foram implementados 89 projetos plurianuais, com a duração de 3 anos, 88 em território nacional (22 NUT Norte; 12 NUT Centro; 40 NUT Lisboa; 7 NUT Alentejo; dois NUT Algarve; e três Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores) e um projeto em território internacional, nomeadamente no Luxemburgo. Juntamente com estes projetos também foram implementados 21 projetos com a duração de dois anos (cinco NUT Norte; cinco NUT Centro; seis NUT Lisboa; três NUT Alentejo; e dois NUT Algarve) que tiveram início em janeiro de 2017 e que decorreram até final de 2018.

No final de 2017 e de acordo com o n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento do PE não foram renovados dois projetos para o ano de 2018: um projeto da NUT Lisboa e um projeto de âmbito internacional. Assim sendo, em 2018 foram executados um total de 110 projetos no âmbito do PE.

Atendendo à metodologia de avaliação e acompanhamento dos projetos prevista no artigo 29.º do Regulamento do PE que define que a avaliação interna é da responsabilidade da equipa técnica do PE, tendo como referência a execução das atividades, os objetivos e os resultados previstos em candidatura, em 2018 realizaram-se um total de 392 visitas de acompanhamento e avaliação aos projetos locais por parte da equipa central do PE. Salientando-se que 224 foram visitas realizadas em contexto formal, as quais contaram com a presença das equipas de projeto, das entidades promotoras e gestoras e dos parceiros dos consórcios. Além destas será também de destacar, a realização de 110 sessões com os/as participantes dos projetos locais, onde foram selecionados grupos de jovens com idades representativas da realidade de cada projeto. Estas visitas tiveram como objetivo promover uma reflexão junto dos/das jovens em relação ao seu território e ao seu projeto e de que forma estes/estas poderiam contribuir para a sua melhoria, consciencializando assim os/as jovens para uma participação cívica e comunitária mais ativa e dinâmica.

Ainda no âmbito do artigo 29.º do Regulamento está definido que cabe ao consórcio de cada projeto a elaboração e apresentação de um relatório de autoavaliação intercalar e anual, bem como a apresentação mensal dos Planos de Atividades. Em 2018, os projetos apresentaram um total de 332 relatórios de autoavaliação, entre os quais 222 anuais e 110 intercalares, bem como elaboraram 1.320 Planos Mensais de Atividades, os quais foram analisados e aprovados pela equipa central do PE. No que se refere à avaliação interna, a equipa do PE produziu um total de 614 relatórios, que englobam os relatórios de avaliação central anual e intercalar (222), relatórios referentes às visitas de acompanhamento e avaliação (334) e relatórios de outros momentos com os projetos, nomeadamente, reuniões de apoio técnico e visitas em contexto de atividades (58).

No âmbito do plano de formação deu-se continuidade ao plano ministrado pelo Instituto de Empreendedorismo Social, I.P., (IES, I.P.), desde 2016, nomeadamente em formato de *Bootcamp* (metodologia intensiva para trabalhar em grupo soluções para problemas importantes e negligenciados da sociedade), quer de formação modular tendo em vista desenvolver competências no domínio da Inovação e Empreendedorismo Social (*Managing Impact Business*), apostando-se igualmente em formação intensiva para incremento do impacto local (*Scaling for Impact*), bem como para a medição desse impacto através da criação de ferramentas específicas. Em complemento, um grupo de 16 coordenadores/as tiveram a oportunidade de participar numa Formação de Facilitadores "Academia de Líderes Ubuntu – Programa Escolhas", dinamizada pelo IPAV. Sendo que também neste âmbito decorreu um projeto-piloto de capacitação para o uso da ferramenta educativa *EuropAlien*, que consiste num jogo de tabuleiro,

desenvolvido no âmbito do projeto europeu *Play4Change*, promovido pela Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa.

Além deste plano que foi ministrado a coordenadores/as, dinamizadores/as comunitários/as (DC) e equipa central do PE, foi realizada um Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores *b-learning* com acesso ao CCP – Certificado de Competências Pedagógicas para os dinamizadores/as comunitários/as.

No que concerne à monitorização do projeto de vida e da progressão escolar dos/as DC em funções em 2018, verificou-se que 103 obtiveram progressão escolar, completando pelo menos o ensino secundário, sendo que sete deles/as se encontram a frequentar o ensino superior (dois/duas dos/as quais ao abrigo do Programa OPRE). O seu acompanhamento foi realizado através de diferentes metodologias, tais como encontros individuais através de videoconferências, questionários dirigidos aos/às DC e aos/às coordenadores de projeto, troca de *e-mails* e contactos mais frequentes nos casos de maior necessidade.

Em paralelo com o plano de formação e no seguimento do levantamento de necessidades aos/às Coordenadores/as dos projetos foram organizados diversos *workshops* sobre temas relevantes para a atuação no terreno no intuito de dotar os/as participantes de ferramentas úteis e metodologias para o desenvolvimento do trabalho junto com a comunidade, tais como: Roteiro de informação sobre o Programa Garantia Jovem; Igualdade de Género e Violência Doméstica; Ferramentas do IPDJ sobre Associativismo e Programas de Voluntariado; Consumos: álcool e substâncias psicoativas; Sessão de preparação para o Global Dignity Day; Tráfico de seres Humanos; Mediação de Conflitos; Casamentos forçados e/ou precoces; e TODOS CONTAM – Plano nacional de formação financeira.

Ao nível da medida IV foram dinamizados *workshops* para os 89 projetos com Centros de Inclusão Digital (CID) destacando-se: a plataforma: *MILAGE APRENDER+ online*; Edição de imagem; *Naveg@s em Segurança?*; Vivência Saudável Videojogos e Literacia na publicidade; Robótica e Programação; e Alternativas: *Agir contra o discurso de ódio através de contra narrativas*.

No âmbito das iniciativas globais, decorreu entre 5 e 8 de abril de 2018, a iniciativa *Escolhas de Portas Abertas*, tendo mobilizado todos os projetos financiados pelo Programa Escolhas para a dinamização de atividades abertas às suas comunidades.

Com o objetivo de promover a sua divulgação a nível local e a nível nacional, foram desenvolvidas, de norte a sul do país, incluindo as regiões autónomas e o projeto-piloto a decorrer no Luxemburgo, cerca de 190 atividades/eventos, entre as quais se destacam exposições de fotografias e de trabalhos produzidos pelos participantes, ações de sensibilização, *workshops* e apresentações artísticas e culturais, nomeadamente, dança, música e teatro, torneios desportivos, entre muitas outras.

Figura 70 – Atuação do Grupo "Blood Staarz Crew" – Projeto EnTreCul – E6G

O *Centro de Atividades Escolhas* (CAE) situado na aldeia de Castelo Novo, concelho do Fundão, foi inaugurado no dia 29 de maio e é fruto de uma parceria tripartida entre o ACM, I.P., entidade gestora do Programa Escolhas, a Câmara Municipal do Fundão e a Fábrica da Igreja de Castelo Novo.

Este espaço de educação não formal, que se encontra devidamente equipado, tem capacidade para acolher em regime residencial 33 pessoas, pretendendo funcionar como um local de acolhimento de atividades ocupacionais de diversa ordem, designadamente, educacional, artística, lúdica e recreativa, bem como um espaço de dinamização de reuniões e ou ações de formação, ou de outros eventos de natureza equivalente.

Neste sentido, ao longo dos últimos sete meses de 2018 estiveram no Centro de Atividades Escolhas oito projetos – seis da Zona Lisboa, Sul e Internacional e dois da Zona Norte Centro e Ilhas, perfazendo um total de 161 participantes, sendo 76 do sexo feminino e 85 do sexo masculino, variando as faixas etárias entre os seis e mais de 25 anos. De referir que, além dos projetos Escolhas, também pernoitaram no CAE 58 participantes de outras entidades, os quais realizaram atividades culturais, artísticas e formativas. Assim, no total pernoitaram no CAE, durante este período, 219 participantes, incluindo as equipas técnicas responsáveis pelos mesmos.

Figura 71 – Centro de Atividades Escolhas

No dia 30 de junho, o Programa Escolhas promoveu a iniciativa *Floresta Viva*, cujos principais objetivos passaram pela promoção de uma maior consciencialização para a necessidade de limpeza de matas e florestas, bem como a formação de cidadãos mais atentos e proativos nestes domínios. Neste sentido, a iniciativa materializou-se através de ações de limpeza de matas e florestas, reflorestação de áreas afetadas pelos incêndios recentes e ações de sensibilização, as quais mobilizaram cerca de 1.700 participantes de 80 projetos locais, de norte a sul do país e regiões autónomas.

Além das crianças e jovens, estas ações contaram com a colaboração de mais de 200 parceiros, entre municípios, proteção civil, bombeiros, forças de segurança e associações locais.

A equipa central do Programa Escolhas também respondeu a este apelo lançado a nível nacional, tendo-se juntado ao Projeto Agir + – E6G na ação de limpeza da Floresta Ripária da Ribeira de Santarém, a qual contou ainda com a participação da Equipa Multidisciplinar de Ação para a Sustentabilidade da Câmara Municipal de Santarém.

Figura 72 – Ação de limpeza da Floresta Ripária da Ribeira de Santarém

Durante o ano de 2018, o Programa Escolhas continuou a marcar presença em diversos encontros, seminários e conferências, salientando-se:

- A apresentação de resultados do grupo de trabalho dedicado ao diálogo intercultural, no âmbito do Encontro organizado pelo GEPAC, "Cultura – Boas-práticas na UE", Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 23 de abril.

- A apresentação do Programa Escolhas e visitas de estudo a projetos Escolhas no âmbito da receção da comitiva da Rede SIRIUS (esta visita aconteceu no CNAIM, em Lisboa, nos dias 3 e 4 de maio).

- A participação na sessão de abertura e presença no *Workshop* "Capacitação, autonomia e responsabilidade" em articulação com o projeto CIGA GIRO – E6G sob o tema "Empreendedorismo Social", do Seminário "Comunidades Ciganas: A importância das relações na intervenção social", promovido pelo projeto Geração Tecla – E6G, em Braga, nos dias 4 e 5 de junho.

- A participação na Conferência inaugural do VIII Congresso Internacional de Educação Social (20 e 21 de novembro), subordinada ao tema "Minorias e Direitos Humanos – Compromisso com as Pessoas", organizado pela Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, o Instituto Politécnico do Porto e a Escola Superior de Educação do Porto.

- A apresentação do Programa Escolhas, a 29 de novembro, na sessão sobre "Social Innovation Initiatives Supporting NEETs", promovida pela Associação Dialogue Café, Fundação Calouste Gulbenkian.

- A participação no Seminário Internacional "Empoderando a População Cigana através da Produção

de Conhecimento: O papel dos Investigadores, Académicos e Sociedade Civil" ("*Empowering Roma People through knowledge production: The role of Researchers, Academics and Civil Society*"), em Braga nos dias 6 e 7 de dezembro.

• A participação na conferência "*China – Portugal International Children's Sports Health Education and Culture Festival*", a convite da Fundação Futebol – Liga Portugal, que teve lugar a 5 de dezembro, em Lisboa, com o objetivo de realçar a cooperação entre a Fundação do Futebol – Liga Portugal e a Fundação China Soong Ching Ling, nos projetos de educação no desporto jovem, na problemática do bem-estar físico, nos cursos curriculares competitivos e, sobretudo, na cooperação internacional mútua. Integrado no painel "*Children Sports Education & Health Development – Global Challenges & Opportunities*", o Programa Escolhas deu a conhecer o seu escopo, com especial destaque para os projetos locais e boas-práticas de inclusão social por via do desporto.

• A participação do Programa Escolhas na 2.ª Conferência do Fórum Permanente para as Competências Digitais que decorreu no dia 12 de dezembro, no Centro de Congressos de Lisboa. Este evento procurou promover a discussão e partilha de conhecimento, experiências e ideias sobre as competências digitais em Portugal, em várias vertentes. Nesta conferência, foram apresentados os projetos bandeira para cada um dos Eixos da Iniciativa INCoDe.2030: Inclusão, Educação, Qualificação, Especialização e Investigação. O Programa Escolhas marcou presença através da dinamização de um *stand*, dando a conhecer aos participantes da conferência o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área da inclusão digital, desde a produção audiovisual, com a realização de reportagens em vídeo e radiofónica, à robótica e programação, com impressão 3D e programação de pequenos drones, entre outros. Este *stand* contou com a participação e colaboração de quatro projetos locais: INOVAR "3E" – E6G, de Casal de Cambra; O Espaço, Desafios e Oportunidades – E6G, da Tapada das Mercês; Claquete – E6G, do Lumiar; e Desafios – E6G, de Agualva-Cacém.

Figura 73 – Conferência InCoDe

• A participação na sessão de abertura do II Encontro de Jovens Ciganos Estudantes e Famílias de Portugal, na Figueira da Foz, a 14 de dezembro. Nesta iniciativa, o Programa Escolhas teve a possibilidade de partilhar a experiência do Programa OPRE, junto de estudantes ciganos/as e respetivas famílias.

Figura 74 – Encontro de Jovens Ciganos/as Estudantes e Famílias de Portugal

No ano de 2018, e à semelhança do ano anterior, deu-se continuidade à implementação do IARPS-CJ (Instrumento de Avaliação do Risco Psicossocial em Crianças e Jovens). Este instrumento criado com o apoio da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL) e desenvolvido no âmbito do Projeto "Desenvolvimento de instrumentos de avaliação do risco psicossocial para o Programa Escolhas", financiado pelo Fundo Social Europeu através do seu Programa Operacional de Assistência Técnica (Projeto POAT/FSE N.º 000859402013), pretende dar um contributo para o mapeamento multidimensional do risco psicossocial ao nível regional e nacional, abrangendo fatores de risco quer ao nível individual, escolar, familiar e comunitário.

Este instrumento está disponível para preenchimento, por parte dos projetos locais, na plataforma informática AGIL – Aplicação da Gestão de Informação Local, e permite consolidar e aprofundar análises psicométricas, bem como obter importantes conclusões acerca dos níveis de risco nos diferentes contextos servidos pelo Programa Escolhas.

No terceiro e último ano da 6.ª Geração do Programa Escolhas, com um total de 110 projetos financiados, foram envolvidos 41.648 indivíduos, participantes em 181.198 sessões de trabalho criadas. Destes 41.648 participantes, 9.480 (22,8%) são participantes diretos, sobre os quais incide um acompanhamento mais regular e continuado, e 32.168 (77,2%) são participantes indiretos. Sendo o seu público-alvo prioritário, os/as participantes são na sua esmagadora maioria crianças e jovens (33.261; 79,9%). Refira-se ainda os 13% de participantes familiares das crianças e jovens.

Tipo	F	%
Crianças e Jovens	33.261	79,9%
Familiares	5.126	12,3%
Outros	3.261	7,8%
Total	41.648	100%

Figura 75 – Público-alvo envolvido durante 2018

Em termos de participação por medidas e como já acontecera nos anos de 2016 e 2017 desta geração, devem salientar-se primeiramente as atividades da medida I, as que estão relacionadas com as questões da educação e formação, com 64,4% do total de participantes envolvidos. Refira-se ainda que em 2018, a medidas III (participação, direitos e deveres cívicos e comunitários) manteve-se como a segunda mais

participada, com 43,5% do total de participantes envolvidos, logo seguida da medida IV, respeitante à inclusão digital, ainda com um nível de participação considerável, tendo envolvido 37,6% do total de participantes.

Medida	Sessões	Público-alvo	% Público-alvo
Medida I	68.631	26.819	64,4%
Medida II	7.593	3.285	7,9%
Medida III	44.144	18.111	43,5%
Medida IV	50.849	15.578	37,4%
Medida V	9.981	4.421	10,6%
Total	181.198		

Figura 76 – Público-alvo envolvido por medida em 2018

Em 2018, os Centros de Inclusão Digital foram responsáveis pela emissão de um total de 3.414 certificações em TIC, número este que engloba formações em: Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação – DCB (Fundação para a Ciência e Tecnologia), módulos de Literacia Digital (Microsoft), *IT Essentials* (Cisco), *Get Connected* (Cisco), Cibersegurança (Cisco), bem como outros currículos desenvolvidos localmente.

Por faixa etária, a participação nas atividades expressou em 2018 uma alteração em relação ao grupo etário mais participativo verificado no ano anterior. Assim, o grupo etário dos seis aos 10 anos, foi em 2018, substituído pelo grupo etário dos 14 aos 18 anos, tendo sido o mais participativo nas atividades, com 11.153 participantes (26,8%). Em segundo lugar aparece então o grupo etário dos 6 aos 10 anos, com 10.053 participantes (24,2%). Deve ainda referir-se o número importante de participantes com idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos (17,4%), assim como aqueles com idades superiores a 30 anos (17,5%). Por comparação com 2017 e em jeito de conclusão, será de salientar o importante aumento da participação dos/as jovens entre os 14 e os 18 anos, assim como o ligeiro decréscimo dos/as participantes com mais de 30 anos.

Idade	Público-alvo	%
6-10 anos	10.053	24,2%
11-13 anos	7.264	17,4%
14-18 anos	11.153	26,8%
19-30 anos	5.873	14,1%
Mais de 30 anos	7.305	17,5%
Total	41.648	

Figura 77 – Público-alvo envolvido por estrato etário em 2018

Sobre a escolaridade completa dos/as participantes em atividades do PE durante o ano de 2018, a tendência continua a centrar-se numa maior envolvência de jovens com os 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade completa.

Escolaridade	Público-alvo	%
1.º ano	2.888	6,9%
2.º ano	3.122	7,5%
3.º ano	3.346	8%
4.º ano	4.919	11,8%
5.º ano	3.139	7,5%
6.º ano	4.829	11,6%
7.º ano	2.530	6,1%
8.º ano	2.420	5,8%
9.º ano	4.587	11%
10.º ano	941	2,3%
11.º ano	875	2,1%
12.º ano	1.945	4,7%
Outras	1.312	3,2%
Sem escolaridade	3.075	7,4%
Não sabe	1.720	4,1%
Total	41.648	

Figura 78 – Escolaridade do público-alvo envolvido em 2018

No que toca à participação por sexo e ainda que se mantenha um grande equilíbrio entre os dois géneros, neste terceiro ano da 6.ª geração do Programa Escolhas, é o sexo feminino aquele que tem um maior número de participantes nas atividades dos projetos financiados pelo PE, com 20.873 (50,1%).

Tipo	F	%
Masculino	20.775	49.9%
Feminino	20.873	50.1%
Total	41.648	

Figura 79 – Público-alvo participante por sexo em 2018

No que concerne aos 20 indicadores globais, da recolha de informação efetuada por todos os projetos, é possível identificar os seguintes resultados:

INDICADORES ESPECÍFICOS	META	EXECUTADO
1. Taxa de sucesso escolar global (%)	78%	81,3%
2. Encaminhamento para escola e formação profissional	6.500	7.772
3. Encaminhamento para emprego	6.200	7.480
4. Integração em formação profissional	3.000	3.637
5. Integração em emprego	2.600	3.185
6. Envolver parceiros nas atividades desenvolvidas	2.300	2.510
7. Certificar no domínio das TIC (total)	13.000	15.402
8. Número de associações criadas	30	37
9. Número de iniciativas empreendedoras criadas	230	293
10. Número de participantes em atividades que contribuam para a participação e cidadania	33.500	37.142
INDICADORES GERAIS		
11. Participantes globais (indivíduos)	63.000	68.914
12. Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	45	35
13. Sessões totais com presenças (total)	400.000	496.114
14. Execução financeira global dos projetos (%)	90%	84%
15. Dinamizadores Comunitários com progressão escolar/projeto de vida (indivíduos)	80	103
16. N.º total de horas de formação interna por pessoa	105	107
17. N.º total de horas de formação (hora * formando)	35.000	35.447
18. N.º de contactos presenciais com os projetos locais (total)	1.200	1263
19. N.º de inserções em comunicação social com referências positivas ao PE	1.850	1923
20. N.º de visitas ao *site* do Programa Escolhas	280.000	331.570

Figura 80 – Indicadores globais em 2018

Ao fim do terceiro ano de intervenção desta 6.ª Geração do Programa Escolhas, verificamos que 19 das 20 metas estabelecidas foram superadas durante o ano de 2018, com exceção do nível da execução financeira dos projetos. Este indicador ficou aquém da meta proposta, derivado de fatores externos.

Acima do esperado, no sentido positivo, está o valor do sucesso escolar que se cifrou nos 81% face aos 76% esperados para o ano letivo de 2017/2018.

Com resultados bastante acima do esperado, devem destacar-se, ainda, aqueles que dizem respeito aos encaminhamentos para a escola, emprego e formação profissional, assim como os respeitantes às integrações em emprego e formação profissional. No domínio das TIC, o número de certificações foi também largamente superado.

Será também de destacar os resultados respeitantes ao número de associações criadas e/ou mantidas assim com o número de iniciativas empreendedoras criadas e/ou mantidas.

VII. PREVENÇÃO, PROIBIÇÃO E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO

1. NOVA LEI DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

O ACM, I.P., tem como missão, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei, conforme expressamente prevê a alínea l) do número 2 do artigo 3.º do mesmo diploma legal.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), que funciona junto do ACM, I.P., é o órgão especializado no combate à discriminação racial e étnica, cujo objeto é prevenir e proibir a discriminação racial e sancionar atos e práticas que se traduzam na violação de direitos em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

O novo regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, publicado pela Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, em vigor desde 1 de setembro de 2017, visou lograr um combate mais eficiente e efetivo do fenómeno da discriminação racial e étnica, visando uma maior proteção das vítimas, tendo integrado novos conceitos e competências, acompanhando as orientações mais recentes de política pública nacional, europeia e internacional.

Nesta sentido, foram reforçadas as competências do ACM, I.P., no combate à discriminação racial e étnica, passando a deter competências para promover e dirigir os atos instrutórios no âmbito dos processos de contraordenação, promovendo as diligências de recolha de prova ao apuramento dos factos denunciados. Decorrido um ano da entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, assiste-se a um maior conhecimento da Lei e dos mecanismos ao dispor das alegadas vítimas e assinala-se um crescente envolvimento da sociedade civil e um aumento da discussão pública em torno da temática da discriminação racial e étnica, o que se traduziu no aumento das queixas apresentadas à CICDR. Salienta-se ainda uma maior e mais estreita articulação entre a CICDR e as demais entidades públicas com ou sem competência na área da discriminação, bem como a colaboração entre as autoridades policiais e o ACM, I.P., na fase de instrução dos processos de contraordenação.

2. COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) é um órgão de composição plural vocacionado para a prevenção e combate à discriminação racial, cabendo-lhe proibir e sancionar práticas discriminatórias em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, nos termos e limites estabelecidos na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto. Compete ao ACM, I.P., assegurar o apoio técnico e administrativo adequado, bem como as instalações necessárias ao funcionamento da Comissão.

No ano de 2018, a Comissão alargada foi constituída por 31 membros, incluindo o Alto-Comissário para as Migrações, que preside, e por representantes de todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia

da República, membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna, justiça, cidadania e da igualdade, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cultura, Governo Regional dos Açores e da Madeira, associações de imigrantes, associações antirracistas, associações de defesa dos direitos humanos, 71 comunidades ciganas, centrais sindicais, associações patronais e personalidades de reconhecido mérito, cooptadas pelos restantes membros.

Atualmente a Comissão, presidida pelo Alto-Comissário para as Migrações, é composta pelos seguintes Conselheiros e Conselheiras:

- Maria Emília Cerqueira[2]– Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata);
- Elza Pais – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PS – Partido Socialista);
- Mamadou Ba – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (BE – Bloco de Esquerda) e Membro da Comissão Permanente da CICDR;
- Sofia de Assis Pacheco[3] – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular);
- Vivina Nunes – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PCP – Partido Comunista Português);
- Maria Dulce Arrojado – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PEV – Partido Ecologista "Os Verdes");
- Miguel Barros – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela Administração Interna;
- Inês Ferreira Leite – Representante designada pelo membro do Governo responsável pela área da Justiça;
- Paula Moura – Representante designada pelo membro do Governo responsável pela área da Cidadania e da Igualdade;
- Pedro Abrantes – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Educação;
- Inocência Mata – Representante designada pelo membro do Governo responsável pela área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Nelson Felgueiras – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Vasco Prazeres – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Saúde;
- Nuno Marques Pereira[4] – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura;
- Paulo Fontes[5] – Representante do Governo Regional dos Açores;
- Mariana Luísa Aragão Gouveia Bettencourt – Representante do Governo Regional da Madeira;

[2] Tomou posse como Conselheira da CICDR a 17 de dezembro de 2018, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República do PPD/PSD, em substituição do Conselheiro António Pinheiro Torres, que cessou funções.
[3] Tomou posse como Conselheira da CICDR a 12 de março de 2018, na qualidade de representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República do CDS-PP, em substituição da Conselheira Teresa Anjinho, que cessou funções em virtude de ter sido designada provedora-adjunta da Provedora de Justiça.
[4] Tomou posse como Conselheiro da CICDR a 17 de dezembro de 2018, na qualidade de membro do Governo responsável pela área da Cultura, em substituição do Conselheiro Tiago Bartolomeu Costa, que viria a cessar funções em virtude da reestruturação do Governo.
[5] Tomou posse como Conselheiro da CICDR, a 17 de dezembro de 2018, na qualidade de representante designado pelo Governo Regional dos Açores, em substituição da Conselheira Marta Bulhões, que cessou funções em virtude de reestruturação do Governo Regional.

- Maria Isabel Monteiro – Representante das Associações de Imigrantes (Associação Cultural Moinho da Juventude);
- Maria Assunção Tavares[6] – Representante das Associações de Imigrantes (Associação de Solidariedade Social 'Assomada');
- José Falcão – Representante das Associações Antirracistas (Movimento SOS Racismo);
- João Silva – Representante das Associações Antirracistas (Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos);
- Maria Teresa Tito de Morais Mendes – Representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos (CPR – Conselho Português para os Refugiados);
- Pedro Neto[7] – Representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos (Amnistia Internacional – Portugal);
- Olga Mariano – Representante das Comunidades Ciganas;
- Carlos Trindade – Representante das Associações das Centrais Sindicais (CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional);
- José Cordeiro – Representante das Associações das Centrais Sindicais (UGT – União Geral de Trabalhadores);
- Helena Leal – Representante das Associações Patronais (CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal);
- Sara Rego – Representante das Associações Patronais (CIP – Confederação Empresarial de Portugal);
- Manuel Luís Macaísta Malheiros – Personalidade de Reconhecido Mérito Cooptada pelos restantes membros da CICDR e Membro da Comissão Permanente da CICDR;
- Maria José Casa-Nova – Personalidade de Reconhecido Mérito Cooptada pelos restantes membros da CICDR;
- Johnson Semedo[8] – Personalidade de Reconhecido Mérito Cooptada pelos restantes membros da CICDR.

A CICDR dispõe de uma Comissão Permanente (CP)[9], com formação restrita integrada pelo Presidente e por dois Conselheiros eleitos pela Comissão alargada, cabendo-lhe especialmente, encaminhar as partes, prestado o respetivo consentimento, para processos de mediação, sem prejuízo de meios extrajudiciais de resolução de conflitos que sejam obrigatórios nos termos da lei, solicitar informações e pareceres, bem como a realização das diligências probatórias que considere necessárias, e ainda articular com os órgãos competentes na área da não discriminação nos casos de discriminação múltipla.

Durante o ano de 2018, realizaram-se quatro Reuniões Plenárias da CICDR que decorreram, respetivamente a 12 de março, 18 de junho, 28 de setembro e 17 de dezembro.

[6] Por, nas eleições se ter verificado um empate entre as duas associações de imigrantes na segunda posição com maior número de votos, foi acordado dividir o mandato por igual período, ficando na primeira parte a representante identificada e, na segunda parte do mandato, exercerá a representação das associações de imigrantes Adriana Dihl Moraes, da Associação Mais Brasil.
[7] Tomou posse como Conselheiro da CICDR a 28 de setembro de 2018, na qualidade de representante da Associação de Defesa dos Direitos Humanos, Amnistia Internacional – Portugal, em substituição da Conselheira Susana C. Gaspar.
[8] Tomou posse como Conselheiro da CICDR a 28 de setembro de 2018, na qualidade de Personalidade de Reconhecido Mérito cooptada pelos restantes membros da CICDR, em substituição da Conselheira Romualda Fernandes, que renunciou ao mandato em virtude de ter iniciado funções como Vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P., em janeiro de 2018.
[9] A Comissão Permanente é composta por Pedro Calado, Alto-Comissário para as Migrações e Presidente da CICDR, o Conselheiro Manuel Macaísta Malheiros e o Conselheiro Mamadou Ba desde o dia 11 de dezembro de 2017.

Atenta a diversidade de assuntos, por decisão da Comissão alargada de 18 de junho, as reuniões plenárias passaram a ter a duração de um dia completo, de forma a potenciar o acompanhamento e análise detalhada dos assuntos a discutir.

Nestas reuniões foram analisados e tratados diversos temas, destacando-se os seguintes:

- Acompanhamento da receção de queixas pela prática de atos discriminatórios em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, e respetiva evolução;
- Apresentação e discussão de Casos Paradigmáticos em cada reunião plenária da CICDR;
- Substituição e consequente tomada de posse de Conselheiros/as que compõem a Comissão;
- Elaboração, apresentação e discussão do "Relatório Anual da Situação da Igualdade e Não Discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem" do ano de 2017, remetido à Assembleia da República e ao membro do Governo com a pasta da Igualdade, Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade;
- Realização de duas sessões temáticas:
  - "O papel dos *Media* na sensibilização da opinião pública em matéria de discriminação racial", que contou com a presença da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC);
  - "A Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD) da APAV" que contou com a participação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
- Elaboração da "Recomendação à adesão ao Princípio de não-referência da origem racial, etnia, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental da CICDR"[10].

Durante o ano de 2018, foram recebidas pela CICDR 346 participações/queixas/denúncias de alegadas práticas discriminatórias, consoante tenham sido remetidas por outras entidades, pelas vítimas, ou por terceiros, respetivamente. Este aumento tem-se mostrado consolidado desde 2014, tendo sido mais significativo por relação ao ano anterior, na ordem dos 93,3%, já que em 2017 haviam sido registadas 179 queixas.

Sem prejuízo de se considerar que este aumento de queixas enviadas à CICDR é demonstrativo de uma maior consciencialização para a problemática da discriminação racial, bem como demonstra o reconhecimento por parte dos/as interessados/as dos mecanismos ao dispor, este número não representará o universo real da problemática da discriminação racial e étnica no contexto nacional, por um lado porque outras entidades trabalham também esta temática em determinados contextos, e por outro porque é consabido que nem todas as situações são efetivamente alvo de reporte quer a esta Comissão quer a outras entidades.

As participações, queixas e denúncias de alegadas práticas discriminatórias, rececionadas em 2018 pela CICDR tiveram os seguintes desenvolvimentos:

[10] A Recomendação foi discutida e aprovada por unanimidade na 6.a Reunião Plenária da CICDR de 28 de setembro de 2018 e encontra-se acessível em https://www.cicdr.pt/documents/57891/110180/CICDR.PDF/8eb9dba1-fce4-4dbe-bf77- 282f533e0774

DESENVOLVIMENTOS DAS QUEIXAS/PARTICIPAÇÕES/DENÚNCIAS	N
Conversão em processos de contraordenação (PCO) *	56
Aguardam esclarecimentos	57
Análise, preparação e encaminhamento para outras entidades **	99
Queixas incompletas/infundadas	68
Queixas incorretas***	66
TOTAL	346

Figura 81 – Desenvolvimentos das queixas/participações/denúncias

Notas:

* Inclui PCO abertos pela CICDR e PCO iniciados pelas IG competentes e remetidos à CICDR para continuação da instrução ou decisão.

** Outras Entidades: inclui Ministério Público, Autoridade para as Condições de Trabalho, Linha Alerta Internet Segura, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, Direção-Geral do Consumidor, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Provedor de Justiça.

*** Abrange situações que não tinham por base características protegidas na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, encaminhadas para: Ministério Público, Autoridade para as Condições de Trabalho, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Inspeção-Geral de Finanças, Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva e Inspeção-Geral da Educação e da Ciência.

Nas 346 participações, queixas e denúncias recebidas, não se verificam diferenças significativas no que respeita ao sexo das alegadas vítimas, sendo que 96 respeitavam a pessoas do sexo masculino e 87 referiam-se a pessoas do sexo feminino. Foi ainda possível identificar que 39 queixas respeitavam a grupos mistos que integravam pessoas de ambos os sexos e que 46 situações diziam respeito a alegadas práticas discriminatórias dirigidas a comunidades ou grupos sociais considerados como um todo, não podendo ser caracterizáveis em razão do sexo.

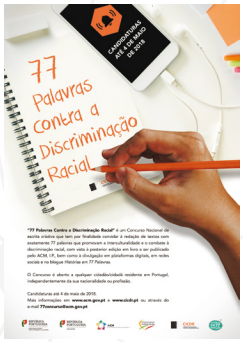
3. OUTRAS INICIATIVAS

Campanhas de Sensibilização como Forma de Prevenção e Combate à Discriminação

Equipa de Andebol – Contra a Discriminação Racial

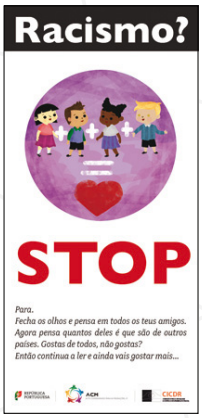
A iniciativa "Equipa de Andebol – Contra a Discriminação Racial" resultou de uma parceria estabelecida a 19 de janeiro de 2018 com a Associação de Solidariedade Social Assomada, com vista à sensibilização e prevenção da discriminação racial. Esta iniciativa permitiu que a equipa de andebol feminina, na primeira divisão, constituída maioritariamente por atletas descendentes de pessoas imigrantes, envergasse equipamentos cujas camisolas exibem o logótipo da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial acompanhado do slogan "Denuncie a Discriminação Racial".

O Concurso Nacional de Escrita criativa – "77 Palavras Contra a Discriminação Racial"



No âmbito do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, foi lançada a campanha de sensibilização anual da CICDR, com o apoio do ACM, I.P., que consistiu na realização de um Concurso Nacional de escrita criativa intitulado "*77 Palavras Contra a Discriminação Racial*", convidando à redação de textos que promovessem, em exatamente 77 palavras, a interculturalidade e o combate à discriminação racial. A campanha, direcionada ao público em geral, rececionou mais de 500 candidaturas e foi destinado a todas as pessoas a partir dos 7 anos de idade, independentemente da nacionalidade ou profissão, abrangendo todo o território nacional.

Iniciativa "Racismo? STOP!" com Universo Benfica



A iniciativa Universo Benfica resultou de uma parceria estabelecida com a *Kid Fun* Projeto da Fundação Benfica, em 2014, e tem perdurado, nos anos letivos seguintes, mantendo-se até ao ano letivo de 2018/2019. Este projeto consiste em ações em estabelecimentos escolares por todo o território nacional e promove diversas atividades lúdicas com os/as educandos/as, propagando a divulgação da CICDR e da respetiva missão no combate à discriminação racial, através da disponibilização num campo insuflável, de um *Golf Banner* com a imagem da CICDR, sendo igualmente distribuídos *flyers* com a mensagem "Racismo? STOP!". Considerando o ano letivo 2017/2018, foram beneficiárias da campanha cerca de 20.070 crianças, no total de 113 escolas básicas, de 72 agrupamentos em 47 municípios distribuídos pelos 18 distritos de Portugal.

Outras ações de sensibilização

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas diversas ações de formação e de sensibilização na vertente não-formal ministrada pelo Gabinete de Apoio Técnico da CICDR, de âmbito nacional, num total de 45 ações, 895 participantes e de aproximadamente 3.000 horas, destacando-se as seguintes:

- No âmbito do protocolo celebrado entre a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e o ACM, I.P., no dia 19 de julho de 2018, foram ministradas cinco ações de formação a 98 técnicos dos serviços de reinserção social em Lisboa, Coimbra, Porto, Funchal e Ponta Delgada num total de 635 horas;
- Na sequência do protocolo "JUNTOS POR TODOS", celebrado entre o Comando Nacional da Polícia de Segurança Pública e o ACM, I.P., foram realizadas 26 ações de formação subordinadas ao tema "Regime Jurídico contra a Discriminação Racial"/"Discriminação Racial: Mecanismos Legais no Ordenamento Jurídico Português"/"Diversidade e Cidadania – o Direito à não discriminação", num total de mais de 1.600 horas ministradas a 430 agentes da PSP;
- Juntamente com o Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM) foi levada a cabo a Formação Inicial Teórica para Técnicos/as da Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM);
- Formação sobre a Nova Lei Contra a Discriminação – que decorreu no dia 03 de março, na Figueira da Foz e que contou com a presença 23 participantes do Programa OPRE (Programa Operacional Para

a Promoção da Educação), Estudantes, Mediadores e Dinamizadores Comunitários dos Programas Escolhas;

• A 16 de maio teve lugar a Conferência sobre a Nova Lei contra a Discriminação Racial na Região Autónoma da Madeira, em parceria com a Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais do Governo Regional da Madeira, e contou com a presença de 43 participantes;

• A 21 de maio em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras realizou-se a Conferência subordinada ao tema Diversidade e Cidadania dirigida a 11 técnicos/as das áreas de desenvolvimento e coesão social onde foi abordado o Direito à não discriminação;

• No dia 02 de julho, em parceria com a AIPA – Associação de Imigrantes dos Açores, teve lugar em São Miguel, Ponta Delgada a Conferência subordinada ao tema Discriminação Étnico-Racial em Portugal, em que foram abordados os mecanismos de combate à discriminação racial, tendo contado com a presença de 45 pessoas;

• A 11 de setembro, foi também realizado um *Workshop* sobre Direitos Humanos – Combate à Discriminação Racial em Portugal em parceria com a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), que contou com a frequência de 20 pessoas provenientes de diversos distritos;

• No dia 19 de novembro em Lisboa e sob o mote "Respeito, Diversidade e Inclusão", ocorreu um *LunchTalk* sobre o tema Combate à Discriminação Racial/Étnica em Portugal de acordo com a legislação vigente na Embaixada Britânica em Lisboa, que contou com a participação de 45 pessoas;

• Formação "Direitos Humanos para todos e em toda a parte" – Direito à proteção contra a Discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem" realizada no dia 22 novembro na Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SCMJ), em Lisboa, e que contou com a participação de 37 formandos/as;

• Sob o tema "Direitos Humanos, Igualdade e Combate à Discriminação Racial e Étnica" foi realizada uma ação na Escola Básica e Secundária de Passos Manuel em Lisboa, no dia 4 de dezembro de 2018, que contou com a participação ativa de 36 alunos/as pertencentes aos 5.º e 7.º anos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

VIII. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR

1. MATERIAIS PRODUZIDOS

Em 2018, o ACM, I.P., interveio ativamente na conceção gráfica, produção, atualização, revisão e execução de conteúdos e/ou materiais informativos de comunicação, sensibilização e disseminação, tais como desdobráveis, cartazes, marcadores, dípticos e cartazes, em suporte papel e em versão digital.

Neste âmbito, com o objetivo de **atualizar os conteúdos informativos em materiais de divulgação**, é de realçar a produção, em versão impressa, do **Relatório de Atividades de 2017**, do **Desdobrável Programa Mentores para Migrantes** (PT/EN), do **Desdobrável Formação ACM**, do **Cartaz Programa SIM (Sustentabilidade, Impacto e Mudança)**; do **Separador de divulgação Serviço de Tradução Telefónica/ Linha de Apoio a Migrantes**; e do **Díptico PEI – Projeto Promoção de Empreendedorismo Imigrante**. Em materiais impressos, destacamos ainda a produção de **10 Diplomas para os trabalhos distinguidos na edição de 2018 do Prémio de Comunicação *Pela Diversidade Cultural***.

Para divulgação do trabalho do ACM, I.P., e dar visibilidade à imagem do Instituto em eventos/iniciativas organizados/as internamente ou em parceria, realizaram-se **novas conceções gráficas das capas institucionais** e de **Cartões de Cliente** para os três Centros de Apoio à Integração de Migrantes (Norte, Lisboa e Algarve), avançando posteriormente com a sua produção. Ainda nesta esfera de divulgação da imagem do Instituto nos seus eventos, procedeu-se à **conceção gráfica para produção de três novos *Roll-Up* e 12 cubos decorativos institucionais**.

Destaca-se ainda, em formato digital, a **atualização do cartaz para a iniciativa "Família do Lado" 2018**, realizada a 25 de novembro, bem como das **imagens de divulgação (cartaz, *banner* de Facebook e convite) para a edição de 2018 do Prémio de Comunicação *Pela Diversidade Cultural***.

Ao nível da conceção gráfica de novos materiais digitais de divulgação de iniciativas, são de assinalar: o **Cartaz para divulgação do concurso "77 palavras Contra a Discriminação Racial"**, promovido pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação de Todas a Formas de Discriminação Racial (21 de março); a **imagem de Capa do Calendário Inter-religioso – Celebração do Tempo 2019**, lançado em outubro de 2018; **a capa e paginação do conteúdo informativo para as três edições da nova *Newsletter* do Observatório das Comunidades Ciganas** (ObCig).

O ACM, I.P., procedeu ainda à **conceção gráfica da imagem para cartazes e programas de divulgação** dos eventos seguintes: **Lançamento em Lisboa da Publicação da *OCDE Addressing Forced Displacement Through Development Planning and Co-operation: Guidance for Policy makers and Practioners*** (fevereiro); **"Escolhas de Portas Abertas"** (abril); **"Floresta Viva"** (26 de junho a 6 de julho); **Conferência/ debate *Debunking Disinformation: Building Cultural Integrity Through Storytelling***, organizada em parceria pela Embaixada dos Estados Unidos, Faculdade de Letras de Lisboa, com o apoio do ACM, I.P., e CICDR (setembro); **II Congresso de Diálogo Inter-religioso: "Cuidar do outro"** (outubro); **Global Dignity Day** (outubro); **Seminário "As crianças Ciganas e o Direito à Educação"**, promovido em parceria pelo ACM, I.P., e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (novembro); **Projeto "Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina"** (novembro); **Seminário Internacional "Empoderar a População Cigana"** (dezembro), que implicou a preparação daqueles materiais de divulgação também em língua inglesa. Para as **inaugurações dos Centros Locais de Apoio à Integração de migrantes**

(CLAIM) de Serpa e Pias, em fevereiro, e de Tábua, em outubro, criou-se o grafismo das respetivas **placas de inauguração**.

Para a plataforma *online* Refujobs, lançada em maio, e para a ***app MYCNAIM***, lançada em junho, conceberam-se os respetivos logótipos e imagens de divulgação.

Para a **campanha digital para o Facebook #Racismo? STOP!**, promovida em maio, pela CICDR, com o objetivo de combater as comunicações de ódio *online*, foram criados **7 cartazes digitais**.

Para a iniciativa da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, **Torneio da Cidadania 2018**, realizado em novembro, avançou-se com a conceção gráfica dos **cartazes de divulgação, digitais e impressos, dos troféus, assim como de *t-shirts* e *Roll-Up*** alusivos à iniciativa.

Em 2018, por ocasião da visita da **Rede Europeia para a Integração** ao ACM, I.P., em junho executaram-se os procedimentos inerentes ao fornecimento de **brindes (90 USB lâmpada de 8 GB) e de 30 *cupcakes* personalizados**.

Quanto à **produção multimédia/audiovisual**, registamos a filmagem e edição do **vídeo institucional do ACM, I.P.**, lançado em junho de 2018, com voz-*off* em português e legendagem em Inglês, difundido (YouTube, página de Facebook e *site*).

Para a **iniciativa Família do Lado 2018**, atualizou-se o ***spot* para divulgação, em versão adaptada às redes sociais e em versão para divulgação nos canais RTP**.

Por ocasião do **70.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da ratificação de Portugal da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que originou uma Declaração Conjunta dos Conselheiros do Conselho para as Migrações**, lançada a 18 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas Migrantes, produziu-se um **vídeo para as redes sociais** que, tendo como objetivo central criar uma maior divulgação da declaração, contou com a participação dos/as próprios/as Conselheiros/as. Uma nota ainda para a publicação *online* desta Declaração no jornal *Público*, de 18 de dezembro de 2018.

Na área audiovisual, apontamos ainda a produção de um **vídeo centrado na Medida IV (Inclusão digital) do Programa Escolhas E6G**, assim como também a produção de **um tutorial em vídeo**, produzido no âmbito da plataforma *Fórum Migrante*, do ACM, I.P.

A registar:

- As **reportagens em vídeo da Sessão de Lançamento da publicação da OCDE** *Addressing Forced Displacement through Development Planning and Co-operation: Guidance for Policy Makers and Practitioners*, em fevereiro; da **Conferência Conversa #tempodasmulheres?**, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, dia 8 de março; e do "Escolhas Fora de Portas 2018", realizado em abril, em vários pontos do país;
- A **animação** criada para apresentação, nas redes sociais e *site* ACM, I.P., o **estudo de avaliação dos serviços dos CNAIM Norte, Lisboa e Algarve**, realizado através de inquéritos telefónicos, entre os dias

25 de Junho e 23 de Julho de 2018;

• A **animação** para apresentar o **balanço das atividades do ACM, I.P.**, por ocasião da **Convenção Anual** deste Instituto, realizada em abril de 2018.

ACM em revista

A *ACM em revista* teve, em 2018, duas edições, nas versões digital e impressa, mantendo esta última uma tiragem de mil exemplares por edição: "Especial Mulheres" (março); e "Migrações e Trabalho" (setembro).

Figura 82 – Capas dos números 8 e 9 da ACM em Revista

Revistas Escolhas

Em 2018, foram lançadas quatro edições da Revista Escolhas, formatos digital e impresso, mantendo esta última uma tiragem de 500 exemplares/edição: "Parcerias" (abril); "Descendentes de Imigrantes" (maio); "Escolhas Pela Educação" (setembro); e "Rumo à 7.ª Geração" (dezembro).

Figura 83 – Capas das quatro edições da Revista Escolhas

2. PORTAIS DO ACM, I.P.

Em 2018, entre 01 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, foram produzidos cerca de 400 artigos para os portais do ACM, I.P., e do Programa Escolhas, com ambos os *sites* a registarem um total de 999.265 visualizações. As páginas de Facebook do ACM, I.P., e do Programa Escolhas totalizaram, em 2018, 1.527.434 utilizadores individuais.

A sensibilização para a diversidade cultural e para os diálogos intercultural e inter-religioso, iniciativas com as comunidades ciganas, algumas delas viabilizadas pelo FAPE – Fundo de apoio à Estratégia Nacional de Apoio às Comunidades Ciganas (ENICC), o acolhimento e integração de pessoas migrantes e refugiadas, bem como a publicitação dos Avisos FAMI marcaram, entre outros temas, a produção e partilha de publicações nas páginas do Facebook e portais do ACM, I.P.

3. PROMOÇÃO DE EVENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO E PUBLICITAÇÃO

Para promover a diversidade cultural e sensibilizar para as questões do combate ao racismo e à discriminação, o ACM, I.P., realizou, ao longo do ano 2018:

Prémio de Comunicação "Pela Diversidade Cultural" 2018

A 4.ª edição desta iniciativa do ACM, I.P., foi lançada no dia 8 de outubro, prosseguindo até 2 de novembro o período para apresentação de candidaturas. Em 2018, foram recebidos 65 trabalhos a concurso, o maior número de sempre, avaliados por um Júri constituído por: Clara Almeida Santos, Vice-Reitora para a Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra; Fernando Cascais, Professor Doutor em Comunicação Social e Jornalista; Lívio de Morais, Professor e Artista Plástico; e Sandra Batista, do Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação, do ACM, I.P., em representação deste Instituto. A lista de trabalhos vencedores ficou estabelecida em reunião de júri, realizada a 29 de novembro, nas instalações do ACM, I.P. Todos os trabalhos distinguidos serão conhecidos publicamente na cerimónia de entrega de Prémios, agendada para o início de 2019.

Figura 84 – Imagem da edição de 2018 do Prémio de Comunicação

Quanto às iniciativas apoiadas pelo ACM, I.P., através do estabelecimento de parceria e/ou protocolo, em que o ACM, I.P., interveio através da conceção gráfica de materiais para divulgação e/ou através da divulgação, assinalamos em 2018:

- O apoio do ACM, I.P., à vinda a Portugal da **Orquestra afegã Zohra** para o Festival Jovens Músicos Portugueses, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, em setembro. Além da divulgação da iniciativa nas redes sociais, foi criado um passatempo para o Facebook a oferecer bilhetes para o concerto do grupo;
- No âmbito do **Protocolo de apoio com a Associação Assomada**, desenvolvido para apoiar a implementação da iniciativa "Equipa de Futebol contra a Discriminação Racial", o ACM, I.P., criou o *design* das *t-shirts* oferecidas à **equipa**.

O registo e a divulgação das visitas oficiais efetuadas ao ACM, I.P., e das exposições inauguradas no CNAIM de Lisboa fizeram também parte das atividades desenvolvidas em 2018.

Figura 85 – Exposição "Caminhantes Sem Voz"

Figura 86 – Exposição de pintura de Erika Jâmece, dedicada às mulheres migrantes em Portugal

4. OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

Em 2018 o Observatório das Migrações (OM), com o mote **Migrações em Mudança: conhecer mais para agir melhor**, manteve um trabalho temático mensal, lançando ainda novos livros nas suas linhas editoriais, promovendo novas iniciativas de reflexão e de partilha do conhecimento, e o reforçando os seus canais de comunicação digital e de sensibilização estatística para as migrações.

Em 2018, os temas mensais do OM associados a datas comemorativas foram: janeiro com o tema "**Dados e indicadores de integração de imigrantes**" (para assinalar o Dia Europeu da Proteção de Dados Pessoais); fevereiro sobre o tema "**Imigração e Nupcialidade**" (enquadrando o Dia dos Namorados e o Dia Mundial do Casamento); março com a temática "**Discriminação de base racial e étnica**" (para assinalar o Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial); abril com o tema "**Migrações e Saúde**" (enquadrando o Dia Mundial da Saúde); maio com o tema "**Diversidade Cultural em Portugal**" (para assinalar o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento e o Ano Europeu do Património Cultural); junho com o tema "**Refugiados**" (assinalando o Dia Mundial das Pessoas Refugiadas); julho com o tema "**Jovens descendentes de imigrantes**" (para assinalar o Dia Mundial das Competências dos Jovens); agosto com o tema "**Imigração e Igualdade de Género**" (para assinalar o Dia

Internacional da Igualdade Feminina); setembro com a temática "**Imigração e Línguas**" (para assinalar o Dia Europeu das Línguas); outubro com o tema "**Imigração e Envelhecimento**" (para assinalar o Dia Internacional das Pessoas Idosas); e novembro com o tema "**Cidadãos da União Europeia em Portugal**" (no âmbito do 26.º Aniversário da criação da Cidadania Europeia – Maastricht).

Para enquadrar cada tema, assumiram-se as *rotinas mensais OM* que incluíram: (i) ***newsletter* digital temática** no início de cada mês com os principais conceitos, enquadramentos legais e institucionais, e o estado da arte e referências bibliográficas; (ii) dinamização pelo OM de **Quinzena temática no Centro de Documentação**; (iii) **Destaque Estatístico temático OM**, sistematizando os principais dados internacionais e nacionais acerca do tema em destaque no mês; (iv) lançamento de **Posters Estatísticos** temáticos orientados para sensibilizar o público; (v) conteúdos da rubrica *Sabia que...* no Facebook (**https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/**); e (vi) atualizações permanentes no site **www.om.acm.gov.pt** e dinamização das redes sociais. O OM assumiu como aposta regular a sensibilização e a desconstrução de mitos acerca da imigração, com a disseminação regular de factos estatísticos e científicos, através dos seus canais digitais.

Mantendo os objetivos de estimular a prática de investigação-ação na vertente da integração das pessoas imigrantes em Portugal, em 2018 o OM reforçou as suas linhas editoriais com novos estudos. Destaque para a **Coleção Imigração em Números**, onde lançou um novo **Caderno Estatístico OM #2 Migrações e Saúde em números: o caso português**, de Catarina Reis de Oliveira e Natália Gomes, para assinalar as quatro décadas do Serviço Nacional de Saúde; o **Boletim Estatístico OM #4 "Europeus Comunitários em Portugal: Uma Análise Exploratória"**, de Tiago Santos e Susana Godinho, no âmbito do 26.º Aniversário da criação da Cidadania Europeia (Maastricht); e publicou o seu **Relatório Estatístico Anual 2018 – Indicadores de Integração de Imigrantes**, de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes, com lançamento **no dia 18 de dezembro**, Dia Internacional das Pessoas Migrantes, no Salão Nobre do INE. Em 2018, o OM lançou também a nova linha editorial "**Infografias OM**".

Imigração em Números: sistematização e análise de informação estatística

O Observatório das Migrações (OM) tem entre as suas atribuições "recolher, sistematizar e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da imigração, nomeadamente os indicadores de integração de imigrantes e de refugiados" (alínea a) do artigo 2.º da **Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto**), atribuição essa que concretiza nomeadamente uma das missões do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM, I.P.), de "contribuir para a melhoria da recolha e divulgação de dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios, através da consolidação da recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem diretamente acessíveis" (alínea i) do artigo 3.º do **Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro**).

Procurando aprofundar a sistematização e análise de informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais relativas à integração de pessoas imigrantes em Portugal, o OM tem desenvolvido a sistematização de informação estatística, disponibilizada nas suas **compilações estatísticas** *online* em **www.om.acm.gov.pt** (desde 2007) e promovido a **Coleção Imigração em Números**, lançada em 2014 com coordenação científica de Catarina Reis Oliveira. Em 2018, o OM reforçou esta coleção, com novas publicações – **Caderno Estatístico Temático** e **Boletins Estatísticos** – para além do reforço com novos indicadores e atualizações do **Relatório Anual Indicadores de Integração de Imigrantes** – relatório

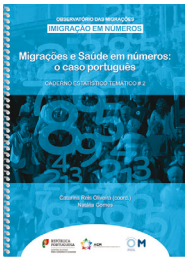
reconhecido pela **FRA (Relatório *Together in the EU. Promoting the participation of migrants and their descendants*)** por colocar Portugal, ao lado da Alemanha, como país pioneiro no contexto europeu, por proceder *a melhor e mais ampla sistematização de dados e indicadores de integração de imigrantes*, indo muito para além das recomendações de Zaragoza (**FRA, 2017: 37**).

Entre as novidades de 2018 constam:

Relatórios Estatísticos Anuais

Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes 2018, de Catarina Reis Oliveira (Coord.) e Natália Gomes, dezembro de 2018 (ISBN 978-989-685-096-8): em 2018, o OM lança, no Dia Internacional das Pessoas Migrantes, 18 de dezembro, o terceiro volume dos **Relatórios Estatísticos Anuais**. Neste relatório são analisados 305 indicadores acerca da integração de pessoas imigrantes, distribuídos por quinze dimensões analíticas de 47 fontes de dados administrativos e estatísticos (32 fontes nacionais e 15 internacionais). O relatório de 2018 volta a assumir a integração como um processo multidimensional, caracterizando a situação das pessoas estrangeiras residentes em Portugal por comparação às nacionais em várias áreas, estando nomeadamente entre as novidades de indicadores analisados a vertente da inclusão e a exclusão dos estrangeiros, a saúde, as perceções em torno da discriminação de base racial étnica e a discriminação reportada, entre outras que são aprofundadas. Em cada uma das quinze dimensões de integração consideradas procede-se a uma análise comparada dos indicadores em Portugal com os restantes países europeus ou, quando possível, por comparação aos países da OCDE, recorrendo aos *Migrant Integration Indicators do EUROSTAT* e os *Indicators of Immigrant Integration da OCDE*.

Cadernos Estatísticos Temáticos



Migrações e Saúde em números: o caso português, de Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes, setembro de 2018 (ISBN 978-989-685-094-4): este segundo volume dos **Cadernos Estatísticos Temáticos**, da **Coleção Imigração em Números**, assinalando as quatro décadas do Sistema Nacional de Saúde, procurou conhecer a relação entre migrações e saúde e os seus impactos, sistematizando e analisando informação estatística de várias fontes (nacionais e internacionais), para o período de referência de 2005 a 2016, que permitem retratar, de forma comparada as pessoas imigrantes e as nativas, quanto ao estado de saúde – a partir da autoapreciação do estado de saúde e da qualidade de vida, do reporte de incapacidades temporárias por problemas de saúde, e de doenças crónicas –, à acessibilidade e utilização dos serviços de saúde – confrontando as estatísticas da utilização de serviços de saúde, com o enquadramento legal e institucional do acesso à saúde e as barreiras do acesso e efeitos desmobilizadores do uso dos serviços de saúde –, e à mortalidade e causas de morte. A análise dos dados disponíveis induz à identificação de algumas iniquidades em saúde na comparação das pessoas imigrantes com as não imigrantes em Portugal, sendo essas desigualdades enquadradas pelos determinantes da saúde, na sua dimensão estrutural, social e grupal, e individual. Assumindo que a relação entre migrações e saúde tem sido estabelecida de forma parcelar, as autoras caracterizam ainda para a última década a evolução desta relação atendendo a três universos que integram o mesmo fenómeno: (1) o universo de fluxo de entrada e

de saída por razão de saúde, atendendo à articulação e cooperação internacional portuguesa na vertente da saúde; (2) o universo de pessoas imigrantes residentes que, em virtude da sua permanência e integração no país, necessita de proteção de saúde; e (3) o universo de profissionais de saúde estrangeiros/as que integram o sistema de saúde português.

Boletins Estatísticos

Europeus Comunitários em Portugal: uma análise exploratória, Boletim Estatístico OM #4, de Tiago Santos e Susana Godinho, novembro 2018: lançado para assinalar o 26.º Aniversário da Criação da Cidadania Europeia (1 de novembro), caracteriza os/as cidadãos/ãs europeus/eias comunitários/as em Portugal, destacando o seu aumento nos últimos anos. Com base em diversas fontes estatísticas, este Boletim dá a conhecer um pouco melhor esta população não-nacional residente no país, não apenas no que a diferencia face à população portuguesa e às demais pessoas estrangeiras residentes, mas também no que respeita à sua própria diversidade interna. Os/as cidadãos/ãs comunitários/as que elegeram Portugal como seu destino estão longe de ser um todo homogéneo e, numa ótica de conhecer mais para agir melhor, importa perceber as suas especificidades e particularidades.

Infografias da Imigração

Com a missão de informar e sensibilizar para os temas da imigração, o OM lançou, em janeiro de 2018, mais uma rubrica de comunicação estatística: "**Infografias da Imigração**". Este espaço pretende assumir-se como um repositório de infografias sobre a imigração em Portugal, que tenham na sua base indicadores de integração de pessoas imigrantes sistematizados por este Observatório, na sua **Coleção Imigração em Números**. **Infografia OM Factos e Números da Imigração em Portugal**: Natália Gomes e Catarina Reis Oliveira, "**Factos e Números da Imigração em Portugal**", Infografias da Imigração, Observatório das Migrações, janeiro de 2018 (conceção gráfica ACM, I.P.).

Posters Estatísticos OM

Integrado na **Coleção Imigração em Números** do Observatório das Migrações, procurando sensibilizar e desconstruir mitos relacionados com as migrações, mediante a disseminação de dados, em 2018, o OM produziu e divulgou em suporte físico e *online* (através do *website* e das redes sociais) sete novos ***Posters*** com dados estatísticos mais relevantes em temáticas centrais abordadas pelo OM ao longo do ano: **Imigração e Línguas; Refugiados; Imigração e saúde – nacional; Imigração e saúde – internacional; Discriminação de base racial e étnica reportada; Discriminação de base racial e étnica percecionada; Imigração e Nupcialidade.**

Investigação e Estudo

Criado em 2002, o Observatório das Migrações tem desde a sua génese a missão de fomentar a investigação e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudos universitários, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas e monitorizar a integração dos imigrantes e os seus contributos para Portugal (alínea b) do artigo 2.º da **Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto**, e alínea n) do artigo 3.º do **Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro). Neste âmbito, em 2018, a coleção mais antiga do Observatório, a Coleção Estudos somou um novo estudo, tal como a Coleção de Teses**.

Coleção Estudos

Estudo OM 62: Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes de Sónia Dias (Coord.), Ana Gama, António Carlos Silva, Helena Cargaleiro, Rosário Horta, Miguel Lemos e Maria do Rosário Martins, Abril de 2018: neste estudo, os autores, destacam como o maior impacto dos fluxos migratórios se coloca ao nível da saúde das populações e da pressão exercida nas dinâmicas dos serviços de saúde. O estado de saúde das populações imigrantes, condicionado por diversos fatores interdependentes, é atualmente reconhecido como indicador de integração nas sociedades de acolhimento. Embora as questões relacionadas com a saúde das pessoas imigrantes venham progressivamente a assumir maior relevância na agenda da investigação internacional e nacional, persistem lacunas no conhecimento desta temática. A adequação dos serviços de saúde, bem como a promoção do seu acesso e utilização pelas pessoas imigrantes contribuem para uma melhoria da saúde e da qualidade de vida desta população. Um maior conhecimento na área pode auxiliar os decisores políticos na identificação de necessidades e no desenvolvimento de políticas e estratégias orientadas para a promoção do acesso e utilização dos serviços e a adequação da prestação de cuidados de saúde às pessoas imigrantes, levando a efetivos ganhos em saúde nestas comunidades. Neste contexto desenvolveu-se este estudo com o objetivo de explorar as atitudes e representações face à saúde, doença, acesso e utilização dos serviços de saúde pelas pessoas imigrantes, tanto na perspetiva destas comunidades como dos/as profissionais que exercem funções nos centros de saúde. O presente estudo está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste num breve enquadramento teórico sobre os temas da migração, saúde e acesso e utilização dos serviços de saúde. Os três capítulos seguintes são dedicados à apresentação da investigação desenvolvida, em que se descrevem os objetivos, os métodos e os resultados dos estudos empíricos junto de pessoas imigrantes e profissionais de saúde. No último capítulo são apresentadas a discussão e as conclusões gerais deste trabalho, bem como as principais recomendações para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para uma maior adequação dos serviços de saúde à diversidade cultural e promoção do seu acesso e utilização pelos imigrantes.

Estudo OM 63: Discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira de Pedro Góis, José Carlos Marques e Carla Valadas (coords.), Ana Leite e Carlos Nolasco, dezembro de 2018: assumindo que a integração social pressupõe a integração laboral, é importante garantir que não há atritos desnecessários que dificultem a segunda. Com este estudo os autores procuraram trazer a lume, em termos de debate na sociedade, a discriminação sofrida

no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas suscetíveis de serem categorizadas como imigrantes ou portugueses de origem estrangeira. Discutem a inadequação das categorias estatísticas existentes ao estudo desta discriminação e propõem como solução a família de metodologias que é conhecida como testes de situação ou estudos em auditoria. O livro resultante está organizado em sete capítulos. O primeiro procura situar a discriminação por triangulação face às esferas moral, jurídica e sociológica. Os cinco capítulos seguintes são dedicados à apresentação da investigação desenvolvida, começando pela descrição dos precedentes internacionais e pela reflexão sobre o que deles se pode inferir quanto à replicação da metodologia a nível nacional; os autores prosseguem com o estado da arte face ao observatório concreto escolhido, nomeadamente os processos de recrutamento no mercado de trabalho; apresentam então o enquadramento legislativo e jurisprudencial da proibição da discriminação; em seguida clarificam a metodologia empregue; e apresentam os resultados dos testes realizados; apresentam ainda um estudo de caso que aprofunda um contexto específico. No último capítulo dão a conhecer as conclusões gerais deste trabalho, bem como as principais recomendações no sentido de facilitar a integração de cidadãos nacionais de países terceiros no mercado de trabalho português e de garantir uma maior eficácia no combate à sua discriminação no mercado de trabalho.

Coleção Teses

TESE OM 49: O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e os Símbolos Religiosos: O Uso do Véu Muçulmano na Europa do Século XXI de Inês Granja Costa, ISBN 978-989-685-092-0: esta tese centra-se na jurisprudência do TEDH relativa aos símbolos religiosos como forma de manifestação do direito à liberdade religiosa. Neste âmbito, presta-se redobrada atenção à jurisprudência internacional regional europeia referente ao uso de símbolos religiosos por mulheres muçulmanas. Atendendo à complexidade da temática, que exige uma apreciação interdisciplinar, realiza-se um diagnóstico integrado. Em síntese, cruza-se a atualidade europeia, social, jurídica e política, e o labor jurisprudencial do TEDH, com o objetivo de analisar a evolução da jurisprudência do TEDH naquela matéria.

Dando continuidade à **Coleção Teses**, em janeiro de 2018, o Observatório das Migrações lançou também o edital anual para a Edição de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento de 2018 (edital em vigor até 31 de dezembro de 2018). As teses candidatas deverão enquadrar-se numa das seguintes áreas temáticas prioritárias: Refugiados; Imigração e Saúde; Imigração e envelhecimento; Imigração e Línguas; Descendentes de imigrantes; Mulheres migrantes; Imigração e Diversidade religiosa; Discriminação de base racial e étnica.

Revista Migrações

Volume 14 da Revista Migrações: em janeiro de 2018 ficou disponível mais um Número Não Temático da Revista Migrações, com artigos científicos de vários investigadores na área das migrações. Este volume 14, uma coletânea selecionada de artigos originais – entre tantos outros acolhidos e apreciados pela Comissão Editorial e Científica deste volume –, traz-nos seis artigos científicos de investigação e dois ensaios. Os três primeiros artigos deste volume trazem-nos vários olhares acerca da relação entre imigração e saúde, curiosamente o tema que lançou esta revista científica.

Em 2018, o Observatório das Migrações promoveu também um período para apresentação de artigos científicos para um número temático da **Revista Migrações**, dedicada ao tema "Afrodescendentes em Portugal", para assinalar a Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024. Procurou-se a apresentação de textos originais (artigos científicos, artigos de opinião, notas e recensões de livros) sobre um dos seguintes subtemas ou dimensões de estudo: Afrodescendentes: conceitos, categorias e dimensões analíticas; Afrodescendentes na História; Afrodescendentes em Portugal e o estado da arte: o que sabemos e o que desconhecemos?; Desafios com categorias raciais e étnicas e dilemas estatísticos?; Afrodescendentes e integração escolar; Afrodescendentes e integração no mercado de trabalho; Afrodescendentes, habitação e condições de vida; Afrodescendentes e saúde; Afrodescendentes, direitos políticos e integração política; Afrodescendentes no quadro jurídico e dos direitos humanos; Afrodescendentes, nacionalidade e cidadania; Afrodescendentes, associativismo, ativismo e o papel da sociedade civil; Afrodescendentes, criminalidade e justiça; Afrodescendentes, racismo e discriminação de base racial e étnica; Afrodescendentes e as questões de género; Afrodescendentes nos *media* e perceções sociais.

Estudos sobre Migrações e Integração de Nacionais de Países Terceiros

FUNDO ASILO, MIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO

No âmbito do Objetivo Nacional 3 e do Objetivo Específico 2 do FAMI (Fundo Asilo, Migração e Integração) – Integração e Migração Legal, em 2018, foram lançados três avisos para candidaturas ao FAMI, destinadas ao cofinanciamento de **Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal**. Os concursos tiveram como objetivo o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório, em parceria com o Observatório das Migrações, através do apoio ao estudo e investigação acerca de nacionais de países terceiros em Portugal, e de áreas e projetos com relevância para as políticas públicas e os decisores políticos, numa lógica de conhecer mais para agir melhor. A avaliação das candidaturas, de acordo com os critérios de seleção previstos em cada um dos três avisos foi efetuada pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM, I.P.), enquanto Autoridade Delegada, e um painel de avaliadores independentes nacionais da rede deste Observatório das Migrações (Catarina Reis Oliveira, Maria da Conceição Cerdeira, Alina Esteves, José Carlos Marques, Joana Azevedo, Ana Paula Beja Horta e Pedro Góis). Os **temas prioritários de investigação para os estudos** candidatos a estes três concursos, e com valores de referência por estudo entre 20.000,00 € e 60.000,00 €, foram os seguintes:

- **Aviso 42/FAMI/2018: (1)** Aprendizagem do português por estrangeiros; (2) Impactos económicos (nacionais e locais) da imigração; (3) Impactos da imigração para as Contas do Estado; (4) Políticas de mobilidade em mudança na Europa e em Portugal; e (5) Imigração e diversidade religiosa.
- **Aviso 43/FAMI/2018: (1)** Empreendedorismo imigrante, comércio bilateral e investimento estrangeiro; (2) Mobilidade interna dos imigrantes; (3) Remigração e Migração Circular de nacionais de países terceiros; (4) Imigração e saúde; e (5) Racismo e discursos de ódio.
- **Aviso 44/FAMI/2018: (1)** Direitos políticos e participação política de imigrantes em Portugal; (2) Políticas de integração de imigrantes e de Refugiados; (3) Políticas de captação de imigrantes; (4) Políticas locais para imigrantes; e (5) Mulheres imigrantes e refugiadas.

Informação e Sensibilização, combatendo mitos sobre imigração

O Observatório das Migrações tem entre as suas atribuições informar e sensibilizar a opinião pública acerca das migrações, nomeadamente através do combate a mitos e estereótipos, com factos científicos e dados estatísticos oficiais que sistematiza e dissemina acerca de estrangeiros residentes em Portugal (alínea i) do artigo 2º da **Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto). Neste âmbito, em 2018 o OM manteve a aposta no lançamento de *Newsletters* Temáticas digitais mensais, de *Destaques Estatísticos* sobre os temas de trabalho mensais do OM e com a rubrica *Sabia que…* no Facebook. Durante o ano foram lançados novos Posters Estatísticos, e criada uma nova linha editorial de "Infografias OM"**.

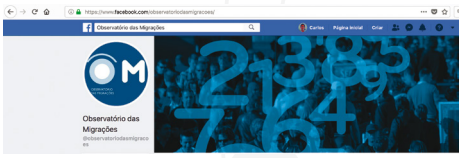
Newsletters OM

Em 2018 o Observatório manteve o lançamento mensal da sua *Newsletter* temática, centrando-se nos temas de trabalho do OM de cada mês do ano. Em complemento aos estudos, publicações e compilações estatísticas deste Observatório, bem como da comunicação mais direta que vai sendo feita através do *site*, esta *newsletter* assume o contacto regular com os/as seguidores/as do OM. Nas suas edições mensais, a *newsletter* assume dois perfis – um perfil temático, diretamente ligado à temática do mês; e outro perfil de agenda para marcar a atualidade das iniciativas e estudos académicos nesta vertente, promovidos por este Observatório ou pela comunidade científica em geral. O ano 2018 foi marcado pela publicação das seguintes *newsletters* temáticas: **#33: Cidadãos da União Europeia em Portugal (Novembro) ; #32: Imigração e envelhecimento (outubro); #31: Imigração e línguas (setembro); #30: Jovens descendentes de imigrantes (julho); #29: Refugiados (junho); #28: Diversidade Cultural em Portugal (maio); #27: Migrações e Saúde (abril); #26: Discriminação de base racial e étnica (março); #25: Imigração e Nupcialidade (fevereiro); #24: Antevisão das atividades do OM 2018 (janeiro)**.

Destaques Estatísticos OM

Procurando reforçar a divulgação da informação estatística dos temas mensais do trabalho do OM, com o objetivo de informar e desconstruir mitos relacionados com as migrações, recorrendo à disseminação de dados estatísticos e administrativos sistematizados e analisados pelo OM, em 2018 foram produzidas e divulgadas 11 edições novas de **Destaques Estatísticos** temáticos OM. Nestes Destaques Estatísticos OM foram apresentados dados nacionais e internacionais sobre as temáticas em análise em cada mês do ano, sintetizados em formato "Sabia que…", recorrendo a informação estatística sistematizada e analisada da **Coleção Imigração em Números** do OM. Os novos Destaques Estatísticos de 2018 foram sobre: **Cidadãos da União Europeia em Portugal** (novembro); **Imigração e Envelhecimento** (outubro); **Imigração e Línguas** (setembro); **Imigração e Igualdade de Género** (agosto); **Jovens descendentes de imigrantes** (julho); **Refugiados** (junho); **Diversidade Cultural em Portugal** (maio); **Migrações e Saúde** (abril); **Discriminação de Base Racial e Étnica** (março); **Imigração e Nupcialidade** (fevereiro); **Dados e Indicadores de Integração de Imigrantes** (janeiro).

OM nas redes sociais



Em 2018, o OM manteve a sua aposta nas redes sociais, nomeadamente na sua página de Facebook (**https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/**), enquanto veículo informativo e de sensibilização para a desconstrução de mitos e apresentação de factos em torno das migrações. Nesse âmbito, o Observatório manteve uma presença regular nas redes sociais, comunicando os temas mensais de trabalho do OM e, com destaque para a dinamização da rubrica *Sabia que…*

Site www.om.acm.gov.pt

O ***site* do Observatório das Migrações**, lançado em 2003, manteve-se em 2018 como um canal de referência no que respeita à troca e divulgação de informação científica acerca do que de mais relevante é produzido a nível nacional e internacional sobre os fenómenos da imigração e diálogo intercultural, contando com uma atualização permanente dos seus conteúdos. O *site* do OM tem, ao longo dos últimos anos, procurado constituir um instrumento de consulta para académicos, jornalistas, representantes da sociedade civil e ONG, quadros da administração pública e pessoas imigrantes. Nesse âmbito, o *site* integra um vasto repositório de informação útil e diversa acerca da temática das migrações, distribuídas por grandes categorias de informação, com destaque para as **Publicações OM, Dados Estatísticos, Notícias, Investigação, Referências Bibliográficas** e **Eventos**. Com uma procura crescente, em 2018 a atingir quase 29.000 utilizadores (mais 4 mil utilizadores face ao ano anterior), cerca de 40.000 sessões, e mais de 136.000 visualizações de página, o *site* do OM tem-se vindo a afirmar como um repositório de dados sobre imigração em Portugal e de trabalhos científicos sobre migrações da comunidade académica nacional e internacional. Continue a acompanhar-nos em: **www.om.acm.gov.pt**.

Retrospetiva dos eventos OM em 2018

O Observatório das Migrações tem também entre as suas atribuições promover o debate e a reflexão académica acerca de políticas migratórias e integração de pessoas migrantes, nomeadamente diligenciando um diálogo construtivo e produtivo entre decisores políticos e académicos, e disseminar resultados de

produção científica acerca das migrações através da organização de conferências, jornadas anuais, seminários e *workshops* (alíneas f), g) e h) do artigo 2.º da **Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto). Neste âmbito, destaque para as seguintes iniciativas do Observatório das Migrações, em 2018:**

Em 2018, o Observatório das Migrações (OM) promoveu mais uma iniciativa "**Diálogos OM**" – formato de mesa-redonda, com o objetivo de constituir um espaço de reflexão e diálogo construtivo entre académicos, decisores políticos e representantes da sociedade civil, em torno de uma temática central na área da integração de pessoas imigrantes em Portugal – nesta edição dedicado ao tema "**Migrações e Saúde em Portugal**". O evento teve lugar no dia 14 de setembro de 2018, no Auditório do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, assinalando as quatro décadas do Serviço Nacional de Saúde. Nesta sessão foi lançado o **Caderno Estatístico OM #2 "Migrações e Saúde em números: o caso português"**, da Coleção Imigração em Números, de Catarina Reis de Oliveira, coordenadora da *Coleção Imigração em Números* e responsável pelo estudo, e de Natália Gomes, investigadora do OM e coautora do estudo; bem como o Estudo OM, **Estudo 62 "Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes"**, da **Coleção Estudos OM**, de Sónia Dias (coord.). Foram ainda lançados dois **Posters Estatísticos OM**, da **Coleção Imigração em Números** um focado na análise de dados internacionais sobre saúde e imigração e outro dedicado à análise dados nacionais sobre indicadores do estado de saúde das pessoas imigrantes.

Figura 87 – "Diálogos OM": "Migrações e Saúde em Portugal"

A iniciativa contou, na sessão de abertura, com as intervenções da Diretora-Geral da Saúde, Graça Freitas, e do Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado, prosseguindo com a sessão dedicada ao tema "Migrações e Saúde em Portugal", moderada pela Diretora do Observatório das Migrações, Catarina Reis Oliveira que fez a apresentação do **Caderno Estatístico OM #2 "Migrações e Saúde em Números: o caso português"**, da **Coleção Imigração em Números**. Seguiu-se a apresentação do **Estudo 62 "Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes"**, da Coleção Estudos OM, pela coordenadora do estudo, a investigadora Sónia Dias. O encontro contou ainda com intervenções com comentários aos Estudos do OM, da Chefe de Missão da Organização Internacional das Migrações (OIM) em Portugal, Marta Bronzin; do Presidente da Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde (AJPAS), António Carlos Silva; da representante da Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo, Coordenadora do Gabinete de Saúde do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, Fernanda Silva, bem como da Presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Maria Lucinda Fonseca.

Por ocasião do Dia Internacional das Pessoas Migrantes, 18 de dezembro de 2018, o Observatório das Migrações (OM) promoveu, no **Salão Nobre do INE, o lançamento dos Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual 2018**, da **Coleção Imigração em Números**, de Catarina Reis Oliveira (coord.) e Natália Gomes.

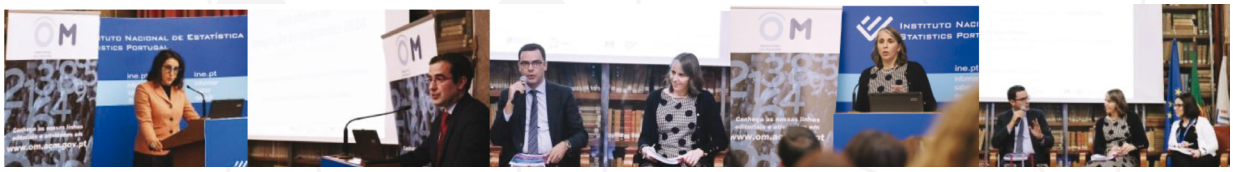


Figura 88 – Lançamento dos Indicadores de Integração de Imigrantes

A sessão contou com as intervenções da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, do Presidente do INE, Francisco Gonçalves Lima, e da Diretora do Observatório das Migrações, Catarina Reis Oliveira, responsável pelo estudo, e coordenadora da *Coleção Imigração em Números,* num painel moderado pelo Alto-Comissário para as Migrações, Pedro Calado. Na sessão estiveram 64 pessoas, entre académicos, decisores políticos, estudantes, representantes da sociedade civil e de ONG, representantes de serviços públicos e de fontes estatísticas e administrativas que contribuíram com dados para este relatório estatístico anual.

O Observatório das Migrações (OM) tem entre as suas atribuições "Gerir e dinamizar o Centro de Documentação do ACM, I.P., nomeadamente o seu acervo documental na vertente das migrações, e promover o atendimento de utentes" (alínea j) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto). Prosseguindo esta atribuição e no âmbito das suas rotinas, ao longo de 2018, o Observatório das Migrações (OM) promoveu diversas Quinzenas Temáticas no Centro de Documentação do ACM, I.P., dedicadas aos temas em agenda do OM. Neste contexto, e a par de toda a atividade regular do Centro de Documentação, para cada Quinzena Temática, o OM preparou e disponibilizou *dossiers* temáticos com referências bibliográficas relevantes – nomeadamente da Coleção de Estudos OM, da Coleção de Teses OM, e da Coleção Imigração em Números do OM – tornou acessíveis dados oficiais, sistematizados e analisados pelo OM sobre cada temática, e destacou outras publicações do acervo do Centro de Documentação sobre tema em destaque. Em 2018, o OM promoveu no Centro de Documentação, as seguintes quinzenas temáticas:

- **De 15 a 26 de janeiro de 2018 – "Dados e Indicadores de Integração de Imigrantes" (Referências bibliográficas sobre Dados e Indicadores de Integração de Imigrantes")**
- **De 12 a 23 de fevereiro de 2018 – "Imigração e Nupcialidade" (Referências bibliográficas sobre "Imigração e Nupcialidade")**
- **De 21 a 29 de março de 2018 – "Discriminação de base racial e étnica" (Referências bibliográficas sobre Discriminação de base racial e étnica)**
- **De 26 de abril a 11 de maio de 2018 – "Migrações e Saúde" (Referências bibliográficas sobre "Migrações e Saúde")**

• De 18 a 28 de setembro de 2018 – "Imigração e Línguas" (Referências bibliográficas sobre "Imigração e Línguas")
• De 1 a 12 de outubro de 2018 – "Imigração e Envelhecimento" (Referências bibliográficas sobre "Imigração e Envelhecimento")
• De 2 a 16 de novembro de 2018 – "Europeus em Portugal" (Referências bibliográficas sobre migrações intracomunitárias)

A par dos eventos da iniciativa do OM, ao longo de 2018, a equipa OM foi convidada a participar com comunicações ou a coorganizar iniciativas científicas e conferências. Neste âmbito, destacam-se em 2018, os encontros de maior relevo onde Observatório das Migrações assumiu intervenção:

• ***International Forum on Migration Statistics 2018*** (promovido pela OCDE, OIM e Nações Unidas, Paris, 15 e 16 de janeiro de 2018).
• ***Stakeholder meeting 2 "Facilitating evidence-based integration policies in cities – an Action of the Urban Agenda Partnership on Inclusion of Migrant and Refugees"*** (promovido por *Urban Agenda for the EU – Partnership on Inclusion of Migrant and Refugees*, Bruxelas, 21 de fevereiro de 2018).
• ***World Health Summit – WHS*** (promovido por CoimbraHealth, consórcio entre a Universidade de Coimbra e o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, Coimbra, 19 e 20 de abril de 2018).
• ***The Migration Conference 2018*** (promovida pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Lisboa, 26 a 28 de junho).
• ***Ciclo de Debates "Migração e Saúde 2018 – 2019*** (promovido no âmbito do Mestrado de Migrações Inter-etnicidades e Transnacionalismo, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 27 de novembro de 2018.

IX.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. REDES E PROJETOS INTERNACIONAIS

No ano de 2018, cumpre destacar o trabalho desenvolvido pelo ACM, I.P., junto da OCDE. Assim, será de realçar a eleição do Alto-Comissário para as Migrações para a **Presidência do Grupo de Trabalho Migrações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)**.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, além de contributos técnicos e resposta a questionários, marcou ainda presença nas reuniões que se realizaram, em Paris, com enfoque nas estatísticas das migrações (16 de janeiro), reunião alargada do Comité Executivo do Grupo de Trabalho Migrações (17 de janeiro), reunião ordinária do Comité Executivo e encontro plenário do Grupo de Trabalho Migrações (25 e 26 de junho).

Adicionalmente, e na sequência do trabalho desenvolvido nos últimos anos, em 2018, o ACM, I.P., prosseguiu a participação ativa junto de diversas redes e grupos de trabalho europeus e internacionais, colaborando e dando resposta a pareceres, questionários e demais contributos. Destacam-se as seguintes:

Rede Europeia para a Integração, com a presença nas diversas reuniões que se realizaram, em Bruxelas e em Viena, respetivamente, em 16 de abril e 12 e 13 de novembro.

No âmbito da **FRA – *Fundamental Rights Agency* da União Europeia** o ACM, I.P., prosseguiu o trabalho desenvolvido enquanto ponto focal nacional, garantindo o envio de contributos técnicos para esta Agência, a articulação com diversas autoridades nacionais, participando ainda em diversas reuniões e atividades desenvolvidas pela FRA, caso da reunião dos pontos focais que decorreu a 19 e 20 de abril.

Relativamente ao **Grupo de Alto Nível sobre Não-Discriminação, Igualdade e Diversidade da Comissão Europeia**, o ACM, I.P., assegurou o envio de contributos para a Delegação nacional presente nos trabalhos, tendo ainda estado presente nos trabalhos que se realizaram em Bruxelas a 23 e 24 de outubro.

Na sequência da representação nacional que o ACM, I.P., assegura na **Parceria para a Integração de Migrantes e Refugiados da Agenda Urbana da União Europeia**, foi ainda possível participar em diversas iniciativas desta Parceria, mais concretamente nas reuniões de trabalho que tiveram lugar em Atenas (26 de janeiro), Amesterdão (15 de maio), Barcelona (27 de setembro) e Lisboa (15 de novembro).

A participação do ACM, I.P., na **Equinet – *European Network of Equality Bodies*** foi igualmente ativa durante 2018, contribuindo com respostas para questionários, preparação de documentos e comentários a publicações variadas, tendo ainda participado nas reuniões do Grupo de Trabalho *Equality Law* que reuniu em La Valetta, a 11 de outubro. Foi ainda possível acompanhar os encontros do Grupo de Trabalho para as Estratégias de Comunicação que tiveram lugar em Vilnius (6 de março) e Budapeste (19 de setembro), para além da presença no Seminário "*Equality Bodies fighting Hate Speech*" que se realizou, em Roma, de 19 a 21 de novembro.

Fez-se ainda representar no Seminário "*Racial Profiling*" e na Assembleia-Geral que teve lugar, em Bruxelas, de 7 a 9 de novembro.

O ACM, I.P., esteve igualmente presente na reunião anual do **ECRI** (Conselho da Europa) que teve lugar, em

Estrasburgo, a 24 de maio e no Seminário "*EU Anti-discrimination Law for Legal Practitioners*" organizado, a 19 e 20 de fevereiro, em Trier, pela **Academy of European Law**.

Foi ainda possível continuar e aprofundar a colaboração com a **Comissão Nacional para os Direitos Humanos** (CNDH), quer através do envio de informações, resposta a pareceres, quer na presença de reuniões em formato de Grupo de Trabalho ou reuniões plenárias abertas à Sociedade Civil.

No âmbito da **Rede SIRIUS – *European Policy Network on the Education of Children and Young People with Migrant Background***, o ACM, I.P., esteve envolvido em várias iniciativas que, em 2018, se centraram no Contributo da Educação Não Formal para a Inclusão e o Sucesso Educativo de Crianças e Jovens Migrantes e Refugiadas. Neste sentido organizou uma Atividade Internacional de Aprendizagem entre Pares (*Peer Learning Activity*) em Lisboa nos dias 3 e 4 de maio; colaborou na realização do Relatório *SIRIUS WATCH 2018*, que analisa as políticas e práticas no âmbito desta temática; e participou na Mesa Redonda Nacional, na Universidade do Porto, no dia 21 de junho, sobre a Inclusão Digital de Crianças e Jovens Migrantes. O ACM, I.P., participou ainda no *Policy Workshop*, em Bruxelas, a 20 de setembro, e na Assembleia Geral da Rede SIRIUS, a 14 de dezembro.

Em janeiro, o ACM, I.P., tornou-se formalmente parceiro do projeto Internacional ***MURAL – Mutual Understanding, Respect and Learning***, coordenado pelo *British Council* da Polónia e financiado pela Comissão Europeia.

Assim, foi possível participar numa reunião preparatória em Varsóvia, na formação internacional sobre a metodologia *Active Citizens*, no mês de agosto, também em Varsóvia e promover a organização, no mês de novembro, de uma ação de formação para Agentes de Mudança, dirigida a um grupo de 30 participantes de comunidades religiosas e culturalmente diversas.

Finalmente, haverá a realçar o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto europeu ***Arlekin – CreE_A – Création d'un espace Européen de la Médiation pour l'Inclusion Sociale*** durante o ano de 2018. Trata-se de um projeto que tem como finalidade participar na construção de uma comunidade profissional e europeia na área da Mediação Social.

O ACM, I.P., participou num Seminário em Palermo, a 8 e 9 de março, recebeu e acompanhou um estagiário belga de 9 a 22 de abril e participou na defesa do '*Chef d'œuvre*' na Universidade de Pádua, a 8 a 9 de outubro.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido tendo em vista a integração das Comunidades Ciganas, em 2018, o ACM, I.P., participou nas seguintes reuniões: ***National Roma Contact Point***, em Bruxelas, a 15 e 16 de março; ***European Roma Platform for Roma Inclusion*** – *Health and housing inequalities endured by Roma*, em Bruxelas, a 8 e 9 de outubro; Plataforma ***EuRoma*** em Helsínquia, de 25 a 27 de junho, e em Madrid, a 20 e 21 de novembro.

No âmbito das atividades do Conselho da Europa, haverá a destacar a reunião ***Operational Platform on Roma Equality***, em Belfast, a 14 e 16 de maio; as 15.ª e 16.ª Reuniões do ***Ad hoc Committee of Experts on Roma and Traveller Issues*** **(CAHROM)** em Atenas, de 21 a 25 de maio, e em Estrasburgo, de 16 a 19 de outubro.

Foi ainda possível participar no 7.º *Workshop* com os *Equality Bodies* – "*Ending discrimination of Roma in Housing and Health: The Role of equality bodies*", realizado no dia 14 de novembro, pelo ***European Roma Information Office*** (ERIO).

O ACM, I.P., marcou ainda presença, no âmbito do Programa Escolhas nas seguintes iniciativas:

- Conferência Europeia "*Youth work impacts Europe*", Ljubljana, 25 a 27 de setembro;
- "*Social Innovation Initiatives Supporting NEETs*", Lisboa, 29 de novembro;
- Conferência "*China – Portugal International Children's Sports Health Education and Culture Festival*", Lisboa, 5 de dezembro.

2. COMUNICAÇÕES EM CONFERÊNCIAS E ENCONTROS INTERNACIONAIS

- Comunicação no Evento "*Hate Crime*" organizado pela FRA, OSCE e Ministério da Justiça, Lisboa, 13 de março;
- Comunicação no evento "*EU-China Dialogue on Migration and Mobilit – Support Project*", Sanya, 23 a 27 de abril;
- Comunicação na Conferência "*Making Asylum Work in Europe Innitiative*", Lisboa, 27 de abril;
- Comunicação na Conferência "*Investing in Equality Bodies*", Bruxelas, 1 de junho;
- Comunicação na Conferência do Conselho da Europa "*Migrant, Refugee and Asylum Seeking Women and Girls in the Euromed Region*", Atenas, 3 e 4 de outubro;
- Comunicação "*CEPOL Training – the role of leaders of the Police*", Vilnius, 24 a 26 de outubro;
- Comunicação na Conferência de Alto-Nível do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa "*Social Investment for a Prosperous and Resilient Europe*", Paris, 7 de dezembro.

3. DISTINÇÕES

O PEI – Projeto de Promoção do Empreendedorismo Migrante, promovido pelo ACM, I.P., foi referenciado como uma boa prática no "*Policy Guide on Entrepreneurship for Migrants and Refugees*".

Este Guia, produzido em parceria pela UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), pela UNHCH (*United Nations Refugee Agency*) e pela IOM (*International Organization for Migration*), apresenta o estudo de caso de projetos que, por todo o mundo, exemplificam de que modo a promoção do empreendedorismo migrante tem funcionado como uma estratégia fundamental em termos de crescimento económico, social e cultural, quer para os seus países de origem, quer para os países de acolhimento, e demonstrar o papel fulcral do empreendedorismo para a sua Integração.

X.
GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

1. ORÇAMENTO DO ACM, I.P.

O ACM, I.P., apresentou, em 2018, um acréscimo na dotação orçamental de Receitas Gerais (3.7M€), devido à verba a ser transferida para o Programa Escolhas ter sido alocada ao Orçamento do ACM, I.P., que posteriormente transfere este montante para o orçamento do Programa Escolhas. Em relação às dotações de Fundos Comunitários e de Transferência de RP entre organismos estas permaneceram inalteradas em comparação com 2017.

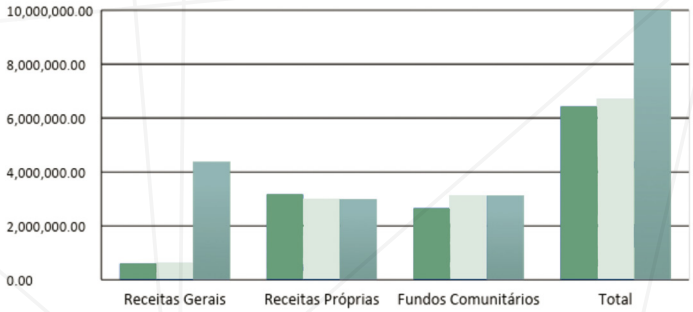


Figura 89 – Orçamento ACM 2016-2018

Deparámo-nos com alguns constrangimentos orçamentais em 2018 devido ao recebimento tardio de verbas comunitárias. Este constrangimento orçamental foi ultrapassado com o recurso à Gestão flexível em Programas, em Receitas Gerais, no montante de 204.724€, e à aplicação em despesa de saldos transitados de Fundos Comunitários para assim possibilitar o cumprimento de políticas públicas, metas QUAR e Plano de Atividades. Apesar dos constrangimentos acima identificados, terminámos 2018 com:

- Taxa de execução na despesa de 90%.

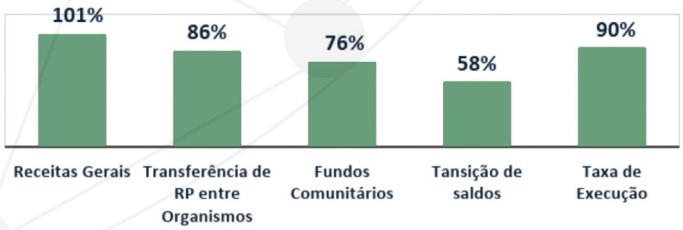


Figura 90 – Execução orçamental – Despesa

- Taxa de execução na receita de 92%.

Figura 91 – Execução orçamental – Receita Cobrada vs Despesa Paga

Salientando o cumprimento do indicador 4 – QUAR 2018, "**Prazo Médio de Pagamentos**", nos **14 dias**.

Ao nível de despesa paga por agrupamento económico, em comparação com o ano transato, verificou-se um decréscimo que ronda os 10% nas aquisições de bens e serviços (ABS) (agrupamento económico 02), um decréscimo de 3% nas despesas com pessoal (*agrupamento económico 0*1), e nas Transferências correntes um acréscimo de 12% devido à alocação das verbas a transferir para o Programa Escolhas no Orçamento do ACM, I.P.

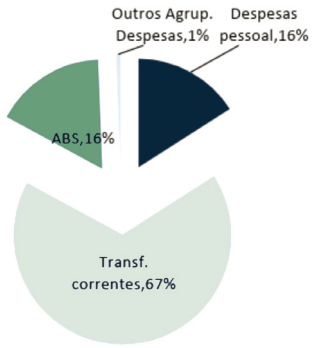


Figura 92 – Despesa paga por Agrupamento Económico

2. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No quadro das competências, direitos e obrigações delegadas, o ACM, I.P., assumiu a função de **Autoridade Delegada do FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração)** no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração/Migração legal, que pretende dar resposta a três Objetivos Nacionais (Objetivo Nacional 1 – Migração Legal, Objetivo Nacional 2 – Integração, e Objetivo Nacional 3 – Capacidade), previstos no respetivo Programa Nacional com uma dotação global de 14.986.843,00 €, tendo publicado, para esse efeito, em 2018, os seguintes Avisos:

Aviso	N.º	Dotação do Aviso	Data de publicação	Prazo de submissão candidatura	Candidaturas recebidas	Montante de Fundo Solicitado	Candidaturas aprovadas	Montante de Fundo Aprovado
Civil Society – SO2-NO2	41/FAMI/2018	500.000,00 €	12-abr-18	14-mai-18	30	0,00 €	8	473.317,64 €
Studies – Research and Evaluation of local policies - SO2-NO3	42/FAMI/2018	170.000,00 €	16-abr-18	18-mai-18	3	0,00 €	1	0,00 €
Studies – Research and Evaluation of local policies - SO2-NO3	43/FAMI/2018	170.000,00 €	16-abr-18	18-mai-18	5	0,00 €	2	64.975,93 €
Studies – Research and Evaluation of local policies - SO2-NO3	44/FAMI/2018	170.000,00 €	16-abr-18	18-mai-18	8	262.585,96 €	3	78.813,53 €
Integration through Health — SO2-NO2	49/FAMI/2018	140.000,00 €	24-mai-18	26-jun-18	10	677.198,47 €	2	108.758,84 €
Support to Local Consortiums within the refugees' field – SO2-NO2	50/FAMI/2018	300.000,00 €	01-jun-18	02-jul-18	3	375.241,72 €	1	84.471,75 €
Entrepreneurship and Employment Promotion– SO2-NO2	57/FAMI/2018	145.000,00 €	20-ago-18	29-out-18	7	402.783,24 €	0	0 €
Sub-Total		**1.795.000,00 €**			**66**	**1.717.809,39 €**	**17**	**810.337,69 €**

Figura 93 – Avisos publicados pelo ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do FAMI

No final do ano atingiu uma taxa de compromisso de 67%, destacando-se que no Objetivo Nacional 2 – Integração, a taxa de compromisso foi de 99%. O acompanhamento local da execução tem sido também uma preocupação do ACM, I.P., tendo sido realizadas 78 visitas a projetos, o que nos permitiu cumprir o **indicador 1 do QUAR 2018**, "N.º de visitas a projetos".

Enquanto **Organismo Intermédio do PO ISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego)**, no âmbito do FSE (Fundo Social Europeu), o ACM, I.P., com uma dotação global de 11.400.000,00 € publicou os seguintes avisos em três tipologias diferentes:

TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2018
Português para Todos	– Três candidaturas em execução (montante total aprovado de 715.428,00 €) – Seis candidaturas em análise (montante total solicitado de 2.845.097,42 €)
Projeto de mediadores municipais interculturais	– Doze candidaturas aprovadas (montante total aprovado de 3.422.046,45 €)
Inserção socioprofissional da comunidade cigana	– Doze candidaturas em análise (montante total solicitado de 3.097.762,17 €)

Figura 94 – Avisos publicados pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE

Enquanto beneficiário de Fundos Comunitários, o ACM, I.P., apresentou e executou as seguintes candidaturas:

FUNÇÕES DO ACM, I.P.	TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES DE 2018
Entidade beneficiária do PO ISE (FSE)	CNAIM Norte	– Saldo Final submetido a 30/10/2018 (montante total submetido de 1.321.209,41 € (-92,16% do aprovado em candidatura) – Preparação de nova candidatura para o período de julho 2018 a junho de 2021 com um montante total solicitado de 1.825.326,34 €
	Ações de sensibilização e Campanhas	– Candidatura submetida a 30/11/2018 (montante total solicitado de 352.000,00 €)
Entidade beneficiária do POR LISBOA (FSE)	CNAIM Lisboa	– Saldo Final submetido a 17/10/2018 (montante total submetido de 3.765.153,78 € (94,66% do aprovado em candidatura)
Entidade beneficiária do POR Algarve (FSE)	CNAIM Algarve	– Saldo Final submetido a 09/11/2018 – montante total submetido de 548.161,83 € (85,32% do aprovado em candidatura)
Entidade beneficiária do COMPETE (FEDER)	*MY CNAIM* (SAMA 2020)	– Saldo Final submetido a 29/12/2018 – montante total submetido de 211.948,68 € (80,21% do aprovado em candidatura)
Entidade beneficiária do FAMI	Assistência Técnica	– AT FAMI para 2016/2017 encerrada – execução total de 256,584,19 € (98,37% do aprovado em candidatura) – Submetida nova candidatura para o período 2018-2022 no valor de 774.570,98 €, tendo sido aprovado o montante de 767.990,98 €; a 07/12/2018, submetido PR no valor de 78.351,50 €
Entidade beneficiária de projetos cofinanciados pela Comissão Europeia		Projetos submetidos: – *Expansion and Modernisation of* Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes" – *PORE – Portuguese Roma Population* Projetos em execução: – *Local Roma Integration Plans* (prevê a criação de 10 Planos Locais e 2 Planos Intermunicipais para a Integração de Comunidades Ciganas – *Project Mural* (projeto relacionado com uma rede de trocas de conhecimento e boas-práticas no âmbito da prevenção e combate à discriminação, intolerância, anti-semitismo e anti-islamismo na Europa)

Figura 95 – Candidaturas submetidas ou a submeter pelo ACM, I.P., enquanto Entidade Beneficiária de Fundos Comunitários

3. PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O diagnóstico rigoroso das perspetivas e das necessidades formativas de cada Unidade Orgânica, foi em 2016 o ponto de partida para a implementação da formação profissional no ACM, I.P. Este estudo permitiu-nos constatar que áreas como a Administração Pública, Contabilidade, Finanças e Assuntos Europeus representavam as grandes necessidades de formação dos/as nossos/as trabalhadores/as. Neste sentido, ao longo do último ciclo de formação (2016-2018) procurou-se atenuar estas lacunas, de forma a conseguir uma melhor prossecução da missão do Serviço, dando privilégio à concretização de mais ações, alargando o espectro formativo e recorrendo à estratégia da "Formação à Medida", delineando conteúdos programáticos adaptados e criando turmas pré-selecionadas, de acordo com as orientações emanadas do levantamento inicial.

O ano de 2018 acabou por ser um fim de ciclo formativo, algo inesperado, que se pautou por um abrandamento do processo formativo que se vinha a desenvolver, em parte resultado do processo de integração de uma massa de recursos humanos elevada no âmbito do PREVPAP e que se refletiu, consequentemente, na estratégia de implementação do Plano de formação, não permitindo uma consolidação plena conforme desejado.

Em 2019 inauguraremos um novo ciclo formativo, com o relançamento da formação profissional, pretendendo-se mais e melhor formação, em áreas que até agora têm estado um pouco preteridas. A tónica do ano será a formação ministrada por recursos internos do ACM, I.P., numa lógica de partilha de saberes e experiências, não deixando, no entanto, de lado, quer a manutenção das parcerias já existentes com entidades externas, como a criação de novas, para reforço de aprendizagens.

4. RECURSOS HUMANOS

Em matéria de Recursos Humanos, o ano de 2018 surge como um ano por profundas mudanças no mosaico humano que constitui o Serviço.

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0	60.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0	224.0	64.0
Técnico Superior *	12.0	288.0	1236.0	948.0
Assistente Técnico *	8.0	16.0	168.0	152.0
Assistente Operacional *	5.0	10.0	15.0	5.0
		662.0	1703.0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	
31/12/2017	31/12/2018
32	147

Figura 96 – Recursos Humanos

Em termos de mapa de pessoal, no final do ano de referência, este apresenta na sua composição 147 colaboradores/as, dos/as quais três dirigentes superiores, 14 dirigentes intermédios ou chefes de equipa, cento e três técnicos superiores, vinte e um assistentes técnicos, três assistentes operacionais e 3 técnicos de informática, bem como 15 colaboradores integrados no âmbito da mediação sociocultural.

Em Janeiro de 2018 o conselho diretivo foi reforçado com a nomeação, em regime de substituição, de Romualda Fernandes, enquanto Vogal deste órgão de direção.

Ao longo do ano foram ainda realizados concursos para regularização da ocupação de cargos de direção intermédia em quatro núcleos distintos, nomeadamente, o Núcleo de Relações Internacionais, o Núcleo de Gestão Financeira, o Núcleo de Gestão do FAMI e o Núcleo de Apoio á Integração de Migrantes, nomeados, até então, em regime de substituição.

Relativamente aos desvios apresentados, importa referir que com a conclusão dos procedimentos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública – PREVPAP, o mapa de pessoal foi alargado, sendo integrados/as os/as trabalhadores/as que desenvolviam funções no âmbito da mediação sociocultural e que reuniam as condições previstas na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

Com efeito, se analisarmos a previsão dos recursos humanos para as categorias de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, comparando o número de trabalhadores a exercer funções neste Serviço a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2018, verifica-se um acréscimo considerável nos recursos afetos ao mapa de pessoal.

Importa ainda referir que, no final do ano de referência, alocamos três recursos na carreira informática, contabilizados no total de trabalhadores a exercer funções no serviço a 31 de dezembro de 2018, no entanto, não estão refletidos na contabilização por categoria, por não ser permitido pela plataforma GEADAP acrescentar categorias nesta fase de avaliação.

XI.
ANEXOS

PLANO DE ATIVIDADES 2018

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO 3

I. NOTA INTRODUTÓRIA 4

II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS 6
Objetivos inseridos no QUAR 6
Matriz de coerência e implicação 8

III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS 9
Atividades a realizar 9
Recursos Humanos e Financeiros 12

IV. PLANO DE FORMAÇÃO 14

V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 14

VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL 17

VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA 18

VIII - ANEXOS 24

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP) é um instituto público com competências no âmbito da execução das políticas públicas em matéria de migrações, cuja missão e atribuições estão devidamente explicitadas na orgânica deste Serviço, implementada através do Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro.
Com efeito, as migrações enquanto fenómeno social dinâmico impõem um olhar atento e uma constante adequação das políticas públicas às distintas realidades que nos vão sendo apresentadas, para que o nosso Serviço esteja capacitado, quer ao nível do atendimento presencial dos migrantes, quer da sua integração e acompanhamento, permitindo uma constante monitorização e divulgação do trabalho desenvolvido, levando à concretização da missão do ACM, IP que visa:

- A promoção de Portugal enquanto destino migratório;
- O acolhimento e integração dos migrantes, designadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- A colaboração, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- O combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- O desenvolvimento de programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- A promoção, acompanhamento e apoio ao regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

O Plano de Atividades ora apresentado é um documento orientador da atividade do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), que reúne as intenções de atuação deste Instituto para o ano de exercício de 2018, cumprindo o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Neste documento estão patentes os objetivos estratégicos constantes do QUAR, devidamente alinhados e em sintonia com a Lei Orgânica e Missão deste Instituto, os objetivos operacionais que demarcam a sua ação, as atividades previstas para 2018, bem como os recursos humanos e financeiros que irão ser afetos às mesmas.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Portugal é um país com vasta tradição tanto no domínio das migrações, como no âmbito das comunidades ciganas. Essa tradição vem sendo ancorada numa larga experiência de gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração de migrantes e pessoas ciganas na sociedade portuguesa, reconhecida a nível nacional e internacional, e concretizada pelo Alto Comissariado para as Migrações desde 1996. Primeiro enquanto Alto-comissário para as Migrações, depois enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e mais tarde, em 2007, enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), em parceria com inúmeras autarquias e entidades da sociedade civil a nível local, um extraordinário caminho tem vindo a ser percorrido.

Num percurso com redobrados desafios, aos quais este Alto Comissariado para as Migrações tem vindo a responder e onde quer continuar a singrar, à missão já consolidada de apoiar a integração dos imigrantes, dos seus descendentes ou das comunidades ciganas, juntou-se, nos últimos anos, a integração das pessoas refugiadas. Após um fluxo, sem precedentes desde a 2ª Guerra Mundial, ao ACM foi investida a tarefa de, conjuntamente com outras entidades públicas (aproveitando precisamente a experiência interministerial e interdepartamental tida com os imigrantes), assegurar o bom acolhimento local das pessoas refugiadas em Portugal. Esse trabalho continuará a ser em 2018, uma das principais prioridades do ACM. Queremos que, nacional e internacionalmente, o consenso que se criou em torno da resposta portuguesa continue a fundar-se na efetiva capacidade de acolhimento e integração que temos vindo a demonstrar, liderando pelo exemplo.

Continuaremos, em 2018, a reforçar as políticas de gestão da diversidade que, fundadas no modelo intercultural, asseguram que os migrantes que cá são acolhidos descobrem as pontes e a proximidade para a sua plena integração. Mas, igualmente, continuaremos a assegurar que os(as) portugueses(as) que os acolhem estejam preparados para lançar pontes de diálogo e de encontro com outras culturas e outros povos aceitando, sempre dentro do quadro legal que estabelece os nossos direitos fundamentais, a diversidade que a todos nos torna mais ricos.

De igual modo, em 2018, através dos três Centros Nacionais de Apoio à Integração dos Migrantes – no Porto, em Lisboa e no Algarve – dos 91 Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, presentes no território continental e nas Regiões Autónomas, da Linha de Apoio ao Migrante, do Serviço de Tradução Telefónica, do Programa Mentores para Migrantes, do Programa Português para Todos e do Programa Escolhas, entre muitas outras iniciativas do ACM,I.P, iremos estar muito perto dos nossos utentes, prosseguindo a missão do ACM, incrementando o contacto direto com os migrantes.

Numa outra via, e numa lógica de modernização administrativa, em 2018 com a execução do Projeto *My CNAIM* passaremos a estar à distância dum clique, no telemóvel ou *tablet* dos nossos utentes, também com a

nova *APP – Migrant Welcome*. Por outro lado, com a Plataforma - *Migrant Community Forum,* irá surgir on-line um novo espaço de comunicação, troca de ideias e de informação.

Existem outros projetos que perseguiremos, tal como um *CNAIM Móvel*, que permitirá chegar aos lugares onde a distância física pode dificultar o contacto com os centros nacionais ou locais, ou novos cursos de língua portuguesa, disponibilizados através da plataforma PPT Online.

O ano de 2018 será o ano do relançamento de um programa do ACM na TV e rádio, ajudando a passar uma mensagem realista sobre os migrantes, os refugiados e as comunidades ciganas.
Será também o ano da plena implementação e execução da maioria dos fundos comunitários que visam a integração dos migrantes, juntando-se aos financiamentos já disponíveis no FAMI, as medidas previstas no Fundo Social Europeu, através do POISE.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), estabeleceremos um conjunto de novas medidas para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que também visam potenciar a plena integração.

Internamente, com a consolidação e implementação da Lei Orgânica do ACM, procuraremos ser proactivos, quer ao nível de procedimentos internos, quer na concretização da nossa estrutura de recursos humanos.

Pedro Calado – Alto-comissário para as Migrações

II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Objetivos inseridos no QUAR

Considerando 2018 como o ano de consolidação do ACM no seu todo, teremos em linha de conta os seguintes objetivos estratégicos:

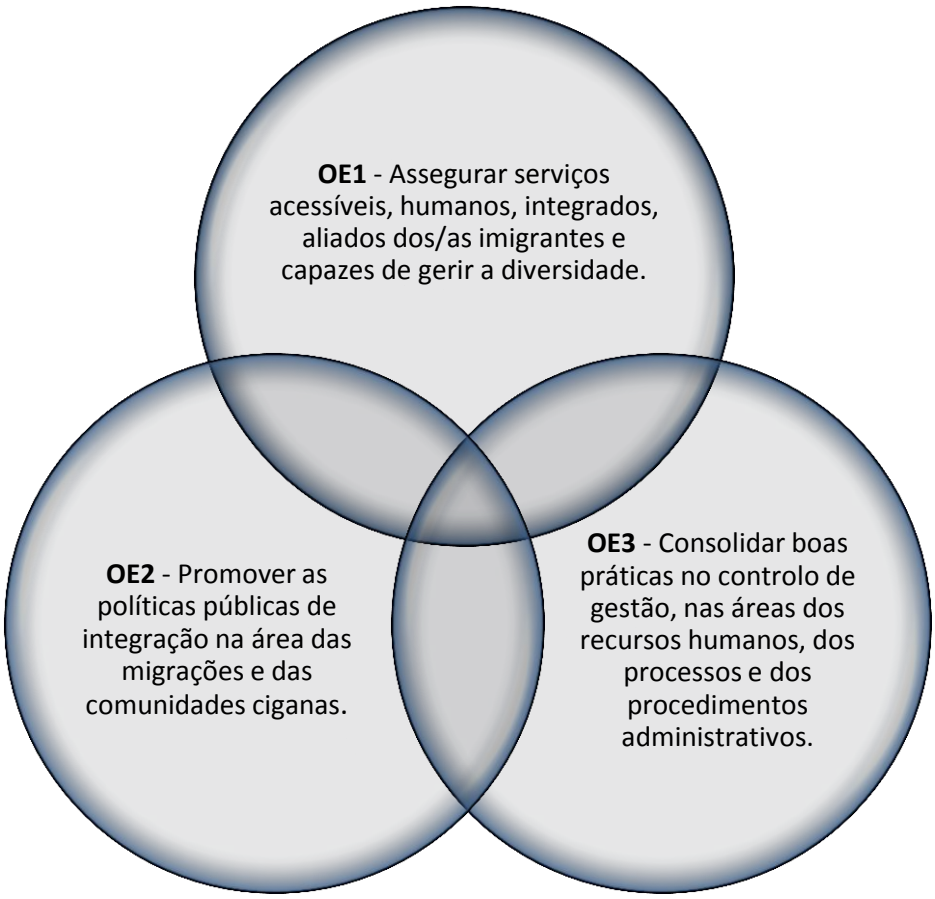


Gráfico 1 – Objetivos estratégicos QUAR 2018

Nos últimos anos, o ACM, IP tem percorrido um caminho de mudança na continuidade, adaptando-se às novas realidades, sem esquecer os ensinamentos que a experiência na área das migrações lhe trouxe. Por isso, desde a sua implementação enquanto Instituto Público até ao presente, muitos passos foram dados, sem, no entanto, esquecer o seu foco, o seu público-alvo, interno e externo, num contexto de uma gestão pública otimizada.

Os objetivos operacionais inseridos no QUAR permitem a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos para o Serviço, por via de 7 indicadores, envolvendo o cumprimento por parte das diversas Unidades Orgânicas do ACM, de um conjunto de atividades e projetos definidos *a priori*:

Parâmetro Eficácia				
001 – Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as				
Indicador 1	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Número de visitas de acompanhamento aos projetos ACM.	Somatório das visitas efetuadas onde são contabilizadas, as deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou trabalhador do ACM ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito	640	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal.	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
002 – Promover a diversidade cultural				
Indicador 2	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros.	Ponderação entre o nº de horas de formação/sensibilização e o nº de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização	40.000	Documentos de registo.	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
Indicador 3	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas.	Média simples que cruza a execução prevista de acções do PEM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, com as acções concretizadas.	100%	Protocolos	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
Parâmetro Eficiência				
003 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos				
Indicador 4	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos).	Média simples.	14	GERFIP.	Coordenação EFAF/ NGARH.
Indicador 5	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios,	Média simples calculada com base na variação percentual	105%	GESMED e registo de	Coordenação dos

por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior.	registada por gabinete de atendimento		atendimentos.	CNAIMs/NGARH.
Parâmetro Qualidade				
004 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado				
Indicador 6	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIMs apresentadas no livro amarelo.	Somatório das reclamações com fundamento, da responsabilidade do ACM, apresentadas no livro amarelo	8	Livro de Reclamações.	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.
Indicador 7	**Metodologia de cálculo**	**Meta 2018**	**Fonte de verificação**	**Responsáveis de medição e acompanhamento**
Tempo médio de espera nos CNAIMs (em minutos).	Calculado através de uma média simples.	0:25:00	SIGA	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.

Quadro 1 – Objetivos, indicadores e metas QUAR 2018

Matriz de coerência e implicação

Esta matriz pretende explicitar a forma como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos, permitindo-nos distinguir prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é, pois, um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

	Objetivos Estratégicos				
Parâmetros	OE1	OE2	OE3		
Eficácia	X	X		OO1	**Objetivos Operacionais**
		X		OO2	
Eficiência			X	OO3	
Qualidade	X		X	OO4	

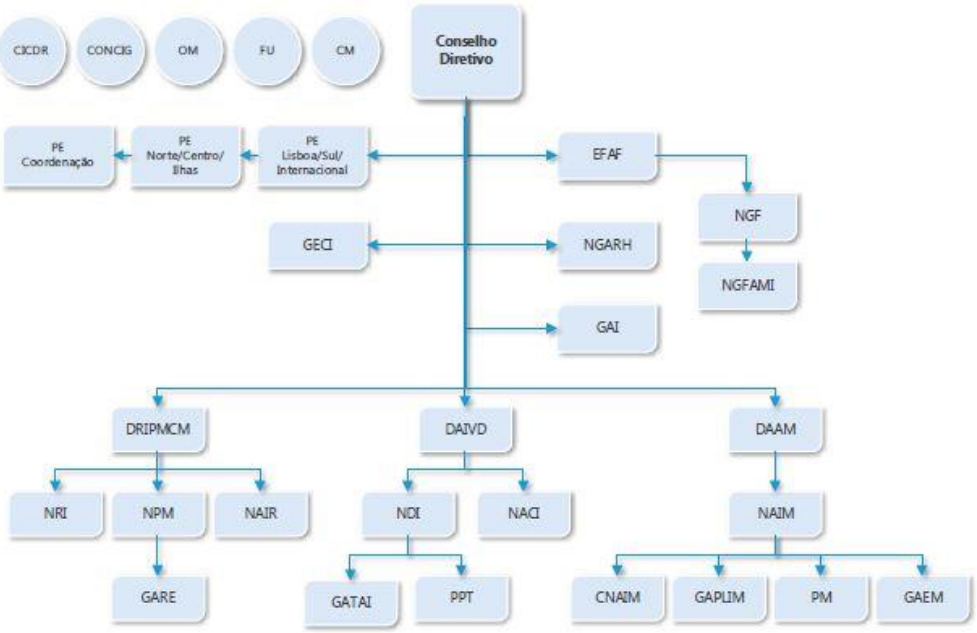
Quadro 2 – Matriz de coerência e implicação

III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Atividades a realizar

Em 2018 o ACM, IP, pretende consolidar a sua posição enquanto organismo público na área das migrações, agindo de forma integrada, respeitando a continuidade dos trabalhos, inovando e dando respostas a todos os seus *stakeholders*.

Com a consolidação da respetiva estrutura orgânica, o ACM construiu um Organograma, representado na figura infra, que espelha as competências que lhe foram adstritas pela Lei e que lhe permitem cumprir o que esta dispõe:



Legenda:
CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
CM – Conselho para as Migrações
CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CONCIG – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
DAAM – Departamento de Apoio e Assistência Migratória
DAIVD – Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade
DRIPMCM – Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes
EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
FU – Fiscal Único
GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
GAI – Gabinete de Auditoria Interna
GAPLIM – Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes
GARE – Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante
GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
GECI – Gabinete de Eventos, Comunicações e Informação
NACI - Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
NAIR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
NDI - Núcleo para o Diálogo Intercultural
NGF - Núcleo de Gestão Financeira
NGFAMI - Núcleo de Gestão do Fundo de Apoio à Integração de Migrantes
NPM - Núcleo de Políticas Migratórias
NRI - Núcleo de Relações Internacionais
OM – Observatório das Migrações
PM – Programa Mentores
PPT - Português Para Todos

Figura 1 – Organograma ACM,IP

Cada uma destas Unidades Orgânicas com atividades bastante diferenciadas contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais. No entanto, todos os anos e atenta a conjuntura legal, social, económica, nacional e internacional existem matérias que sobressaem em relação às outras, nomeadamente:

- A concretização do **Plano Estratégico para as Migrações**, enquanto um dos principais desafios para 2018, incidindo nos eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como no elenco de medidas organizadas por eixos prioritários.

- Por seu turno, a **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)** aprovada a 27 de março de 2013, RCM n.º 25/2013, que representa o principal referencial para a integração das comunidades ciganas no contexto nacional e que surge como um projeto relevante para a concretização dos objetivos do ACM, através do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), que desempenham um papel fundamental de apoio à execução do plano, no domínio da mobilização de atores-chave e de organizações da sociedade civil.

- Com a publicação da Lei nº 27/2017, de 30 de maio, que aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do **direito de livre circulação dos trabalhadores**, novas competências foram atribuídas ao ACM. Este normativo aplica-se aos cidadãos da União Europeia e membros das suas famílias, no exercício da liberdade de circulação de trabalhadores, relativamente a aspetos como o emprego, condições de trabalho, benefícios sociais e fiscais, educação saúde, entre outras. Com efeito, cabe ao ACM coordenar as entidades envolvidas na sua implementação:

  i. ACM, IEFP, ANQEP, ACT, ISS, ATA, DGES, IHRU, DGE, DGAE;
  ii. Assegurar o contacto com a Comissão Europeia;
  iii. Assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados Membros;
  iv. Promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade;
  v. Assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações sobre as matérias em causa e proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.

- Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, publicada em 23 de agosto, que permitiu que passasse a estar estabelecido num único diploma, o regime da prevenção, da proibição e do combate a qualquer tipo de discriminação, ajustando as orientações mais recentes de política pública nacional, europeia e

internacional, de forma a permitir um combate mais eficiente e efetivo ao fenómeno da discriminação.

Nesse sentido, é proposta uma primeira abordagem transversal, por via da consolidação de regras e articulação expressa entre diplomas, pelo alargamento do âmbito de aplicação à ascendência e território de origem, pela atualização de conceitos e inclusão de referência explícita à discriminação múltipla e à discriminação por associação.

É nessa continuidade que o ACM, IP, passa a ser entidade pública a quem cabe garantir o funcionamento, a coordenação e os meios adequados, de modo a regular a atividade da **Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).** Este é um órgão especializado no combate à discriminação racial, criado pela Lei n.º 134/99 de 28 de agosto, com o objetivo de prevenir e proibir a discriminação, sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais, tais como a recusa ou o condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, a qualquer pessoa, em razão da sua pertença a determinada origem, cor da pele, nacionalidade ou etnia.

O ACM, I.P. com a entrada em vigor da Lei nº. 93/2017, de 23 de agosto e através da Comissão Permanente, viu ser reforçada a sua composição, atribuições e as suas capacidades no combate à discriminação racial, pois para além de assegurar a sensibilização da opinião pública e de receber queixas, passou a deter competências para instruir e proferir decisões nos processos de contra-ordenação, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, promovendo as diligências de recolha de prova, competindo-lhe ainda coordenar os atos inspetivos que se afigurem necessários, atendendo ao caso em concreto.

Prevê-se, igualmente, a possibilidade de as partes poderem submeter a resolução dos litígios a um procedimento de mediação a seu pedido ou por iniciativa daquela Comissão, com o consentimento do/a infrator/a e da vítima ou dos seus representantes legais.

As queixas, que se enquadrem no âmbito do regime jurídico de combate à discriminação racial previsto na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, podem ser apresentadas directamente à própria CICDR, no entanto, se a denúncia for formalizada perante uma entidade diferente, a mesma deverá remetê-la à Comissão no prazo de 10 dias. Prevê ainda este diploma que todas as entidades públicas têm a obrigação de participar à Comissão os factos de que venham a ter conhecimento e que sejam suscetíveis de serem qualificados como práticas discriminatórias.

Atenta a recente alteração legislativa produzida pela Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, ao nível da prevenção, afigura-se essencial a realização de ações informativas, neste sentido, para além de outras atividades a executar no decurso do ano de 2018, de acordo com o respetivo plano de atividades,

serão ainda realizadas por todo o território nacional múltiplas ações informativas sobre o regime jurídico de prevenção, proibição e combate à discriminação racial agora em vigor. Estas ações terão como destinatários diversos públicos-alvo incluindo sociedade civil, forças de segurança, bem como outros técnicos que trabalhem com migrantes e outras potenciais vítimas de discriminação racial, impulsionando o envolvimento de todos e todas na prevenção e combate à discriminação racial e étnica.

O conjunto global das atividades a desenvolver em 2018 encontra-se no Anexo I do presente Plano de Atividades.

Recursos Humanos e Financeiros

O ano de 2018, em matéria de recursos humanos pauta-se pela estabilização do seu mapa de pessoal, demonstrando o rigor que se tem vindo a imprimir em matéria de procedimentos, atenta a uma gestão criteriosa de recursos humanos e financeiros.

No que concerne aos lugares no mapa, foram consideradas quatro Equipas cujas chefias são equiparadas a dirigentes intermédios de 1º grau:

I. Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF), que inclui o Núcleo Gestão Financeiro (NGF) e o Núcleo de Gestão de Apoio ao FAMI (NG-FAMI);
II. Observatório para as Migrações (OM);
III. 2 Equipas do Programa Escolhas, conforme disposto no art.º 6º da Portaria nº 227/2015, de 3 de agosto.

Por seu turno, estão considerados no mapa de pessoal o **Departamento de Relações Internacionais, Politica Migratória e Captação de Migrantes -** onde estão inseridos o Núcleo de Relações Internacionais (NRI) e o Núcleo de Políticas Migratórias (NPM), o **Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade** onde se encontram os Núcleo de Apoio à Comunidade Cigana (NACI) e o Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI), e o Departamento de Apoio e Assistência Migratória, onde está adstrito o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM).

Além dos Núcleos *supra* mencionados, foi criado em 2016, na dependência do Conselho Diretivo (CD), o Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos e, em 2017, um lugar de Núcleo a criar por Deliberação do CD (cumprindo os 10 Núcleos previstos no nº 2 do Artº 1º da Portaria nº 227/2015, de 3 de agosto).

Este Instituto é detentor de um grau de tecnicidade elevado, com 24 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, 1 especialista na carreira/categoria de informática, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Para a prossecução das atribuições do ACM,IP, em 2018 estão previstos no Mapa de Pessoal aprovado, onde está incluído o Programa Escolhas (Anexo), dois dirigentes superiores, um fiscal único, três dirigentes intermédios de 1º grau, cinco equiparados a dirigentes intermédios de 1º grau, dez dirigentes intermédios de 2º grau, vinte e quatro técnicos superiores, um especialista de informática, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais, perfazendo um total de cinquenta postos de trabalho.

Além dos elementos vinculados ao Mapa de Pessoal, para a prossecução das suas competências, o ACM, IP conta com o apoio de mediadores socioculturais, ao abrigo da Lei da Mediação Sociocultural, estabelecendo Protocolos com as Associações de Migrantes, e que para 2018 estão considerados 155 colaboradores (incluindo os que apoiam o Programa Escolhas).

Relativamente aos recursos financeiros para o ano de 2018, a dotação inicial do orçamento do ACM, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 10.469.324€. A ação do ACM é financiada por Esforço financeiro nacional (42%), Financiamento da UE (30%) e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (28%). No que respeita à classificação económica da despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 67% do total, e inclui, pela primeira vez, 3.767.593€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (21%) despesas com o pessoal (12%).

Gráfico 2 – Distribuição orçamento ACM,IP - 2018

IV. PLANO DE FORMAÇÃO

O Plano de Formação a implementar no ano de referência, tem no seu âmago, para além da continuidade, também uma postura de consolidação dos procedimentos até ao momento desenvolvidos, isto é, um registo inovador, dinâmico e motivacional, que se demonstrou fulcral para o aperfeiçoamento do desempenho de alguns dos nossos quadros, nos anos transatos.

Todavia, pretende-se ir mais além no processo de aprendizagem, com uma aquisição e partilha dos saberes, utilizando como recurso o *know-how* já adquirido por recursos humanos do Organismo, numa perspetiva de aproveitamento de competências, com o intuito de fortalecer a especialização de uns e simultaneamente, permitir a atualização profissional de outros.

A adoção de uma lógica trienal de implementação do Plano de Formação (2016-2018), afigurou-se como sendo uma estratégica benéfica, uma vez que este modelo permitiu partir de uma perspetiva macro, olhar para situações específicas e auscultar a realidade em que laboramos. De igual modo, visou promover uma maior eficácia na aferição de impacto e resultados, proporcionando um campo mais alargado para uma melhoria que se pretende sempre contínua.

V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No âmbito da modernização administrativa 2018 será o ano de execução e concretização da candidatura SAMA – Modernização Administrativa, Projeto *MY CNAIM,* lançada em 2016.

Este projeto incide sobre os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (doravante CNAIM) e tem como objetivos gerais: a reestruturação de serviços de atendimento ao migrante; a melhoria do acompanhamento de processos; a modernização da infraestrutura tecnológica; o aumento da transparência; o aumento da qualidade, rapidez e eficiência do atendimento; a criação de novos canais virtuais, centrados no cidadão migrante, e que fomentem a sua interação e participação.

Para atingir os objetivos *supra* mencionados, o projeto MYCNAIM contempla cinco grandes áreas de intervenção no âmbito da modernização administrativa, a implementar nos CNAIM:

Customer Relationship Management – CRM

O novo sistema CRM visa acompanhar, efetivamente, processos de clientes, sendo possível, designadamente, identificar quem são os clientes do CNAIM, quantas interações têm com o serviço e por que motivos. Este sistema permitirá fazer um acompanhamento mais detalhado, mais personalizado e uma monitorização sistemática dos serviços disponibilizados.

A nova aplicação contribuirá para uma Administração Pública mais focada, próxima e acessível do cidadão, em que o contacto com o mesmo, caso se justifique, pode ocorrer através de mais do que um canal. Tal constituirá um ganho para o cidadão (menos tempo de espera para atendimento, um tempo de atendimento menor e um acompanhamento mais personalizado por parte de quem atende) e para o colaborador que faz o atendimento (melhor conhecimento do processo, maior celeridade no atendimento, melhor articulação entre as diferentes Unidades Orgânicas do CNAIM).

Por outro lado, do ponto de vista da gestão eficaz dos recursos, esta nova ferramenta de CRM trará outras mais-valias: desmaterialização de processos e progressiva eliminação do suporte de papel (medida 14 do Eixo III do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública) e produção de relatórios e indicadores de realização e de resultado, quer para a coordenação do gabinete, quer para os responsáveis e outros *stakeholders* dos CNAIM. Tal possibilitará também um melhor planeamento e adequação dos recursos entre procura e oferta, bem como, uma redução de custos, nomeadamente a nível de Recursos Humanos, uma vez que se poderá reafetar os mesmos em função de variação de picos no atendimento, e de economato (papel e toner, entre outros).

Voice Over Internet Protocol - VOIP

O objetivo da introdução do VOIP é melhorar as comunicações de suporte aos serviços dos CNAIM através da criação de acessos telefónicos exteriores diretos aos serviços (nomeadamente ligação em anel às diferentes instituições presentes nos CNAIM) e da criação de ligações interministeriais.

A introdução de um sistema de VOIP permitirá igualmente uma redução significativa de custos nas comunicações e a eliminação de custos com equipamento (custo do aluguer mensal das centrais telefónicas, estimado em aproximadamente 30.000 euros anuais). Tal contribui para dar cumprimento à medida 7/9 do Eixo II do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública.

Aplicação para Linha de Apoio ao Migrante (Contact Center CNAIM)

No âmbito da primeira fase da operação My CNAIM, pretende-se implementar uma solução mais atualizada de Contact Center, que possa interagir com o sistema informático CRM que vier a ser utilizado nos CNAIM.

A Linha de Apoio ao Migrante, anterior Linha SOS Imigrante, foi criada em 2003 com o objetivo de fornecer telefonicamente, e de modo gratuito, toda a informação útil ao cidadão imigrante (bem como a instituições, associações, entidades públicas, como a segurança social, hospitais, CPCJ, escolas, entre outras) necessárias à plena integração de migrantes em Portugal.

Apesar de a linha estar em funcionamento e continuar a responder às inúmeras chamadas diárias, bem como a realizar marcações para os CNAIM e a responder a e-mails, não dispõe atualmente de um sistema informático que permita e apoie uma otimização dos recursos existentes e, por exemplo, a reafetação dos mesmos, em função de variações no pico de chamadas.

Pretende-se, assim, implementar uma plataforma multicanal integrada que suporte esta interação usando os meios tradicionais desde o método presencial, telefone, e-mail, até aos meios mais recentes como a web, internet, FAQ, vídeo call e web chat, complementado com o Contact Center e com meios de interoperabilidade, nomeadamente através de mecanismos de autenticação via cartão de cidadão, por exemplo, contribuindo assim para dar cumprimento à medida 11 do Eixo III do PGETIC - Interoperabilidade na Administração Pública.

O objetivo é que o Módulo de Contact Center seja integrado com o futuro sistema de VOIP a ser utilizado na instituição, de modo a permitir tirar partido da capacidade de comunicações sobre IP existentes. Em termos de interoperabilidade, pretende-se facilitar a troca de informação e a integração entre sistemas, de modo a evitar a redundância na execução de tarefas, bem como evitar as situações de limitações, erro e/ou incoerência entre sistemas.

Plataforma de interação/participação electrónica

Pretende-se ainda criar uma plataforma tecnológica multicanal, inovadora e vanguardista, no âmbito das redes sociais e da participação pública, com ênfase no cidadão migrante, baseada em tecnologia Internet, que fomente, por um lado, a interação entre o cidadão migrante e o CNAIM (e/ou entidades ou personalidades por si convidadas) e, por outro lado, a interação entre migrantes.

Este serviço pode ser facilmente colocado em prática, pois Portugal é um país em que a rede de internet abrange praticamente todo o território, sendo de acesso livre em muitos locais. A plataforma disponibilizará à comunidade migrante, um conjunto integrado de canais de interação e de participação eletrónica, nomeadamente um destinado a perguntas e respostas, outro canal destinado a auscultação da opinião (consultas), e outro destinado a eventos (debate/conversação) em direto (tempo real). Note-se que, pelo facto de a plataforma ser multilingue, podem ser criados eventos de participação destinados, por exemplo, a cidadãos residentes num determinado país e que pretendam imigrar para Portugal num futuro próximo.

APP Migrant welcome

Pretende-se criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação, com um mapeamento de serviços úteis a pessoas migrantes, existentes em território nacional, e possibilidade de marcação de atendimentos. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) incluirá desde CLAIM, cursos de língua

portuguesa para estrangeiros, Associações de Imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços de reconhecimento de qualificações, de saúde, equipamentos de ensino, entre outros. Pretende-se facilitar o acesso das pessoas migrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania.

Este serviço permitirá reduzir o tempo despendido em deslocações e procura de serviços, bem como, os custos financeiros inerentes.

Com esta APP pretende-se colmatar o problema da escassez e dificuldade de acesso à informação sobre Serviços, por parte dos migrantes, em todo o território nacional.
Não obstante o grande projeto em matéria de modernização administrativa ser a execução e divulgação do projeto MY CNAIM, em cada uma das suas vertentes. É grande preocupação destes Serviços desmaterializar formulários, estabelecendo um sistema interno de formulários on-line, para as respetivas tarefas administrativas, ao nível do economato, gestão da frota automóvel, gestão de salas e eventos, entre outros.

Dando pequenos passos pretende-se estabelecer uma gestão documental mais efetiva, que passará pela digitalização do expediente e criação de fluxos internos de informação.

VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A publicidade institucional do ACM, IP, em 2018, incidirá na continuidade de utilização dos meios de divulgação até aqui utilizados, como o *Facebook*, o Portal do ACM (criado em 2015), as ações de difusão junto das entidades parceiras como as Associações de Migrantes e os Municípios, e a realização anual do evento ACM – Fora de Portas.

Para que este trabalho seja concretizado, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) tem como atribuições a produção de notícias e conteúdos para publicação em todos os meios de divulgação deste Serviço:
- Portais - ACM, CICDR, OBCIG, site Programa Escolhas;
- F*acebook* - Escolhas e ACM;
- Revistas trimestrais - ACM em Revista e Revista Escolhas.

De igual modo, tem a seu cargo a produção de materiais e conteúdos para divulgação de todas as ações/medidas/programas e eventos do ACM, IP, bem como a realização de Reportagens para publicação (texto e fotografia), o *clipping* diário e a partilha de notícias no âmbito da missão do Instituto.

Em 2018 existirá uma nova responsabilidade - **a produção de conteúdos multiplataforma para TV, Rádio e redes sociais**.

VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais do ACM, IP, foram identificadas como essenciais para a prossecução da atividade deste Organismo, as necessidades de contratação externa, constante da tabela infra:

EMPRESA /ENTIDADE A CONTRATAR (NAS SITUAÇÕES EM QUE É POSSÍVEL REFERIR JÁ)	ÂMBITO TEMPORAL	OBJETO	TIPOLOGIA DO PROCEDIMENTO A DINAMIZAR / DESENVOLVIDO (V.G. AJUSTE DIRETO, CONCURSO PÚBLICO, (...)- TIPOLOGIAS DE ACORDO COM O CCP)	VALOR CONTRATUAL DE CONTRATAÇÃO (C/IVA)	FONTE DE FINANCIAMENTO (FUNCIONAMENTO / PIDDAC)
PROJECTTIME - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELECTRÓNICOS	2017 / 2018	Aquisição Serviços atualização, assistência / manutenção dos relógios de ponto, Lisboa-Álvaro Coutinho e Anjos, e Porto.	Regime simplificado	984,00 €	540
BELTRÃO COELHO	2017 / 2019	Aquisição de serviços de aluguer operacional de 31 equipamentos de cópia e impressão pelo período de 24 meses, para os CNAIM Lisboa e Porto e Rua dos Anjos.	Ajuste direto	51.158,16 €	369, 442, 446 e 540
LUSA-AGÊNCIA NOTÍCIAS DE PORTUGAL	2017 / 2019	Objetivo enriquecer produção conteúdos informativos noticiosos para informar/sensibilizar diversos públicos, nomeadamente comunidades migrantes, ciganas sociedade portuguesa, sobre missão do ACM	Ajuste direto	9.967,20 €	311
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AMA	2018	Protocolo CNAIM-Algarve, despesas Utilização Espaço e telefone	OUTROS CONTRATOS - VALORES INFERIORES A 100.000 €	35.747,40 €	369 e 448
CTT - Correios de Portugal	2018	Aquisição de serviços de aceitação, tratamento, transporte distribuição de correspondências postais, para o ano de 2018	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	10.190,00 €	540
ISISFLOR - COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS	2017 / 2018	Aluguer e manutenção das plantas nos edifícios do CNAI na Rua Álvaro Coutinho e na Rua dos Anjos	Ajuste direto	4.885,41 €	540
JET COOLER, AGUAS E CAFÉS	2017 / 2019	Aluguer de Bebedouros, fornecimento de copos e garrafões de água, para Rua Álvaro Coutinho e Rua Anjos em	Ajuste direto	8.242,86 €	369, 442, 446, 448

		Lisboa, Rua de França no Porto e CNAIM Faro, para o período de 24 meses			e 540
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES	2018	Fornecimento Água para CNAIM Lisboa	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	11.880,00 €	369, 446 e 540
CMPEA-EMP. AGUAS MUNICÍPIO PORTO	2018	Fornecimento Água para CNAIM Porto	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	3.400,00 €	369 e 442
CONDOMÍNIO PRÉDIO SITO RUA ANJOS 66, 66 A E REGUEIRÃO ANJOS 29, 29 A	2018	Condomínio Prédio-Rua dos Anjos	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	15.307,44 €	540
CONDOMÍNIO DO CENTRO EMPRESARIAL CAPITÓLIO	2018	Condomínio instalações CNAIM Porto, Edifício Capitólio, prédio na Avenida de França nºs 222; 256; 316; 352; 358 e 366, Bloco A, R/c - Fracções RO e RP (Estabelecimentos 55 e 56) e Fracções RM e RN (Estabelecimentos 57 e 58)	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	3.089,80 €	369 e 442
RENTOKIL INITIAL PORTUGAL - SERVIÇOS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL	2018	Prestação de serviços de desinfestação nas instalações do CNAIM de Lisboa, sitas na Rua Álvaro Coutinho, 14 e CNAIM Porto.	Regime simplificado / Ajuste direto	1.194,33 €	369, 446 e 540
FATYREST RESTAURAÇÃO UNIPESSOAL	2018	Aquisição de serviços de refeições	Ajuste direto	2.604,53 €	369 e 540
R.C.A.- REFRIGERAÇÃO E CONDICIONAMENTO DE AR	2017 / 2019	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva aos Equipamentos de Ar Condicionado do CNAIM de Lisboa, pelo período de 24 meses	Ajuste direto	2.583,00 €	369, 446 e 540
NORTARCO	2018	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva AVAC Porto	Regime simplificado / Ajuste direto	1.992,60 €	442
ESPAP - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO	2018	Contrato Adesão Serviços Gestão Partilhada (GeRFiP)	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	39.232,08 €	540
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA	2018	Aluguer central Lisboa, Aluguer linha telefónica Porto, Linha SOS	LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS E OUTROS CONTRATOS - PRESTAÇÃO DE UM OU MAIS SERVIÇOS DE	27.699,80 €	369, 442 e 446

			TELECOMUNICAÇÕES		
HIGIENE PLUS	2017 / 2019	Aquisição Serviços Manutenção Equipamentos Higiene do ACM e fornecimento dos respetivos consumíveis	Ajuste direto	5.990,20 €	369 e 446
GRAND ODEON PROPERTIES	2018	Arrendamento do prédio sito na Rua dos Anjos 66, 1º,3º,4º andares e Sotão	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	67.773,96 €	540
ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIARIAS	2018	Arrendamento Prédio R. Álvaro Coutinho14-16, Lisboa	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	265.146,78 €	369 e 442
OVH - HOSTING	2018	Serviço de aluguer SP 16G server-ns3343875.ovh.net, Alojamento aplicações de suporte Gabinete Emprego, Rede GIP e atendimentos rede CLAII	Regime simplificado	737,85 €	540
INÊS PINTO COELHO REIS	2017 / 2018	Aquisição serviços assessoria Jurídica elaboração protocolos e apoio às equipas em matérias jurídicas	Ajuste direto	11.808,00 €	540
LEASE PLAN PORTUGAL	2013 / 2017	Aluguer Operacional de Viatura para Alto-comissário para o período de 01.01.2015 a 22.10.2017	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	31.232,16 €	540
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA	2014 / 2017	AQ-03AQ-SGPCM/2014-Aquisição serviços comunicações voz dados em local fixo, corresponde Lote 5: serviço de voz-Território Nacional, acordo quadro AQ-14-SCVDLF, para contrato 2 anos, eventualmente renovável por mais 1 ano	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	41.263,50 €	446, 442, 369
VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS	2014 / 2017	Aquisição serviços móvel terrestre, corresponde Lote 3 - Serviço Combinado Móvel de Voz e Dados e Móvel de Dados, ao abrigo do Acordo de Quadro AQ-SMT-2012 da ESPAP, período 2 anos possibilidade renovação 1 ano após data da assinatura do contrato	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	46.354,13 €	540
PRESTIBEL - EMPRESA DE SEGURANÇA	2016 / 2017	05AQ-SGPCM/2013 - Aquisição de serviços de vigilância e segurança, ao abrigo do Lote nº 24 (Serviço combinado em todo o território nacional) do respetivo acordo de	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO	364.859,08 €	369, 442, 446

		quadro	(CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)		
GOUVEIA PEREIRA COSTA FREITAS & ASSOCIADOS SOC. ADV. RL	2016 / 2018	Aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito de contratação pública e outras atividades de apoio jurídico no Gabinete Financeiro do ACM, IP., para o período de 2 anos	Ajuste direto	71.317,96 €	369
INTERLIMPE - FACILITY SERVICES	2016 / 2018	06AQ-SGPCM/2015 - Aquisição centralizada serviços Limpeza ao abrigo de acordo quadro, para Lisboa e Porto, para o período de Jun/2016 a Dez/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	232.374,77 €	369, 442, 446 e 540
CMVA - MULTISERVIÇOS	2016 / 2019	Concurso de serviços de edição e publicação livros para o ACM, IP	Concurso público	65.159,26 €	369, 482 e 540
SEBASTIÃO & SANTOS - SROC	2015 / 2019	Honorários devidos pela assunção de funções de interesse público, com a designação Fiscal Único por despacho nº 9472/2015		56.944,38 €	540
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO IMOREAL	2015 / 2020	Arrendamento 57 e 58, rés-do-chão Bloco A, prédio Av. França, Porto	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	27.819,12 €	369 e 442
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO IMONEGÓCIOS	2015 / 2020	Arrendamento 55 e 56, rés-do-chão Bloco A, prédio Av. França, Porto	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	20.676,60 €	369 e 442
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL	2017 / 2019	05AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada de combustíveis rodoviários ao abrigo dos Lote 2 e 6 do Acordo de quadro CR-2012 da ESPAP, para os anos de 2017, 2018 e 2019.	Concurso público	42.839,31 €	540
SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE	2017 / 2019	08AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada de consumíveis de casa de banho ao abrigo do Grupo 1 (Lotes 1 a 5 e Lote 8) do AQ-HL-2015 da ESPAP, para os anos de 2017, 2018 e 2019	Concurso público	26.594,57 €	369, 442 e 446
EUROPATRIMONIAL - CONSULTORIA E MEDIAÇÃO DE SEGUROS	2018	Prestação de serviços de seguro automóvel para a viatura do ACM (48-37-OR)	Concurso público	148,35 €	540

IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL UNIPESSOAL	2017 / 2019	06AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada do fornecimento de electricidade em regime de mercado livre, ao abrigo do acordo quadro AQ-ELE-2015, para a Rua Alvaro Coutinho e Rua dos Anjos, em Lisboa, e Rua de França no Porto para os anos de 2017, 2018 e 2019.	Concurso público	189.906,96 €	369, 442, 446, e 540
ESCALATUR, VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL	2017	Aquisição centralizada de serviços de viagens ao abrigo do lote 1 do acordo quadro de viagens	Concurso público	35.000,00 €	369, 442, 446, 448, 482 e 540
FINLOG ALUGUER E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS	2016 / 2020	Aluguer Operacional Viatura para um período de 48 meses, ao abrigo do lote 67 do acordo de quadro AQ-VAM da ESPAP	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	22.317,12 €	540
IP TELECOM	2018	Aquisição de serviços de renovação de Datacenter Virtual (DCV) portal refugiados.gov.pt, por o período de um ano.	Regime simplificado	2.952,00 €	540
JWM CONSULTING	2017 / 2018	Aquisições de serviços de Estudo de avaliação intercalar do PEM, para o período compreendido entre 2015 e 2016, por uma entidade terceira, imparcial e independente	Ajuste direto	23.061,24 €	540
TORKE STUNT - MARKETING ESTRATÉGICO	2017 / 2018	Aquisição de serviços de renovação do domínio da Plataforma 50/50, gerida pelo GARE, no âmbito de ideias de negócio, para o período de 31/05/2017 a 30/05/2018.	Regime simplificado	18,08 €	540
ESPALHA ESTRELAS	2017 / 2018	Aquisição de serviço de alojamento de Base de Dados (GTAEM) que faz a gestão de acolhimento dos refugiados no território nacional, para o período de 03.08.2017 a 02.08.2018	Regime simplificado	596,55 €	540
OHM TÉCNICA	2017 / 2018	Aquisição centralizada de papel (para fotocópia e impressão) ao abrigo do lote 1 do acordo de quadro (AQ-PECON-2015), nº 25 da ESPAP - 08AQ-SGPCM/2015, para os anos de 2017 e 2018.	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	32.573,66 €	369, 446 e 540

OHM TÉCNICA	2017 / 2018	Aquisição centralizada de economato (material de encadernação, material de escritório e suportes digitais) ao abrigo do lote 2 do acordo de quadro de papel e economato AQ-PECON-21015 - 09AQ-SGPCM/2015, para os anos de 2017 e 2018.	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	13.062,11 €	369, 442, 446, 448 e 540

Tabela 3 – Contratação Pública ACM,IP - 2018

VIII - ANEXOS

Plano de Formação 2018

QUAR 2018

Plano Anti-Corrupção

Mapa de pessoal 2018

Orçamento 2018

Plano de Atividades Detalhado 2018

PLANO DE FORMAÇÃO 2018

ACM,IP

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA 3
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO 4
CONCEÇÃO E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL 4
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO 5
NECESSIDADES FORMATIVAS *VERSUS* EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MINISTRADA 7
FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS 9
MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL 9
AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO 10
PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS - 2018 10
ANEXOS 17

NOTA INTRODUTÓRIA

O ACM. IP, na sua lei orgânica (DL nº. 31/2017, de 27/02) tem como missão primordial o de *"Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões*.

Para a boa prossecução de tais objectivos e citando as palavras do preâmbulo do mesmo articulado legal, "(…) *tornam necessária uma adequação institucional que permita responder adequadamente a esses desafios, designadamente pela sua capacidade de articulação de competências e pela experiência adquirida, com reconhecimento internacional e mérito, nos domínios da integração e inclusão dos imigrantes e das práticas de interação positiva entre a sociedade portuguesa e os seus imigrantes.*", é portanto preocupação deste Instituto valorizar profissionalmente todos os seus funcionários e colaboradores, nomeadamente através de formação, seja ela inicial ou contínua.

Na continuidade do que já foi realizado, o Plano de Formação a implementar no ano de 2018, tem no seu âmago, para além da continuidade, também uma postura de consolidação da estratégia até ao momento desenvolvida, isto é, para além do registo inovador, dinâmico e motivacional que se demonstrou fulcral para o aperfeiçoamento do desempenho de alguns dos nossos quadros, nos anos transactos, 2018 afigura-se como um ano de avaliação e de estabilidade no crescimento.

Neste ano, pretende-se ir mais além no processo de aprendizagem, com uma aquisição e partilha dos saberes, utilizando como recurso o *know-how* já adquirido pelos funcionários e colaboradores em exercício neste Serviço.

Em suma, a nossa atuação em matéria de formação profissional será numa perspectiva de aproveitamento de competências com o intuito de fortalecer a especialização de uns e simultaneamente, permitir a atualização profissional de outros.

A adoção de uma lógica trienal de implementação do Plano de Formação (2016-2018), mostra-se como sendo uma estratégica benéfica, uma vez que este modelo permite partir de uma perspectiva macro, olhar para o micro e auscultando a realidade em que laboramos, promover uma maior eficácia na aferição de impacto e resultados e proporcionando um campo mais alargado para a melhoria que se pretende sempre contínua.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO

DO PONTO DE VISTA DO ACM, IP	DO PONTO DE VISTA DOS COLABORADORES
Objetivos: ➢ Elevar as competências dos trabalhadores; ➢ Otimizar o desempenho; ➢ Ter Equipas coesas e motivadas.	**Objetivos:** ➢ Aperfeiçoamento e crescimento profissional; ➢ Partilha dos conhecimentos em novas situações; ➢ Partilha dos saberes adquiridos; ➢ Realização profissional.
Como fazer? Qual a estratégia a seguir? ➢ Colmatar deficientes competências técnicas; ➢ Colmatar deficientes competências comportamentais; ➢ Melhorar a articulação entre equipas de trabalho; ➢ Desenvolvimento de uma orientação para a qualidade e/ou objetivos; ➢ Criar uma cultura organizacional; ➢ Melhoria contínua.	**Como fazer? Qual a estratégia a seguir?** ➢ Aprendizagem contínua; ➢ Motivação e empenho na aprendizagem; ➢ Vontade em partilhar os saberes; ➢ Eficiência; ➢ Melhoria Contínua.

Tabela 1 – Objetivos e estratégias da formação profissional

CONCEÇÃO E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das estratégias inerentes ao cumprimento dos objectivos traçados pelo ACM, IP, enquanto Organismo Público com intervenção na área social passa, obrigatoriamente, por uma formação profissional que se pretende de excelência e adaptada as necessidades sentidas quer pelos funcionários e colaboradores, como pelos parceiros interventores nesta realidade.

Neste sentido e à semelhança do que já foi realizado no passado, para a construção e implementação do Plano de Formação anual deveremos sempre ter em linha de conta as fases inerentes ao processo, conforme *gráfico -1*, muito embora a Formação Profissional no ACM,IP esteja assente numa estratégia trienal (2016/2018).

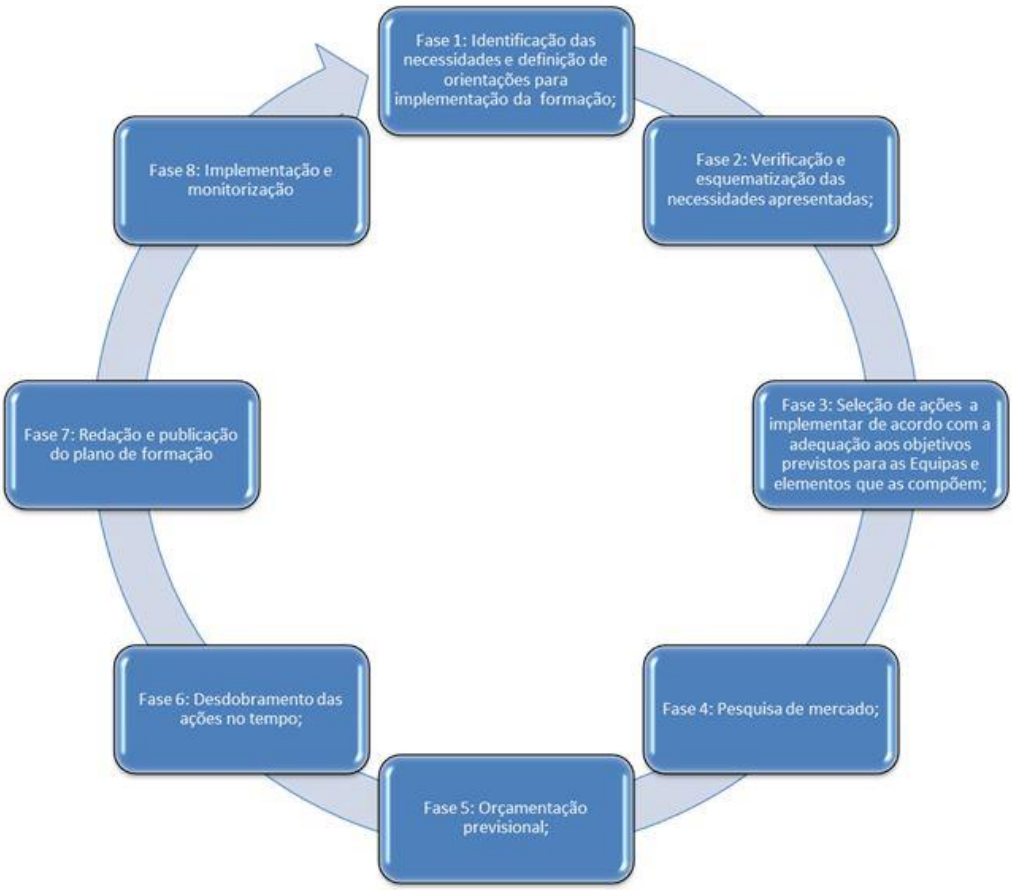


Grafico 1 – Fases de construção e implementação do plano de formação

O delinear de uma estrutura formativa pensada a três anos que trouxesse mais-valias para o desempenho profissional da estrutura humana que compõe o Organismo, visou ainda o cumprimento dos objectivos definidos em sede de QUAR.

Não obstante o fluxo representado no gráfico supra, o ACM encontra-se preparado para acautelar necessidades formativas imprevistas, resultantes de circunstâncias excecionais.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

O diagnóstico rigoroso das perspectivas e das necessidades formativas de cada Unidade Orgânica foi o ponto de partida em 2016. Verificou-se assim que áreas como Administração Pública, Contabilidade e Finanças e Assuntos

Europeus, representavam as necessidades mais prementes para os funcionários e colaboradores, as quais se procurou colmatar de imediato, para uma melhor prossecução da missão do Serviço.

Em 2017, uma vez delineada a estrutura formativa e aferidas necessidades, a tónica centrou-se na implementação. Assim, o ACM,IP apostou na concretização de mais ações, alargando o espectro formativo e recorrendo à estratégia da "Formação à Medida", delineando conteúdos programáticos adaptados e criando turmas pré-selecionadas, de acordo com as orientações emanadas do levantamento inicial.

O ano de 2018 perspectiva-se como o fim de um ciclo formativo, sendo um ano de consolidação de procedimentos mas também de avaliação de estratégias, numa perspectiva de inaugurar um novo Plano Formativo.
A tónica do ano será a formação ministrada por recursos internos do ACM, IP, numa lógica de partilha de saberes e experiências, não deixando no entanto de lado, quer a manutenção das parcerias já existentes com entidades externas, como a criação de novas, para reforço de aprendizagens.
Não obstante os constrangimento orçamentais que afectam todos os organismos do Estado, e aos quais o ACM, IP não será obviamente imune, o Plano Formativo previsto para 2018 continuará a ser uma importante aposta.

Nesta leitura, a prossecução do Plano de Formação do ACM, IP que foi delineada para o triénio 2016/2018, durante este último ano, terá o seguinte alinhamento:

Figura 1 - Cronograma ACM,IP – Plano de Formação 2018

NECESSIDADES FORMATIVAS *VERSUS* EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MINISTRADA

Entre o ano de 2016 e 2017 concretizou-se e ajustou-se o planeamento, numa perspectiva dialéctica, entre necessidades formativas, exigências técnicas e espectativas pessoais, no sentido de elevar os resultados dos colaboradores, das Unidades Orgânicas e consequentemente do Organismo no seu todo.

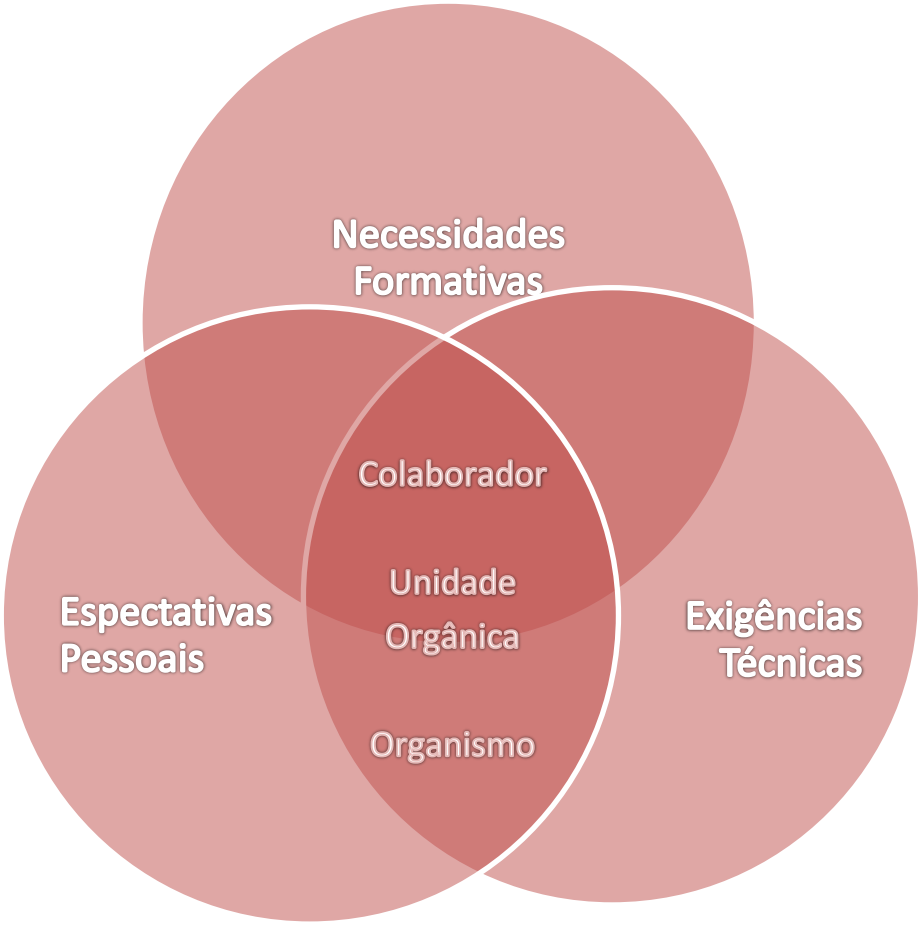
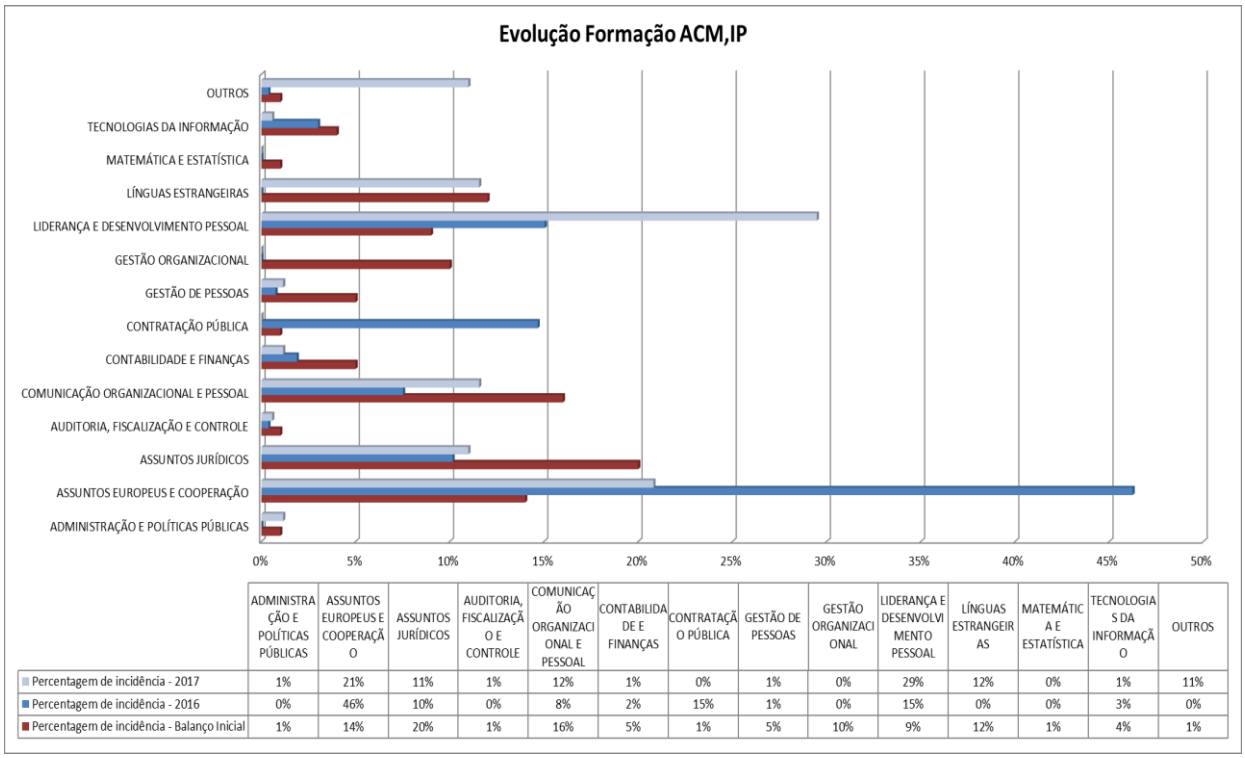


Gráfico 2 - Relação dos parâmetros para a formação

Desta forma torna-se possível determinar as disfunções existentes, individualizar as ações a selecionar e medir o impacto das soluções formativas implementadas.

Assim, tendo como pano de fundo o passado, mas voltando o nosso olhar para o futuro, mantendo sempre em mente que o próximo ano será de conclusão e avaliação do triénio, as áreas a privilegiar em termos de formação

profissional no ano 2018 serão, conforme *gráfico – 3* demonstra, Assuntos Jurídicos, Contabilidade e Finanças, Gestão Organizacional e de Pessoas.



	ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	ASSUNTOS EUROPEUS E COOPERAÇÃO	ASSUNTOS JURÍDICOS	AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE	COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E PESSOAL	CONTABILIDADE E FINANÇAS	CONTRATAÇÃO PÚBLICA	GESTÃO DE PESSOAS	GESTÃO ORGANIZACIONAL	LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO PESSOAL	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	OUTROS
Percentagem de incidência - 2017	1%	21%	11%	1%	12%	1%	0%	1%	0%	29%	12%	0%	1%	11%
Percentagem de incidência - 2016	0%	46%	10%	0%	8%	2%	15%	1%	0%	15%	0%	0%	3%	0%
Percentagem de incidência - Balanço Inicial	1%	14%	20%	1%	16%	5%	1%	5%	10%	9%	12%	1%	4%	1%

Gráfico 3 - Balanço Intermédio da Evolução da Formação Profissional no ACM,IP – 2016-17

O *follow up* da implementação das ações de formação ministradas tem sido uma preocupação constante do NGARH, com o intuído de aferir a correspondência entre o executado e o planeado, considerando as necessidades aferidas.

O balanço intermédio, explicitado no gráfico acima, proporciona o conhecimento necessário à projeção da atuação futura do ACM,IP nesta matéria.

Conforme é possível constatar, durante 2016 e 2017 houve preocupação em colmatar as necessidades em áreas como Línguas Estrangeiras e Liderança e Desenvolvimento Pessoal, entre outras.
Por sua vez, verificou-se um *superavit* na área dos Assuntos Europeus e Cooperação, justificável com o facto de se considerar este como sendo um dos *core* deste Instituto.

Através da análise do referido gráfico, conclui-se ainda que áreas como Matemática e Estatística e Auditoria, Fiscalização e Controle, apesar de terem surgido no levantamento de necessidades iniciais e contempladas no plano

de formação, por se considerar que não representam, de momento, necessidades imediatas para a prossecução dos objetivos do instituto, não justificam a afetação de recursos humanos e financeiros à sua implementação em 2018

FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS

Pensada numa ótica de aproveitamento de recursos humanos internos com formação académica adequada, nas áreas consideradas pertinentes e alinhadas com a missão do organismo, a implementação de formação externa pelo ACM,IP pressupõe a realização de ações de formação que permitam difundir o *know-how*, ou seja, "fazer sair o saber da casa, para fora".

Não obstante esta tipologia formativa ser promovida e desenvolvida maioritariamente por recursos internos, a criação de sinergias que considerem parceiros sociais com uma missão alinhada com a do ACM,IP, representa igualmente uma estratégia já utilizada e a ser mantida pelo Serviço.

Em suma a formação ministrada a terceiros representa, simultaneamente, uma forma de trabalhar conhecimentos e competências e uma estratégia de difusão das matérias da competência e responsabilidade do ACM,IP, promovendo a sua imagem e marca, perante a sociedade civil.

MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A monitorização da formação profissional é, para o ACM,IP, uma ferramenta através da qual se torna possível conferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objectivos que fazem parte do Plano de Actividades do ACM, IP bem como do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR.

Inicialmente idealizada numa lógica de compilação da informação reportada pelas Chefias trimestralmente, relativamente as ações de formação frequentadas pelos colaboradores das suas respectivas Unidades Orgânicas, com o tempo, a estratégia de monitorização foi alvo de um processo de melhoramento e tornou-se mais abrangente.
Actualmente com recurso a um formulário específico e adaptado (Anexo-1), pretende-se fazer um reconhecimento que nos possibilite aferir não só as ações frequentadas pelos colaboradores, como as que são ministradas a utilizadores externos.
A lógica da monitorização foi alterada já no ano de 2017, tendo em conta as diretrizes emanadas pelo INA, por forma a permitir uma resposta devidamente sistematizada e sintetizada da informação a reportar no âmbito do RAF.

O encerramento deste ciclo e as respetivas monitorizações, dotar-nos-ão de capacidade para a construção de um balanço global que permitirá uma antevisão de estratégias para a edificação de um novo plano de formação profissional.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

A avaliação das ações de formação profissional, representa a par da monitorização, uma importante ferramenta no âmbito da implementação da formação profissional.
Através da avaliação, é possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajecto formativo

Assim, no final de cada ação de formação promovida, é remetido aos formandos um inquérito (Anexo-2) através do qual se torna possível avaliar os conteúdos programáticos, formador, estratégia formativa, entre outros elementos inerentes à respectiva ação.

Em 2018, a enfâse em matéria de avaliação centrar-se-á na criação de um relatório de avaliação final com os dados que foram recolhidos de todas as ações de formação, com o intuito de projectar o futuro numa perspectiva de crescimento e constante melhoramento dos serviços prestados pelo ACM, à sua população alvo.

PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS - 2018

Os encargos com a Formação Profissional no ACM,IP, são previstos atendendo o somatório das estimativas de custos para as formações planeadas, mas mantendo sempre uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada de importância vital.

Assim, em matéria de encargos deste Organismo com a Formação Profissional em 2018, prevê-se uma despesa estimada de 13.320.00€ com formação planeada e um remanescente de 6.680.00€ euros, a contabilizar para a formação profissional não planeada.

Para o ano de referência, conforme disposto no quadro seguinte de forma mais pormenorizada, o ACM,IP., definiu como ações de formação a desenvolver, as de seguida elencadas:

Área Temática	Designação da Ação	Objetivos e Conteúdos	Nº de formandos	Nº Horas	Encargos (Previsão)
Assuntos Europeus e de Cooperação	GESTÃO DE PROJETOS FINANCIADOS	Adquirir conhecimentos e competências sobre o processamento administrativo e de gestão de projetos com fundos comunitários para o período 2014-2020.	5	28:00:00	1200
Assuntos Europeus e de Cooperação	CONCEÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	Enquadrar a abordagem da gestão do ciclo do projeto, articulando as fases de conceção, implementação e avaliação; Usar a abordagem do Logical Framework na conceção e avaliação de projetos; Definir o planeamento operacional do projeto e o sistema de acompanhamento, com base no Logical Framework e usando métodos ágeis.	5	28:00:00	1200
Assuntos Europeus e de Cooperação	ASILO E REFUGIADOS	Transmitir informação clara e sucinta sobre refugiados, migrações forçadas e asilo; Criar hábitos de reflexão e pensamento crítico sobre os temas abordados; Tornar os participantes mais abertos para a vivência e problemas das sociedades multiculturais;	10	04:00:00	N.A
Assuntos Jurídicos	PARENTALIDADE	Capacitar todos os colaboradores do ACM, IP, relativamente às matérias relacionadas com a parentalidade – deveres e direitos. Regimes jurídicos Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do	30	03:30:00	N.A

		Trabalho: - Conceitos; - Especificidades.			
Assuntos Jurídicos	ABSENTISMO E ASSIDUIDADE - REGIME DE FÉRIAS FALTAS E LICENÇAS	Capacitar todos os colaboradores do ACM, IP, relativamente às matérias relacionadas com o absentismo e assiduidade – direitos e deveres. Regimes jurídicos Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho: - Conceitos de Férias, faltas e licenças	30	03:30:00	N.A
Assuntos Jurídicos	Lei de Estrangeiros	Aprofundar conhecimentos no âmbito da Lei n.º 63/2015, de 30/06	10	03:00:00	N.A
Comunicação Organizacional e Pessoal	Gestão de Stress e Mediação de Conflito	Compreender a natureza e as causas do stress; Distinguir entre stress positivo e negativo; Reconhecer o impacto do stress na qualidade de vida e na saúde; Conhecer e dominar técnicas práticas de gestão de stress; Desenvolver mecanismos de resposta flexíveis e criativos face a situações difíceis;Aplicar competências de diálogo, escuta, e comunicação na mediação de conflitos;Identificar meios de atuação assertiva face a situações de conflito, assim como, potencias nos outros comportamentos construtivos.	30	07:00:00	N.E

Comunicação Organizacional e Pessoal	Técnicas de Atendimento Telefónico	Pretende-se com esta acção de formação que os formandos compreendam a importância da qualidade do serviço prestado ao cliente e a imagem da organização. Ficarão igualmente aptos a comunicar de forma assertiva com os clientes, utilizando diferentes técnicas e adequadas a realidades distintas. A capacidade de aplicação de processos de inteligência emocional, serão igualmente abordados no sentido de dotar todos os formandos dos conhecimentos técnicos subjacente à Excelência na Qualidade do Serviço e no desenvolvimento das competências comportamentais que a sustentam.	8	07:00:00	1100
Comunicação Organizacional e Pessoal	Design de comunicação ou Representações criativas de alto impacto	Este curso procura estudar, especular e propor novas relações e entendimentos no contexto do design de produtos e serviços digitais como representações criativas com um nivel de impacto elevado.	2	N.E	N.E
Comunicação Organizacional e Pessoal	Organização de Eventos	Identificar e distinguir os diferentes tipos de eventos e compreender as várias fases da organização de eventos; Reconhecer a importância dos conhecimentos técnicos para uma organização e gestão de eventos de sucesso;	1	21:00:00	200

		Planear um evento com base nos conhecimentos e técnicas adquiridas; Avaliar o seu potencial empreendedor e conhecer diversos aspectos da vida empresarial na actividade de Organização de Eventos.			
Formação Dirigentes	CADAP	Este curso tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e competências adequados ao exercício de funções dirigentes na Administração Pública, nomeadamente uma formação altamente qualificada nos aspetos cultural, científico, técnico e profissional, que assente numa cultura profissional e tecnologicamente avançada por forma a favorecer a qualidade dos serviços públicos prestados aos utentes.	1	500:00:00	4000
Gestão de Pessoas	Assiduidade, Pontualidade e Trabalho Extraordinário Suplementar;	Interpretar e aplicar a legislação em vigor; Conhecer as medidas de gestão, execução e controlo adequadas; Conhecer sistemas de assiduidade e pontualidade; Organizar todo o processo de assiduidade e pontualidade e horas extraordinárias.	2	21:00:00	420

Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Coaching	Orientar para a definição e concretização de objetivos, transformando intenções em ações concretas Incentivar à consciência do potencial, utilizá-lo e desenvolvê-lo para chegar onde deseja Desenvolver novas perspetivas, formas de pensar e agir e, assim, conseguir outros resultados Potenciar a comunicação e relações interpessoais positivas Superar limitações, medos e bloqueios, mantendo o foco e a motivação Fortalecer a confiança, autoestima e a inteligência emocional	20	07:00:00	1500
Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Liderar equipas para obter resultados	Compreender em que medida e porquê a liderança se tornou indispensável para a geração de equipas eficazes. Conhecer as vantagens e desvantagens da liderança centrada nas pessoas versus liderança centrada na tarefa. Conhecer os diferentes estilos de liderança e a saber adequá-los a diferentes situações. Desenvolver uma relação de confiança com os colaboradores e participar na sua evolução. Desenvolver e manter a motivação da equipa Estabelecer e comunicar objetivos. Compreender a importância do feedback	15	07:00:00	3000

		do líder. Utilizar técnicas de facilitação da criatividade para incentivar a equipa para a inovação.			
Tecnologias da Informação	EXCEL	Conhecer as funcionalidades mais importantes do Excel; Utilizar as funções básicas deste produto. Introdução Excel; modificar uma folha de cálculo; Realizar cálculos; Formatação de células e folhas de cálculo; Personalizar o layout; Impressão de conteúdos de um livro; Criar um livro (workbook), Criação e manipulação de gráficos.	10	07:00:00	N.A
Tecnologias da Informação	SEGURANÇA INFORMÁTICA	Dotar os participantes de conhecimento de boas práticas no âmbito das TIC e segurança informática nas empresas e organizações	10	07:00:00	N.A
Tecnologias da Informação	ADMINISTRAÇÃO DE BASES DE DADOS EM SQL SERVER	No final deste curso, os formandos conseguem criar páginas Web dinâmicas, utilizando a linguagem PHP e a trabalhar com uma base de dados MySQL.	1	35:00:00	400
Tecnologias da Informação	PROGRAMAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE SISTEMAS WINDOWS	Adquirir os conhecimentos necessários para automatizar grande parte das tarefas diárias de administração de sistemas e explorar, monitorizar e validar, de uma forma simplificada, os recursos disponibilizados no sistema	1	30:00:00	300
	TOTAIS		**191**	**719:00:00**	**13320**

ANEXOS

Formulário de Reporte

Formulário de Avaliação da Formação

REPORTE FORMAÇÃO - ACM,I.P

a) Ações frequentadas por colaborador/funcionário(ver ações a considerar, em função do vínculo, no corpo do email) (1) ;

NOME COLABORADOR/A	VINCULO	CURSO/AÇÃO	TIPO DE FORMAÇÃO	MODALIDADE DA FORMAÇÃO	DURAÇÃO (HORAS)	DATA	MÊS	CERTIFICAÇÃO	ENTIDADE FORMADORA	CUSTOS ACM(€)	Observações

MODALIDADE DA FORMAÇÃO
Formação Inicial: Visa habilitar os formandos com conhecimentos e aptidões para o exercicio das respetivas funções, podendo desenvolver-se apenas em 2 momentos: - Em fase anterior à admissão ou em fase imediatamente posterior à admissão.;
Formação Continua: Visa promover a actualização e a valorização pessoal e profissional dos funcionários

TIPO DE FORMAÇÃO
Formação interna: é a formação promovida para colaboradores do Organismo, organizada e desenvolvida internamente ou em cooperação com entidades externas através de protocolos com regras próprias;
Formação externa: é a formação que é promovida para colaboradores do Organismo, por entidades que organizam iniciativas ou vendem formação com interesse para a melhoria da qualificação profissional dos recursos humanos.

b) Ações (formação certificada ou não) promovidas pelo Núcleo/Equipa ministradas a utilizadores internos (colaboradores do ACM);

Designaçao do curso/ação	Tipo de Formação	Modalidade da Formação	Certificação	Equipa/Núcleo Promotor	Local	Entidade Formadora	Data de Incio	Data de Fim	Nº Formandos	Nº Formadores	Nº Ações	Nº Horas	Apoio Logistico(€)	Aquisição de Serviços(€)	Deslocações(€)	Ajudas de Custo(€)

c) Ações (formação certificada ou não) promovidas pelo Núcleo/Equipa ministradas externamente (utilizadores externos) (2);

Designaçao do curso/ação	Modalidade da Formação	Certificação	Equipa/NúcleoPromotor	Local	Entidade Formadora	Entidade Beneficiária	Data de Incio	Data de Fim	Nº Formandos	Nº Formadores	Nº Ações	Nº Horas	Apoio Logistico(€)	Aquisição de Serviços(€)	Deslocações(€)	Ajudas de Custo(€)

(1) O reporte deve ser efetuado considerando uma linha para cada ação frequentada, ainda que pelo mesmo colaborador/funcionário
(2) Só devem ser consideradas ações promovidas e implementadas numa lógica externa, não obstante estarem presentes colaboradores do ACM

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO:

LOCAL DA AÇÃO:

DATA: **HORÁRIO:**

FORMADOR/A:

1. CONHECIMENTOS INICIAS

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Ao apresentar-se neste curso, os seus conhecimentos sobre a temática abordad eram:					

2. EXPECTATIVAS

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
A) Este curso correspondeu ao que esperava?					
B) Considera-o adequado às necessidades?					

3. CONTEÚDO DA FORMAÇÃO

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Novidade das matérias abordadas					
Interesse das matérias abordadas					
Nível de detalhe no tratamento dos temas					
Adequação da metodologia aos conteúdos					
Duração da sessão					

4. DESEMPENHO DO/A FORMADOR/A

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Domínio dos assuntos					
Clareza na comunicação					
Motivação suscitada					
Disponibilidade para o esclarecimento de questões					
Adequação dos métodos utilizados					
Relacionamento com os formandos					

5. AVALIAÇÃO GLOBAL

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Grau de satisfação global					

O QUE APRENDEU DE MAIS SIGNIFICATIVO COM ESTA FORMAÇÃO?
_____ _____ _____

QUE ASPECTOS RELATIVOS À FORMAÇÃO DEVIAM SER MELHORADOS?
_____ _____ _____

OBSERVAÇÕES / SUGESTÕES
_____ _____ _____ _____ _____

DATA E ASSINATURA DO/A FORMANDO/A (Facultativa)
Data: _____ / _____ / _____ Assinatura: _____

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2018

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2018	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia — Peso: 50.0

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os. — Peso: 35.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	630.0	860.0	640.00	92.00	917.00	100			

OO2 Promover a Diversidade Cultural. — Peso: 65.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	40000.0	35000.0	40000.00	6506.00	65086.00	50			
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50			

Eficiência — Peso: 20.0

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos. — Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.0	14.0	14.00	1.00	11.00	50			
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	100.0	100.0	105.00	12.50	125.00	50			

Qualidade — Peso: 30.0

OO4 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado. — Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	7.0	7.0	8.00	1.00	6.00	50			
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	19.0	19.0	25.00	2.00	17.50	50			

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0		.0
Técnico Superior *	12.0	288.0		.0
Assistente Técnico *	8.0	16.0		.0
Assistente Operacional *	5.0	10.0		.0
		662.0		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2017	31/12/2018
32	**50**

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	10469324		
Despesas c/Pessoal	1258941		
Aquisições de Bens e Serviços	2185964		
Outras Despesas Correntes	7013919		
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	**10469324**		

NOTA EXPLICATIVA

Para o ano de 2018 a dotação inicial do orçamento do ACM, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 10.469.324€. A ação do ACM é financiada por Esforço financeiro nacional (42%), Financiamento da UE (30%) e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (28%). No que respeita à classificação económica da despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 67% do total, e inclui, pela primeira vez, 3.767.593€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (21%) despesas com o pessoal (12%).

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Avaliação Final

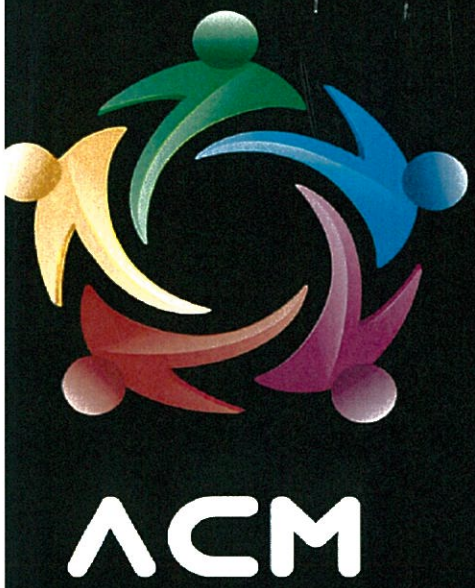
Eficácia	**0.0**	
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.		**Não Atingiu**
Promover a Diversidade Cultural.		**Não Atingiu**
Eficiência	**0.0**	
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.		**Não Atingiu**
Qualidade	**0.0**	
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.		**Não Atingiu**

Quadro de Avaliação e Responsabilização

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta e do Valor Critico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Documentos de registo
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	GESMED e registo de atendimentos partilhado
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Livro de Reclamações
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado



Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP

Março de 2017

ÍNDICE

PARTE I – Caracterização do ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

Natureza Jurídica do ACM, IP.....pg.3
Missão do ACM, IP.....pg.3
Atribuições do ACM, IP.....pg.3
Organograma.....pg.6

PARTE II - Enquadramento Legal, Âmbito, Objetivos e Metodologia

Enquadramento Legal... .....pg.8
Âmbito e Objetivos do Plano.....pg.8
Metodologia de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano.....pg.9

PARTE III - Identificação de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção

Identificação e Gestão de Riscos.....pg.11
Estrutura Metodológica do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção.....pg.13
Identificação de Riscos em Procedimentos de Contratação Pública.....pg.15
Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção.....pg.16
Identificação de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas na actividade do ACM,IP. como Organismo Intermédio do PO ISE.....pg.18

Anexos pg.20
Índice de Anexos pg.21
Anexo I – Matriz de Riscos Gerais por Unidade Orgânica.....pg. 22
Anexo II – Matrizes de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção por Unidade Orgânica.....pg. 23
Anexo III – Matrizes de Riscos e Prevenção Antifraude em Operações Financeiras por Unidade **Orgânica** pg.82
Anexo IV – *EGESIF 14-0021-00* – "ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS-MEMBROS E AS AUTORIDADES DO PROGRAMA – AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE E MEDIDAS ANTIFRAUDE EFICAZES E PROPORCIONAIS".....pg.96
Anexo V – MATRIZ DE RISCO *(modelo conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00.)*.....pg.97

PARTE I – Caracterização do ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

1.1. Natureza Jurídica

O Alto Comissariado para a Migrações é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Criado pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro, prossegue, nos termos do nº2 do artigo 1º deste diploma, atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração e migrações, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro ou de outro membro do Governo integrado na PCM.

1.2. Missão do ACM, IP

O ACM, I.P. tem por missão, nos termos do nº1 do artigo 3º, do mesmo diploma, colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, bem como para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

1.3. Atribuições do ACM, IP

Conforme definição decorrente do nº2 do já referido artigo 3º do diploma em epígrafe, são atribuições do ACM, I.P.:

a) Promover a imagem internacional de Portugal enquanto destino de migrações;

b) Promover e dinamizar o acolhimento, a integração, a participação e a formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos imigrantes que proporcionem uma resposta integrada dos serviços públicos, e de parcerias com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, do acesso à cidadania e o reforço das redes sociais de integração e participação pública;

c) Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;

d) Cooperar com todas as entidades competentes na execução da política migratória, designadamente através de ações, nacionais e internacionais, de captação de imigrantes de elevado potencial;

e) Exercer funções de interlocução junto de atuais e potenciais imigrantes em procedimentos administrativos ou fora deles, sem prejuízo das competências próprias dos organismos envolvidos, por via do aconselhamento daqueles imigrantes, do contacto com outras entidades públicas e privadas, do recurso a meios eletrónicos e da preparação da documentação pertinente;

f) Gerir, quando a competência lhe for delegada, as iniciativas, fundos e planos de ação da União Europeia em matéria de migrações;

g) Cooperar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração e respetivas diásporas, designadamente em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro ou reforcem os seus laços de vínculo a Portugal;

h) Garantir o acesso dos imigrantes, suas associações e outras comunidades a toda a informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres de cidadania;

i) Contribuir para a melhoria da recolha e divulgação de dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios, através da consolidação da recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem diretamente acessíveis em fontes primárias;

j) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas em todas as matérias com relevo para a captação, fixação e integração de migrantes, designadamente no que respeita ao emprego, à formação e inserção profissional, ao empreendedorismo, à mobilidade migratória, à mediação sociocultural, à habitação, saúde e educação, tendo em vista o codesenvolvimento local e regional, a mobilização de competências e a inclusão económica e social;

k) Promover o diálogo, a inovação e a educação intercultural e inter-religiosa, designadamente através do apoio ao associativismo e de ações de valorização da interacção positiva e da diversidade cultural, num quadro de consideração mútua e de respeito pelas normas legais e constitucionais;

l) Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei;

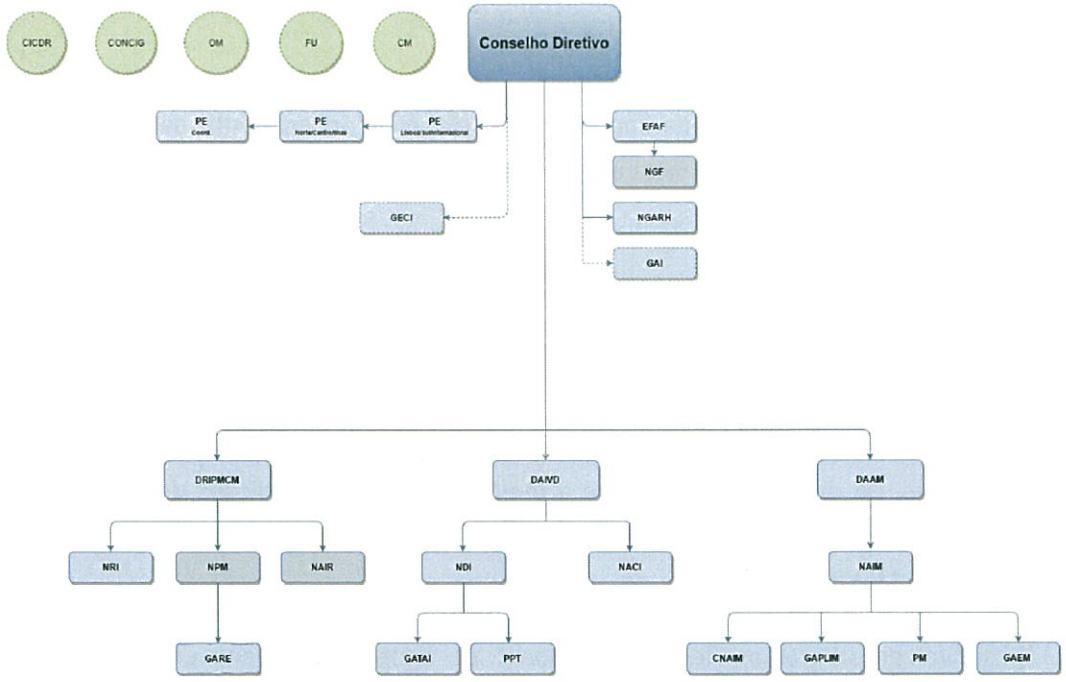
m) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica;

n) Fomentar a investigação, inquéritos e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudo universitários e organizações internacionais, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas ou de iniciativas legislativas;

o) Desenvolver programas e ações de inclusão e capacitação económica dos atuais imigrantes e seus descendentes, de modo contribuir para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, para a igualdade de oportunidades e para o melhor reconhecimento e aproveitamento das suas qualificações e do seu potencial;

p) Desenvolver programas de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e grupos étnicos, tendo em vista, entre outros objetivos, a inclusão escolar e a educação, a formação profissional, o reforço da empregabilidade e a dinamização comunitária e cidadania.

1.4. Organograma[1]



Legenda:

CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
CM - Conselho para as Migrações
CNAIM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
CONCIG - Grupo Consultivo para a Integração de Comunidades Ciganas
DAAM - Departamento de Apoio e Assistência Migratória
DAIVD - Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade
DRIPMCM - Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes
EFAF - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
FU - Fiscal único
GAEM - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
GAI - Gabinete de Auditoria Interna
GAPLIM - Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes
GARE - Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante
GATAI - Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
GECI - Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação
NACI - Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
NAIR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
NDI - Núcleo para o Diálogo Intercultural
NGF - Núcleo de Gestão Financeira
NPM - Núcleo de Políticas Migratórias
NRI - Núcleo de Relações Internacionais
OM - Observatório das Migrações
PM - Programa Mentores
PPT - Português Para Todos

Núcleos em processo de estruturação/elaboração

Independentes

[1] No momento em que se procede à revisão do presente Plano ainda não se encontra concluído o processo de nomeação dos dirigentes responsáveis pelas unidades orgânicas, definidas no âmbito dos Estatutos do ACM,IP., aprovados pela Portaria nº227/2015 de 3 de agosto

Permanece constituída, tal como à data da versão inicial deste Plano, a Equipa de projecto para a gestão do Programa Escolhas que, apesar de ter prevista a sua plena integração no ACM, continua a ser gerido por diploma próprio, constituindo-se, por essa razão, como Organismo Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OBREPP).

O presente organograma representa a actual estrutura organizacional deste IP, definida em conformidade com os respectivos Estatutos, aprovados pela Portaria nº227/2015 de 3 de agosto e no âmbito dos quais estão previstas outras unidades orgânicas, susceptíveis de, em caso de necessidade, serem introduzidas na estrutura orgânica do ACM, IP.

Parte II – Enquadramento Legal, Âmbito, Objetivos e Metodologia

2.1. Enquadramento Legal

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas, aprovou a Recomendação nº 1/2009 do Conselho para a Prevenção da Corrupção (CPC), publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, através da qual, nos termos do respectivo nº1.1, todos os dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos, devem elaborar **Planos de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, bem como relatórios anuais sobre a execução dos mesmos. Considerando que o referido Plano elaborado pelo ACM, IP data de outubro de 2014, a entidade procedeu à sua revisão, com vista à vigência da nova versão, para o período 2016-2018. A revisão deste documento atendeu, também, ao conjunto de orientações que constam na Recomendação do CPC referente à "Gestão de Conflitos de Interesses no Setor Público", datada de 07 de novembro de 2012, bem como à Recomendação sobre "Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública", datada de 07 de janeiro de 2015 e à Recomendação, datada de 01 de julho de 2015, relativa a "Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas". Após aprovação desta revisão sob a designação "Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP – 2016-2018", este documento será enviado para a Tutela e para o próprio CPC, para efeitos de análise e posterior divulgação no site do ACM,IP.

2.2. Âmbito e Objetivos do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

Fator de gestão fundamental, este Plano visa, por um lado, promover a transparência pública nos processos e procedimentos que integra no seu funcionamento institucional, garantindo credibilidade e confiança aos métodos a que recorre e aos objectivos que pretende alcançar. Por outro, o Plano pretende, também, de forma muito clara e incisiva, elucidar a própria estrutura organizacional da entidade sobre a natureza, o nível, o impacto e a probabilidade de ocorrência de riscos de gestão, associados, recorrentemente, ao próprio funcionamento institucional, permitindo-lhe a definição e aplicação de medidas preventivas, cuja adequação à natureza e nível de risco, garante a diminuição da probabilidade da sua ocorrência e, naturalmente, a dimensão do seu impacto. Neste contexto, o Plano permite ao ACM:

- Identificar os principais riscos de gestão, nomeadamente, de corrupção e infrações conexas, relativamente a cada unidade orgânica (departamentos, núcleos ou equipas);
- Verificar, com base num processo regular de acompanhamento e avaliação de riscos, o grau de adequação das medidas adotadas para efeitos de prevenção da sua ocorrência;
- Propôr, designadamente, através da revisão anual do Plano, decorrente da avaliação resultante do seu Relatório Anual de Execução e sempre que se justifique, a adoção de novas medidas preventivas, a título de resposta para a ocorrência de riscos potencialmente emergentes, em termos de previsibilidade.

O Plano foi elaborado, no âmbito da presente revisão da versão original, seguindo a estrutura atual do ACM, IP, atendendo a que o Instituto se encontra em fase de definição constitutiva do seu Mapa de Pessoal, nos termos da orgânica estrutural interna, decorrente dos respectivos Estatutos, aprovados em anexo à Portaria nº227/2015 de 3 de agosto, publicada no DR, 1ª Série, nº149 de 3 de agosto.

2.3.Metodologia de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano

Em outubro de 2014, o Plano inicial, construído com o objectivo de dar resposta à solicitação da Recomendação nº1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, intitulou-se "Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.". Para a sua elaboração, o ACM, IP., contou com a colaboração de todos os Coordenadores dos Gabinetes que se constituíam, à data, como unidades orgânicas da entidade e que, para efeitos de identificação e análise de uma série de potenciais riscos de corrupção e infracções em função da especificidade do trabalho de cada um desses Gabinetes, responderam a um inquérito distribuído com essa finalidade, onde se solicitava aos referidos Coordenadores, não só a identificação das principais atividades desempenhadas pelo seu Gabinete, como também a enumeração dos respetivos riscos de corrupção e as medidas existentes ou a implementar para reduzir a possibilidade da sua efetiva ocorrência.

A execução do Plano deve ser regularmente acompanhada, devendo a sistematização da análise e avaliação deste acompanhamento, ser apresentada sob a forma de Relatório Anual de Execução. Registe-se que, em sede de elaboração da versão inicial deste Plano foi prevista a sua reestruturação, designadamente, após a publicação dos novos Estatutos do ACM, IP e da constituição do respetivo Mapa de Pessoal.

A presente revisão do Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da corrupção e Infrações Conexas, datado de 2014, integra-se na supra-referida actualização, prevista para data posterior à da aprovação dos Estatutos do ACM, IP (cuja publicação decorre da Portaria nº227/2015 de 3 de agosto) e apresenta-se estruturado em conformidade com as indicações constantes no "Guião para a Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas" publicado pelo CPC, em concordância com a Recomendação nº1/2009.

De acordo com a metodologia definida originalmente, o acompanhamento da execução deste Plano que passará a intitular-se "Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.", procederá através do preenchimento anual da sua Matriz de Risco (Anexo I) pelos dirigentes responsáveis por cada uma das unidades orgânicas do ACM, IP (Diretores de Departamento e Coordenadores de Núcleos e de Equipas) reunidos em sede de Grupo de Avaliação de Risco (figura orgânica criada para o efeito, no âmbito da Unidade de Auditoria Interna do ACM, IP), cujas funções implicam, recorrentemente, não apenas o acompanhamento da execução do Plano mas, também a análise e execução das medidas propostas no âmbito do seu Relatório Anual de Execução, a apresentar, pela responsável pela Unidade de Auditoria Interna do ACM,IP. ao Grupo de Avaliação de Risco no mês de Junho, para efeitos de avaliação durante o mês no Julho e posterior aprovação pelo Conselho Directivo do ACM,IP. Neste sentido, o Plano de Gestão de Riscos e de

Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP resulta de um processo consultivo e participado, com o objectivo de, por um lado, nele serem claramente identificados, por unidade orgânica e no computo geral da instituição, os riscos associados à respectiva gestão, bem como os recursos, as acções e as responsabilidades associadas à sua prevenção e efectiva ou potencial ocorrência e de, por outro lado, ser conhecido com transparência o respectivo processo de implementação, acompanhamento e avaliação, designadamente através do seu envio, via e-mail, a todos os colaboradores da instituição e da sua publicação no site do ACM,IP..

Parte III – Identificação de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção

3.1. Identificação e Gestão de Riscos

Em 2006, a Association for Projet Management definiu o risco como: "a combinação da probabilidade ou frequência da ocorrência de uma ameaça ou de uma oportunidade e a magnitude das consequências da sua ocorrência". Dito de outro modo, os riscos consistem em acontecimentos cujo impacto negativo ou positivo (registe-se que, nesta fase, o enfoque incide na dimensão negativa de riscos), decorre de um conjunto de consequências possíveis, ditado pela concretização de uma determinada acção quase sempre definida no âmbito dos processos de escolha e decisão inerentes ao quotidiano das organizações.

A gestão do risco é, por esta razão, uma dimensão crucial do funcionamento organizacional das instituições que justifica a existência de um instrumento estratégico de prevenção da ocorrência de potenciais danos e prejuízos previsíveis, ou seja, um Plano de Gestão de Riscos. Entendemos por instrumento de gestão de riscos "(...) *uma forma organizada de identificar e medir os riscos de desenvolver, seleccionar e gerir as opções disponíveis para o seu controle* (...)" [2] e, consideramos a sua gestão como "(...) *um processo desenvolvido pela administração, gestão e outras pessoas, aplicado na definição estratégica da organização, que foi desenhado para identificar potenciais eventos que podem afetar a entidade e para gerir os riscos para níveis aceitáveis, fornecendo uma garantia razoável de que os objectivos da organização serão alcançados.*(...)"[3] uma vez que, de facto, o risco deve ser entendido como "(...) *uma variação relativamente ao que foi inicialmente planejado, a possibilidade de que algo não venha a dar certo devido à ocorrência de situações desfavoráveis ou de não conformidades. Envolve aspectos qualitativos e quantitativos das incertezas em relação às perdas/ganhos e aos rumos dos acontecimentos planeados. Desta forma, o foco na gestão de riscos está relacionado, por um lado, com eventos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais e, por outro lado, com a parte preventiva que reside na modelagem de sistemas de controles internos.(...).*"[4]

Considerando que os riscos consistem na probabilidade de ocorrência de acontecimentos que podem estar (ou não), eventualmente, associados a escolhas e decisões e que, não tendo sido previstos em sede de planeamento, podem conduzir a consequências com impacto negativo nos objectivos das organizações, releva, para efeitos de segurança e consolidação da actividade organizacional, a definição de um plano de gestão de

[2] Kerzner, Harold (2006) Projet Management – A Systems Approach to Planning, Schudeling and Control, ed. McGraw-Hill, New York.

[3] COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Internal control**: integrated framework. 1994. (Two-volume edition).
Disponível em: <http://www.snai.edu/cn/service/library/book/0-Framework-final.pdf>.

[4] Idem

riscos estrutural, com destaque para a problemática da corrupção e infracções conexas que urge prever, a título preventivo, no sentido de evitar ou, pelo menos, de reduzir a probabilidade da sua ocorrência, garantindo, na medida do possível, o controle de danos potencialmente associados à sua eventual concretização.

Neste sentido, as orientações plasmadas no "Guião para a Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas" publicado pelo CPC, em concordância com a Recomendação nº1/2009, procedem no sentido de ilustrar a elaboração estrutural destes Planos, esclarecendo objetivos explícitos que deles devem constar, sendo que, a estas orientações associamos, no actual "Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.", a metodologia conforme aos requisitos da legislação europeia para efeitos de gestão de fundos comunitários, dado o estatuto de Organismo Intermédio que o ACM,IP detém no Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020[5], designadamente:

a) identificar e caracterização os potenciais riscos de corrupção e infracções conexas, atendendo às funções da entidade e à sua estrutura orgânica;
b) determinar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados numa escala de 1 a 4;
c) determinar o impacto de tal ocorrência numa escala de 1 a 4;
d) determinar o nível de cada risco pelo cruzamento das variáveis supra-referidas (probabilidade e impacto), classificando de acordo com a seguinte tipologia: "tolerável", "significativo" e "crítico";
e) indicar as medidas preventivas consideradas adequadas para efeitos de redução do grau de probabilidade de ocorrência dos riscos identificados (por exemplo: mecanismos de controlo interno, segregação de funções, declarações de efectivos e/ou potenciais conflitos de interesse, controlo efectivo de acumulação de funções públicas com actividades privadas, definição de critérios gerais e abstractos de concessão de benefícios públicos, gabinetes de auditoria interna e outras - tais como a definição de normas e procedimentos integrantes do Código de Ética e de Conduta da entidade e a existência de um Grupo de Avaliação de Risco);

f) acompanhar a execução do Plano, sistematizando os resultados dessa monitorização através da produção de um Relatório Anual de Execução que pretende confirmar a sua actualidade ou dar visibilidade à necessidade da sua revisão.

No nº1 e no parágrafo 2 do nº2 das suas "Observações", o CPC explicita a questão da responsabilidade inerente à gestão pública que se pretende salvaguardar com a elaboração dos Planos em epígrafe, considerando que os Planos de Prevenção de Riscos: "(...) são, em primeira linha, da responsabilidade dos órgãos máximos das entidades. No entanto, os dirigentes de cada unidade orgânica devem ser responsabilizados pelas propostas de

[5] a matriz de cálculo que operacionaliza esta metodologia (conforme às indicações para o efeito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, relativamente ao qual o ACM,IP. desenvolve a actividade de Organismo Intermédio), encontra-se na página 16 deste documento, no âmbito do item referente a esta actividade, constando a título de Anexo III, a respetiva matriz de risco

planos dos seus departamentos e pela sua execução efectiva. (...)", daí concluindo que: "(...) os Planos de Prevenção de Risco são, além de um factor de gestão fundamental, um instrumento que permitirá aferir a eventual responsabilidade que ocorra na gestão de recursos públicos. (...)".

Desta abordagem decorre, no contexto da revisão e atualização do "Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações conexas do ACM, IP", datado de outubro de 2014, a consideração de um âmbito mais vasto de reflexão sobre a natureza da gestão de riscos em que se incluem, além da problemática da corrupção e infracções conexas que é indispensável prevenir, outros riscos de gestão sobre os quais se justifica reflectir, identificando-os e prevenindo-os através da definição de medidas preventivas que visam salvaguardar a natureza institucional do ACM, IP..

3.2. Estrutura Metodológica do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção

Com esta revisão e com o objectivo de funcionar como instrumento de controlo interno direccionado para o reforço da salvaguarda institucional, o Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP configura-se em função de quatro áreas estruturais, atendendo aos mais significativos riscos previstos em matéria de gestão de risco:

a) **ambiente externo** (contexto geopolítico, económico e social, decisões sobre prioridades políticas, legislação e parcerias externas);

b) **planeamento, processos e sistemas** (problemas que afetem a estratégia reflectida na planificação anual, condicionalismos imprevistos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação e comunicação interna e externa);

c) **pessoas e organização** (problemas com recursos humanos e problemas éticos e comportamento organizacional – onde se integram os riscos de corrupção e infracções conexas tais como favorecimento, conflito de interesses e afins);
d) **segurança e equipamentos** (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação) .

Para a identificação dos riscos da organização nas áreas temáticas enunciadas, este Plano apresenta uma Matriz de registo, facilitadora da gestão, acompanhamento e avaliação da execução do Plano na qual os dirigentes das unidades orgânicas fazem constar, relativamente a cada área estrutural:

1 –identificação e descrição dos riscos potenciais de cada unidade orgânica (com identificação da sua causa e fundamento);

2 – classificação dos riscos identificados:

- quantificação do impacto previsto em função da probabilidade de ocorrência de cada risco (1 a 4)[6];
- quantificação do grau de probabilidade de ocorrência de cada risco identificado (1 a 4)[7];
- qualificação do nível de risco em função do cruzamento das variáveis "probabilidade" e "impacto" de acordo com a tipologia: "tolerável", "significativo" e "crítico";

3 – descrição das actividades a que cada risco identificado se encontram associado;

4 – medidas previstas para efeitos de prevenção e de acompanhamento da sua execução para cada risco identificado;

5 – as fases do grau de implementação de cada medida prevista por risco identificado (em preparação, em implementação ou implementada);

6 – indicação das unidades orgânicas ameaçadas por cada risco identificado.

O preenchimento inicial da Matriz Geral de Gestão de Risco e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, constante neste documento a título de Anexo I, decorrerá, no âmbito dos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna do ACM, IP., em sede de Grupo de Avaliação de Risco, na sequência do preenchimento das Matrizes Setoriais por Unidade Orgânica (Anexos I e II); cabe também a este grupo de trabalho acompanhar a execução do Plano e analisar o respectivo Relatório Anual de Execução para efeitos de avaliação da necessidade da sua revisão.

Relativamente à actividade delegada do ACM,IP enquanto Organismo Intermédio, as áreas estruturais deste Plano integram as três fases do ciclo de vida das operações com maior incidência de riscos de fraude, a saber: selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos. Neste contexto, para efeitos de registo da avaliação de risco, recorrer-se-á, em conformidade com as orientações comunitárias constantes no Anexo IV (EGESIG 14_0021-00), à Matriz cujo modelo por preencher, consta do Anexo IV deste documento.

[6] *Legenda classificatória*: **1- Muito limitado; 2- Reduzido; 3- Significativo; 4- Crítico;**

[7] *Legenda classificatória*: **1- Quase nunca ocorrerá; 2- Ocorrerá poucas vezes; 3- Ocorrerá algumas vezes; 4- Ocorrerá com frequência;**

3.3. Identificação de Riscos em Procedimentos de Contratação Pública

A área da contratação pública, identificada como área de risco pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, no seu levantamento inicial, é uma área transversal a todo o ACM, que muito embora esteja centralizada na EFAF (Equipa de Fundos e Apoio Financeiro), envolve todas as equipas técnicas do Instituto, pelo que merece ser tratada em ponto específico.

As equipas técnicas do ACM intervêm diretamente nos processos de aquisição de bens e serviços, desencadeando os processos de contratação em função das necessidades inerentes às suas atividades internas, que devem ser devidamente justificadas, nomeadamente através do preenchimento de um formulário de abertura do procedimento, no qual, além da descrição da necessidade a contratar, as equipas definem a contraparte, as obrigações do ACM e do prestador de serviços e montante da despesa.

Segue-se a cabimentação da despesa, que antecede a decisão de contratar e de autorização da despesa por parte do dirigente máximo, bem como a escolha do tipo de procedimento. Desta forma, foram normalizados alguns documentos que servem de base aos procedimentos de contratação, designadamente de justificação da despesa e de escolha do tipo de procedimento, considerando as seguintes medidas:

Planificação adequada das atividades adjacentes aos processos de contratação pública a realizar;
Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos elementos que constituem o Júri dos processos de contratação;
Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos fornecedores de bens e prestadores de serviços;
Verificação, através de controlos internos ou externos, do cumprimento das normas de procedimentos internos vigentes;
Reavaliação e eventual revisão nas normas de procedimentos internos existentes, caso necessário, de modo a reforçar as medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

Neste contexto, atendendo ao cumprimento da legislação nacional e comunitária e nos termos no nº4 do artigo 1º do CCP, ao respeito pelos princípios da Transparência, da Igualdade e da Concorrência, os procedimentos de aquisição, designadamente, a escolha do procedimento, os procedimentos pré-contratuais e a integralidade das peças procedimentais associadas à natureza do procedimento, são objecto de atento escrutínio no que se refere a riscos prementes relativos quer a eventuais limites à emissão de convite, quer ao eventual fraccionamento de despesa, através do preenchimento obrigatório, por procedimento, de uma check-list que confere visibilidade a eventuais incumprimentos processuais susceptíveis de correcções financeiras no âmbito da COCOF (ver Anexo

III).

3.4. Medidas Preventivas e Aferição de Estratégias de Eficácia e Correção

As medidas preventivas adoptadas e em actualização dinâmica por reflexo da revisão anual do Plano, procedem por risco identificado e por unidade orgânica, decorrendo de uma avaliação sistémica, extraída da análise da Matriz e resultante da consideração da natureza do risco e das suas qualificações em termos de nível, impacto e probabilidade de ocorrência. Neste sentido, estas medidas culminam o exercício de aferição das estratégias de eficácia e correcção relativas à gestão do risco e à prevenção da corrupção e infracções conexas, cuja arquitectura integra vários instrumentos e mecanismos de controlo interno, que, em seguida, passamos a enumerar e explicitar, no que se refere ao respetivo papel em termos de consolidação da estratégia preventiva de riscos, corrupção e infracções conexas do ACM, IP..

No que respeita à existência de estratégias de eficácia e correcção em termos de Gestão e Avaliação de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, o ACM, IP. rege-se pela Carta Ética da Administração Pública, reitera o compromisso de cumprimento dos 10 princípios que constituem este documento enquadrador, em particular com a aprovação e vigência da Carta de Missão e Valores do ACM,IP. e do Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. aprovados em Agosto de 2016.

Para além da obrigatoriedade do seu cumprimento, extensível a todos os colaboradores da entidade (independentemente da respectiva função, vínculo contratual ou posição hierárquica), o Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. estabelece normas de conduta, relativamente à salvaguarda, por um lado, dos princípios de "isenção e independência", "conflito de interesses", "dever de denúncia de irregularidades no âmbito da prevenção da corrupção e infracções conexas" e, por outro lado, dos valores de "honestidade, respeito mútuo e entreajuda" relativamente ao relacionamento interno e de "isenção, equidade e profissionalismo" em termos de relacionamento externo. Na qualidade de instrumento estratégico de eficácia e correcção, este Código consiste num duplo compromisso ético que, no plano interno, se caracteriza pela responsabilidade decorrente do facto de todos os colaboradores do ACM,IP. o assinarem e que, do ponto de vista externo, cauciona os princípios da confiança e da transparência, inerentes à defesa do interesse público. O referido Código prevê a sua revisão em caso de necessidade de reforço dos seus conteúdos, sob parecer e aprovação do Conselho Directivo, bem como a sua publicitação, para efeitos de transparência.

Associado a este Código, o ACM, IP. dispõe de uma Declaração de Conflito de Interesses cujo conhecimento e assinatura é de natureza obrigatória e vinculativa por parte de todos os colaboradores do ACM, IP. envolvidos em procedimentos decorrentes e recorrentes da gestão do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020. Esta Declaração, susceptível de ser actualizada, sempre que necessário, pretende cobrir todas as áreas em que, de forma efectiva e/ou potencial, esse conflito se possa manifestar, responsabilizando os colaboradores por eventuais práticas danosas, designadamente, de favorecimento ou riscos de corrupção e infracções conexas associadas, resultantes do não cumprimento escrupuloso dos termos da referida Declaração.

Para efeitos de reforço dos mecanismos internos de controlo, o ACM, IP. criou a Unidade de Auditoria Interna que, com particular enfase nos processos e procedimentos inerentes aos processos de análise, aprovação e acompanhamento técnico e financeiro dos projectos co-financiados no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, procurará reduzir a dimensão e o impacto inerentes ao grau de probabilidade de ocorrência de riscos relativamente às seguintes áreas:

a) prevenção da corrupção e infracções conexas;
b) cumprimento das normas, regras e requisitos de elegibilidade técnico-financeira previstos na legislação e nos Manuais de Procedimentos dos instrumentos de co-financiamento de que se destacam, o Programa Operacional para a Inclusão Social e o emprego - PO ISE e o Fundo Asilo, Migrações e Integração - FAMI);
c) identificação e aferição de outros erros de forma e substância susceptíveis de correcção legal em tempo útil.

Para além das funções inerentes aos desempenhos que a designação indica, a saber, coordenar a auditoria interna das três áreas do ciclo de vida das operações (selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos), a Unidade de Auditoria Interna do ACM,IP., após ter procedido à actualização do "Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas", irá coordenar o trabalho de acompanhamento e avaliação da execução deste Plano.

Com esse objectivo, dando continuidade e reforço à metodologia originalmente adoptada no que se refere à gestão e acompanhamento da execução deste Plano, a Unidade de auditoria Interna do ACM,IP., reunirá, pelo menos, duas vezes por ano, o Grupo de Avaliação de Risco (constituído pelos dirigentes responsáveis por cada unidade orgânica), com o objectivo de analisar, através do Relatório Anual de Execução, os resultados apurados por cada uma destas unidades relativamente à Matriz de Risco e avaliar da justeza e adequação das medidas preventivas em vigor e/ou da necessidade do seu reajustamento e correcção. Neste contexto de estratégias de aferição de eficácia e correcção, o próprio "Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas" emerge como um instrumento particularmente dinâmico dada, designadamente, a regularidade anual da sua revisão e actualização.

3.5. Identificação de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas na actividade do ACM,IP. como Organismo Intermédio do PO ISE

No âmbito da sua actividade como Organismo Intermédio (OI) do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, o ACM, IP. procedeu, no âmbito da presente actualização do "Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas", à consideração das orientações da Comissão Europeia no documento enviado aos Estados-membros, intitulado "Avaliação do Risco de Fraude e Medidas Anti-Fraude Eficazes e Proporcionadas" (EGESIF_14-0021-00, de 16.06.2014), bem como às que, no que a esta matéria respeita, se encontram plasmadas em sede de Manual de Procedimentos do próprio Programa Operacional.

Consequentemente, este Plano recorreu e adoptou a terminologia e a metodologia propostas na documentação supra-citada, quer para efeitos de cálculo do nível de risco, quer para a respectiva classificação enquanto tal.

No que respeita à caracterização da natureza dos riscos como "risco bruto", "risco residual" e "risco alvo", o Grupo de Avaliação de Risco, procederá em conformidade com as orientações metodológicas constantes na EGESIF 14_-0021-00[8], para efeitos de acompanhamento da execução e avaliação da actividade delegada no que se refere ao "Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.".

No que se refere à metodologia, para efeitos de apresentação da "matriz de cálculo do nível de risco" e também de explicação da apresentação do modelo da própria "matriz de risco" que integra este Plano (a título de Anexo III), registe-se a referência feita nos itens 3.1 e 3.2 deste documento e nas notas de rodapé que lhes correspondem (nº5 e nº6), por um lado, relativamente às áreas de incidência deste Plano, no que se refere à actividade da entidade como Organismo Intermédio (ou seja as 3 áreas do ciclo de vida das operações com maior incidência de riscos de fraude, a saber: selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos) e, por outro lado, no que respeita à metodologia de cálculo e classificação de risco em matéria de combate à fraude e prevenção da corrupção (determinar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados numa escala de 1 a 4; determinar o impacto de tal ocorrência numa escala de 1 a 4; determinar o nível de cada risco pelo cruzamento das variáveis "probabilidade" e "impacto", classificando-o de acordo com a seguinte tipologia: "tolerável", "significativo" e "crítico").

Com o recurso à "matriz de cálculo do nível de risco" que, utilizada e recomendada pela CE, será também utilizada pelo ACM,IP. no âmbito da execução do seu Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e

[8] Ver Anexo V

Infrações Conexas, obtemos a quantificação de cada risco a partir da combinação da sua "probabilidade" (probabilidade do risco ou do acontecimento ocorrer) com o respectivo "impacto" (consequências do acontecimento ou do risco, do ponto de vista financeiro e não financeiro).

Quanto à classificação total do nível de cada risco, é obtida com base no cruzamento das supra-referidas variáveis, a saber, "probabilidade" e "impacto", daí resultando, sobre a matriz abaixo ilustra, um nível de risco com a graduação de "tolerável" (cor verde), "significativo" (cor laranja) e "crítico" (cor vermelha):

		PROBABILIDADE			
		1	2	3	4
IMPACTO	1	1	2	3	4
	2	2	4	6	8
	3	3	6	9	12
	4	4	8	12	16

Conforme já referimos, a identificação, descrição e classificação dos riscos surge sistematizada, juntamente com as respetivas medidas de prevenção e de mitigação e ainda com eventuais medidas adicionais, em sede de MATRIZES de Riscos Gerais (Anexo I), de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção por Unidade Orgânica (Anexo II) e de PREVENÇÃO ANTIFRAUDE em OPERAÇÕES FINANCEIRAS por UNIDADE ORGÂNICA (Anexo III).

A avaliação de risco será transversal a toda a actividade do ACM,IP., estando prevista a apresentação, por parte das diversas unidades orgânicas, dos primeiros resultados da sua implementação no que se refere à actividade principal deste IP., no final do mês de Dezembro de 2016, em reunião do Grupo de Avaliação de Risco, agendada para o efeito.

Atendendo a que a actividade delegada do ACM,IP., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE, não apresenta execução física ou financeira até à presente data, prevê-se a primeira avaliação desta actividade, em matéria de gestão de risco e prevenção da corrupção, em Abril de 2017, de acordo com as orientações e os instrumentos identificados em sede de Anexo IV e Anexo V..

Neste contexto, durante o mês de Junho de 2017 será elaborado o Relatório Anual de Execução deste instrumento de gestão de riscos, na sequência de cuja apresentação ao Grupo de Avaliação de Risco, resultará a respetiva avaliação, através da qual se apurará da eventual necessidade de revisão das medidas preventivas adotadas e decidirá da necessidade de adoção de medidas adicionais.

Lisboa, 31 de Março de 2017

O Presidente do Conselho Diretivo

(Pedro Calado)

Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.

Anexos

ÍNDICE DE ANEXOS:

Anexo I

MATRIZ de Riscos Gerais por UNIDADE ORGÂNICA (UO).....pg.22

Anexo II

MATRIZES de GESTÃO DE RISCOS E Prevenção da corrupção por UO.....pg.23

Anexo III

MATRIZES de PREVENÇÃO ANTIFRAUDE EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS por UO.....pg.88

Anexo IV:

MATRIZ DE RISCO *(conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00)*.....pg.102

Anexo V:

EGESIF 14-0021-00 – "ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS-MEMBROS E AS AUTORIDADES DO PROGRAMA – AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE E MEDIDAS ANTIFRAUDE EFICAZES E PROPORCIONAIS".....pg.103

Anexo I - Matriz de Riscos Gerais								
Designação das Unidades Orgânicas: Coordenador da Área de Segurança do ACM,IP. - Mário Ribeiro								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Extérno (contexto geopolitico, prioridades politicas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Responsável pela área de Segurança do ACM,IP.	Ocorrência de situações de catástrofe natural e/ou resultantes de intervenção humana	1	3	Tolerável	Plano de emergência	Implementado	Sem ocorrências a registar	
		1	3	Tolerável	Reforço de verbas para atenuar o impacto do risco.	Implementado	Sem ocorrências a registar	
		1	3	Tolerável	Conhecimento dos planos de emergência.Conhecimento do manuseamento dos extintores. Conhecimento dos procedimentos relativos aos seguros e acidentes de trabalho. Formação em primeiros socorros.	Em implementação	Sem ocorrências a registar	
	Ocorrência de pequeno desnivelamento do piso da sala onde está instalada a equipa financeira do FAMI	2	4	Significativo	Comunicação sobre do estado da sala à Unidade Orgânica competente com o intuito da implementação de medidas, com entidades competentes, que atenuem o risco identificado.	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Promoção da revisão do Regime Jurídico de combate à Discriminação Racial, para prevenir a prática de discriminações por motivos baseados na raça , cor, nacionalidade ou origem étnica.	Dependência de elevado número de entidades externas dado o regime jurídico da instrução dos processos;	2	3	Significativo	Articulação estreita com as entidades competentes; Contribuir de forma ativa na elaboração da proposta;	Implementada	Não estando previstas no plano anterior, foram contudo implementadas	
	Inobservância do rigoroso cumprimento de prazos/prescrição;	1	4	Significativo				
Promover Campanhas de sensibilização da opinião pública e sociedade civil para a temática	Reduções substantivas na dotação orçamental;	1	2	Tolerável	Sensibilizar para a importância das campanhas na prevenção e combate à discriminação racial em contexto nacional;	Em Implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Tramitação de processos	Dependência de elevado número de entidades externas que deriva do regime jurídico em vigor, em particular na instrução dos processos que cabe às inspeções-gerais competentes em razão da matéria (art.º 12º Lei 18/2004 de 11 de maio);	2	3	Significativo	Revisão do regime Jurídico e alargar a competencia da CICDR para instruir os PCOs	Em implementação (revisão legislativa em curso)		
Receção e acompanhamento de queixas	Extravio	1	2	Tolerável	Reporte via encaminhamento para o email do profissional do departamento de apoio à CICDR e notificação para o email do coordenador do Gabinete de Tecnologias e Apoio Informático. Reporte de Tarefas à coordenação do Gabinete	Em preparação	Estando previsto no plano anterior, foi criado um site novo que altera o procedimento	
	Transgressão de Princípios Éticos na análise das denúncias	1	2	Tolerável	Elaboração de proposta por técnico, revista pela coordenação (duplo grau de análise)*;	Implementada*; Em preparação	* Sem ocorrências a registar	

Garantir cumprimento e aplicação dos mecanismos Internacionais assumidos por Portugal no combate ao racismo (ex:CERD, DUDH, Pacto Intern.de Direitos Civis e Políticos das NU, Pacto Intern.de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das NU e Conv. Europeia para Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades e Garantias.	Irregularidades no cumprimento das Medidas e compromissos decorrentes de diplomas internacionais relacionados com a temática	1	4	Significativo	Estabelecimento de sinergias estratégicas (ex: OM, CM); Criação de grupo de trabalho transversal, de natureza interministerial, que englobe todas as entidades que trabalham a temática, com reuniões periódicas para monitorização de desenvolvimentos da temática;	Em preparação		
Elaboração de Estudos - Lei 134/99 de 28 de agosto	Insuficiência de meios técnico-financeiros	1	2	Tolerável	Criação de Sinergias com o Observatório das Migrações do ACM, a integrar Plano de Atividades conjunto;	Em preparação		
Elaboração de Relatório Anual que reflita o combate à discriminação racial ao nível nacional (al. f) do n.º 1 do artº 5.º Lei 134/1999)	Dependência de informação de entidades terceiras para a execução;	2	3	Significativo	Estabelecimento de sinergias estratégicas com outras UO do ACM e entidades externas (ex: OM, CM); Criação de grupo de trabalho transversal, interministerial, que englobe as entidades que trabalham a temática para monitorização regular de desenvolvimentos da temática;	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Tratamento de Processos	Atualização de conhecimentos dos Recursos Humanos	2	3	Significativo	Reforço da formação atendendo às especificas necessidades do gabinete - procedimentos contraordenacionais;* Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética do ACM,I.P., Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses;**	Em preparação;* Implementadas**		
	Existência de Conflito de Interesses							
	Favorecimento de Entidades							
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	4	Significativo				
	Organização dos processos	2	2	Significativo	Modernização do sistema informático relativo à gestão documental	Em preparação		
Receção de queixas em matéria de discriminação Racial suporte informático, e papel	Extravio	1	2	Tolerável	Encaminhamento para departamento de apoio à CICDR e notificação para o NGARH; Reporte de Tarefas à coordenação do gabinete; inserção de base de dados alimentados de forma automática (proposta em apreciação); Segregação de funções entre quem recebe e quem alimenta a base de dados; Disponibilização em tempo real aos intervenientes, de documento excell em pasta partilhada de dados dos ofícios com os respetivos números de entrada.	Apesar de implementado no plano anterior, por ter sido implementado um novo site, a versão anterior teve que ser readaptada	Em implementação por se verificar a necessidade de reforço da utilidade do novo site	Criação de normas internas com a identificação de procedimentos entre gabinetes; criação de número único de entrada de documentos; atualização da tecnologia informática
Receção de coimas decorrentes de condenações no âmbito dos processos de contraordenação m matéria de discriminação racial no NIB do ACM	Extravio das verbas destinadas a entidades externas ao ACM Estado e entidade inspetiva art.º 14.º Lei 18/2004 de 11 de maio	1	2	Tolerável	Obrigatoriedade de apresentação de documentação de suporte à operação, que deverá constar de cada processo físico digital; Regulamentação de procedimentos (forma de receção das verbas, emissão dos respetivos recibos...) ou criar uma base de dados disponivel na partilha a ser alimentada pelos intervenientes - validar equipa CICDR e GSS	Em Implementação	Estando prevista no plano anterior ainda não está consolidada, reestruturação equipas e funcionamento	Modernização de mecanismos informmáticos; criação de plataforma eletrónica com alertas automáticos; criação de regulamento interno que preveja estes procedimentos especificos

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Gestão e acompanhamento de Processos de Contraordenação	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Modernização do sistema informático com a ativação de plataforma de gestão documental e reforço de materiais (multifunções)	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável				
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável				
	Arquivo de documentos/dosseiers/processos/ correio	1	2	Tolerável	Reforço da área afeta para arquivo dos docs da CICDR	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Observatório das Migrações - OM								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolitico, prioridades politicas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Promover o estudo dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudos universitários (alíneas b) e c) do artigo 2º da Deliberação n.º 1243/2016)	Risco de alguns centros de investigação e universidades se sentirem preteridos por não celebrarem protocolos de colaboração com o OM e/ou dos seus projetos de estudos não serem financiados e preteridos em relação a outras propostas.	1	2	Tolerável	Consolidação de uma rede de parceiros OM e Comissão Cientifica OM, sendo as parcerias definidas a partir de critérios objetivos: centros de investigação com Muito Bom ou Excelente na última avaliação da FCT e com trabalho académico na vertente das migrações.	Em preparação	Embora esta nova rede e Júri OM estejam em preparação, a medida já foi testada no passado (2007 o Observatório fez 8 protocolos de colaboração com Centros de Muito Bom ou Excelente, tendo desses Centros saído 8 representantes que participaram de júris de seleção e financiamento de Estudos OM).	
Promover um diálogo construtivo e produtivo entre decisores políticos e académicos na vertente das migrações (alínea g) do artigo 2º)	Risco da academia e os decisores políticos não definirem sinergias e/ou não aceitarem convites OM para debate e reflexão conjunta	1	2	Tolerável	O OM promover mais momentos de debate entre academia e decisores políticos e promover uma sistematização e disseminação junto dos decisores políticos das principais recomendações e resultados dos estudos OM	Em implementação		
Promover o debate e a reflexão académica acerca de políticas migratórias e da integração de migrantes, nomeadamente através da organização de conferências, jornadas anuais, seminários e Workshops (alínea f) do artigo 2º)	Reduções substantivas na dotação orçamental para o OM promover conferências, jornadas, seminários	1	3	Tolerável	Procurar parcerias e outras instituições cofinanciadoras das iniciativas e com interesse no tema das migrações OU promover candidaturas a fundos comunitários para cofinanciar estas iniciativas OM	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Recolher, sistematizar, e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da imigração, nomeadamente os indicadores de integração de migrantes e refugiados (alínea a) do artigo 2º da Deliberação n.º 1243/2016)	Dificuldade em aceder a informação estatística e administrativa das fontes de dados, verificando-se uma dependencia excessiva nesses parceiros externos do OM para se poder concretizar esta função OM	2	3	Significativo	O OM promover uma articulação estreita com o INE (também interveniente da medida 6 do PEM) para ser agilizada a recolha e sistematização de dados de todas as instituições que dispõem de informação acerca de estrangeiros residentes em Portugal.	Em preparação		
	Informação estatística e administrativa das fontes de dados não serem disponibilizadas ao OM com a desagregação necessária ou com as variáveis requeridas	3	2	Significativo	O OM promover reuniões de trabalho com técnicos das várias instituições fontes de dados para melhor informar e sensibilizar quanto aos objetivos e necessidades de informação e melhor conhecer as possibilidades das bases de dados das instituições.	Em implementação		
Disseminar resultados da produção científica acerca das migrações, nomeadamente através da atualização dos conteúdos disponíveis no sítio da Internet do OM e na newsletter mensal. (alíneas h) do artigo 2º)	Risco do trabalho do OM ser desconhecido ou as suas recomendações e análises não chegarem a públicos abrangentes, como decisores políticos, comunicação social, sociedade civil, técnicos que trabalham com migrantes, académicos, etc.	1	3	Tolerável	Divulgação da Newsletter OM com incentivo à inscrição de novos subscritores	Em preparação		

Informar e sensibilizar a opinião pública, nomeadamente através do combate a mitos e estereótipos acerca das migrações (alíneas i) do artigo 2º)	Risco de má interpretação dos dados e da informação disseminada pelo público e subscritores OM	3	2	Significativo	Lançamento e disseminação da *Newsletter Sabia que...* com destaques estatísticos do OM com informações simples, de rápida interpretação, e documentadas estatisticamente acerca das migrações	Em preparação		
Gerir e dinamizar o Centro de Documentação do ACM, IP, nomeadamente o seu acervo documental na vertente das migrações, promoveno o atendimento dos utentes. (alínea j) bdo artigo 2º).	Baixa procura de utilizadores internos e externos do acervo documental do Centro de Documentação.	3	1	Tolerável	Promoção de Semanas Temáticas e envio de convites para maillings internos e externos para potenciais interessados no acervo documental do Centro de Documentação. Oferta de livros OM a utentes do Centro de Documentação	Implementado	As semanas temáticas e a oferta de livros têm trazido mais utentes ao Centro de Documentação, embora persista uma procura baixa que é transversal a outras bibliotecas e centros de Recursos nacionais.	Disponibilizar o motor de busca do acervo documental do Centro de Documentação no site do OM para os utentes poderem à distância e digitalmente aferir a pertinencia de se deslocarem ao Centro.
Promover publicações através das diversas linhas editoriais do OM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do OM (alínea o) do artigo 2º)	Redução da dotação orçamental que permita continuar a alimentar as linhas editoriais OM em suporte físico e digital.	1	3	Tolerável	Candidatura a fundos comunitários que cofinanciem os estudos e as publicações do OM.	Implementado	Nos últimos anos foram feitas candidaturas a fundos comunitários (QREN/POPH; FEINPT; FAMI) que permitiram cofinanciar a investigação e a publicação os estudos OM e, assim, manter a produção científica do OM.	
					Criar fontes de receitas de acordo com o previsto no artigo 5º do Regulamento OM (Deliberação n.º 1243/2016), nomeadamente com a possibilidade da venda de livros não cofinanciados.	Em preparação		
	Risco dos estudos e artigos propostos pelos autores não serem originais ou não terem qualidade científica para publicação nas linhas editoriais do OM.	2	3	Significativo	Requisitos: proposta de estudo, relatórios de progresso e relatório final do estudo pelas equipas de investigação com vista ao acompanhamento científico da coordenação do OM e redação de pareceres técnicos de acompanhamento.	Implementado	A redação de pareceres pela coordenação OM permitiu acompanhar e fundamentar a qualidade dos estudos OM	Manter medida, em complemento com trabalho conjunto com a constituição de comissão científica de apoio OM a criar através da Rede OM.

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Cooperar com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, designadamente universidades, observatórios, entidades estatísticas e centros de investigação (alínea l) do artigo 2º)	Atendendo a que a equipa OM é consituida por investigadores, com mestrados de universidades nacionais e com trabalho em centros de investigação, podem verificar-se conflitos de interesses.	2	2	Significativo	Identificar os conflitos de interesses existentes e conter o envolvimento desses membros da equipa na apreciação de propostas ao OM da sua lista de entidades parceiras do passado ou presentes.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade face a algumas instituições de relação priveligiada de alguns membros da equipa OM	2	2	Significativo	Membros da equipa assinarem declaração de dever de confidencialidade.	Em implementação		
Acompanhar e cooperar com redes de cariz académico e técnico, nacionais e internacionais, na vertente das migrações (alínea n) do artigo 2º)	Hierarquização de propostas de estudos pode ter o risco de incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário ou de contratação pública.	2	3	Significativo	Formação aos membros da equipa na verificação de requisitos e regras dos fundos e de procedimentos de contratação pública	Em implementação		
4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Recolher, sistematizar, e analisar informação estatística e administrativa do fenómeno da imigração (alínea a) do artigo 2º da Deliberação n.º 1243/2016)	Necessidade de realizar infografias, mapas e gráficos com a utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Instalação de programas informáticos (nomeadamente de acesso livre e gratuito) nos computadores dos membros da equipa OM (e.g. programas de tratamento estatístico, de produção de mapas)	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: EFAF - Núcleo de Gestão Financeira								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar as relações com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E., e com a Direção -Geral do Orçamento	1-Articulação e comunicação externa para a coesão da gestão orçamental, financeira, patrimonial e de tesouraria	1	4	Significativo	Cumprimento dos prazos de reporte e de pagamento; Medidas para controlo de prazos; Contabilização orçamental e patrimonial no GeRFIP através de contrato com eSPap para a utilização de plataforma conjunta e partilha de serviços;	Implementada	Sem ocorrências	
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão financeira e a gestão de tesouraria, bem como a contabilidade (orçamental e patrimonial)	1-Deficiente qualidade da informação	1	4	Significativo	Conferências da informação intermédia e final; Medidas para controlo de prazos; Acompanhamento e supervisão da atividade pelos dirigentes	Implementada	Sem ocorrências	
	2-Débil acompanhamento técnico da execução orçamental	1	4	Significativo	Acompanhamento e supervisão em todos os procedimentos e operações	Implementada	Sem ocorrências	

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar o pagamento de apoios atribuídos a entidades públicas ou privadas assim como o pagamento das remunerações e das despesas correntes, promovendo a correta utilização e alimentação do sistema informático e contabilístico GeRFiP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada); Promover o adequado lançamento dos procedimentos de aquisição de bens e serviços; Promover a gestão do Imobilizado e Património do Instituto; Garantir a arrecadação da receita e o processamento e liquidação da despesa, numa ótica de legalidade e regularidade financeira.	1-Pagamentos Indevidos	1	3	Tolerável	Obrigatoriedade de apresentação de documentação de suporte à operação, devidamente autorizada pelas instâncias competentes; Segregação de funções entre quem emite e quem autoriza os meios de pagamento; Pedido de autorização de pagamentos (PAP) são verificados, autorizados e emitidos por diferentes recursos humanos, sendo sempre aplicado o "principio dos quatro olhos"; Adoção da transferência bancária como meio de pagamento; Processamento de faturas só é efetuado após verificação das equipas técnicas de que o bem foi entregue ou em como o serviço se encontra prestado; Controlo trimestral pelo Fiscal único.	Implementada	Sem ocorrências	
	2-Gestão Orçamental - Elaboração, acompanhamento, execução e controlo do orçamento	1	3	Tolerável	Orçamento elaborado em conjunto com a Administração do ACM; SCC (sistema de controle da DGO) atualizado automaticamente pelo GeRFiP; A execução orçamental é contabilizada no GeRFiP através de contrato com eSPap para a utilização de plataforma conjunta e partilha de serviços; Reportes frequentes à DGO.	Implementada	Sem ocorrências	
	3-Contabilidade Orçamental, Geral e Analítica	1	3	Tolerável	Segregação de funções; Conciliação de contas realizada pela eSPap; Conta de Gerência anual preparada em conjunto com a eSPap e validada pelo Tribunal de Contas.	Implementada	Sem ocorrências	
	4-Gestão Património	1	3	Tolerável	Património do ACM foi inventariado de acordo com o CIBE; Inventário contabilizado no GeRFiP; Todos os bens adquiridos passíveis de inventariação são catalogados, contabilizados e sujeitos a uma taxa de amortização de acordo com o estabelecido no CIBE; Etiquetagem e localização de pequenos bens móveis, deverá ser frequente, daí a necessidade de recurso humano afeto a esta atividade.	Implementada	Sem ocorrências	
	5- Cobrança e liquidação da receita realizada indevidamente	1	3	Tolerável	Planos de Tesouraria realizados mensalmente; Reconciliações bancárias.	Implementada	Sem ocorrências	
	6-Favorecimento de fornecedores	1	3	Tolerável	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública; Centralização dos procedimentos de contratação do Instituto no GSS; Segregação de funções entre quem apresenta a necessidade da aquisição de B&S e quem aprova, havendo diferentes níveis de autorização; Segregação de funções entre a área de compras e a área de pagamentos.	Implementada	Sem ocorrências	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar o pagamento de apoios atribuídos a entidades públicas ou privadas assim como o pagamento das remunerações e das despesas correntes, promovendo a correta utilização e alimentação do sistema informático e contabilístico GeRFiP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada	1-Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Manter as versões de suporte aos programas informáticos atualizadas; Manter os equipamentos informáticos atualizados.	Implementada	Sem ocorrências	

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: EFAF - PT 2020								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Atrasos na abertura de avisos de candidaturas (Prioridades de Tipologias de Operações definidas por decisores políticos, plataformas não finalizadas, etc)	3	2	Significativo	Sensibilização dos vários stakeholders (Programas Operacionais, Tutelas) para os contrangimentos de ordem financeira que daí decorrem em termos de funcionamento dos serviços	Em implementação		
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	2	1	Tolerável	Articulação regular entre a equipa financeira e as equipas técnicas que analisam, aprovam e fazem acompanhamento técnico dos projetos; visitas de acompanhamento mistas (técnicas e financeiras), desde que respeitada a segregação de funções (o técnico financeiro não participa nas visitas de acompanhamento); elaboração de um normativo interno de tarefas e forma de articulação entre EFAF (Equipa Portugal 2020) e NDI, GACI e PPT	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	2	1	Tolerável	Identificação/diagnóstico de necessidades formativas e frequência de ações de formação (no caso de recursos humanos do ACM); no caso de recursos humanos das entidades parceiras, reuniões/visitas/sessões de esclarecimento para capacitação das mesmas e/ou emissão de orientações relativas a imputação e elegibilidade de despesas	Em implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Conhecimento e assinatura por parte dos/as colaboradores/as da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta e da Declaração de Conflito de Interesses	Implementada		
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Análise das despesas apresentadas com base na legislação de enquadramento do FSE; orientações internas do ACM e circulares normativas do POPH; validação pelo Alto-Comissário; segregação de funções entre quem analisa e quem aprova os reembolsos/saldos	Implementadas	Sem ocorrências a registar; porém, as medidas implementadas podem ser reforçadas de forma a incluir novas dimensões deste risco	Análise de pedidos de reembolso, de saldo final e de pedidos de pagamento de entidades/mediadores por ordem de chegada, a verificar através do registo da data de receção e tratamento do assunto
Gestão de Fundos Comunitários (elaboração de candidaturas a co-financiamento comunitário e apresentação das despesas co-financiadas pelos vários projetos)	Favorecimento	2	1	Tolerável	Co-elaboração das candidaturas entre uma equipa técnica ACM (que elabora o projeto técnico) e o GSS (atual EFAF), que orçamenta o projeto com base na legislação nacional e comunitária em vigor; segregação de funções entre análise e pagamentos; a análise das despesas, reportadas por entidades parceiras executoras, ancora na legislação de enquadramento do fundo comunitário (FSE/FEDER), nas orientações internas do ACM e nas circulares normativas e/ou orientações das Autoridades de Gestão de cada Programa (POPH/POAT); análise das despesas reportadas pelas entidades parceiras executoras envolve uma validação da razoabilidade técnica da despesas pela equipa técnica ACM e a verificação documental pelo GSS (análise da razoabilidade e da elegibilidade das despesa e respetivos documentos de suporte); frequentes verificações no local e auditorias conduzidas pelas entidades gestoras (POPH/POAT) e de auditoria (ADC, IGF); manuais de procedimentos internos	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
Verificações no local (ACM enquanto OI do POPH)	Flexibilidade no cumprimento da legislação de enquadramento do FSE	1	1	Tolerável	Realização da Verificação no Local por equipas mistas em parceria com o POPH; assinatura conjunta do relatório de verificação no local; segregação de funções entre quem realiza a verificação no local e quem aprova os reembolsos/saldos alvo da verificação no local	Implementadas	Sem ocorrências a registar; o POPH encerrou e ir-se-á trabalhar no âmbito de outros Programas Operacionais (POISE, POR Lisboa e POR Algarve)	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança): requisito essencial para a atividade desenvolvida no âmbito de fundos comunitários, quer enquanto OI quer enquanto BREPP, uma vez que é obrigatório que o ACM disponha de toda a informação processual em formato digital	2	2	Significativo	Back Ups regulares da informação	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: EFAF - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - FAMI - ACM, IP - Autoridade Delegada (AD)								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMI	Reduções substantivas na dotação orçamental no âmbito do FAMI	2	3	Significativo	Aplicação de mecanismos identificados pela Autoridade Responsável (AR), de acordo com as suas competências legais, para reequacionar e elaborar reprogramações no âmbito do FAMI.	Em preparação		
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMI	Deficiências metodológicos das avaliações, no âmbito do FAMI, oriundos do acompanhamento técnico e financeiro da execução de projetos por diferentes equipas	1	4	Significativo	Fortalecer os mecanismos de articulação e comunicação entre equipas técnicas e equipas técnico-financeiras na execução dos projetos cofinanciados pelo FAMI.	Em preparação		
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMI	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução de projetos cofinanciados pelo FAMI, entre a SGMAI, enquanto Autoridade Responsável (AR), e o ao ACM, IP enquanto Autoridade Delegada (AD)	1	3	Tolerável	Planificação anual da articulação do trabalho e regularidade da aferição de resultados da execução dos projetos cofinanciados: - Reuniões da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC); - Reuniões do Comité de Acompanhamento Técnico (CAT); - Reuniões da Autoridade Responsável (AR) em articulação com a Autoridade Delegada (AD).	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMI	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos da equipa do FAMI	1	3	Tolerável	Reforçar a articulação entre perfis de competências e desempenhos; Definir planos de formação de acordo com o diagnóstico de necessidades.	Em implementação		
Assegurar que não existe conflito de interesses nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Existência de Conflito de Interesses	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; - Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, IP.	Em implementação		
Assegurar o não favorecimento de entidades nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Favorecimento de Entidades	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, IP.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras de financiamento comunitário através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário no âmbito do FAMI	2	3	Significativo	Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com as directrizes previstas no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras e procedimentos de contratação pública através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública no âmbito do FAMI	2	3	Significativo	Realização de ações de sensibilização sobre os procedimentos de contratação pública dirigida aos RH da EFAF e às entidades beneficiárias de projetos financiados pelo FAMI; Verificação da checklist, prevista na Plataforma do Sistema de Informação e Gestão de Fundos Comunitários (SIGFC), de preenchimento obrigatório por parte de todas entidades aquando da submissão da candidatura e da execução de projetos; Verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos, com devida articulação com os juristas do ACM, IP; Aplicação da tabela COCOF no casos de incumprimento, de acordo com os normativos legais.	Em implementação		

Assegurar o cumprimento do principio de igualdade de oportunidades através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Incumprimento do principio de igualdade de oportunidades no âmbito do FAMI	1	3	Tolerável	Disponibilização informativa pública, permanentemente atualizada, através do site do ACM, IP; Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com o previsto no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.	Em implementação		
Assegurar que a despesa não foi sujeita a duplo financiamento através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Duplo financiamento no âmbito do FAMI	1	4	Significativo	Verificação de gestão (administrativa e no local) através da adoção de procedimentos para certificar que os projetos não são objeto de duplo financiamento das despesas, quer através de mecanismos de financiamento nacionais quer comunitários e com outros períodos de programação.	Em implementação		
Gabinete de Suporte a Serviços (GSS) - Assegurar a gestão dos fundos provenientes do FEINPT no âmbito das atribuições do ACM como Autoridade Delegada	Gestão dos fundos provenientes do FEINPT no âmbito das atribuições do ACM como Autoridade Delegada	1	4	Significativo	Segregação de funções; Plataforma online de gestão dos diferentes projetos desde a fase da candidatura até à submissão e aprovação dos pedidos de reembolso; Candidaturas são sujeitas a aprovação final pela SGAI; Circuitos e procedimentos definidos no Manual de Procedimentos; Auditorias externas.	Medida Implementada	Não se verificaram ocorrências significativas, com exceção de um erro no algoritmo do cálculo do pedido de saldo final, cujos mecanismos de substituição da plataforma SIGAF foram criados e devidamente adaptados e validados pela AD e pela AR.	Não foram necessárias medidas adicionais, porque o FEINPT encerrou a 30/06/2015.
Assegurar a reserva de confidencialidade nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Quebra de reserva de confidencialidade	1	3	Tolerável	Conhecimento do Código de Ética do ACM,IP; Assinatura de declaração de compromisso de confidencialidade na celebração de contrato; Presença em sessões de sensibilização.	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão técnica, administrativa, financeira e a avaliação dos projetos do FAMI	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados - Plataforma do Sistema de Informação e Gestão dos Fundos Comunitários (SIGFC), implementada pela SGMAI enquanto Autoridade Responsável do FAMI e utilizada pelo ACM, IP, enquanto Autoridade Delegada	2	3	Significativo	Identificação de erros que surjam na plataforma online do SIGFC (desde a submissão de candidatura à submissão do pedido de saldo final) e apresentação dos mesmos à SGMAI - Autoridade Responsável.	Em implementação		

Anexo II - Matriz Setorial por Unidade Orgânica de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos - NGARH								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Designação e Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Promover normas sobre, higiene, saúde e segurança no trabalho	Ocorrência de situações de catástrofe natural e/ou resultantes de intervenção humana	1	1	Tolerável	Elaboração de Plano de HSST	Em preparação		
Elaboral o Plano Anual de Formação	Reduções substantivas na dotação orçamental	1	1	Tolerável	Diagnóstico de Necessidades de Formação, de acordo com o OE	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Coordenação Projeto MY CNAIM	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Planos de execução semestral	Em preparação		
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Implementação do SIADAP 1/QUAR	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	1	Tolerável	Acompanhamento das diretrizes emanadas pela tutela	Implementado	Sem ocorrências a registar	

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar a gestão integrada dos recursos humanos do ACM	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	1	Tolerável	Cumprimento das normas em vigor na AP; criação do NGARH	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Emitir pareceres e informações de natureza jurídica relacionadas com as áreas da sua competência	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Sempre que possam subsistir dúvidas sobre determinada matéria, pedir parecer às entidades públicas com funções consultivas apoio e/ou parecer; cumprir o regime de incompatibilidades previsto no CPA	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Assegurar a gestão administrativa das áreas do economato, frota automóvel e informática em consonância com os restantes Serviços	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	Separação dos procedimentos de identificação de necessidades, dos procedimentos de aquisição de bens e serviços	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Apoio aos procedimentos que estabelecem protocolos de mediação sociocultural	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	1	Tolerável	Consulta a todas as entidades parceiras do ACM, sempre que necessário	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Assegurar a gestão administrativa das áreas do economato, frota automóvel e informática em consonância com os restantes Serviços	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	1	1	Tolerável	Aplicação dos procedimentos CCP	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Procedimentos que estabelecem protocolos de mediação sociocultural	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Consulta a todas as entidades parceiras do ACM, sempre que necessário	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Todos os procedimentos da área GRH: Vencimentos, assiduidade, assistência na doença	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Formação/sensibilização inicial dos colaboradores na área de NGARH	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Organização, atualização do registo biográfico e arquivo do pessoal afeto ao ACM	Deficiências na organização dos processos individuais dos colaboradores	2	1	Tolerável	Organização/atualização do arquivo	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Suporte a todos utilizadores do ACM ao nível do hardware e software	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	1	Tolerável	Levantamento dos equipamentos existentes/atualização constante dos mesmos	Implementado	Sem ocorrências a registar	
Servidores - localizados AMA Apoio ao nível das infraestruturas	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e infraestruturas	1	1	Tolerável	Identificação dos problemas e correção ao nível das infraestruturas	Em preparação		
Implementação de medidas locais de segurança	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	1	Tolerável	Elaboração de cópias de segurança diárias incrementais e semanais totais	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Gabinete de Auditoria Interna - GAI								
1. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Débil acompanhamento técnico e financeiro da execução de projectos e deficiências metodológicas das suas avaliações	1	2	Tolerável	Check-list de procedimentos e, solicitação de esclarecimentos, sempre que se justificar, às equipas responsáveis pelo acompanhamento técnico-financeiro	Em preparação		
	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual de verificações e de criação de normativos internos	1	2	Tolerável	Levantamento de necessidades anual com revisão semestral junto das várias UO do ACM,IP.	Em preparação		
	Articulação e comunicação interna para coesão de programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Articulação regular com superiores hierárquicos no sentido de acompanhar as prioridades de verificação de conformidade de procedimentos de análise de projetos, face a imprevistos pertinentes e prioritários	Em preparação		

2. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Atualização de Formação Especializada em AI	1	2	Tolerável	Reforço de Formação especializada AI	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses identificada em projetos objeto de auditoria interna	2	2	Significativo	Declaração de Conflito de Interesses; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP; Verificação do cumprimento do princípio de segregação de funções	Implementadas;		
	Favorecimento de Entidades identificado em projetos objeto de auditoria interna	2	2	Significativo				
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FEEI, de forma geral.	Em implementação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de contratação pública para cada adjudicação/aquisição no âmbito dos projetos financiados e conformidade com check list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos e para identificação de erros/lapsos no processamento; verificação de check list de contratação, fatura, recibo e conformidade do pagamento	Em implementação		

Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades, nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento das regras de CCP e de salvaguarda dos princípio da igualdade, da transparência e da concorrência;	Em implementação		
	Duplo financiamento, nos projetos objeto de auditoria interna	1	4	Significativo	Declaração de Conflito de Interesses; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP; Verificação do cumprimento do princípio de segregação de funções; Verificação do Quadro de taxas de imputação por RH na totalidade do tempo prestado na entidade, em todos os projetos a auditar*	Implementadas; Em implementação*		
	Pagamentos Indevidos, nos projetos objeto de auditoria interna	1	4	Significativo	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos e para identificação de erros/lapsos no processamento; verificação de check list de contratação, fatura, recibo e conformidade do pagamento à execução física da respetiva despesa, prevista e aprovada.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade, relativamente a projetos objeto de auditoria interna	1	1	Tolerável	Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.	Implementada		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trablaho de Avaliação de Risco	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	2	2	Significativo	Atualização e reforço do acesso à rede e respetiva segurança.	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável		Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Regularidade de Backup sistemático automático.	Implementada		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: GECI								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Gestão do site	Constrangimentos técnicos com a empresa que gere tecnicamente o site - Dependência excessiva para execução de intervenções de fundo	1	3	Tolerável	Plano de formação para mais autonomia	A implementar		
Produção de materiais, publicações, vídeos/spots	Contratação externa; contratações por procedimentos muito morosos	1	2	Tolerável	Plano de comunicação externa; criação de gabinete especializado em contratação pública; plano de articulação com parceria	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Relações Internacionais - NRI								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Participação em Conferências Internacionais	Reduções substantivas na dotação orçamental	1	3	Tolerável	Adequar a participação internacional face ao orçamento disponível	Em implementação		
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	3	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de visitas de Alto-Nível	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Formação contínua	Em implementação		
Representação do ACM em instâncias nacionais e internacionais	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Adequar a participação ao nível da exigência da representação; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.; Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses;	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Formação contínua; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.; Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses	Em implementação		
Deslocações internacionais apoiadas pela UE	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	2	Tolerável	Análise cuidada às regras da entidade que convida à deslocação/participação	Em implementação		
	Duplo financiamento	1	3	Tolerável	Análise cuidada às regras da entidade que convida à deslocação/participação	Em implementação		
Representação do ACM em instâncias nacionais e internacionais	Quebra de reserva de confidencialidade	1	4	Significativo	Formação contínua	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Acompanhamento e apoio do Serviço NGARH	Em implementação		
Compilação de informação interna para resposta a Organizações Internacionais	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Acompanhamento e apoio do Serviço NGARH	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Preparação de cópias de segurança	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Politicas Migratórias								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Entre outras, cabem ao Núcleo as seguintes funções: coordenar o Plano Estratégico para as Migrações; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para as Migrações; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesa e da diáspora em geral para as oportunidades de retorno a Portugal; executar as medidas de apoio ao regresso e reintegração de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o retorno de emigrantes portugueses que desejem regressar ao País; elaborar pareceres jurídicos no quadro das atribuições do ACM, I. P., e acompanhar iniciativas legislativas nacionais e comunitárias; representar o ACM em planos sectoriais externos nos quais se encontra envolvido.	2 - Ocorrência de alterações no contexto internacional e politicos (ao nível dos fluxos migratórios) com influência na diáspora portuguesa.	1	3	Tolerável	Adoção de uma rede de interlocutores dos vários ministérios envolvidos no apoio à reintegração dos emigrantes em Portugal e criação de um mecanismo de resposta célere e compatível com o fluxo migratório.	Em preparação		
	4 - Tempo de processamento das decisões políticas e possibilidade de redefinição das prioridades ao nível das políticas sociais e, em particular, da política sobre migrações	1	4	Significativo	Sensibilização da Direção do ACM para o impacto que as prioridadesde estabelecidas nas decisões tomadas têm na opracionalização das actividades a realizar bem como na gestão do núcleo.	Implementação		
	5- Desempenho das Entidades Parceiras (incumprimento de tarefas, prazos e/ou compromissos)	2	3	Significativo	Reforço do acompanhamento interno dos projetos (PEM, CM e Planos), para o cumprimento das condições e prazos; Sensibilização para a importância do papel dos técnicos envolvidos nos processos e necessidade de trabalho em conjunto.	Implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Entre outras, cabem ao Núcleo as seguintes funções: coordenar o Plano Estratégico para as Migrações; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para as Migrações; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesa e da diáspora em geral para as oportunidades de retorno a Portugal; executar as medidas de apoio ao regresso e reintegração de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o retorno de emigrantes portugueses que desejem regressar ao País; elaborar pareceres jurídicos no quadro das atribuições do ACM, I. P., e acompanhar iniciativas legislativas nacionais e comunitárias; representar o ACM em planos sectoriais externos nos quais se encontra envolvido.	1-Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual	1	3	Tolerável	Reforço da comunicação interna, com partilha regular da execução da planificação anual, bem como de toda a atualidade no âmbito da estrutura organizacional dirigente do ACM, IP	Em implementação		
	2-Dependência das mesmas entidades parceiras de referência no domínio das migrações	1	3	Tolerável	Proatividade na procura de novos e eficazes parceiros e/ou novas redes de parcerias para a implementação das políticas migratórias.	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Entre outras, cabem ao Núcleo as seguintes funções: coordenar o Plano Estratégico para as Migrações; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para as Migrações; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesa e da diáspora em geral para as oportunidades de retorno a Portugal; executar as medidas de apoio ao regresso e reintegração de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o retorno de emigrantes portugueses que desejem regressar ao País; elaborar pareceres jurídicos no quadro das atribuições do ACM, I. P., e acompanhar iniciativas legislativas nacionais e comunitárias; representar o ACM em planos sectoriais externos nos quais se encontra envolvido.	1-Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Dada a transversabilidade das matérias do Gabinete, deveria haver reforço na formação específica e de articulação entre perfis de competências e desempenhos.	Em preparação		
	2- Risco de incumprimento de prazos devido à tranversabilidade das temáticas do Núcleo, com eventual sobreposição de trabalho técnico e jurídico e de coordenação de grandes áreas de projecto.	1	3	Tolerável				
	3-Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Assinatura da Declaração de Conflitos de Interesses; Segregação de Funções; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM, I.P.	Implementado		
	4-Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	3	Tolerável	Existência de Fluxograma de procedimentos de contratação pública e *check list* atualizada, de preenchimento obrigatório por parte de todos os intervenientes em processos de aquisição de bens e serviços. Verificação documental "on desk" e no local do cumprimento dos procedimentos e da existência de todas as peças processuais requeridas pelo procedimento.	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados - NAIR								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Mapear as disponibilidades locais de acolhimento de pessoas refugiadas	Atrasos no desbloqueio do apoio financeiro às entidades de acolhimento	2	3	Significativo	Criação de mecanismos de informação e articulação mais profícuos na disponibilização financeira imediata aquando da celebração dos respetivos protocolos com entidades de acolhimento	Em implementação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Necessidade de formação especializada dos recursos humanos do Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados do ACM, IP das matérias referentes a pessoas refugiadas	2	3	Significativo	Definir planos de formação de acordo com o diagnóstico de necessidades dos técnicos	Em implementação		
4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Plataforma eletrónica - GTAEM permite a gestão atualizada da informação do mapeamento das disponibilidades locais mas apresenta limitações na aferição de alguns dados	1	2	Tolerável	Realizar um upgrade à plataforma construida para o efeito, através da inserção de outras componentes identificadas como necessárias na extração de dados automática	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos servidores e infraestruturas	1	1	Tolerável	Manter assistência técnica adequada e regular ao sistema informático	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Manter cópias de segurança regulares, implementando regras e procedimentos para a instalação de software	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI)								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica:Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, I. P	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	2	3	Significativo	Articulação regular com as unidades organicas ACM associadas ao financiamento comunitário (PO ISE e/ou FAMI); Adopção de um Normativo de Procedimentos, regulador da articulação entre unidades organicas ACM, designamente para mitigar o impacto decisivo para a relação desta UO e do ACM com fornecedores.	Em preparação		
2. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Avalição de Tarefas e riscos apresentados em 2014:Ação 2 do FEINPT – seleção e acompanhamento de 6 projetos de Equipas Municipais de Mediação Intercultural	Na análise de candidaturas, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita à pontuação atribuída	1	1	Tolerável	Definição de critérios de análise objetivos e fundamentação das opções de avaliação. Segregação de funções e Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP. Segregação de Funções	Implementada	Sem ocorrências a registar	
	No acompanhamento técnico e financeiro dos projetos, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita à avaliação técnica e ou financeira da execução	1	1	Tolerável	Segregação de funções entre técnico de análise da candidatura e técnico responsável pelo acompanhamento dos projetos. Assinatura da Declaração do Código de Ética e Conduta do ACM, IP.	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Avalição de Tarefas e riscos apresentados em 2014 e 2016: Selo Intercultural	Na análise de candidaturas, beneficiar ou prejudicar alguma escola no que respeita à pontuação atribuída	1	1	Tolerável	Definição de critérios de análise objetivos e fundamentação das opções de avaliação. Segregação de funções e Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do ACM,IP.	Implementada	Sem ocorrências a registar	

Assegurar as demais funções que lhe sejam acometidas pelo Conselho diretivo	Os colaboradores do NDI têm conhecimentos especializados nas áreas onde estão afectos, desconhecendo matérias de outras áreas/ programas do mesmo núcleo	1	1	Tolerável	Rotatividade dos colaboradores da equipa nas tarefas do projeto ou área em que estão integrados. Conhecimento dos procedimentos financeiros, técnicos e metodológicos envolvidos nas tarefas que desempenham.	Em preparação		
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, I. P.	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Criação de Normativo para Projetos financiados pelo PO ISE e FAMI e acesso a documentos normativos de outras unidades organicas ACM com quem o NDI articula, no sentido de regularizar e facilitar procedimentos.	Em preparação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nivel (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, I. P. no âmbito do FAMI e do PO ISE	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Reforço de formação nas áreas de trabalho da unidade orgânica.	Em prepração		
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	A segregação de funções. Assinatura de declaração de conflito de interesses.	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	A segregação de funções. Assinatura de declaração de conflito de interesses.	Em implementação		
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	3	Tolerável	Todos os colaboradores do NDI que tenham tarefas/projetos com financiamento comunitário devem ter acesso a formação especifica	Em preparação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	1	1	Tolerável	Todos os colaboradores do NDI que efetuem procedimetnos de aquisição de serviços/processos financeiros devem ter acesso a formação especifica	Em preparação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural-NDI	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral da UO	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Nucleo para o Dialogo Intercultural - GATAI								
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nivel (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral do GATAI	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	2	1	Tolerável	Criação de mecanismos eficazes de Partilha de informação (reuniões, emails, formações especializadas, encontros)	Em implementação		
Funcionamento geral do GATAI	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Criação de mecanismos eficazes de Partilha de informação (reuniões, emails, formações especializadas, encontros)	Em implementação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nivel (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral do GATAI	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	2	Tolerável	Reforço de Formação	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses	2	1	Tolerável	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções	Em preparação		
Funcionamento geral do GATAI	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Definição prévia das regras de financiamento (criterios de analise, criterios de admissibilidade das entidades, criterios de admissibilidade dos projectos), analise dos pedidos de apoio por 2 tecnicos, aprovaçao dos pedidos de financiamento externo ao gatai, candidatura da própria entdade patronal não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
Apoio financeiro	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	2	1	Tolerável	Articulação com EFAF e NGARH formação em CCP aos técnicos e às entidades	Em preparação		
Funcionamento geral do GATAI	Transgressão do principio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Reforço da Formação em igualdade de oportunidades	Em preparação		

Apoio financeiro	Duplo financiamento	1	2	Tolerável	Articulação com outros gabinetes para comparação de projectos	Em preparação		
Apoio financeiro	Pagamentos Indevidos	1	1	Tolerável	Existencia de protocolo com atividades e despesas identificadas, o pagamento passa por diferentes niveis de aprovação, realização de VAS - Verificação Administrativa e Sistemática	Em preparação		
Funcionamento geral do GATAI	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Reforço da Formação em ética no local de trabalho	Em preparação		
4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento geral do GATAI	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Manutenção do equipamento e software	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nivel dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Redesenho das unidades de rede, reforço da capacidade dos servidores	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Copias de segurança atualizadas	Em implementação		
	Fragilidade da ligação informatica	1	2	Tolerável	Redesenho das unidades de rede, reforço da capacidade dos servidores	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural - Programa PPT - Português para Todos								
2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento Geral	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Criação de momentos de preparação, acompanhamento e avaliação dos processos envolvendo todas as equipas.	Em preparação		
	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Tolerável	Criação de mecanismos eficazes de partilha de informação (e-mails, reuniões, encontros...).	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Análise e seleção de projetos	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	2	1	Tolerável	Reforço na formação em áreas específicas.	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.	Implementada / Implementada / Em preparação		
	Favorecimento de entidades	1	1	Tolerável	Preenchimento da grelha de análise das candidaturas, com definição prévia dos critérios específicos de análise. / Validação pela gestora de projeto e pelo Alto-comissário (AC). / Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova as candidaturas.	Implementada	Sem ocorrências a registar	Propõe-se a substituição das medidas anteriormente identificadas por: Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. Validação/aprovação a vários níveis hierárquicos.
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	1	Tolerável	Formação sobre as regras do financiamento comunitário. / Criação e implementação de uma checklist.	Em preparação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM.	Implementada		
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Reforço na formação em igualdade de oportunidades.	Em preparação		
	Duplo financiamento	2	2	Significativo	Articulação com outros gabinetes para comparação de projetos.	Em preparação		
Análise de Reembolsos e Saldos	Favorecimento de entidades	1	1	Tolerável	Análise das depesas apresentadas com base na legislação de enquadramento do FSE, orientações internas do ACM e circulares normativas do POPH. / Validação pelo Alto-Comissário. Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova os reembolsos/saldos.	Implementada	Sem ocorrências a registar	Função transferida para a EFAF.
Acompanhamento Técnico e Financeiro	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções.	Implementada		
Verificações no Local	Flexibilidade no cumprimento da legislação de enquadramento do FSE	1	1	Tolerável	Realização da Verificação no Local por equipas mistas em parceria com o POPH.	Implementada	Sem ocorrências a registar	Função transferida para a EFAF.
Funcionamento Geral	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Reforço na formação em ética no trabalho. / Assinatura e reforço na divulgação do código de ética e conduta.	Em preparação / Implementada		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funcionamento Geral	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	2	1	Tolerável	Manutenção periódica do hardware e software.	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	2	1	Tolerável	Realização periódica de cópias de segurança. / Aumento da capacidade dos servidores.	Em preparação		
	Fragilidade da rede informática (servidores e infraestruturas) e da rede de comunicação	3	1	Tolerável	Revisão da rede de informática e de comunicação.	Em preparação		

Anexo I - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Colaborar nos processos de conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas relacionadas com as comunidades ciganas, no plano nacional e internacional	Desempenho das entidades parceiras (incumprimento de tarefas, prazos e/ou compromissos): Desenvolvimento da execução técnica e financeira de projetos, relatórios de Avaliação de projetos/programas	2	2	Significativo	Reforço do acompanhamento interno, em sede e no terreno, para o cumprimento das condições e prazos acordados;	Em preparação		
Colaborar nos processos de conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas relacionadas com as comunidades ciganas, no plano nacional e internacional	Tempo de processamento das decisões politicas e possibilidade de redefinição das prioridades ao nivel das políticas sociais e, em particular, da política de integração das comunidades ciganas: O tempo de processamento de decisões pode causar atrasos na aprovação e execução das intervenções. A redefinição de prioridades pode afetar o trabalho de articulação com entidades parceiras e alterar o seu grau de empenhamento e confiança face a compromissos assumidos	1	3	Tolerável	Antecipação de fases dos procedimentos; Agilizar procedimentos de comunicação; Influenciar a reflexão sobre as prioridades na matéria que integra a sua missão e atribuições	Em preparação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	2	Tolerável	Reforçar a sensibilização das parcerias para a responsabilidade social.	Em preparação		
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Estabelecimento de regulamentos de atribuição de financiamento a associações/organizações	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Favorecimento de Entidades	1	3	Tolerável	Segregação de funções entre quem elabora as propostas técnicas e a decisão	Implementada	Sem ocorrências a registar	

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: NAIM - CNAIM								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades politicas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
CNAIM: dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal, num mesmo espaço, através de diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante;	Ocorrência de situações de catástrofe natural e/ou resultantes de intervenção humana	1	3	Tolerável	Conhecimento dos planos de emergência. Conhecimento dos procedimentos relativos aos seguros e acidentes de trabalho. Formação em primeiros socorros.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Triagem para outras Instituições. Atendimento, apoio em diversas áreas.Favorecimento do cliente.	1	1	Tolerável	Sistema informático onde é registada toda a atividade sabendo-se quem faz os atendimentos.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; Conhecimento e declaração de aceitação do código de ética e de conduta do ACM,IP..	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Declaração de Conflito de Interesses e de aceitação do código de ética.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Declaração de Conflito de Interesses e de aceitação do código de ética.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
CNAIM: dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal, num mesmo espaço, através de diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante;	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto da equipa de gestão das TIC; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes - GAPLIM								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	2	1	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais de núcleo e por equipa)	Em implementação		
	Execução de tarefas condicionada e dependente de entidades externas	1	2	Significativo	Promover meios de articulação e comunicação mais eficazes com essas entidades; Reportar cicicamente e quando necessário as dificuldades sentidas.	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação		
	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	2	1	Tolerável	Disseminação e Apresentação do programa com vista ao alargamento a novos parceiros.	Em implementação		
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	2	1	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Conhecimento do plano de formação anual para colaboradores; Procura e proposta de actividades formativas especializadas.	Em implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; Declaração de aceitação do código de ética.	Implementado	Sem ocorrências a registar	
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; Conhecimento e aceitação do código de ética.	Implementado	Sem ocorrências a registar	
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; Conhecimento e aceitação do código de ética.	Implementado	Sem ocorrências a registar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAPLIM: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	1	Tolerável	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto do NGARH; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do instituto competente	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	1	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do instituto competente	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes - Programa Mentores para Migrantes								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolitico, prioridades politicas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, propocionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).	Reduções substantivas na dotação orçamental	1	2	Tolerável	Redução do orçamento do programa.	Em implementação		
	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	2	3	Significativo	Realização de reuniões mensais (gerais de núcleo e por equipa)	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, propocionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	4	Significativo	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação		
	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	2	Tolerável	Disseminação e apresentação do programa com vista ao alargamento a novos parceiros; Criar formas de não dependência financeira (modelo actual); Articulação com outras medidas financiadas.	Em implementação		
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	3	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, propocionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Conhecimento do plano de formação anual para colaboradores; procura e proposta de actividades formativas especializadas.	Em implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, propocionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto da equipa de gestão das TIC; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do instituto competente	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do instituto competente	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.								
Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes | GAEM - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante								
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Reduções substantivas na dotação orçamental	2	1	Tolerável	Criar parcerias; Otimizar recursos.	Em preparação		
	Projetos no terreno com débil execução fisica e financeira	2	1	Tolerável	Realizar visitas de acompanhamento aos projetos; Disponibilizar informação escrita ou por outras vias sobre a execução das atividades	Em preparação		
	Frágil articulação e comunicação interna e externa para coesão de progarmação da execução	1	2	Tolerável	Realização de reuniões regulares (na equipa de trabalho e com as chefias). Verter informaçao clara e precisa sobre as atividades nos meios de comunicação ao dispor da organização e junto dos parceiros.	Em implementação		
GAEM/PEI - capacitação e apoio téncnico no processo de criação de negócios	Falta de rigor e transparência na triagem de participantes	1	1	Tolerável	Listar critéros de triagem/aspetos impeditivos da participação na ação; utilizar um guião de entrevista comum a todos os candidatos.	Implementadas	Sem ocorrências a registar.	

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	1	Tolerável	Ter conhecimento do plano de atividades da organização	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	1	Tolerável	Estimular a emergência de novos parceiros e/ou novas redes de parceiros.	Em preparação		
	Débil acompanhamento técnico e financeiro da execução de projectos no terreno e deficiências metodológicas das suas avaliações	1	2	Tolerável	Fortalecer os mecanismos de coordenação entre equipas técnicas e financeiras.	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Assinatura da Declaração de Conflitos de Interesses; Segregação de funções; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.	Implementadas	Sem ocorrências a registar	
	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	Segregação de funções	Em implementação		
	Procedimentos de contratação	1	1	Tolerável	Articulação direta com a jurista do ACM e com a EFAF e averiguação de documentos e procedimentos com estas unidades orgânicas .	Implementadas	Sem ocorrências a registar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	1	Tolerável	Descontinuar o equipamento obsoleto	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Manter assistência técnica adequada.	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Mater cópias de segurança diárias; implementar regras e procedimentos para instalação de software.	Em implementação		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação da Unidade Orgânica: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Campanhas de Sensibilização da sociedade civil para o combate à discriminação Racial e mecanismos de reação - CICDR	Conflito de Interesses	Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	3	Tolerável	Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do ACM,IP. e da Declaração de Conflito de Interesses		CICDR - Cátia Almeida
		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por decisões em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	3	Tolerável			
	Procedimentos de Contratação Pública	Irregularidades no cumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	3	Significativo	Concentração dos Procedimentos no serviço jurídico do ACM,IP.; Criação e divulgação de manual de normas internas com check-list de verificação de procedimentos em CCP.		
		Irregularidade no cumprimento de regras e procedimentos de contratação pública na escolha do adjudicatário	2	3	Significativo			
		Irregularidade no cumprimento dos procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos)	2	3	Significativo			
		Alterações contratuais e/ou trabalhos, bens e/ou serviços não fornecidos ou substituídos sem fundamentação e procedimentos adequados	2	3	Significativo			
		Irregularidades no cumprimento do princípio da concorrência, designadamente, pelo recurso abusivo a ajuste direto	2	3	Significativo	Parecer jurídico de apreciação e validação prévia, de acordo com o princípio da segregação de funções		
	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	Quebra de reserva de confidencialidade	1	4	Significativo	Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.		
		Favorecimento de Entidades	2	3	Significativo	Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.; Declaração de Conflito de Interesses;		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: EFAF - Núcleo de Gestão Financeira								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos				Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)				
	Conflito de Interesses	1-Existência de Conflitos de Interesses	1	4	Significativo	Declaração de conflito de interesses		EFAF - Tatiana Botelho
Coordenar o lançamento dos procedimentos ao abrigo de acordos quadro celebrados pela eSPap; Gerir os contratos com fornecedores no âmbito do funcionamento do Código dos Contratos Públicos; Promover o adequado lançamento dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas	Procedimentos de Contratação Pública	2-Incumprimento com procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos)	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública;		
		3- Manipulação de procedimentos concursais	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública;		
		4-Incumprimento das regras e procedimentos de contratação pública na escolha do adjudicatário	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública;		
		5-Incumprimento dos procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública;		
		6- Alterações contratuais e/ou trabalhos, bens e/ou serviços não fornecidos ou substituídos sem fundamentação e procedimentos adequados	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública;		
	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	7-Favorecimento de fornecedores e entidades	1	4	Significativo	Procedimentos de contratação pública elaborados por jurista externa pertencente a empresa de advogados especialista em Contratação Pública; Centralização dos procedimentos de contratação do Instituto no GSS; Segregação de funções entre quem apresenta a necessidade da aquisição de B&S e quem aprova, havendo diferentes níveis de autorização; Segregação de funções entre a área de compras e a área de pagamentos.		
Assegurar o pagamento de apoios atribuídos a entidades públicas ou privadas assim como o pagamento das remunerações e das despesas correntes, promovendo a correta utilização e alimentação do sistema informático e contabilístico GeRFiP (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada); Promover o adequado lançamento dos procedimentos de aquisição de bens e serviços; Promover a gestão do Imobilizado e Património do Instituto; Garantir a arrecadação da receita e o processamento e liquidação da despesa, numa ótica de legalidade e regularidade financeira.	Gestão Danosa	8-Pagamentos Indevidos	1	3	Tolerável	Obrigatoriedade de apresentação de documentação de suporte à operação, devidamente autorizada pelas instâncias competentes; Segregação de funções entre quem emite e quem autoriza os meios de pagamento; Pedido de autorização de pagamentos (PAP) são verificados, autorizados e emitidos por diferentes recursos humanos, sendo sempre aplicado o "princípio dos quatro olhos"; Adoção da transferência bancária como meio de pagamento; Processamento de faturas só é efetuado após verificação das equipas técnicas de que o bem foi entregue ou em como o serviço se encontra prestado; Controlo trimestral pelo Fiscal único.		
		9-Gestão Orçamental - Elaboração, acompanhamento, execução e controlo do orçamento	1	3	Tolerável	Orçamento elaborado em conjunto com a Administração do ACM; SCC (sistema de controle da DGO) atualizado automaticamente pelo GeRFip; A execução orçamental é contabilizada no GerFip através de contrato com eSPap para a utilização de plataforma conjunta e partilha de serviços; Reportes frequentes à DGO.		
		10-Contabilidade Orçamental, Geral e Analítica	1	3	Tolerável	Segregação de funções; Conciliação de contas realizada pela eSPap; Conta de Gerência anual preparada em conjunto com a eSPap e validada pelo Tribunal de Contas.		
		11-Gestão Património	1	3	Tolerável	Património do ACM foi inventariado de acordo com o CIBE; Inventário contabilizado no GeRFip; Todos os bens adquiridos passíveis de inventariação são catalogados, contabilizados e sujeitos a uma taxa de amortização de acordo com o estabelecido no CIBE; Etiquetagem e localização de pequenos bens móveis, deverá ser frequente, daí a necessidade de recurso humano afeto a esta atividade.		
		12-Cobrança e liquidação da receita realizada indevidamente	1	3	Tolerável	Planos de Tesouraria realizados mensalmente; Reconciliações bancárias.		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: EFAF - PT2020								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Conflito de Interesses	Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	2	Tolerável	No caso de colaboradoras/es que exercem funções públicas, a lei já dispõe pela necessidade de pedido de autorização prévia para acumulação de funções; no caso dos/as mediadores/as, assinatura da declaração de conflito de interesses e pedido de escusa de intervenção em projetos em que tal se possa verificar		EFAF - Tatiana Botelho
		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por decisões em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	2	Tolerável	No caso de colaboradoras/es que exercem funções públicas, a lei já dispõe pela necessidade de pedido de autorização prévia para acumulação de funções; no caso dos/as mediadores/as, assinatura da declaração de conflito de interesses e pedido de escusa de intervenção em projetos em que tal se possa verificar		
		Conflito de interesses não declarados, subornos e comissões)	1	2	Tolerável	Existem disposições previstas no Código de Ética e de Conduta que interditam a aceitação de presentes/comissões por parte de colaboradoras/es; Existe também uma deliberação do CD do ACM, IP definindo os procedimentos de aceitação de ofertas acima de um valor simbólico estabelecido em 20€, sempre que a sua recusa possa implicar desconfiança ou rutura institucional		

Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Procedimentos de Contratação Pública	Incumprimento de procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermédio	3	2	Significativo	Preenchimento de checklist da contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é OI e análise do ACM quanto ao cumprimentos dos procedimentos	**Verificação do preenchimento da check-list para confirmação do cumprimento dos procedimentos e identificação dos que não estiverem cumpridos?; Reforço do apoio jurídico nesta matéria**	EFAF - Tatiana Botelho
		Manipulação de procedimentos concursais por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermédio	2	2	Significativo	Preenchimento de checklist da contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é OI		
		Incumprimento com regras e procedimentos de contratação pública na escolha do adjudicatário por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermédio	3	2	Significativo	Preenchimento de checklist da contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é OI		
		Incumprimento com procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos) por parte de entidades beneficiárias em projetos em que o ACM é Organismo Intermédio	3	2	Significativo	Preenchimento de checklist da contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é OI		

Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Incumprimento de Princípios Fundamentais do Direito Comunitário	Incumprimento do princípio da concorrência, designadamente, recurso abusivo a ajuste direto, por parte de entidades beneficiárias de projetos em que o ACM é Organismo Intermédio	3	2	Significativo	Preenchimento de checklist da contratação pública por parte das entidades beneficiárias relativamente às quais o ACM é OI		EFAF - Tatiana Botelho
		Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário (não aplicação da tabela da COCOF)	1	2	Tolerável	Dar conhecimento às/aos colaboradores/as envolvidos/as na análise financeira dos projetos da tabela COCOF; validação da análise financeira por superior/a hierárquico/a		
	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	Quebra de reserva de confidencialidade, facilitar informação do ACM de acesso reservado	1	2	Tolerável	Conhecimento por parte das/dos colaboradoras/es do Código de Ética e de Conduta e adesão ao mesmo; este Código já prevê disposições a este respeito		
		Não denúncia de situações de irregularidades ou fraudes	1	2	Tolerável	Conhecimento por parte das/dos colaboradoras/es do Código de Ética e de Conduta e adesão ao mesmo; este Código já prevê disposições a este respeito; dar igualmente conhecimento aos/às colaboradores/as da EGESIF 14.0021 da CE		

Elaboração, submissão e acompanhamento de candidaturas do ACM enquanto entidade beneficiária do Portugal 2020; acompanhamento financeiro de projetos no âmbito da atividade do ACM enquanto OI do POISE e do POR Lisboa	Gestão Danosa	Reconhecimento indevido de critérios de elegibilidade de despesa co-financiada para obtenção de favorecimento	1	2	Tolerável	Assegurar o cumprimento e aplicação integral dos critérios de elegibilidade de despesa definidos na legislação aplicável; validação superior do parecer de análise financeira		EFAF - Tatiana Botelho
	Imputação e Validação de Despesa	Fórmulas diferentes de cálculo de custos hora para projetos nacionais e internacionais, o que pode originar erros na imputação de recursos humanos	2	1	Tolerável	Harmonizar fórmulas de cálculo de custos hora para todos os projetos, desde que a legislação o permita; caso tal não aconteça deixar pista de auditoria clara a este respeito		
		Custos com pessoal afetos incorrectamente a projectos específicos, em situações que o RH não está afeto a um único projeto	2	3	Significativo	No caso do ACM enquanto beneficiário, alocar os recursos humanos apenas mediante timesheet, validada pelo superior hierarquico, que deverá ser remetida à entidade, quando se aplique (caso das/os mediadoras/es); no caso do ACM enquanto OI, emitir orientações às entidades para que procedam de modo idêntico		
		Processo de imputação de despesa incompleto ou desadequado: demora e/ou erro na submissão de despesas por parte das associações/mediadores pode causar quebras na execução dos projetos em que o ACM é beneficiário	3	2	Significativo	Criar normativos e orientações externas relativas a elegibilidade de despesas que, nomeadamente, definam prazos para submissão e envio de despesas por parte das associações e mediadores/as		
		Processo de verificações e validação de despesa de associações/mediadores incompleto ou desadequado, ligado a questões de articulação entre colaboradoras/es de diferentes departamentos do ACM	2	1	Tolerável	Definir normas e procedimentos internos de validação de despesa de associações/mediadores, com prazos de entrega de documentos para validação no GESMED		
		Duplo financiamento - relativamente a entidades beneficiárias com projetos em que o ACM é Organismo Intermédio	2	1	Tolerável	Nas verificações de despesa, verificar a % de imputação nos carimbos; nas verificações no local, confirmar os documentos originais; considerar não elegível qualquer despesa que suscite dúvidas		
		Não cumprimento de prazos de decisão relativamente à análise de pedidos de reembolso/saldo	2	2	Significativo	No caso do ACM enquanto beneficiário, contactar as Autoridades de Gestão, reforçando a urgência na decisão; no caso do ACM enquanto OI, elaborar mapa com data de entrada de pedidos de reembolso/saldo e prazos de decisão, redistribuindo trabalho sempre que se necessário		
		Extravio de Pedidos de Autorização de Pagamento	1	2	Tolerável	Sempre que se levanta e/ou devolvem PAP, enviar mail à EFAF Pagamentos dando conta da situação		
		Riscos de segurança nas deslocações ao terreno e visitas de acompanhamento no local	1	2	Tolerável	Equipas formadas sempre por dois elementos conforme previsto em manuais de procedimentos/orientações internas e autorização prévia por escrito do superior hierárquico		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,I.P. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação da Unidade Orgânica: EFAF - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - FAMI - ACM, IP - Autoridade Delegada (AD)

Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Assegurar que não existe conflito de interesses nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Conflito de Interesses	Existência de Conflitos de Interesse	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, I.P.		EFAF - Tatiana Botelho
Assegurar o cumprimento das regras e procedimentos de contratação pública através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Procedimentos de Contratação Pública	Incumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos e aplicação das regras do financiamento comunitário (não aplicação da tabela da COCDF) nos projetos candidatos e financiados pelo FAMI	2	3	Significativo	- Realização de ações de sensibilização sobre os procedimentos de contratação pública dirigida aos RH da EFAF e às entidades beneficiárias de projetos financiados pelo FAMI; - Verificação da checklist, prevista na Plataforma do Sistema de Informação e Gestão de Fundos Comunitários (SIGFC), de preenchimento obrigatório por parte de todas entidades aquando da submissão da candidatura e da execução de projetos; - Verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos, com devida articulação com os juristas do ACM, IP; - Aplicação da tabela COCDF no casos de incumprimento, de acordo com os normativos legais.		
Assegurar o cumprimento das regras de financiamento comunitário e do princípio de igualdade de oportunidades através de verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Incumprimento de Princípios Fundamentais do Direito Comunitário	Incumprimento dos princípios de direito comunitário e do princípio de igualdade de oportunidades no âmbito do FAMI	2	3	Significativo	- Disponibilização informativa pública, permanentemente atualizada, através do site do ACM, IP; Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local de acordo com o previsto no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.		
Assegurar a reserva de confidencialidade nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	Quebra de reserva de confidencialidade	1	3	Tolerável	Conhecimento do Código de Ética do ACM,IP; Assinatura de declaração de compromisso de confidencialidade na celebração de contrato; Presença em sessões de sensibilização.		
		Favorecimento de Entidades	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, I.P.		
		Decidir em causa própria, por omissão de interesses	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, I.P.		
		Reconhecimento indevido de associações	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, I.P.		
		Facilitar informação do ACM,I.P de acesso reservado	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, I.P.		
		Sonegação de informação referente à denúncia de irregularidades ou fraude	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, I.P.		

Assegurar que nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos, não foram prestadas falsas declarações	Falsas Declarações	Falsas declarações prestadas pelos candidatos detetadas em sede de análise e selecção de candidaturas	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, IP.		EFAF - Tatiana Botelho
		Falsificação de qualificações e/ou de actividades desenvolvidas pelos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Assinatura obrigatória de Declaração de Conflitos de Interesse do ACM, IP; Segregação de funções de acordo Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI; Conhecimento e comprometimento com o teor do Código de Ética do ACM, IP.		
Assegurar as verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos	Imputação e Validação de Despesa	Custos afetados incorrectamente a projectos específicos	2	3	Significativo	Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com o previsto no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI		
		Processo de imputação de despesa incompleto ou desadequado	2	3	Significativo	Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com as directrizes previstas no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.		
		Processo de verificações e validação de despesa incompleto ou desadequado	1	4	Significativo	Verificações de gestão (verificações administrativas e verificações no local) de acordo com as directrizes previstas no Manual de Procedimentos do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 do FAMI.		
		Duplo financiamento no âmbito do FAMI	1	4	Significativo	Verificação de gestão (administrativa e no local) através da adoção de procedimentos, para certificar que os projetos não são objeto de duplo financiamento das despesas, quer através de mecanismos de financiamento nacionais quer comunitários e com outros períodos de programação.		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: Gabinete de Auditoria Interna								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Conflito de Interesses	Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	3	Tolerável	Verificação, nos projetos auditar, da conformidade de RH impusados, face ao compromisso advindo da assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP. e da Declaração de Conflito de Interesses; Verificação, nos projetos a auditar, do cumprimento da Segregação de Funções quer das funções de seleção, análise e acompanhamento de execução física, quer da sua execução financeira; verificação do potencial conflito de interesses e dos Protocolos com Associações de Imigrantes e Mediadores Socio-Culturais; Declaração, nos termos do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP., de qualquer oferta superior a20€ para efeitos de leilão ou sorteio com fins sociais;		GAI - Ana Paula Fitas
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por decisões em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Existência de Conflitos de Interesse do ACM,IP	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Conflito de interesses não declarados, subornos e comissões)	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Procedimentos de Contratação Pública	Incumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento dos procedimentos legais definidos nos termos do CCP, em todos os projetos a auditar; Verificação do preenchimento da check-list de contratação pública em todos os projetos a auditar; Solicitação de documentação complementar sempre que se justificar, designadamente extrato de conta por fornecedores nos últimos 3 anos económicos;		GAI - Ana Paula Fitas
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Manipulação de procedimentos concursais	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Incumprimento com regras e procedimentos de contratação pública na escolha do adjudicatário	2	3	Significativo			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Incumprimento com procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos)	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Alterações contratuais e/ou trabalhos, bens e/ou serviços não fornecidos ou substituídos sem fundamentação e procedimentos adequados	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Incumprimento de Princípios Fundamentais do Direito Comunitário	Incumprimento do princípio da concorrência, designadamente, recurso abusivo a ajuste direto	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FEEI,de forma geral; Verificação de conformidade com procedimentos de contratação pública através da verificação do preenchimento da respetiva check-list;		GAI - Ana Paula Fitas
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Incumprimento do princípio de igualdade de oportunidades	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FEEI, de forma geral;		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Incumprimento do princípio de igualdade de oportunidades no recrutamento de recursos humanos com intenção de favorecimento	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FEEI, de forma geral; Declaração de conflito de interesses por RH e elementos de júri; Rotatividade de Júris;		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Incumprimento do princípio de igualdade de oportunidades na selecção, análise e avaliação de projectos co-financiados	1	3	Tolerável	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FEEI, de forma geral; Declaração de conflito de interesses por RH e Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP.; Verificação de cumprimento do princípio de segregação de funções;		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário (não aplicação da tabela da COCOF)	1	4	Significativo	Verificação de cumprimento de check-list de auditoria para aferição da conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos comunitários para cada programa operacional e para o FEEI, de forma geral; Verificação de conformidade com procedimentos de contratação pública; identificação e classificação da matéria de incumprimento para atribuição de sanção nos termos definidos pela tabela da COCOF;		

Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	Quebra de reserva de confidencialidade	1	3	Tolerável	Verificação, em todos os projetos auditar, do cumprimento dos RH imputados, relativamente ao compromisso decorrente da assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP. e da Declaração de Conflito de Interesses; Verificação, em todos os projetos a auditar, do cumprimento do princípio de Segregação de Funções seja o que decorre do exercício das funções técnicas de seleção, análise, acompanhamento da execução física e da execução financeira dos projetos, quer, quando se aplique, do potencial conflito de interesses; Declaração, nos termos do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP., de qualquer oferta superior a 20€ para efeitos de leilão ou sorteio com fins sociais;		GAI - Ana Paula Fitas
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Favorecimento de Entidades	2	3	Significativo			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Decidir em causa própria, por omissão de interesses	2	2	Significativo			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Reconhecimento indevido de associações	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Facilitar informação do ACM,IP de acesso reservado	2	3	Significativo			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Sonegação de informação referente à denúncia de irregularidades ou fraude	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Gestão Danosa	Reconhecimento indevido de critérios de elegibilidade de despesa co-financiada para obtenção de favorecimento	1	3	Tolerável	Verificação de conformidade de procedimentos aos requisitos definidos em sede legislativa e reguladora de critérios de elegibilidade; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP. e Declaração de Conflito de Interesses		GAI - Ana Paula Fitas
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Criação de critérios restritivos não fundamentados em avisos de candidatura de financiamentos	1	3	Tolerável	Verificação de conformidade de procedimentos aos requisitos definidos em sede legislativa e reguladora de critérios de elegibilidade no âmbito da tipologia a que se referem os avisos e da legislação nacional e comunitária em vigor		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Manipulação de procedimentos concursais	1	3	Tolerável	Verificação de conformidade de procedimentos aos requisitos definidos em sede de CCP e de elegibilidade; Verificação do princípio da Razoabilidade Custo/Benefício; Verificação da correspondência entre as peças processuais (orçamentos, faturas, recibos); Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM,IP. e Declaração de Conflito de Interesses		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Concertação de propostas	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Preços e orçamentos desadequados	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Manipulação de orçamentos e de facturação	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Pagamentos Indevidos	1	3	Tolerável	Verificação da documentação de suporte à operação e das respetivas autorizações pelas instâncias competentes; Verificação de Segregação de funções entre quem emite e quem autoriza os meios de pagamento; Verificação dos pedidos de autorização de pagamentos (PAP) relativamente ao cumprimento do princípio de segregação de funções; Verificação do cumprimento do princípio da adoção da transferência bancária como meio de pagamento; Verificação da correspondência entre pareceres das equipas técnicas relativos à entrega de bens ou à efetividade da prestação do serviço como condição do processamento das faturas; Verificação de cumprimento do controlo trimestral pelo Fiscal único.		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Falsificação de custos com pessoal	1	3	Tolerável	Verificação de correspondência entre mapa de recursos humanos, recursos humanos previstos em sede de aprovação das candidaturas, eventuais pedidos de alteração e imputação efetiva de RH. Verificação e correspondência entre chaves, taxas, timesheets por projeto e por mapas mensais de por RH		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Falsas Declarações	Falsas declarações prestadas pelos candidatos detectadas em sede de análise e selecção de candidaturas	1	3	Tolerável	Verificação de procedimentos de verificação das equipas técnicas da idoneidade das declarações (assinaturas, aposição de selo branco, entre outros -designadamente, em originais recebidos no ACM), correspondência entre as qualificações descritas em sede de aprovação dos projetos a auditar, a respetiva documentação comprovativa e o perfil requerido pelos desempenhos a desenvolver no âmbito dos projetos analisados em sede de auditoria interna.		GAI - Ana Paula Fitas
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Falsificação de qualificações e/ou de actividades desenvolvidas pelos Recursos Humanos	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Imputação e Validação de Despesa	Custos com pessoal afetados incorretamente a projectos específicos	1	3	Tolerável	Verificação dos conteúdos dos projetos, aprovados em sede inicial e de pedido de alteração, em termos de RH, de atividades e recursos técnicos, materiais e financeiros; Verificação do cumprimento das regras de elegibilidade de despesa; Verificação da conformidade de completude do processo de imputação de custos e respetiva documentação comexa; Verificação da conformidade de completude do processo de verificação e validação de despesa.		
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Processo de imputação de despesa incompleto ou desadequado	1	3	Tolerável			
Verificação de projetos técnicos e financeiros co-financiados: Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco		Processo de verificações e validação de despesa incompleto ou desadequado	1	3	Tolerável			

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação da Unidade Orgânica:Nucleo para o Dialogo Intercultural - GATAI

Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Funcionamento geral	Conflito de Interesses	1-Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	2	1	Tolerável	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções		NDI - Cristina Milagre
		2-Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por decisões em que participaram no exercício de cargos públicos)	2	1	Tolerável	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções		
		3-Existência de Conflitos de Interesse do ACM,IP	1	1	Tolerável	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções		
		4- Conflito de interesses não declarados, subornos e comissões)	1	1	Tolerável	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções		
	Procedimentos de Contratação Pública	5-Incumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	1	Tolerável	Articulação com gabinete financeiro e juridico, formação em CCP aos técnicos e às entidades		
Funcionamento geral	Incumprimento de Princípios Fundamentais do Direito Comunitário	13- Incumprimento do princípio de igualdade de oportunidades na selecção, análise e avaliação de projectos co-financiados	1	2	Tolerável	Definição prévia das regras de financiamento (criterios de analise, criterios de admissibilidade das entidades, criterios de admissibilidade dos projectos), analise dos pedidos de apoio por 2 tecnicos, aprovaçao dos pedidos de financiamento externo ao gatai, candidatura da própria entdade patronal não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções		NDI - Cristina Milagre
	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	15--Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Formação em ética no local de trabalho		
		16 – Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Definição prévia das regras de financiamento (criterios de analise, criterios de admissibilidade das entidades, criterios de admissibilidade dos projectos), analise dos pedidos de apoio por 2 tecnicos, aprovaçao dos pedidos de financiamento externo ao gatai, candidatura da própria entdade patronal não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções		NDI - Cristina Milagre
		17-Decidir em causa própria, por omissão de interesses	1	1	Tolerável	Definição prévia das regras de financiamento (criterios de analise, criterios de admissibilidade das entidades, criterios de admissibilidade dos projectos), analise dos pedidos de apoio por 2 tecnicos, aprovaçao dos pedidos de financiamento externo ao gatai, candidatura da própria entdade patronal não é analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções		
		18- Reconhecimento indevido de associações	1	1	Tolerável	Obrigatorio apresentar documentos, analise de pedido e visitas de reconhecimento efetuadas por dois tecnicos, aprovação dos pedidos de reconhecimento pelo CM		
		19-Facilitar informação do ACM,IP de acesso reservado	1	1	Tolerável	Formação em ética no local de trabalho		
		20-Sonegação de informação referente à denúncia de irregularidades ou fraude	1	1	Tolerável	Formação em ética no local de trabalho		
Funcionamento geral	Gestão Danosa	21-Reconhecimento indevido de critérios de elegibilidade de despesa co-financiada para obtenção de favorecimento	1	1	Tolerável	O pagamento efectivo passa por diferentes niveis de aprovação, segregação de funções, formação em literacia financeira		NDI - Cristina Milagre
		22- Criação de critérios restritivos não fundamentados em avisos de candidatura de financiamentos	1	1	Tolerável	Definição prévia das regras de financiamento (criterios de analise, criterios de admissibilidade das entidades, criterios de admissibilidade dos projectos)		
	Falsas Declarações	29 - Falsas declarações prestadas pelos candidatos detectadas em sede de análise e selecção de candidaturas	2	1	Tolerável	Cumprimento das regras de admissibilidade		
	Imputação e Validação de Despesa	32- Processo de imputação de despesa incompleto ou desadequado	2	1	Tolerável	Confirmação da imputação adequada da despesa aos projetos financiados		
		33- Processo de verificações e validação de despesa incompleto ou desadequado	2	1	Tolerável	Solicitação de uma amostra de documentos de despesa e pagamento		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural - Programa PPT - Português para Todos								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Análise e seleção de projetos	Conflito de Interesses	Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	1	Tolerável	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (exercício de cargos em entidades privadas abrangidas por decisões em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	1	Tolerável	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
		Existência de Conflitos de Interesse do ACM,IP	1	1	Tolerável	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
		Conflito de interesses não declarados, subornos e comissões)	1	1	Tolerável	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Ações de auditoria interna.		
	Procedimentos de Contratação Pública	Incumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concentração de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Manipulação de procedimentos concursais	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concentração de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Incumprimento com regras e procedimentos de contratação pública na escolha do adjudicatário	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concentração de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Incumprimento com procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos)	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concentração de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Alterações contratuais e/ou trabalhos, bens e/ou serviços não fornecidos ou substituídos sem fundamentação e procedimentos adequados	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM. / Concentração de procedimentos num gabinete técnico especializado.		
		Incumprimento do princípio de igualdade de oportunidades na selecção, análise e avaliação de projectos co-financiados	1	1	Tolerável	Formação em igualdade de oportunidades.		

Análise e seleção de projetos	Transgressão de Princípios de Ética e Deontologia na Seleção, Análise e Acompanhamento de Operações	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Reforço na formação em ética no trabalho. / Assinatura e reforço na divulgação do código de ética e conduta.		
		Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	Preenchimento da grelha de análise das candidaturas, com definição prévia dos critérios específicos de análise. / Validação pela gestora de projeto e pelo Alto-comissário (AC). / Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova as candidaturas.	Propõe-se a substituição das medidas anteriormente identificadas por: Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. Validação/aprovação a vários níveis hierárquicos.	
		Decidir em causa própria, por omissão de interesses	1	1	Tolerável	Validação/aprovação a vários níveis (técnico, coordenadora da EFAF e Alto Comissário)		
		Facilitar informação do ACM,IP de acesso reservado	1	1	Tolerável	Reforço na formação em ética no trabalho. / Assinatura e reforço na divulgação do código de ética e conduta.		
		Sonegação de informação referente à denúncia de irregularidades ou fraude	1	1	Tolerável	Reforço na formação em ética no trabalho. / Assinatura e reforço na divulgação do código de ética e conduta.		
	Gestão Danosa	Reconhecimento indevido de critérios de elegibilidade de despesa co-financiada para obtenção de favorecimento	1	1	Tolerável	Definição prévia dos critérios de elegibilidade.		
		Criação de critérios restritivos não fundamentados em avisos de candidatura de financiamentos	1	1	Tolerável	Definição prévia dos critérios de elegibilidade.		
		Manipulação de procedimentos concursais	2	1	Tolerável	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas do ACM.		
	Falsas Declarações	Falsas declarações prestadas pelos candidatos detectadas em sede de análise e selecção de candidaturas	1	4	Significativo	Conhecimento prévio aos candidatos das consequências resultantes de eventuais falsas declarações.		
	Imputação e Validação de Despesa	Custos com pessoal afetados incorrectamente a projectos específicos	4	1	Significativo	Solicitação, em candidatura, dos métodos de cálculo e chaves de imputação.		
		Processo de imputação de despesa incompleto ou desadequado	4	1	Significativo	Solicitação, em candidatura, dos métodos de cálculo e chaves de imputação.		
		Processo de verificações e validação de despesa incompleto ou desadequado	4	1	Significativo	Solicitação, em candidatura, dos métodos de cálculo e chaves de imputação.		

Anexo III - Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas								
Matriz Setorial de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP. - Operações Financeiras por Unidade Orgânica								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)			
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Conflito de Interesses	1-Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	2	Tolerável	Estabelecimento de regulamentos de atribuição de financiamento a associações/organizações		GACI - Sónia Costa

Anexo IV

Matriz de Risco

(conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00)

Unidade orgânica	Riscos identificados	Classificação do risco			Principais medidas de prevenção e mitigação identificadas	Medidas Preventivas Adicionais	Responsável
		Probabilidade	Impacto	Nível			

Anexo V

EGESIF 14-0021-00

"Orientações para os Estados-Membros e as Autoridades do Programa

Avaliação do risco de fraude e medidas antifraude eficazes e proporcionais"

In

https://ec.europa.eu/sfc/sites/sfc2014/files/sfc-files/guidance_fraud_risk_assessment.pdf

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
ACM - GESTOR do PROGRAMA ESCOLHAS
MAPA DE PESSOAL 2018
ARTIGO 29º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos / carreiras / categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho previstos	OBS
		Alto Comissário (1)	Vogal (1)	Fiscal Único (2)	Dirigente Intermédio de 1º Grau	Dirigente Intermédio de 2º Grau	Equiparado a Dirigente Intermédio 1º Grau	Técnico Superior	Especialista de Informática	Assistente técnico	Assistente Operacional			
Orientar e gerir a atividade do ACM, I.P; Coordenar e presidir ao Conselho para as Migrações; Coordenar e presidir à Comissão contra a Discriminação Racial	**Conselho Diretivo**	1	1	1									3	
Assessoria ténica ao Conselho Diretivo, Secretariar a Direção, receber e encaminhar chamadas telefónicas, assegurar a agenda da Direção	**Assessoria e Secretariado**					1		3			2		6	a) b) c)
Subtotal		*1*	*1*	*1*	*0*	*1*	*0*	*3*	*0*	*0*	*2*	*0*	*9*	
Assegura a gestão integrada dos Recursos Humanos, Apoio Jurídico, assegura a gestão administrativa das áreas de economato, frota automóvel e tecnologias de Informação e Comunicação	**Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos - NGARH (3)**					1		2	1	1			5	d)
Gestão e controlo dos fundos europeus integrados no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020; Assegurar o cumprimento das funções de Organismo Intermédio de FSE, e Autoridade Delegada de FAMI; Acompanhamento de POISE e POR	**Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - EFAF (4)**					2	1	11		1			15	e) f) g)
Subtotal		*0*	*0*	*0*	*0*	*3*	*1*	*13*	*1*	*2*	*0*	*0*	20	
Contribui para uma gestão coordenada e integrada dos fluxos migratórios e para o enquadramento estratégico dos perfis migratórios de Portugal	**Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes - DRIPMCM (5)**				1	3		2					6	
Subtotal		*0*	*0*	*0*	*1*	*3*	*0*	*2*	*0*	*0*	*0*	*0*	6	
Defende e promove os direitos e interesses dos imigrantes, seus descendentes e grupos étnicos, de modo a contribuir para a sua plena integração e inserção	**Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade - DAIVD (6)**				1	2		1					4	
Subtotal		*0*	*0*	*0*	*1*	*2*	*0*	*1*	*0*	*0*	*0*	*0*	4	
Desenvolve e gere uma rede de âmbito internacional, nacional e local de serviços públicos de integração, atendimento e informação orientada para a satisfação das necessidades dos imigrantes	**Departamento de Apoio e Assistência Migratória - DAAM (7)**				1	1		2					4	
Subtotal		*0*	*0*	*0*	*1*	*1*	*0*	*2*	*0*	*0*	*0*	*0*	*4*	
Estudo e acompanhamento estratégico e científico das migrações, monitorização da integração de migrantes e avaliação de políticas para migrantes em Portugal	**Observatório para as Migrações - OM (8)**						1						1	
Subtotal		*0*	*0*	*0*	*0*	*0*	*1*	*0*	*0*	*0*	*0*	*0*	1	

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
ACM - GESTOR do PROGRAMA ESCOLHAS
MAPA DE PESSOAL 2018
ARTIGO 29º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO

Promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconomicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e reforço da coesão social.	**Programa Escolhas (9)**						3	3					6	
Subtotal		*0*	*0*	*0*	*0*	*0*	*3*	*3*	*0*	*0*	*0*	*0*	6	
Total		**1**	**1**	**1**	**3**	**10**	**5**	**24**	**1**	**2**	**2**	**0**	**50**	

1) art. 5º, n.º 1, Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP

2) art. 4º, al. b), Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP - Despacho nº 9472/2015 de 20/8

3) **NGARH** - Deliberação CD n.º 349/2016

4) **EFAF -** Equipa criada pela Deliberação CD nº 1243/2016; Dirigente Intermédio 2º grau - **NGF** -Deliberação CD nº 86/2017, de 6/2 - **NG-FAMI** - aguarda Deliberação

5)**DRIPMCM -** Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º grau - **NRI** - Deliberação CD nº 1771/2016, de 17/11 - **NAIR** - Deliberação CD nº 82/2017, de 6/2 - **NPM** - Deliberação CD nº 84/2017, de 6/2

6)**DAIVD** - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º - **NDI** - Deliberação CD nº 1772/2016, de 17/11 - **NACI** - Deliberação CD nº 83/2017, de 6/2

7) **DAAM** - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º - **NAIM** - Deliberação CD nº 85/2017, de 6/2

8) Observatório para as Migrações - Deliberação 1243/2016, CD

9) Programa Escolhas - Artº 1º nº 3 da Portaria nº 227/2015, de 3 de agosto

a) Núcleo - a criar por deliberação do CD nos termos do nº 2 do artigo 1º dos Estatutos do ACM

b) 1 posto de trabalho de TS em CTFP termo resolutivo incerto

c) 1 posto de trabalho de Assistente Operacional por ocupar

d) 1 posto de trabalho de Assistente Técnico por ocupar

e) 2 postos de trabalho ocupados por CTFP a termo resolutivo por tempo incerto - acompanhamento de projetos cofinanciados enquanto Organismo Intermédio do POISE e Autoridade Delegada do FAMI

f) 1 posto de trabalho de Assistente Técnico por ocupar

g) 2 postos de trabalho de Técnico Superior a aditar CEAGP - artº 39º nº 6 LGTFP conjugado com a Portaria nº 213/2009, de 24/2

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇAO
Divisão: 04 - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS

PROG	MED	CLASS. ECONÓMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL RECEITAS (EM EUROS)
				RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
002			GOVERNAÇAO									
	001		SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
		06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:									
		06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:									
		06.03.01	ESTADO									
		06.03.01.43	SGPCM									
		06.03.01.43.88	SGPCM			3 767 593						3 767 593
		06.06	SEGURANÇA SOCIAL:									
		06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROJETOS COFINANCIADOS						6 229 401			6 229 401
			Total do capitulo			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
		17	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS:									
		17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO									
		17.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO			25 568			55 273			80 841
			Total das operações extra-orçamentais			**25 568**			**55 273**			**80 841**
			Total da medida			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
			Total do programa			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
			Total das Atividades			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
			Total do organismo			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇAO
Divisão: 04 - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
002				GOVERNAÇAO									
	001			SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
			01	DESPESAS COM O PESSOAL									
			01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES									
		1011	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO			47 360			104 670			152 030
			01.01.11	REPRESENTAÇÃO			3 597			7 607			11 204
			01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO			1 837			3 935			5 772
			01.01.14	SUBSIDIO DE FERIAS E DE NATAL									
			01.01.14.SF	SUBSIDIO FERIAS			3 947			8 722			12 669
			01.01.14.SN	SUBSIDIO NATAL			3 947			8 722			12 669
			01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS									
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO			2 021			3 929			5 950
			01.03	SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL									
			01.03.05.A0	CONTRIBUICOES PARA A SEGURANCA SOCIAL									
			01.03.05.A0.B0	SEGURANCA SOCIAL			13 977			30 809			44 786
			01.03.09	SEGUROS			1 161			2 454			3 615
				Total do agrupamento			**77 847**			**170 848**			**248 695**
			02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES									
			02.01	AQUISIÇÃO DE BENS									
			02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES			2 177			4 323			6 500
			02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO									
			02.01.08.A0	PAPEL			341			678			1 019
			02.01.08.C0	OUTROS			695			1 381			2 076
			02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS			670			1 330			2 000
			02.01.21	OUTROS BENS			670			1 330			2 000
			02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
			02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES									
			02.02.01.A0	AGENCIA PARA A MODERNIZAÇAO ADMINISTRATIVA, I.P.			804			1 596			2 400
			02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS			184			366			550
			02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS									
			02.02.04.A0	PRINCIPIO DA ONEROSIDADE			7 670			12 441			20 111
			02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA									
			02.02.05.C0	OUTROS			2 177			4 323			6 500
			02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE			9 047			17 967			27 014
			02.02.09	COMUNICAÇÕES									
			02.02.09.A0	ACESSOS A INTERNET			402			798			1 200
			02.02.09.C0	COMUNICACOES FIXAS DE VOZ			1 506			1 994			3 500
			02.02.09.D0	COMUNICACOES MOVEIS			1 005			1 995			3 000
			02.02.09.F0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES			1 005			1 995			3 000
			02.02.10	TRANSPORTES			837			1 663			2 500
			02.02.12	SEGUROS									
			02.02.12.B0	OUTRAS			1 005			1 995			3 000
			02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS			28 465			56 535			85 000
			02.02.14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA									
			02.02.14.B0	SERVIÇOS DE NATUREZA JURIDICA			6 183			12 280			18 463

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇAO
Divisão: 04 - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
002				GOVERNAÇAO									
	001			SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
			02.02.14.C0	SERVIÇOS DE NATUREZA ECONOMICA E FINANCEIRA			30 852			61 275			92 127
			02.02.15	FORMAÇÃO									
			02.02.15.B0	OUTRAS			1 172			2 328			3 500
			02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES			15 070			29 930			45 000
			02.02.17	PUBLICIDADE									
			02.02.17.A0	PUBLICIDADE OBRIGATORIA			1 674			3 326			5 000
			02.02.17.B0	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL									
			02.02.17.B0.A0	EM TERRITORIO NACIONAL			1 674			3 326			5 000
			02.02.17.C0	OUTRA			1 340			2 660			4 000
			02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA									
			02.02.19.C0	OUTROS			502			998			1 500
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS									
			02.02.20.A0	SERVICOS DE NATUREZA INFORMATICA									
			02.02.20.A0.A0	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE			6 698			13 302			20 000
			02.02.20.B0	PAGAMENTOS A ESPAP, I.P.			23 442			46 558			70 000
			02.02.20.E0	OUTROS			54 478			108 201			162 679
			02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES			2 344			4 656			7 000
			02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE									
			02.02.22.H0	OUTROS			335			665			1 000
			02.02.25	OUTROS SERVIÇOS			73 000						73 000
				Total do agrupamento			**277 424**			**402 215**			**679 639**
			04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
			04.01	SOCIEDADES E QUASE SOC NÃO FINANCEIRAS									
			04.01.02	PRIVADAS			69 177						69 177
			04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL									
			04.03.05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS			40 000						40 000
			04.07	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
			04.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS									
			04.07.01.A0	FUNDAÇAO ARAGAO PINTO			42 179						42 179
			04.07.01.B0	FUNDAÇAO O SECULO			22 093			22 092			44 185
			04.07.01.C0	FUNDAÇAO BENFICA			29 472						29 472
			04.07.01.D0	INSTITUIÇOES SEM FINS LUCRATIVOS			3 164 644			5 617 590			8 782 234
			04.07.01.58	FUNDAÇAO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO									
			04.07.01.58.86	FUNDAÇAO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO			16 655			16 656			33 311
			04.09	RESTO DO MUNDO									
			04.09.01	RESTO DO MUNDO - UNIÃO EUROPEIA - INSTITUIÇÕES			500						500
				Total do agrupamento			**3 384 720**			**5 656 338**			**9 041 058**
			06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
			06.02	DIVERSAS									
			06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS			102						102
				Total do agrupamento			**102**						**102**
			07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL									

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇAO
Divisão: 04 - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL DESPESAS (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
002				GOVERNAÇAO									
	001			SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL									
			07.01	INVESTIMENTOS									
			07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA									
			07.01.07.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.07.B0.C0	OUTROS			5 000						5 000
			07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO									
			07.01.09.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.09.B0.B0	OUTROS			2 500						2 500
			07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO									
			07.01.10.B0	ADMINISTRACAO CENTRAL - SERVICOS E FUNDOS AUTONOMOS									
			07.01.10.B0.B0	OUTROS			20 000						20 000
				Total do agrupamento			**27 500**						**27 500**
			12	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS									
			12.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA									
			12.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA			25 568			55 273			80 841
				Total das operações extra-orçamentais			**25 568**			**55 273**			**80 841**
				Total da medida			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
				Total do programa			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
				Total das Atividades			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
				Total do organismo			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
				Total do ministério - receita			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**
				Total do ministério - despesa			**3 767 593**			**6 229 401**			**9 996 994**

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS/DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA		FONTES DE FINANCIAMENTO								TOTAL (EM EUROS)
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA	OUTRAS	
			12	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS									
			12.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA									
			12.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA			25 568			55 273			80 841
				Total das operações extra-orçamentais			**25 568**			**55 273**			**80 841**
			17	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS:									
			17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO									
			17.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO			25 568			55 273			80 841
				Total das operações extra-orçamentais			**25 568**			**55 273**			**80 841**

Plano de Atividades Detalhado

ACM

OM

Plano de Atividades 2018

Observatório das Migrações

ATIVIDADES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Por grandes áreas (em baixo) e grandes temas mensais (na horizontal)	*Indicadores de integração de imigrantes*	*Imigração e Nupcialidade*	*Discriminação de base racial e étnica*	*Saúde dos imigrantes*	*Diversidade cultural em Portugal*	*Refugiados*	*Imigração e competências*	*Imigração, jovens e descendentes*	*Imigração e línguas*	*Imigração e envelhecimento*	*Europeus em Portugal*	*15 anos do OM*
Estatísticas da Imigração												
Recolha e compilação de dados estatísticos para colocar online												
Sistematização da informação estatística e redação do relatório anual 2018												
Redação de Cadernos Estatísticos Temáticos (Caderno Refugiados)						CT						
Redação e disseminação de *Boletins Estatísticos OM*				B						B		
Investigação e Estudo												
Procedimentos FAMI para avaliação de admissibilidade e técnica e financeira de candidaturas a 3 novos avisos: acompanhamento na plataforma com migração de conteúdos de admissibilidade, reuniões com júri, avaliações técnicas e financeiras das candidaturas recebidas, hirarquização das candidaturas e gestão de questões e reação de audiencias prévias.												
Acompanhamentos dos novos estudos FAMI do aviso 26 (7 novos estudos em curso): validação de relatórios técnicos de progresso e validação da qualidade dos resultados de investigação face aos planos de investigação aprovados. Inicio do acompanhamento de estudos novos aprovados que saiam dos 3 avisos a abrir no final de 2017 e a arrancar em 2018. Articulação com a equipa do FAMI.												
Arranque e acompanhamento dos trabalhos da avaliação da OCDE para Portugal - *The integration of refugees in Portugal: A fast-track assessment of key bottlenecks and possible actions*												
Apreciação de artigos candidatos à Revista Migrações, em articulação com a Comissão Cientifica												
Preparação de números temáticos da Revista Migrações: Número Especial Comemorativo dos 15 anos do OM & novo call de artigos sobre refugiados												
Redação de artigos para a Revista Migrações (2 artigos Número especial 15 anos OM)												
Redação dos textos introdutórios da coordenação OM aos livros OM												
Análise e seleção das 2 teses a publicar com data de dezembro de 2017 & preparação e disseminação de novo edital de teses 2018												
Redação de outros artigos científicos, de intervenções em encontros cientificos e textos												
Publicações e coleções OM (revisão editorial, preparação de masters e acompanhamento trabalho da editora para impressão)												
Publicações da Coleção Imigração em Números				B		CT				B		RA
Publicação de estudos Coleção OM		#		#								
Publicação digital teses OM 2016		#	#									
Publicação Revista Migrações											#	
Rede OM / Comissão Ciéntifica OM												
Protocolos com Centros de Investigação de Muito Bom e Excelente do país para nova Comissão OM												
Avaliação conjunta com a coordenação OM de atividades cientificas OM (e.g. validação de artigos cientificos da Revista Migrações, avaliação e hierarquização de estudos FAMI para financiamento, comunicações em Jornadas OM)												
Promover o debate e a reflexão académica acerca das migrações, gerando recomendações												
Diálogos do OM / Mesas redondas com convidados												
Dinamização de Grupos de Trabalho Temáticos ACM (e.g. acolhimento e integração de refugiados)												
Policy Briefs OM (digitais)												
Disseminação de resultados de produção científica acerca das migrações												
Animação e gestão de conteúdos do site OM e do facebook OM												
Newsletters Mensais OM												
Animação e gestão do centro de documentação (recolha bibliográfica, catalogação)												
Atendimentos presenciais e não presenciais do Centro de Documentação												
Semanas Temáticas Mensais do Centro de Documentação												
Mailling e disseminação das publicações (bibliotecas; centros de investigação…)												
Organização de sessões de lançamento de publicações OM (Workshops, Encontros, Seminários & Jornadas): preparação de pastas, programa, articulação com convidados, logistica de local de acolhimento, secretariado no próprio dia						20				20		18
Informar e sensibilizar a opinião pública, combatendo mitos e estereótipos com factos científicos												
Posters Estatísticos do OM A3 de sensibilização da opinião pública para a imigração e os seus contributos em Portugal												
Infografia Indicadores de Integração de Imigrantes - Imigração em Números												
Newsletter Destaques Estatísticos do OM (dados para dar factos sobre imigração em Portugal por tema mensal)												
Destaques "Sabia que…" na TV e na Rádio												
Formação sobre mitos e factos da imigração												
Resposta a pedidos de profissionais da comunicação e entrevistas a jornalistas, e outros pedidos de estudantes e investigadores												
Comunicação em conferências externas e encontros cientificos												
Participação em projetos internacionais de investigação comparada												
Preparação de candidaturas *Urban Agenda Partnership on the Inclusion of Migrants and Refugees*												
Arranque e acompanhamento dos trabalhos da candidatura feita pelo OM ao *Fulbright Specialist Programme* (Project #P000829), aprovada pelo Bureau for Educational and Cultural Affairs (ECA) do Departamento de Estado Americano - Projeto acerca de Integração de Refugiados em Portugal												
Participação em reuniões internacionais das parcerias												
Redação de relatórios técnicos e conversão em estudos OM												
Acompanhar e cooperar com redes de cariz académico e técnico, nacionais e internacionais												
Metropolis												
Peer Reviews e encontros internacionais (OCDE, Presidências UE…)												
Nações Unidas (avaliações, comunicações, representações)												
Recursos Humanos equipa												
Coordenação do OM (Catarina)												
3 Mediadores OM (Natália Gomes, Elisa Luís e Tiago Santos)												
Mediadora Centro de Documentação (Susana Godinho)												
Outsorcing de animador site OM												

ACM

CICDR

PLANO DE ATIVIDADES 2018

Unidade Orgânica

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
CICDR												
Receção e análise de queixas de discriminação racial (notificações, elaboração de propostas de abertura de processos de contraordenação, inquirição de partes, elaboração de relatórios finais e propostas de decisão)												
Submissão de Queixas e PCO's à CP da CICDR												
Reuniões Ordinárias da CICDR												
Elaboração Relatório de Atividades Anual												
Recolha e sistematização de dados estatísticos												
Atendimento presencial de vítimas de discriminação racial ou étnica												
Comunicação e sensibilizção												
Redação de Comunicados												
Site da CICDR alimentação e gestão de conteúdos												
Organização de conferência e eventos			21									10
Elaboração e Publicação de desdobraveis com informação atualizada face ao novo regime jurídico de combate à discriminação racial												
Workshop's (formação não certificada) direcionada a técnicos nomeadamente CNAI's; Agentes e operacionais de forças de segurança, P.E. 6ª Geração, Orgãos de Comunicação Social												
Dinamização de Parcerias (KidFun da Fundação Benfica) e Protocolos de cooperação (Provedor de Justiça)												
Acompanhamento de Diplomas Legais												
Elaboração e aprovação da proposta do Regulamento Interno da CICDR em conformidade com o novo regime jurídico												
Acompanhamento dos trabalhos de elaboração da Diretiva Horizontal - implementa a igualdade de tratamento independentemente da religião, crença, idade ou orientação sexual.												
Acompanhamento de Redes/Grupos de Trabalho Internacionais												
ECRI- Conselho da Europa/EQUINET - Equlity Law Working Group/FRA-Fundamental Rights Agency - comparência em reuniões e elaboração de contributos par relatórios internacionais												
RIOOD - Rede Iberoamericana de Organismos e Organizações contra a Discriminação												
Gestão de pessoal com vinculo de emprego público												

ACM

EFAF

PLANO DE ATIVIDADES 2018

EFAF

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Visitas de acompanhamento operacional / Visitas de verificação no local												
Sessões de esclarecimentos												
Formação contínua - 35h anuais ou mais												
Plataforma - "Novo Gesmed"												

ACM

NGARH

PLANO DE ATIVIDADES 2018

NGARH

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Gestão e Organização dos Recursos Humanos												
Elaborar Manual de Procedimentos ACM												
Dossier de Segurança e Higiene no Trabalho												
Organização do Arquivo ACM, IP												
Levantamento do arquivo por UO's												
Aplicação das normas da AP (organização, catalogação e conservação de documentação)												
Avaliação da documentação para destruição												
Gestão e Avaliação de Desempenho												
Acompanhamento do SIADAP - ano 2017-18 (Avaliações Intercalares)												
Elaboração de proposta para acompanhamento dos mediadores socioculturais												
Formação Profissional												
Balanço Formação 2017, Elaboração e Lançamento de Plano de Formação 2016-18												
Análise e Seleção de oferta formativa a implementar no 2º semestre de 2018												
Fecho do Ciclo Formativo e Reunião de concertação para construção do Plano de Formação 2019-21												
Gestão Documental												
Aquisição de base de dados para Gestão Documental												
Área Juridica												
Elaboração de diversas normas de procedimentos da gestão de pessoal (férias, faltas e licenças, entre outras)												
Sensibilização/Motivação dos Recursos Humanos afetos ao ACM,IP												
Dinamização de Atividades de Team Building												
Implementação da Ação "Funcionário do Mês"												
Celebrar a marca ACM - criação do Dia do ACM												
Convenção ACM,IP												
Tecnologias de Informação Comunicação												
Base de dados - software de Recursos Humanos(GESMED, INNUX, SRH)												
Implementação Formulários Digitais e Automatizados												

ACM

PROGRAMA

ESCOLHAS

PLANO DE ATIVIDADES 2018

Unidade Orgânica

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Programa Escolhas												
E6G												
Divulgação e Seleção												
Publicação do Regulamento/Anúncios e Edição de Reg.												
Fase de Candidaturas												
Sessões de esclarecimento												
Avaliação de candidaturas/ Secretariado												
Sessão juri												
Divulgação resultados												
Assinatura protocolos												
Acompanhamento												
6as Visitas (avaliação)												
9as Visitas (atividades)												
10as Visitas (avaliação)												
5as visitas (avaliação)												
6as visitas (atividades)												
7as visitas (avaliação)												
1as visitas (apresentação modelo)												
2as visitas (atividades)												
3as visitas (avaliação)												
Visitas surpresa												
Relatórios semestrais												
Planos Mensais Atividades												
Relatórios semestrais (equipa)												
Recomendações aos consórcios												
Visitas Financeiras												
Reuniões de Equipa												
Reuniões de Coordenação												
Formação												
Formação Financeira												
Workshops Temáticos												
Formação Pedagógica Inicial de Formadores (CCP)												
Formação Base - Mediação de Impacto												
Bootcamp												
Scaling for Impact												
MIB												
ISEP												
Formação Monitores CID												
Desafios mensais Medida IV												
Desafios Mensais DC												
Formação Interna Equipa PE												
Inicativas Globais e Eventos												
Centro de Atividades Escolhas												
Escolhas de Portas Abertas												
Encontro Internacional DC												
Seminário Final												
Clube Escolhas												
Comunicação												
Revista Escolhas E6G												
Concurso Mundar												
Lançamento Concurso												
Sessões de esclarecimeno												
Prazo de submissão												
Pré-selecão 40 ideias												
Pitch 40 ideis												
Divulgação Resultados												
Acompanhamento técnico												
Rede Excolhas												
Mais Lideres/Grupo Afrodescenteste												
Rede Escolhas para o Talento												
Bolsas de Estudo - UCAN												
Encontros Rede Excolhas												
Pontes Ubuntu												
Programa OPRE												

ACM

GECI

PLANO DE ATIVIDADES 2018

GECI

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Comunicação web (www.acm.gov.pt; www.cicdr.pt; www.obcig.acm.gov.pt; www.refugiados.acm.gov.pt e redes sociais)												
Assistência evolutiva portal e websites ACM (150 horas)												
Newsletter mensal												
Revista ACM												
Produção Conteúdos Tansmedia/Multiplataforma (TV, Rádio e Redes Sociais)												
Spots TV e Rádio/Anúncios Imprensa												
Prémio de Comunicação "Pela Diversidade Cultural"												
Seminário "A Diversidade nos Media" (3)												
Produção de merchandising												
Produção fotográfica, vídeo e infografia												
Materiais informativos												
Traduções												
Serviços de Design												
Serviços de Impressão												
Serviços de *handling*												
Serviço Agência Lusa												

ACM

NRI

PLANO DE ATIVIDADES 2018

ACM - Núcleo de Relações Internacionais

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1. Acompanhamento das atividades da FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia												
FRA - reuniões NLO												
FRA - Plataforma Comum Direitos dos Migrantes												
FRA - Relatório Anual Direitos Fundamentais e articulação com entidades nacionais												
Preparação de contributos para questionários e folhas informativas												
2. Acompanhamento das atividades da Equinet - Rede Europeia dos Equality Bodies												
Equinet - Assembleia-Geral												
Equinet - reuniões Grupo Trabalho Comunicação												
Equinet - Conferências / Formações												
Preparação de contributos para questionários e folhas informativas												
3. Acompanhamento e contributos para a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (MNE)												
Avaliações Convenções Nações Unidas (via CNDH)												
Acompanhamento da preparação do Exame Periódico Universal - UPR												
Resposta a pareceres e questionários												
4. Acompanhamento e contributos para Grupos de Trabalho e Redes da Comissão Europeia												
Contributos para Grupo Questões Sociais, Conselho EPSCO e Propostas de Diretivas												
Apoio aos pontos focais de contacto nacionais junto da Rede Europeia de Integração												
Parceria Inclusão Migrantes e Refugiados - Agenda Urbana da União Europeia												
Contributos para outros pareceres												
5. Participação e acompanhamento de atividades do Conselho da Europa												
Conselho da Europa - Proteção de menores migrantes e refugiados												
Conselho da Europa - Minoriais nacionais												
Conselho da Europa - Apoio na preparação de contributos para ECRI												
6. Participação e acompanhamento de outras Organizações e Redes Internacionais												
OCDE - Grupo de Trabalho Migrações - Apoio na preparação de contributos												
OCDE - Comité Executivo do Grupo de Trabalho Migrações - Apoio na preparação de contributos												
OIM												
Forum Global Migrações e Desenvolvimento das Nações Unidas												
7. Resposta a pareceres vários e preparação de conteúdos para representações oficiais												
Compilação de informação interna do ACM e elaboração de resposta a pareceres internacionais sobre diversas temáticas do ACM (MNE, ONU, UE, OIT, OSCE)												
Apoio na preparação de comunicações e discursos do Conselho Directivo para contextos de representação internacional do ACM												
Articulação com autoridades nacionais parceiras												
Apoio na preparação de visitas e acompanhamento de delegações internacionais de Alto-Nível ao ACM												
8. Conferências Internacionais												
Outros Encontros e Conferências												
9. Projetos Internacionais												
Análise global de propostas e apoio na preparação de candidaturas do ACM												
10. *Mainstreaming* de Género na área das Migrações												
Acompanhamento no desenvolvimento das atividades neste domínio												
Gestão de pessoal com vinculo de emprego público												
Eduardo Quá												

ACM

NPM

PLANO DE ATIVIDADES 2018

Unidade Orgânica - Núcleo de Política Migratória

TAREFAS		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Preparação e acompanhamento das reuniões plenárias e especializadas do CM	*												
Dinamização, com os responsáveis pelas diferentes Secções Especializadas, das atividades definidas nas reuniões de trabalho	*												
Elaboração do Relatório de Atividades do PEM (2017)		X X X X	X X X X	X X X X	X X X X								
Realização das reuniões bilaterais com os diferentes responsáveis institucionais envolvidos na concretização das medidas previstas para 2018	*												
Processo contínuo de acompanhamento, monitorização e reporte da execução do PEM	*												
Acompanhamento da execução da avaliação externa do PEM	*												
Representação e trabalhos de acompanhamento dos Planos (sectoriais/transversais) de outras entidades, nos quais o ACM se encontra envolvido. EX. PNCTSH; PAPEMGF; PNCVDG; PNI; PNLF; ENDEF etc	*												
Preparação de respostas a pedidos de informação, pareceres e questionários relacionados com política migratória e serviços do ACM	*												
Análise de bloqueios e articulação com o CM e respectivas entidades, acerca de problemas que respeitam à integração de imigrantes em Portugal em diferentes áreas como a saúde, segurança social, habitação, entre outras.	*												
Acompanhamento do projecto "surfing4citezenship"	*												
Acompanhamento da Plataforma Mobilidade Profissional Global	*												
Atendimento telefónico e preparação de respostas a pedidos de informação de emigrantes que pretedam regressar a Portugal	*												
Concepção de um modelo de implementação da Lei 27/2017, de 30 de maio e sua implementação nos serviços do CNAIM de Lisboa, Porto e Faro e, numa 2ª fase, ao CLAIM		X X X X	X X X X	X X X X	X X X X								

* Ao longo do ano ou sempre que necessário/solicitado.

ACM

NAIR

PLANO DE ATIVIDADES 2018

NAIR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Acompanhamento às instituições de acolhimento e às pessoas refugiadas												
Receção no aeroporto (chegadas) e entrega do Welcome Kit												
Realização de visitas prévias												
Realização de visitas de acompanhamento regulares a entidades de acolhimento e pessoas refugiadas												
Realização de visitas - situações de urgência												
Registo das visitas realizadas (checklist) e realização dos respetivos relatórios de avaliação das visitas												
Helpdesk permanente de apoio às entidades/pessoas refugiadas - linha telefónica e email												
Atualização das disponibilidades de acolhimento - GTAEM												
Monitorização e registo dos dados das pessoas refugiadas - GTAEM												
Monitorização dos indicadores de integração (saúde; língua portuguesa; educação; legalização; nascimentos em PT; emprego/formação; atribuição de NISS/NIF)												
Coordenação e monitorização do processo de phasing-out com os Gabinetes de Apoio Social do ACM, IP												
Formação												
Ações de formação e sensibilização para técnicos locais de acompanhamento												
Realização de Encontros Regionais (entidades de acolhimento)												
REFUJOBS - monitorização e acompanhamento												
Eventos												
Realização de Seminário de boas práticas de acolhimento e integração de refugiados						20-Jun						
Representação Nacional e Internacional												
Representação em grupo de trabalho relativo aos menores não acompanhados em Portugal												
Representação do ACM, IP na área do acolhimento e integração de pessoas refugiadas (instâncias nacionais e internacionais)												
Comunicação												
Rubrica Revista ACM												
Rubrica Radio e TV												
Atualização de conteúdos no site dos Refugiados												

ACM

NDI

Núcleo para ao Diálogo Intercultural (NDI)

PLANO DE ATIVIDADES 2018

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1. Educação Intercultural												
Rede de Escolas para a Educação Intercultural												
Acompanhamento da implementação dos projetos - G 1												
Avaliação intercalar dos projetos												
Lançamento junto das Escolas aderentes - Grupo 2 (G2)												
Ações de formação G2												
Processo de diagnóstico participado G2												
Abertura de candidaturas FAMI G2												
2. Aprendizagem da Língua Portuguesa												
PPT - Português para Todos												
Análise dos pedidos de alteração no âmbito do POISE												
Visitas de Acompanhamento dos projetos cofinanciados pelo POISE												
Preparação de novo Aviso para o PPT												
Ações de Educação Não Formal												
Análise de candidaturas no âmbito do FAMI												
Visitas de Acompanhamento dos projetos cofinanciados pelo FAMI												
Recursos e Eventos												
Preparação Evento Língua Portuguesa												
Evento Língua Portguesa												
Versão da Plataforma de Português Online 4ª língua												
Divulgação (Programa PPT, Plataforma de Recursos Pedagógicos PPT, Caderno de Formação, Plataforma de Português Online)												
3. Formação para a Interculturalidade												
Disponibilização da oferta formativa												
Procura corrente												
Formação de agentes da PSP - Prevenção												
Reforço da oferta formativa												
Novos módulos												
Atualização de módulos anteriores												
Reforço e capacitação da Bolsa de Formadores												
Formação contínua de formadores												
Seleção e formação de novos formadores												
Articulação com serviços públicos estratégicos												
Divulgação junto de outros potenciais clientes												
Construção de módulos em formato MOOC												
(Re)Edições												
4. Mediação Intercultural												
PO ISE/POR Lisboa - Projeto Mediadores Interculturais e Municipais**												
Acompanhamento técnico												
Ações de formação EMMI												
RESMI - Rede Ensino Superior para a Mediação Intercultural												
Publicação das Comunicações do I Congresso Internacional RESMI												
II Congresso Internacional RESMI												
Reuniões dos Grupos de Trabalho (Educação, Saúde, Território e Indicadores)												
Reuniões gerais RESMI												
5. Carta Portuguesa para a Diversidade												
Participação no Secretariado (juntamente com Grace e AKF)												
Participação na Comissão Executiva (ACM, CIG, CITE, INR, ISCTE, Grace e AKF)												
Evento anual da Carta - Fórum												
Apoiar (enquanto membro da CE) a organização de iniciativas de reflexão e debate												
6. Diálogo Inter-Religioso												
Coordenação do GT DIR												
Coordenação do GT MEET IR												
Conceção de oferta curricular sobre Religiões (com ME e OLR)												
II Congresso Cidadania e Religião												
MEET IR 2019												
Aquisição e lançamento do Calendário 2019												
7. Associativismo Imigrante												
Apoio Técnico e Financeiro												
PAAI 2016 e 2017 (receção e análise de relatórios)												
PAAI 2018 - análise de candidaturas a assinatura de protocolos												
Acompanhamento dos projectos												
Capacitação - Programa SIM												
IES - BootCamp (Empreendedorismo Social - Angariação de Fundos), acompanhamentp e workshop (Angariação de Fundos)												
Curso Gestão financeira												
Curso Gestão operacional												
Curso Cultura, Liderança e Governança Organizacional												
Curso Mobilização da Comunidade												
Curso Como fazer (boas) candidaturas												
PSIM - Reporte de execução do projeto												
Reconhecimento												
Plataforma reconhecimento no site ACM												
Análise de pedidos, visitas de reconhecimento, aprovação de pedidos e publicação em DR												
Recursos e Eventos												
Conversas sobre o associativismo												
Edição sobre dirigentes AI												
Cowork												

ACM

NACI

PLANO DE ATIVIDADES 2018

NACI

Tarefas/ orçamento	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Programa de Apoio ao Associativismo Cigano - PAAC 2018												
FAPE 2018												
PO ISE - iSpCC - Inserção Socioprofissional das Comunidades Ciganas												
Projeto de Mediadores Interculturais (ciganos)- Aviso POISE (com NDI)												
Call- National Roma Platforms												
Representação em Redes Transnacionais												
ENICC- acompanhamento												
Acompanhamento da atividade do OBCIG (plano de atividades/Inclui publicações)												
Dinamização da atividade do CONCIG												
Consultoria a Municípios e outras Entidades												
Organização e/ou Participação em Eventos												
Projeto ROMED												
Formação equipa												

ACM

NAIM

NAIM - PLANO DE ATIVIDADES 2017/2018

NAIM | Programa Mentores para Migrantes

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO												
Visitas de acompanhamento individual às entidades (follow up)												
Acompanhamento e apoio às rede de entidades												
Implementação do Programa nos CNAIM Lisboa, Norte e Algarve												
Processo de alargamento: visitas de acompanhamento individual às novas entidades (apresentação)												
Articulação interna e com outras respostas												
Promoção e acompanhamento de redes regionais (visitas conjuntas)												
Monitorização estatística e da execução física												
Plataforma informática (implementação de melhorias)												
Reuniões de Equipa / Coordenação												
Relatório Anual de Atividades												
Avaliação de Desempenho												
Implementação do projecto-piloto para reconhecimento das competências decorrentes do voluntariado												
FORMAÇÃO E EVENTOS												
Divulgação e disseminação dos resultados do projecto-piloto para reconhecimento das competências decorrentes do voluntariado												
Encontro Anual												
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO												
Criação de um espaço para partilha de casos de sucesso na Plataforma Mentores												
Divulgação do programa nos meios de comunicação ACM												
Divulgação do programa nos meios das entidades												
Reimpressão dos folhetos de divulgação para mentores (se não executado até dez. 2017)												
Outras actividades de divulgação												

NAIM | GAEM

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividades no CNAIM de Lisboa												
PEI - Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante e PEPEI - Projeto de Empreendedorismo para Estudantes Internacionais (6x)												
Atendimentos												
Acompanhamento a projetos												
POP-UP Store (9x)												
Workshops(9x)												
Encontros de empreendedores / Networking (3x)												
Atividades no CNAIM do Porto												
PEI - Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (2x)												
PEPEI - Projeto de Empreendedorismo Para Estudantes Internacionais (1x)												
Atendimentos												
Workshops (2x)												
POP-UP Store (3x)												
Acompanhamento												
Encontro de empreendedores												
Atividades no CNAIM de Faro												
PEI - Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante (1x)												
Atendimentos e acompanhamento a projetos												
Workshops (2x)												
POP-UP Store												
PEI on-line e Concurso de Ideias (apoio financeiro)												
Plataforma (atualização e procedimentos)												
Videos (tutoriais)												
Criação de regulamento de utilização da plataforma e do concurso												
Divulgação (inclui produção de folhetos - 5000)												
Candidatura												
Desenvolvimento do apoio na plataforma/Consultoria à distância												
Candidatura ao concurso												
Análise de candidaturas												
Comunicação formal dos resultados												
Assinatura de Protocolos de Financiamento												
Atribuição do financiamento e acompanhamento de Execução (2019)												
PEI (FAMI)												
Acompanhamento (de formadores/educadores)												
Divulgação/informação e materiais de suporte												
Videos de empreendedores GAEM (produção)												
Fotografias empreendedores migrantes (para futura exposição) (captação + impressão)												
Roll-up												
Dossier do Empreendedor												

NAIM | GAPLIM

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
CLAIM Visitas e Acompanhamento												
Acompanhamento da execução física dos CLAIM_FAMI												
Visitas de Acomp. CLAIM (10 visita CIAIM FAMI e 5 a CLAIM s/ reporte)												
FAMI - Conceção e Implementação de Novos Planos Municipais para a Integração de Migrantes												
Análise dos drafts PMIM												
Acompanhamento da execução dos PMIM												
Visitas de Acompanhamento/Encontros Regionais												
Rede CLAIM - Formação e Encontros												
Formação Inicial Teórica e Prática Rede CLAIM (novos técnicos)												
Formação/Observação em gabinetes específicos												
Formação Contínua (em áreas específicas) Rede CLAIM												
Encontro Nacional da Rede CLAIM												
Encontros Regionais Rede CLAIM												
Inauguração de Novos CLAIM												
Renovação sinalética de toda a Rede												
Nova Plataforma de Atendimentos												
RMAD - Encontros												
5 Reuniões Regionais												
Medida 2 PEM -IMAD												
Agendamento com autarquias												
Aplicação IMAD no terreno												
BD Práticas Inspiradoras (validação e inserção e inserção de novas práticas)												
Outras Iniciativas												
Participação em atividades desenvolvidas pelas entidades parceiras												
Reuniões de Equipa Semetrais												
Família do Lado - 6.ª edição												
Produção de materiais de divulgação												
Convite às entidades e inscrições												
Sessões de apresentação (Lisboa, Porto, Faro)												
Divulgação												
Monitorização												
Iniciativa - encontros entre famílias												
Avaliação												

NAIM | CNAIM

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Formação de equipas												
Formação para Coordenadores de equipas CNAIM												
Formação de Gestão de Risco/Atendimento												
Formação para mediadores em Mediação Intercultural												
Formação de Gestão de Reclamações												
Atividades equipas de coordeação/acções de formação e sensibilização												
Publicitação dos serviços dos CNAIM/LAM												
Estudo de satisfação dos CNAIM												
Conclusão da organização interna dos Gabinetes dos CNAIM												
Formação de técnicos dos CLAIM												
Reuniões												
Reuniões de Coordenadores dos CNAIM (Norte/Lisboa/Algarve)												
Eventos												
Exposição CNAIM Lisboa - "Natal no Mundo", Janela intercultural												
Exposição CNAIM Lisboa - trabalhos de imigrantes												
Exposição CNAIM Lisboa - "A cultura Cigana em Portugal"												
Aniversário CNAIM Lisboa												
Aniversário CNAIM Norte												
Aniversário CNAIM Algarve												
Actividade Motivacional Coordenadores do NAIM												

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2018

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2018	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia — Peso: 50.0

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os. — Peso: 35.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	630.0	860.0	640.00	92.00	917.00	100	698.0	100.0	Atingiu

OO2 Promover a Diversidade Cultural. — Peso: 65.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	40000.0	35000.0	40000.00	6506.00	65086.00	50	39128.0	100.0	Atingiu
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50	91.2	100.0	Atingiu

Eficiência — Peso: 20.0

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos. — Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.0	14.0	14.00	1.00	11.00	50	14.0	100.0	Atingiu
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	100.0	100.0	105.00	12.50	125.00	50	101.6	100.0	Atingiu

Qualidade — Peso: 30.0

OO4 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado. — Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	7.0	7.0	8.00	1.00	6.00	50	7.0	100.0	Atingiu
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	19.0	19.0	25.00	2.00	17.50	50	24.5	100.0	Atingiu

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0	60.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0	224.0	64.0
Técnico Superior *	12.0	288.0	1236.0	948.0
Assistente Técnico *	8.0	16.0	168.0	152.0
Assistente Operacional *	5.0	10.0	15.0	5.0
		662.0	1703.0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2017	31/12/2018
32	**147**

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	10469324	9379801	1089523
Despesas c/Pessoal	1258941	1497157	238216
Aquisições de Bens e Serviços	2185964	1546703	639261
Outras Despesas Correntes	7013919	57663	6956256
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	**10469324**	**9379801**	

NOTA EXPLICATIVA

Recursos Humanos: O ano de 2018 foi um ano de viragem em matéria de recursos humanos no ACM,IP, com efeito com a conclusão dos procedimentos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública – PREVPAP, o mapa de pessoal foi alargado, sendo integrados os trabalhadores que desenvolviam funções no âmbito da mediação sociocultural e que reuniam as condições previstas na Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro.

Com efeito, se analisarmos a previsão dos recursos humanos para as categorias de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, comparando o número de trabalhadores a exercer funções neste Serviço a 31/12/2017 e a 31/12/2018, verifica-se uma grande alteração na configuração humana do Organismo:

Importa ainda referir que, no final do ano de referência, alocamos três recursos na carreira informática, contabilizados no total de trabalhadores a exercer funções no serviço a 31/12/2018, no entanto, não estão refletidos na contabilização por categoria, por não ser permitido pela plataforma acrescentar categorias nesta fase de avaliação.

Recursos Financeiros:Para o ano de 2018 a dotação inicial do orçamento do ACM, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 10.469.324€. A ação do ACM é financiada por Esforço financeiro nacional (42%), Financiamento da UE (30%) e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (28%). No que respeita à classificação económica da despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 67% do total, e inclui, pela primeira vez, 3.767.593€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (21%) despesas com o pessoal (12%).

Nota explicativa dos desvios:
Em 2018 tivemos um acréscimo nas despesas com pessoal face ao que foi orçamentado para fazer face à Regularização Extraordinária no âmbito do PREVPAP. Importa referir que o orçamento do ACM, IP teve um valor de 515.966€ em cativações o que se reflecte no desvio apurado. Nas "despesas restantes" houve igualmente um acréscimo face ao orçamentado por ter passado para 2018 o pagamento dos serviços referente às medidas Simplex + que o ACM IP desenvolveu. O decréscimo nas restantes rúbricas deveu-se ao atraso no recebimento dos Fundos Comunitários, o que não possibilitou a execução na sua totalidade, ficando o saldo a transitar para 2019.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Avaliação Final		
Eficácia	50.5	Superou
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.	35.0	Atingiu
Promover a Diversidade Cultural.	66.0	Atingiu
Eficiência	20.0	Atingiu
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.	100.0	Atingiu
Qualidade	30.0	Atingiu
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.	100.0	Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
100.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta e do Valor Critico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Documentos de registo
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	GESMED e registo de atendimentos partilhado
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Livro de Reclamações
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado

ACM

ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa
Tel.: +351 21 810 61 00
Fax: +351 21 810 61 17

www.acm.gov.pt
www.facebook.com/ACMigracoes
acm@acm.gov.pt